



**PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM
DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E
TRANSPARÊNCIA**

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A importância dada pelo Governo da Bahia a esta estratégia ficou evidenciada desde o primeiro ano de administração, em 2007, já durante os primeiros passos para a elaboração do Plano Plurianual 2008–2011. Foi feito um grande esforço para o envolvimento de representações da Sociedade Civil, dos 26 Territórios de Identidade do Estado, na definição das políticas, programas e ações que compõem as principais intervenções governamentais nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Igualdade, Infra-estrutura, nos setores econômicos, de Meio Ambiente, Administração e Gestão Pública. O esforço, amplo e coletivo, teve como propósito a aplicação de ações de modernização e de melhorias que tornassem mais eficientes a prestação dos serviços aos cidadãos e às empresas, além de mais eficazes no cumprimento dos objetivos pretendidos e mais efetivas nos resultados alcançados.

O ano de 2008 foi marcado por mudanças significativas nas estruturas de governança, a partir da criação e consolidação de modelos

de gestão que permitiram melhor seleção de prioridades, atendendo às reivindicações e proposições da sociedade organizada. Para tanto, foram levados em consideração critérios mais fundamentados na realidade e em condições efetivas de implementação; maior controle dos gastos públicos; melhor prestação de serviços públicos que atendam às necessidades básicas da população e melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelo setor público federal ou por instituições internacionais. É bom ressaltar que todas estas ações foram desenvolvidas em consonância com o PPA 2008–2011.

A partir da implementação desse novo modelo de Gestão Pública foram identificados entre as prioridades, projetos e atividades que envolvem o atendimento ao cidadão. Assim, em 2008, pode-se destacar: o desenvolvimento de projetos para criação e modernização de unidades de atendimento na administração pública; o desenvolvimento de Sistema de Qualidade no Atendimento; a Implantação



Serviço de Atendimento ao Cidadão

de novos postos do SAC; a manutenção e funcionamento do SAC Móvel; e capacitação de servidores para a prestação desses serviços de atendimento ao cidadão, com eficiência e eficácia.

Em 2008, a Rede SAC contou com 27 postos (dez na Capital e 17 no interior); três pontos SAC e duas unidades do SAC Móvel, para o atendimento às áreas não cobertas pelas unidades fixas. Foram registrados em torno de 11 milhões de atendimentos nos diversos serviços prestados aos cidadãos, sendo o maior volume desses atendimentos realizados nos postos da Capital. Além dessa ampliação de unidades de atendimento, passaram por reforma os postos de Periperi e da Liberdade, em Salvador.

Dentre as ações de melhoria no atendimento ao cidadão, o Governo do Estado lançou, em janeiro de 2008, o Programa "Você Cidadão", que inclui várias ações de ampliação e reestruturação de serviços, bem como intensifica as oportunidades de inclusão social e promoção do exercício da cidadania.

Ainda na busca do fortalecimento das relações Governo e Sociedade, existe uma determinação da atual gestão em modernizar a Ouvidoria Geral do Estado – OGE, para efetivar e aperfeiçoar o diálogo com os cidadãos baianos. A Ouvidoria tem como finalidade receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, denúncias e elogios dos cidadãos aos órgãos correspondentes. Atua nos indicadores dos serviços prestados pelo Estado, com isenção e transparência, sendo, por isso, um instrumento essencial para a gestão pública.

Através do SAC Móvel, foram contabilizados 42.630 atendimentos em visitas a 352 municípios baianos. No total, comparativamente, em 2007, foram contabilizadas 41.184 manifestações, contra 47.235, realizadas em 2008.

Em 2008, funcionaram nas secretarias e órgãos do Governo, 86 ouvidorias especializadas, sob a coordenação da OGE. A Bahia é o único estado brasileiro que possui Rede de Ouvidorias Públicas. As ouvidorias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário também integrarão a Rede, o que facilitará o acesso do cidadão aos órgãos estaduais.

Com o Plano Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnag-BA, o Governo vem desenvolvendo ações com vistas ao aperfeiçoamento do Modelo de Gestão na Administração Pública Estadual. A ação

envolve estudos para formulação do modelo adequado à política estabelecida pela atual gestão governamental e a capacitação dos servidores públicos que irão atuar nessa nova proposta. Além dessas ações, estão ainda previstas a implantação do Plano Diretor de Gestão e a Modernização do Parque Tecnológico de Salvador, dentre outras.

Como consequência do PPA Participativo, foi criado o Conselho de Acompanhamento do PPA – Cappa, que representa a participação da Sociedade Civil no Governo, através do acompanhamento da execução das ações previstas no PPA 2008–2011, se constituindo em um dos instrumentos do Modelo de Gestão do PPA. Após a formalização e legalização, ocorreram várias reuniões, na Capital e no interior, com o intuito de promover os ajustes necessários e a institucionalização da entidade. Também foi feita a capacitação dos conselheiros e promovido o fortalecimento e consolidação do conselho.

Em agosto de 2008, ocorreu, em Feira de Santana, o 2o Seminário Estadual do Cappa, cujo objetivo foi capacitar os membros do conselho. Nesta oportunidade, representantes das secretarias da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, de Turismo, da Cultura, de Desenvolvimento e Integração Regional, de Desenvolvimento Urbano, da Educação, da Saúde, de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Meio Ambiente expuseram as ações executadas nos Territórios de Identidade, com seus respectivos aportes financeiros.

Ainda em 2008, ocorreram seminários nos territórios Oeste Baiano, Irecê, Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Médio Rio de Contas, Vale do Jiquiriçá, e Piemonte Norte do Itapicuru. Para 2009, está prevista a realização dos seminários nos 18 territórios restantes. Entre outros objetivos, estes seminários prevêem o fortalecimento do Cappa como órgão de controle social na definição das prioridades para execução do PPA 2008–2011.

O fortalecimento do Planejamento no Governo do Estado tem como uma de suas bases a interiorização do desenvolvimento do Estado, evidenciada nos programas de cunho territorial e urbano, a exemplo do "Terra de Valor", que abrange 51 municípios do Semi-árido baiano. Este programa está em plena atividade, e tem por objetivo articular as ações governamentais que permitam, até 2010, reduzir os índices de pobreza e a consequente melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social e ampliação da cidadania.

Na área urbana está sendo desenvolvido, pela SEDUR/Conder, um estudo da rede urbana, intitulado “Repensando o Desenvolvimento Urbano e Regional Baiano”, com período de ação de médio e longo prazos, tendo como meta a redução das desigualdades regionais e sociais do Estado. A Região Metropolitana de Salvador – RMS está sendo pensada a partir da compreensão da necessidade de consolidar a identidade metropolitana e o planejamento e gestão, articulados nos níveis dos governos estadual e municipal. Estão em desenvolvimento ações de sensibilização e mobilização dos municípios que compõem a RMS. Além disso, diversas instituições estaduais têm sido convidadas a participar das reuniões de trabalho.

Também está em desenvolvimento um estudo voltado para a formulação de diretrizes, com vistas ao uso sustentável da Baía de Todos os Santos, de forma a potencializar a sua importância ambiental, paisagística, econômica e cultural. O estudo está sendo usado também como documento orientador para o zoneamento ecológico da área. Ainda fazem parte desse conjunto de estudos e projetos, a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e a Gestão do Sistema de Informações Geográficas da Bahia, entre outros.

O Governo do Estado, durante o exercício de 2008, procurou manter o equilíbrio das contas públicas, enfocando os princípios da transparência, seriedade e eficiência na aplicação dos recursos públicos e desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade do gasto e crescimento da arrecadação.

Através do Portal Transparência Bahia, acessado via *internet* (www.sefaz.ba.gov.br), todo cidadão pode consultar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos, referentes às despesas e receitas, aos gastos com as diversas áreas, a exemplo de educação e saúde, e outros controles.

Na análise do Balanço Orçamentário da Receita, no âmbito das receitas correntes, houve uma previsão para 2008 de R\$ 20,8 bilhões. Foi efetivamente computado um valor de R\$ 19,3 bilhões de receita corrente, e R\$ 333,1 milhões de receita de capital, totalizando R\$ 19,7 bilhões, que representam uma realização de R\$ 17,1 bilhões, com uma variação em relação a 2007 equivalente a 13,7 %, o que denota um crescimento significativo das receitas no ano de 2008. Em relação às despesas, em 2008, o valor total foi de R\$ 19,9 bilhões, o que corresponde a uma variação de 31,2 % em relação a 2007. Os maiores aportes de recursos recaíram nas despesas com pessoal, representada por 47,2 %, enquanto as despesas de capital, envolvendo despesas com investimentos, corresponderam a apenas R\$ 2,9 bilhões.

A Advocacia do Estado, desenvolvida pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, tem desempenhado bem suas funções, produziu resultados bastante representativos nas conciliações realizadas durante o ano de 2008, com vantajosidade de R\$ 152,8 milhões. Também teve atuação importante na defesa de projetos e ações de interesse do Governo da Bahia.

Em 2008, foi dado enfoque especial aos sistemas corporativos para a área de Compras Públicas e Administração do Patrimônio. Neste caso, destacam-se a implantação da base de dados corporativos; implantação de sistemas corporativos; recuperação de imóveis públicos e atividades de assistência às comissões de licitações e aos pregoeiros.

Durante o ano de 2008, foi priorizado o Pregão Eletrônico como forma de dar mais agilidade e maior transparência aos processos licitatórios. Com essa medida, 84% das licitações realizadas na modalidade Pregão foram do tipo eletrônico, obtendo um crescimento de 146%, em relação a 2007. Essa decisão permitiu uma economia de R\$ 34,5 milhões, utilizando o procedimento eletrônico, contra R\$ 3 milhões com o tipo presencial. No total, a economia do Estado nos processos licitatórios, em 2008, foi de R\$ 37,5 milhões em relação ao valor contratado. Além disso, o Governo do Estado capacitou, em 2008, 2.466 servidores que trabalham na área de compras públicas.

No que se refere ao atendimento direto ao servidor público, estão relacionados projetos como: Plano Previdenciário e a Elaboração do Plano de Saúde Ocupacional; Expansão do Quadro de Servidores Estaduais através da realização de concursos públicos; Implementação da Educação Corporativa e de Políticas de Gestão de Pessoas; Concessão de Bolsas Educacionais e outras ações que atendem às aspirações de ascensão profissional dos servidores.

O Governo do Estado está investindo, também, na reestruturação das carreiras do Poder Executivo Estadual, mediante a implantação de um sistema de remuneração estratégica capaz de estimular a excelência no desempenho da função pública. Neste sentido, o Governo da Bahia realizou pesquisa em diversos Estados, cujo objetivo foi conhecer os mecanismos e formas de abordagens usadas para tratar desses temas, buscando as melhores orientações para definições das prioridades, com vistas ao fortalecimento das carreiras voltadas para a formalização, controle e avaliação de políticas públicas e implantação de política salarial, com reajustes específicos para cada categoria.

Em 2008, o Governo da Bahia, juntamente com os grupos ocupacionais com representação na Mesa Central de Negociação assinaram acordos que contemplam avanços nas estruturas e remuneração nas carreiras do funcionalismo do Estado. Este entendimento resultou em nove projetos de lei, enviados à Assembléia Legislativa.

Dentre as diretrizes observadas nos projetos de lei encaminhados à Assembléia Legislativa destacam-se o reposicionamento da remuneração das carreiras para todos os servidores públicos do Estado e a implantação de política salarial com reajustes específicos para cada categoria.

O objetivo é reorientar as políticas de remuneração sustentadas em gratificações e partir para ações voltadas à efetiva valorização do funcionalismo e à modernização da máquina pública. Para isso, o Governo está preparando as bases para a profissionalização de seu funcionalismo, a partir de uma reestruturação das carreiras pautada no mérito.

Em conformidade com os propósitos da nova política do Servidor Público, estabelecida, em 2008, pelo Governo do Estado, através de concurso público, foram nomeados 5.142 candidatos.

As iniciativas do Governo ainda visam a institucionalização de Política Pública de Gestão de Pessoas, voltada para a valorização e profissionalização do servidor e do serviço público estadual, que gere, no quadro de servidores, uma postura de preservação da saúde, melhor qualidade de vida e conforto no trabalho. Como ações pioneiras para preservação da saúde e promoção de qualidade de vida dos servidores públicos, destacam-se: a prestação de atendimento pré-hos-

pital móvel de emergências médicas e remoção para unidades referenciadas na área do Centro Administrativo da Bahia, beneficiando cerca de dez mil servidores.

Através do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, constituído por 433 mil beneficiários, os servidores recebem atendimento médico e hospitalar nas redes pública e privada do Estado. A melhoria que vem sendo processada na prestação desses serviços tem como resultado o crescimento no atendimento das consultas médicas e dos exames realizados. Em 2008, foram registrados 1.762.860 consultas e 9.113.136 exames, valores superiores em 4,7% e 14,6%, respectivamente, em relação a 2007. O aumento no número de atendimentos é reflexo, ainda, da expansão, em 2008, da rede de atendimento, que ganhou 11 novas unidades de saúde e o credenciamento de dois hospitais para atendimento de urgência e emergência: o Hospital Português e o Santa Isabel, ambos em Salvador.

A partir de janeiro de 2008, com o advento da Lei nº 10.955/07 e a conseqüente criação da Superintendência de Previdência – Suprev, na estrutura da SAEB, a Previdência do Servidor passou a ter uma gestão unificada, diferindo da forma descentralizada, anteriormente usada no âmbito das secretarias da Fazenda e da Administração. A mudança propiciou um maior controle gerencial sobre os benefícios concedidos. Também em 2008, foram iniciados os estudos para a elaboração da Política Previdenciária como parte integrante da Política de Recursos Humanos do Estado.

As realizações apresentadas, em 2008, para a promoção da Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência estão sin-



Portal da Secretaria da Fazenda – Democracia, Participação e Transparência



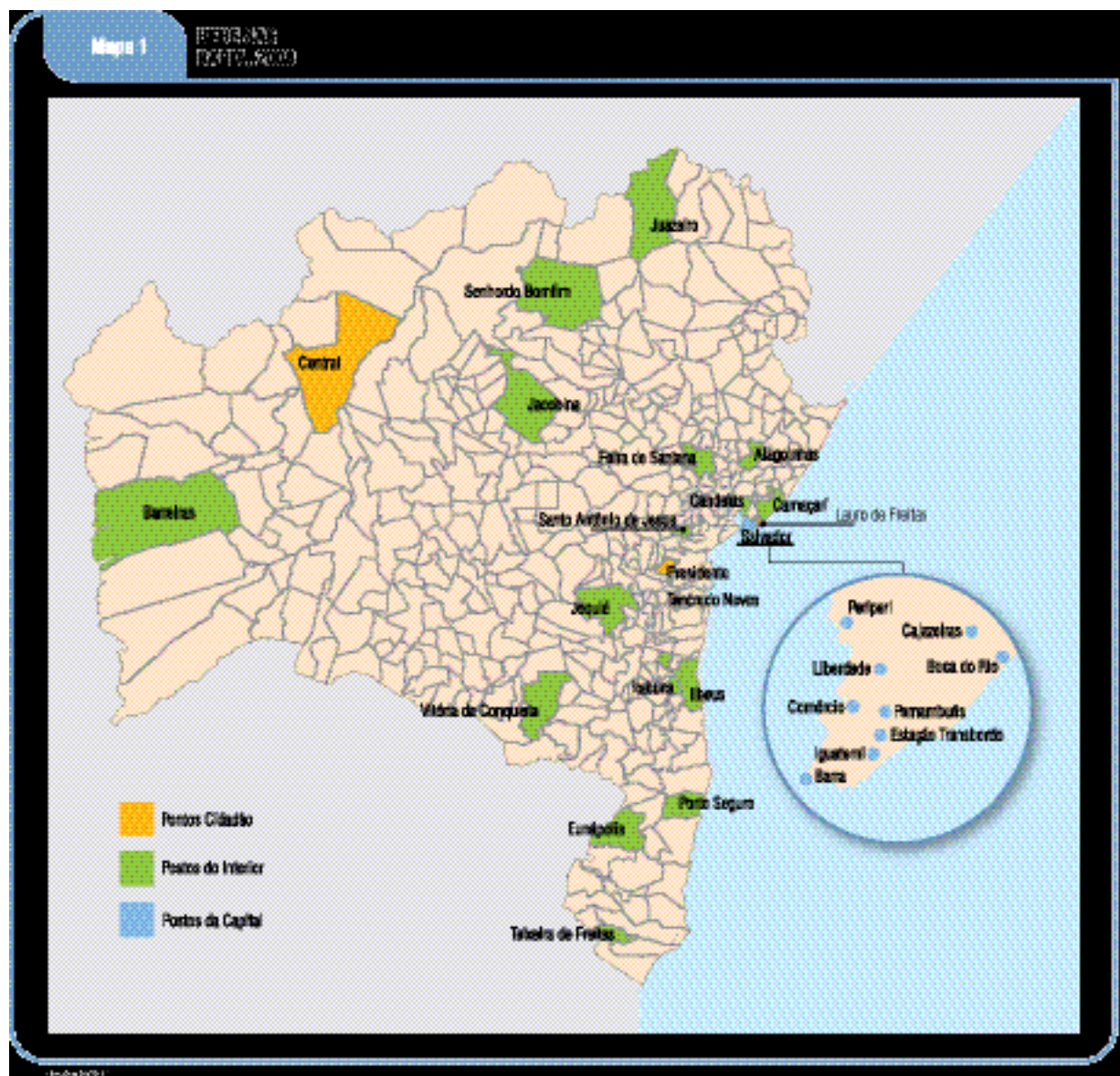
tonizadas com os princípios de gestão estabelecidos no planejamento estratégico estadual, através da ética, transparência, controle social, democracia, participação e diálogo social, efetividade, transversalidade, ambiente institucional e regulatório, descentralização e territorialidade.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – SAC

A tecnologia SAC desenvolvida pelo Governo do Estado revolucionou a prestação de serviços públicos e inspirou a criação de unidades de atendimento similares em quase todos os estados

brasileiros. O interesse demonstrado pelos governos de outros países de também conhecer o serviço revela o sucesso da iniciativa. O modelo SAC de atendimento, além de compartilhado com organizações interessadas em implantar a sua tecnologia, está sendo disseminado com bons resultados na administração estadual, a exemplo do processo de modernização do atendimento em curso no Detran.

Em 2008, a Rede SAC contou com 27 postos, sendo dez na Capital e 17 no interior, três Pontos Cidadão e duas unidades do SAC Móvel que percorrem as áreas não cobertas pelas unidades instaladas em base fixa.



Como mostra a Tabela 1 e o Gráfico 1, foram realizados em 2008, na Rede SAC, em torno de 11 milhões de atendimentos nos diversos serviços. A maior parte dos serviços foi realizada nos postos, sendo que, os da Capital são responsáveis por 55% dos atendimentos, enquanto os do interior, por 43,3%. Embora com apenas 3.247 atendimentos, o Ponto Cidadão, unidade compacta de atendimento SAC, implantado a partir de junho deste ano, no interior do Estado, desempenha uma função estratégica, na medida em que, através de parcerias, criatividade e investimentos reduzidos, leva serviços de qualidade para comunidades, até então, desassistidas.

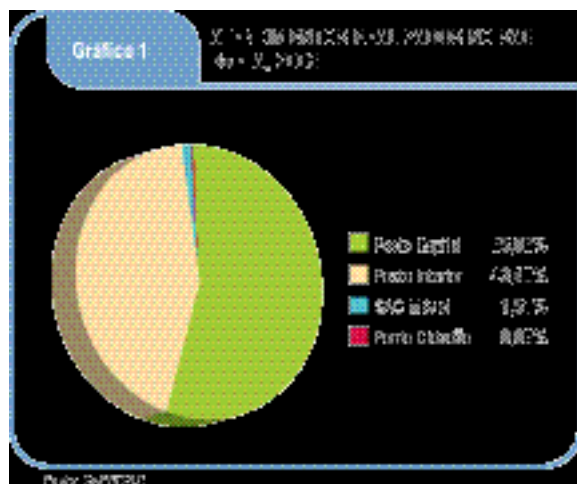
Com a missão de levar aos cidadãos das localidades ainda não servidas pelas unidades fixas do Serviço de Atendimento ao Cidadão, o Governo do Estado disponibiliza o SAC Móvel. Sua estrutura é composta de duas carretas e duas equipes, com 18 funcionários cada, que prestam os serviços de emissão de carteira de identidade, antecedentes criminais, certidão de nascimento e atendimento previdenciário aos servidores públicos estaduais, além de recepcionar críticas e sugestões acerca dos serviços oferecidos pelo Governo, através da Ouvidoria Geral do Estado – OGE.

Tabela 1

ATENDIMENTOS REALIZADOS NO SAC BAHIA, 2008

DISCRIMINAÇÃO	ATENDIMENTOS	%
Posto Capital	6.055.861	55,06
Posto Interior	4.772.870	43,40
SAC Móvel	165.787	1,51
Ponto Cidadão	3.247	0,03
TOTAL	10.997.765	100,00

Fonte: SAEB/SAC



Ascom/SAEB



SAC Móvel

Em 2008, o serviço atendeu em torno de 165 mil usuários, em mais de 140 localidades, inclusive em diversos bairros de Salvador. Além disso, garantiu a participação dessas comunidades em diversas ações voltadas para assegurar o direito à cidadania através de programas como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Ação Global e o Programa Você Cidadão.

A tecnologia usada no SAC Móvel foi modernizada, com a interligação dos sistemas utilizados. Baseada em rede local, com o uso de microcomputadores no lugar de terminais, a nova solução proporcionou maior agilidade dos trabalhos realizados e facilitou a comunicação entre a unidade móvel e a Secretaria da Administração – SAEB.

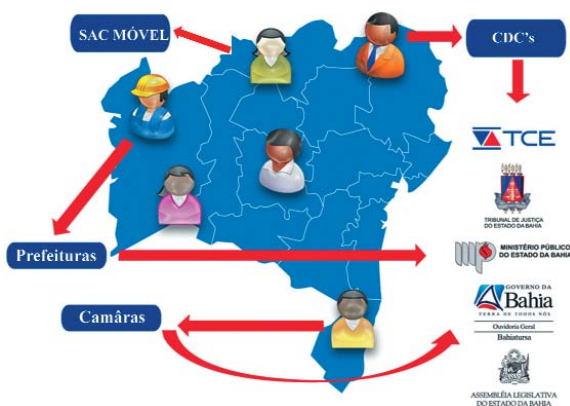
EXPANSÃO DA REDE SAC

Ponto Cidadão – Como forma de ampliar a capilaridade do Serviço de Atendimento ao Cidadão no interior do Estado, foi desenvolvido o Ponto Cidadão, unidade compacta de atendimento SAC, dotada de condições para emitir, em até 15 dias úteis, os principais documentos para o exercício da cidadania: carteira de identidade, carteira de trabalho, antecedentes criminais e cadastro de pessoa física.

Em junho de 2008, foi implantada a primeira unidade, no município de Central. No mês seguinte, a população de Presidente Tancredo Neves também foi contemplada com mais um Ponto Cidadão e, em dezembro, foi a vez de Inhambupe ganhar uma unidade. Nestes novos serviços implantados foram realizados 3.247 atendimentos.

Está prevista para o início de 2009 a instalação de um Ponto no município de Cruz das Almas, uma parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. A unidade de Cruz das Almas será nos mesmos moldes dos postos de Atendimento ao Trabalhador existentes em 74 municípios, que disponibilizam linhas de crédito, seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra, de forma a agregar esforços na prestação de serviços e otimização dos recursos envolvidos.

Posto SAC – Com o objetivo de levar os serviços SAC cada vez mais próximos da população, foi implantada, em outubro de 2008, mais uma unidade da rede em Pernambuco, considerado um dos bairros mais adensados de Salvador. A implantação da nova unidade foi realizada em parceria com uma empresa do segmento de supermercados, que disponibilizou toda a infra-estrutura necessária ao pleno atendimento da comunidade, ficando sob a responsabilidade do Governo do Estado a sua manutenção.



Expansão da Rede SAC



Ponto Cidadão – Central

O Posto dispõe de uma área de 273m², funciona das 8h às 14h, realizando 630 atendimentos diários. A comunidade local passou a dispor de maior facilidade de acesso aos principais documentos: carteira de trabalho, carteira de identidade, certificado de antecedentes criminais, título de eleitor e CPF.

Como fruto da mesma parceria e adotando o mesmo arranjo de negócio formulado para a unidade de Pernambuco, foi inaugurado, em dezembro, um novo Posto SAC em uma área de 359 m², disponibilizada na loja de um supermercado, no bairro de Pau da Lima. A área permitirá uma excelente organização do espaço, totalmente adaptado para a prestação dos serviços pelos seguintes órgãos parceiros: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE; Secretaria da Segurança Pública – SSP e o Departamento Estadual de Trânsito – Detran.

A localização do posto permitirá ainda agregar benefícios relacionados à infra-estrutura de serviços (loja, clínica médica, salas de cursos e acesso à internet, estacionamento, sanitário e segurança),



Posto SAC Pernambuco

contribuindo decisivamente para a comodidade e conforto de todos os que circularem diariamente no SAC, o que resultará na qualidade da prestação do atendimento.

A expansão da rede SAC de atendimento abrange, também, a implantação de um posto na região do Iguatemi, maior centralidade da Capital baiana. A medida visa atender a crescente demanda pelos serviços, registrada nas duas outras unidades localizadas nesta mesma área.

O Projeto prevê a implantação de uma unidade de grande porte no Salvador Shopping, em uma área de 1,5 mil m², onde será colocado à disposição da população um mix de serviços de órgãos estaduais e federais. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2009.

REFORMA DAS UNIDADES SAC

Periperi – Com uma média de 1.707 atendimentos por dia, no mês de junho de 2008, o SAC de Periperi passou por uma reforma que teve como propósito preservar as condições ideais de funcionamento, a partir da melhoria das suas unidades, recepção e espera, e da inclusão da unidade integrada para a prestação de serviços referentes à retirada de CPF e de antecedentes criminais.

O projeto teve como princípio a otimização e modernização dos espaços, com nova programação visual e substituição do mobiliário, além da reestruturação da infra-estrutura em seus aspectos mais importantes, como as redes de logística, elétrica, de telefonia e sistema de refrigeração.

Liberdade – No final de outubro de 2008, o posto SAC Liberdade foi fechado para reforma. A unidade, que funciona no Shopping Liberdade, apresenta uma média de 797 atendimentos por dia, e necessitava de reformas estruturais, com vistas a melhorar a qualidade no atendimento e diversificar os serviços prestados.

A intervenção prevê a ampliação das unidades de maior demanda, a exemplo das SSP, SETRE e Defensoria Pública do Estado – DPE. Com a reforma, serão incluídas duas novas unidades: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL.

VOCÊ CIDADÃO

O Governo do Estado, na busca por disseminar o conceito de atendimento qualificado, igualitário e inclusivo nos órgãos e unidades que prestam serviços diretos à população, lançou, em janeiro de 2008,



Programa "Você Cidadão"

Ascom/SAEB

o Programa Você Cidadão. O Programa inclui uma série de ações de ampliação e reestruturação de serviços, garantindo um melhor atendimento ao cidadão, além de intensificar as oportunidades de inclusão social e promoção do exercício da cidadania, com a disponibilização gratuita de documentação básica, serviços e informações de interesse público.



Na Praça – Essa vertente do Programa Você Cidadão tem por objetivo disponibilizar informações de interesse público, serviços e documentos, bem como integrar atividades culturais, educativas e de saúde, a partir de iniciativas de grande abrangência, em áreas públicas.

Os eventos acontecem nos 26 Territórios de Identidade, com a participação de órgãos e entidades públicas municipais, estaduais (entre elas o SAC Móvel) e empresas privadas. O público-alvo abrange as comunidades das áreas de maior concentração populacional, tanto na Capital como no interior do Estado.

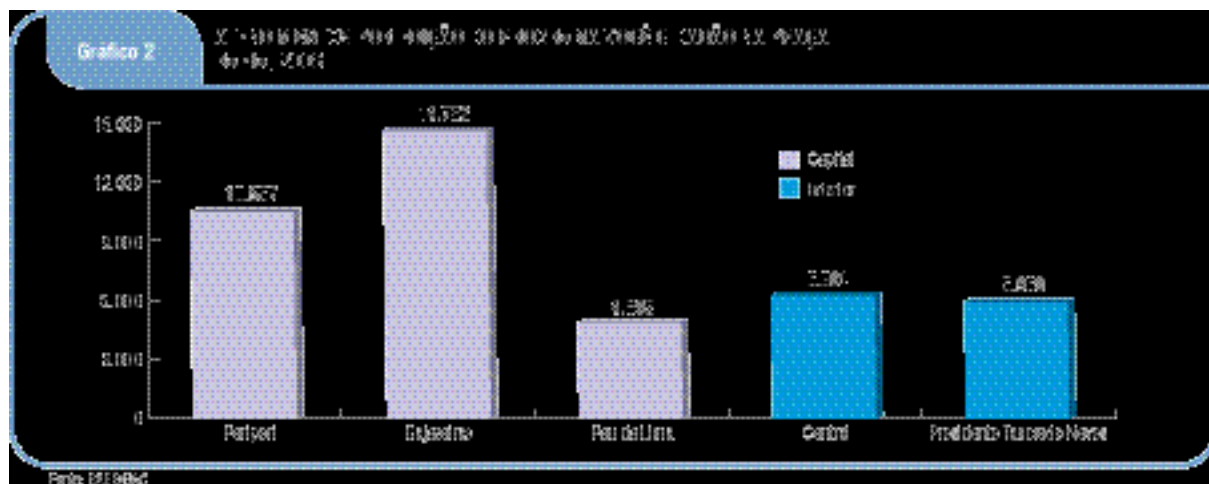
Em 2008, foram realizados cinco eventos, sendo três na Capital – Periperi, Cajazeiras e Pau da Lima, e dois no interior – Central e Presidente Tancredo Neves. As edições do Programa Você Cidadão na Praça atenderam, aproximadamente, 42.450 cidadãos, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Na Escola – Esta ação tem como objetivo promover a ampliação do acesso a documentos para os alunos da rede pública estadual, considerando a matrícula escolar e o aumento significativo da demanda nos postos SAC no período de férias e a limitação da capacidade de atendimento.

Para tanto, as duas unidades móveis do SAC, durante o mês de dezembro de 2008, percorreram os bairros populares que apresentam um número significativo de escolas públicas, para emissão de carteira de identidade e CPF. Os serviços prestados gratuitamente beneficiaram 10.931 estudantes, de 278 estabelecimentos da rede pública estadual.



Você Cidadão na Escola



SAC Verão – Visando atender o aumento da demanda gerada no início do ano, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2008, foi implantada uma unidade temporária de atendimento ao cidadão no campus da Universidade Estadual da Bahia – Uneb, em Salvador. Neste posto temporário, que registrou 4.537 atendimentos, foram oferecidos à população os serviços de emissão da carteira de identidade, CPF, antecedentes criminais e carteira de trabalho. Em função do aumento do fluxo nos SACs Iguatemi e Barra, no mesmo período, as duas unidades do SAC Móvel instalaram-se, também, na região de Ondina e do Iguatemi, totalizando 3.432 atendimentos.

SAC Carnaval – Durante o período do Carnaval de Salvador, foram realizados 2.527 atendimentos pelas unidades do SAC Móvel instaladas no Vale dos Barris e em Ondina. Nessa operação foram oferecidos os serviços de recepção de documentos perdidos, informações gerais sobre os serviços públicos prestados durante a festa, distribuição de pulseiras de identificação para menores, registros na Ouvidoria Geral do Estado, Alerta Cidadão (serviço da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL para cancelamento de cartões de crédito e cheques perdidos durante o circuito) e agendamentos para emissão de documentos nos postos, após a quarta-feira de Cinzas.

Na História – Conforme prevê a Lei nº 10.695/07, a sede do Governo do Estado da Bahia fica transferida, todos os anos, temporariamente, para a cidade de Cachoeira, no dia 25 de junho, em homenagem à resistência histórica do povo cachoeirano na luta pela independência baiana. Dentre os eventos alusivos à data, as unidades móveis de atendimento do SAC percorreram as seguintes cidades do Recôncavo Baiano: Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Governador Mangabeira e Maragogipe. Foram oferecidos à população, gratuitamente, os serviços de emissão de carteiras de identidade, certificado de antecedentes criminais e certidão de nascimento. Nos momentos de espera para atendimento, numa parceria com a Fundação Pedro Calmon, o SAC Móvel exibia aos cidadãos aulas públicas, vídeos e recitais de poemas sobre a Independência do Brasil na Bahia.

SISTEMA DE GESTÃO DO ATENDIMENTO

Em 2008, a SAEB desenvolveu o sistema **Atende**, voltado para o controle e gerenciamento de filas nas unidades do SAC. O serviço permite a geração automática de relatórios estatísticos do atendimento, que irão subsidiar o acompanhamento da demanda e a adoção de ações para assegurar a qualidade na prestação dos serviços.

O sistema foi implantado, a título de teste, em outubro de 2008, na unidade do SAC de Pernambués, para acompanhamento da aplicação e realização dos ajustes necessários. Os próximos postos a serem implantados – em Pau da Lima e Salvador Shopping – também irão dispor dessa ferramenta.

TV SAC

Implantada em dezembro de 2008, a TV SAC é um programa informativo e educativo que será veiculado nas unidades da Rede, com assuntos de interesse da população. O objetivo é utilizar o tempo em que o cidadão aguarda o atendimento para veicular matérias com conteúdos sobre o funcionamento dos postos SAC e campanhas educativas, a exemplo das de conservação de documentos, trânsito responsável, cuidados com saúde e dicas sobre a língua portuguesa.

AUDITORIA DA QUALIDADE

Iniciada em 2007, nas unidades do interior do Estado, a Auditoria da Qualidade visa à melhoria do atendimento, através da participação de gestores e servidores. Em 2008, os postos da Capital receberam visitas dos auditores da qualidade, a fim de traçar o perfil da Rede.

Como produto, obteve-se a elaboração do Diagnóstico dos Pontos Fortes e das Principais Oportunidades de Melhoria, identificadas em todos os postos SAC, que deverá gerar um plano de ação, visando implementar as melhores práticas em todas as unidades de atendimento e programar prazos para solucionar os principais problemas.

CERTIFICAÇÃO ISO 9000

A fim de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos serviços oferecidos à população, a SAEB vem desenvolvendo iniciativas para certificar a Rede SAC segundo as normas ISO 9000. A instituição, para fazer jus a este certificado, precisa atender a um conjunto de regras reconhecidas internacionalmente, voltadas para o alcance de continuados padrões de qualidade.

O primeiro posto a ter o reconhecimento da conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade segundo as normas 9001:2000 foi o SAC Comércio, no ano de 1995. Em continuidade ao projeto, foram certificados, em 2008, as unidades de atendimento de Periperi e do Shopping Barra.

VOCÊ FAZ O SAC

Com a finalidade de incentivar o atendimento de qualidade ao público nos postos SAC, a SAEB implantou um projeto que premia os funcionários que mais se destacarem. A avaliação será realizada trimestralmente, a partir de janeiro de 2009, sendo escolhido um funcionário por posto. No final de cada ano, serão escolhidos dois funcionários, sendo um da Capital e o outro do interior. A indicação do funcionário será resultado de três avaliações:

- **Voto da Qualidade** – Identificação e reconhecimento do atendimento ao público com qualidade, através da manifestação direta e participativa dos funcionários do Posto;
- **Pesquisa da Qualidade** – Identificação e reconhecimento dos agentes promotores da qualidade no atendimento ao público, através de pesquisa direta junto ao cidadão atendido;
- **Avaliação Profissional** – Levantamento de pontuações positivas e negativas de cada funcionário, que resultaram na excelência ou descumprimento de conduta, em relação aos Procedimentos da Qualidade.

RETIRADA DE DOCUMENTOS

Devido ao número elevado de documentos confeccionados e não retirados nos postos SAC, em todo o Estado, foi iniciada, em 2008, a elaboração de uma campanha publicitária para incentivar a retirada desses documentos. São cerca de 18,6 mil carteiras de trabalho, 4,7 mil carteiras de habilitação e 2 mil carteiras de identidade, abandonadas por seus titulares, ocasionando gasto para a administração pública, além de ocupação de espaço nos postos.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e operacionais, ao longo do ano foram realizadas pesquisas com os usuários do SAC. Entre elas, merece destaque a pesquisa aplicada de modo presencial e via web, entre os usuários do SAC Iguatemi. A análise teve como objetivo apurar o grau de satisfação e obter opinião sobre uma possível transferência do posto para outro local na mesma região. O resultado da pesquisa demonstrou a satisfação do usuário com a localização do citado posto, no entanto, evidenciou a necessidade de realizar algumas modificações estruturais, como forma de melhorar a qualidade do serviço prestado ao público.

Durante os meses de setembro e outubro, foi realizada uma nova pesquisa com o intuito de identificar os motivos para o grande volume de solicitação de vias subsequentes da carteira de identidade. O resultado desta pesquisa servirá de subsídio para ações de educação junto ao público, visando ao maior cuidado com a documentação, o que indiretamente irá melhorar o fluxo na Rede.

Em 2008, a SAEB resolveu não realizar a pesquisa anual de satisfação do usuário do SAC, optando pela maturação das ações que estão sendo implementadas, com vistas a um diagnóstico mais elucidativo sobre a assertividade dessas ações no ano de 2009. Paralelamente, foi confeccionado um novo modelo de formulário de avaliação, cujo preenchimento pelo cidadão será estimulado pelos funcionários e, também, por meio de pesquisas esporádicas nos postos, o que dará um *feedback* contínuo sobre o nível de aceitação dos serviços.

A partir do mês de outubro de 2008, entrou em funcionamento em toda rede SAC, o **Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG**. Desenvolvido pela Ouvidoria Geral do Estado – OGE, o sistema tem como função unificar os registros da Ouvidoria num único banco de dados e tornar acessível à análise dos relatórios sobre os dados relativos à Ouvidoria do SAC.

O TAG é uma ferramenta analítica voltada para o diagnóstico e prognóstico em gestão pública, que substituiu o SAC Opinião. A análise estatística dos registros gera indicadores importantes para as necessidades de mudanças em processos administrativos, correção de deficiências e melhoria na qualidade de serviços públicos.

Além dos postos da Capital e do interior, até o final de 2009, o TAG será utilizado pelas equipes do SAC Móvel e nos Pontos Cidadão. Os canais de acesso são diversificados. Pode ser feito pelo telefone, através do 0800 0715353, pela Internet, no site www.sac.ba.gov.br, e pela pesquisa de opinião, realizada nos postos por meio de formulário específico.

AÇÕES COMUNITÁRIAS

Visando contribuir para inclusão social das camadas menos favorecidas da população, a SAEB, por intermédio do SAC, participou de iniciativas voltadas para assegurar o exercício da cidadania, prestando serviços em parceria com entidades dos setores público e privado, além de organizações da Sociedade Civil, emitindo documentos e oferecendo informações sobre os serviços prestados pela Rede SAC de atendimento.

ATIVIDADES DO SAC EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

- Doação de Sangue – Candeias;
- Dia Nacional de Ação Voluntária nas Escolas da Fundação Bradesco – Cajazeiras;
- Projeto Prefeitura nos Bairros e Dia D+ – Camaçari;
- Mutirão de Cidadania Empresarial, Caravana CDL, Exercício da Cidadania na Escola Rural de Massaroca – Juazeiro;
- Movimento Solidário do Instituto Gbarbosa – Feira de Santana;
- Programa Paz, Ação e Cidadania – Periperi;
- Ação Global – Feira de Santana e Salvador;
- II Mutirão da Cidadania e Atendimento às Comunidades Rurais – Itabuna;
- Comunidade em Ação – Vitória da Conquista;
- Mutirões do Cartão SUS, Educação e Ação Social da Escola Ismael Ornelas, Feira de Cidadania do Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC – Lauro de Freitas.

FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

EXPANSÃO DA TELECOMUNICAÇÃO NO ESTADO

GESTÕES DE CONTRATOS DE TELEFONIA

No exercício de 2008 a SEINFRA procedeu à renovação dos contratos de Serviço Móvel Pessoal – SMP e Serviço Fixo Computado, modalidade Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, contendo as mesmas tarifas sem reajuste, resultando no melhor controle dos gastos com telefonia.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA – CAB

No atual exercício de 2008, foi realizada a desvinculação da manutenção da Central Telefônica do CAB, com a contratação de nova empresa, reduzindo o valor mensal em R\$ 21,5 mil, o que significa uma economia anual para o Estado de R\$ 324 mil.

UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL

O Estado da Bahia está contemplado nesse programa, que determina que as operadoras deverão universalizar o serviço móvel até março de 2010, ou seja, a telefonia móvel será estendida aos 209 municípios que ainda não contam com este serviço.

O Governo do Estado buscou antecipar a disponibilidade desses serviços que se revestem de grande utilidade para a população,

celebrando convênio com a Operadora Claro, que beneficiará 98 municípios.

A Tabela 2 indica a distribuição do serviço de telefonia móvel nos municípios baianos.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE RETRANSMISSÃO DO SINAL DA TV EDUCATIVA

É de responsabilidade da SEINFRA realizar a operação e manutenção das torres de retransmissão de sinal da TVE, em todo o Estado. Em 2008, 59 novas estações de retransmissão foram agregadas ao sistema, atualmente com 364 estações.

SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Em 2008, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba registrou 3.539 solicitações ligadas ao sistema de transporte de passageiros. Destas solicitações, 3.443 tem ligação com o serviço de transporte, 96 ligadas ao serviço de terminais e 52 consideradas improcedentes.

Tabela 2

NÚMERO DE OPERADORAS POR MUNICÍPIO NO ESTADO DA BAHIA BAHIA, 2008

OPERADORAS POR MUNICÍPIO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Municípios Sem Operadora	204	49%
Municípios com 1 Operadora	55	13%
Municípios com 2 Operadoras	33	8%
Municípios com 3 Operadoras	38	9%
Municípios com 4 Operadoras	87	21%
TOTAL	417	100%

Fonte: SEINFRA

Os registros foram feitos à Ouvidoria Pública, órgão que funciona como canal permanente de comunicação entre o Estado e o cidadão, assegurando a este o direito de manifestar suas sugestões, reclamações, críticas e elogios sobre os serviços prestados.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS E COMBATE AO TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS

A Agerba, por intermédio dos 12 pólos regionais, nove localizados no interior e três na Região Metropolitana de Salvador – RMS, exerce poder de fiscalização, combatendo o transporte clandestino de passageiros, em conjunto com a Polícia Rodoviária Estadual – PRE, Polícia Rodoviária Federal – PRF e a Polícia Militar – PM. Nessas operações foram realizadas 1.868 blitz, e autuados/apreendidos 1.765 veículos, garantindo, assim, a segurança dos usuários.

A realização de inspeções nas frotas de veículos das empresas do sistema de fretamento é exigência legal, conforme determina o Regulamento do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia. Em 2008, foram vistoriados 9.511 veículos.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE – CLN

Na busca de dar maior segurança e conforto aos usuários da BA-099, em 2008, a concessionária CLN realizou ações de manutenção, restauração e conservação do revestimento asfáltico das pistas da rodovia. As intervenções incluíram serviços de limpeza de canteiros e taludes; limpeza de faixa de domínio; limpeza e desobstrução de bueiros, calhas e canaletas de drenagens; corte e poda de árvores com retirada; recuperações de erosões e placas de sinalizações.

Ainda na mesma rodovia, foram iniciados os serviços da quarta etapa de duplicação referente ao trecho Guarajuba – Itacimirim. As obras incluíram também a construção das pontes sobre o Rio Saco e sobre o Rio Tambai.

SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO PELA BAHIAGÁS

Em 2008, a Bahiagás, através do serviço da Ouvidoria, respondeu a 138 manifestações registradas, destas 96% foram solucionadas.

ADVOCACIA DO ESTADO

FUNÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Responsável pelo patrocínio da defesa, em Juízo, dos bens e interesses públicos subjetivados do Estado da Bahia, exercendo, assim, com exclusividade a advocacia pública estadual, a Procuradoria Geral do Estado – PGE tem por dever constitucional atuar preventivamente nas diversas etapas de formação da vontade estatal e da gestão da coisa pública, cabendo-lhe velar pela correção jurídica e pela higidez ética das decisões governamentais em seu mais amplo sentido.

A essencialidade da Advocacia Pública é uma exigência do Estado democrático e de direito que, não comportando arbítrio, reclama, para sua conformação e sobrevivência, fortes instrumentos de controle para assegurar a hegemonia de princípios que são os pilares e a própria alma do regime republicano: a legalidade (conformidade do agir estatal à lei em sentido formal), a legitimidade (adequação das opções políticas aos anseios dos governados), a impessoalidade (atenção aos fins de interesse público), a economicidade (obtenção do melhor produto ou serviço ao menor custo) e a moralidade (atuar probo e honesto).

Nisto consiste precisamente o papel de uma Procuradoria Geral de Estado na organização política brasileira – o de guardião dos princípios republicanos de Governo, fins que orientam e justificam a institucionalização das atividades de consultoria e assessoramento jurídico, representação judicial e extrajudicial do Estado e sua afetação a um quadro organizado de advogados públicos recrutados pelo sistema do mérito, mediante concurso de ampla convocação.

EM BUSCA DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A PGE tem buscado atender, de forma eficiente e com a celeridade que lhe permitem suas precárias condições de funcionamento, a crescente e cada vez mais diversificada demanda proveniente da Administração e do Poder Judiciário.

Para superar as dificuldades que enfrenta no dia-a-dia, seja pela inadequação da atual estrutura orgânica, seja pela precariedade das instalações disponíveis (sem uma sede própria, a PGE vem atuando de forma fracionada em quatro localidades distintas: Canela, Graça,

CAB/FLEM e CAB/Governadoria), seja, finalmente, pela falta de um sistema de informática compatível com a natureza e a complexidade do trabalho empreendido, a PGE adotou no curso deste exercício uma série de medidas, a saber:

- a) Contratação para elaboração de projetos elétrico, hidráulico, de rede lógica e execução de obras de construção civil no prédio atualmente ocupado pelas Voluntárias Sociais a si destinado;
- b) A elaboração de Anteprojeto de Reforma da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, com indicação para:

- A criação do Grupo Ocupacional PGE de Apoio Administrativo, integrado por cargos de provimento efetivo a serem preenchidos mediante concurso público, contemplando a necessidade de um quadro próprio de pessoal e de recrutamento, pelo sistema do mérito, de servidores de nível médio e superior – já que a PGE, com 42 anos de existência, ainda funciona com servidores ocupantes de cargos em comissão, na grande maioria de categoria DAI (escolaridade primária), alguns servidores cedidos por outros órgãos e contratados precariamente sob Renda;
- A redefinição de critérios para a divisão do trabalho em busca da racionalidade, eficiência e economicidade, com redução de dez para apenas quatro Procuradorias;
- A criação de Núcleos Setoriais nas Secretarias de Estado e outros órgãos da Administração;
- A criação de Representações Regionais no interior do Estado e de uma Representação perante Órgãos Administrativos e Tribunais Superiores em Brasília, visando aperfeiçoar os serviços descentralizados;
- A transformação do atual Protocolo da PGE em Coordenação de Recepção, Triagem, Distribuição e Expedição, com o objetivo de tornar mais rápida a tramitação dos processos;
- A criação de uma Coordenação de Informática para manutenção, atualização e suporte dos sistemas existentes;
- A transformação da atual Procuradoria de Estudos e Documentação em Centro de Estudos e Aperfeiçoamento;
- A redefinição das finalidades do Fundo de Modernização da Procuradoria com previsão de incentivos aos servidores do Órgão;

- c) Elaboração das cartilhas e minutas de editais, treinamento de servidores nas Secretarias para aperfeiçoar a interlocução com a PGE e facilitar a tramitação dos processos;

- d) Promoção de cursos e seminários sobre temas jurídicos, tendo como público-alvo, diretores, coordenadores e demais servidores públicos da Administração Estadual.

DESEMPENHO DA PGE EM 2008

ESTATÍSTICA DA DEMANDA RECEBIDA E CUMPRIDA EM 2008

Apesar das medidas acima referidas, adotadas com vistas à redução da demanda e à racionalização do tempo de tramitação dos processos administrativos, verificou-se, em, 2008, um significativo aumento das consultas recebidas e dos processos judiciais promovidos contra o Governo do Estado. Comparando-se ao ano anterior, essa demanda teve um incremento de 8%, com um total de 52.138 consultas, em 2008, contra 48.555, registradas em 2007. Destas 52.138 consultas registradas, cerca de 60% corresponde à área de consultoria e 40%, à esfera Judicial.

ATIVIDADES EMPREENDIDAS NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Neste item estão demonstrados os resultados obtidos na representação do Estado perante o Poder Judiciário, compreendendo a regularização da dívida pública oriunda de decisões judiciais transitadas em julgado (precatórios); a erradicação de pretensões indevidas ajuizadas contra o Estado da Bahia e a recuperação da receita tributária.

DIMENSIONAMENTO E REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS

No primeiro semestre de 2007, através da Portaria de nº 91/2007, a PGE, em harmonia com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, criou um grupo de trabalho interdisciplinar com a finalidade de promover as medidas necessárias à solução da dívida representada pelos precatórios acumulados, há mais de dez anos, no Tribunal de Justiça e no Tribunal Regional do Trabalho – TRT, da 5ª Região. O grupo de trabalho é composto por procuradores do Estado e técnicos da SEFAZ.

Em 2007, esse passivo já alcançava cifra superior a R\$ 1 bilhão. Cerca de R\$ 700 milhões, representavam dívidas com empreiteiras e credores alimentícios do Derba. O restante, R\$ 300 milhões, provenientes de sentenças proferidas contra o Estado da Bahia e demais entidades da administração indireta, foi parcialmente resolvido, mediante acordos celebrados sob a chancela dos próprios tribunais, em condições compatíveis com a capacidade financeira do erário.

O trabalho vem se desenvolvendo com a revisão geral dos cálculos de todos os precatórios, para a eliminação de excessos indevidos, a fixação

RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

- Expurgos por excessos de cálculos (aproximadamente) – R\$ 15 milhões
- Valor dos precatórios conciliados – R\$184,5 milhões
- Percentual médio de deságio obtido – 54%
- Valor total dos deságios aplicados – R\$ 93,8 milhões
- Valor das conciliações – R\$ 90,7 milhões

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Média de quatro anos
- Parcelamento trimestral
- Suspensão de incidência de juros de mora
- Efeito da suspensão dos juros: redução de 12% a.a. ou 48% em 4 anos
- Economia pela suspensão de juros – R\$ 44 milhões

VANTAJOSIDADE DAS CONCILIAÇÕES REALIZADAS EM 2008

- Expurgos de cálculos – R\$ 15 milhões
- Deságios – R\$ 93,8 milhões
- Suspensão da fluência dos juros – R\$ 44 milhões

TOTAL – R\$ 152,8 milhões

de percentuais de deságio, a redefinição de encargos (juros e correção), a conciliação quanto ao parcelamento e aos prazos de pagamento.

Com os resultados obtidos até aqui, o Estado da Bahia conseguiu atualizar todos os precatórios de natureza alimentícia da administração direta e indireta expedidos pela Justiça Comum. Também foram atualizados cerca de 50% dos precatórios trabalhistas vencidos até dezembro de 2007, contemplando mais de 600 credores.

O trabalho desenvolvido pioneiramente na conciliação de precatórios, sob a coordenação da Procuradoria Geral do Estado, rompe a tradição malsã de desatenção às decisões do Poder Judiciário e de desrespeito aos direitos individuais e sociais por este reconhecidos. A iniciativa ainda proporcionou ao Estado condições razoáveis de pagamento de sua dívida judicial, afastando a incidência de regras restritivas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também resgatou o sentido ético do agir estatal e afirmou o princípio republicano da harmonia entre os Poderes.

ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS INDEVIDAS

Ações judiciais de grande relevo, seja sob o ponto de vista financeiro, seja sob o aspecto político e social, foram resolvidas com expressivo êxito, mercê da atuação da PGE da Procuradorias Judicial – PJ, Procuradoria do Interior – Proin e junto aos Tribunais Superiores – PTS. A seguir, algumas das conquistas judiciais obtidas:

Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta – Iniciada nos idos de 1985, representa antiga demanda indenizatória resultante da ocupação de uma área de 5.593 m² para a abertura da Av. Edgar Santos (transversal da Paralela). O impasse foi concluído no Tribunal de Justiça da Bahia, com uma condenação imposta ao Estado e ao Derba superior a cifra de R\$ 200 milhões. Obrigou-se a esses entes públicos pagarem 12.208 m², a 9,72 UPFs o metro quadrado, com mais correção monetária, juros compensatórios, juros moratórios, honorários de advogado e despesas processuais.

Uma ação rescisória ajuizada pelo Estado da Bahia, julgada parcialmente procedente no Tribunal da Bahia, para excluir os juros compensatórios, foi reapreciada, em recurso especial, pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Por unanimidade, o STJ deu provimento ao recurso do Estado, anulou a sentença condenatória e proferiu novo julgamento da ação de indenização, que resultou na redução da área aos exatos 5.593 m². Também ficou determinado que fosse realizada perícia para sua avaliação. Considerando-se que o valor de mercado da área em questão não chega a R\$ 100 (o metro quadrado), conclui-se que, com o êxito dessa demanda, o resultado financeiro obtido pela PGE gira em torno de R\$ 200 milhões.

Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais – Outra vitória obtida pelo Estado, fruto do excelente desempenho da PGE, deve-se ao pedido formulado, através de mandado de segurança, pelos municípios de Ibotirama e São Desidério, quanto ao repasse do percentual de 25% recebido pelo Estado, a título de compensação financeira, pela exploração de minérios nos territórios dos impetrantes.

O acolhimento, pelo Tribunal de Justiça, da tese sustentada pela PGE, resultou no indeferimento daqueles mandados de segurança, abrindo-se precedentes a outras possíveis investidas, e representou uma economia de R\$ 70 milhões por ano, em favor do erário estadual.

Defesa da Legalidade de Atos da SAEB em Benefício do Planserv – Garantindo a eficácia de diretrizes adotadas pela SAEB no gerenciamento do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, a PGE obteve a cassação da medida liminar, requerida pela Associação das Clínicas Oncológicas da Bahia – Ascob, determinando a suspensão de duas portarias que fixavam limites de custo para aquisição de medicamentos na área da oncologia. Com esse resultado, o Estado deixou de desembolsar uma quantia de, aproximadamente, R\$ 9 milhões.

Ainda em defesa do Planserv, a PGE conseguiu abortar várias tentativas de anulação judicial do reajuste das contribuições devidas por beneficiários e seus dependentes.

Garantia da Execução do Projeto do Estádio de Pituauçu – A participação da PGE foi decisiva para impedir que o Governo subscrevesse um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público Federal, no qual o Estado assumia o pagamento de R\$ 20 milhões para, assim, obter a liberação das obras do Estádio de Pituauçu, embargada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – Ibama, por ter sido iniciada sem o licenciamento ambiental pertinente. Em trabalho de assessoramento jurídico, a PGE orientou a Administração Pública no sentido de viabilizar a realização, pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia – IMA – órgão estadual portador de competência suplementar para a defesa do meio ambiente, a realização dos estudos e a concessão do licenciamento necessário. O procedimento foi feito sem a necessidade de qualquer desembolso à custa do erário. A intervenção da PGE representou uma economia da ordem de R\$ 20 milhões para os cofres públicos.

Ainda no que tange ao Estádio de Pituauçu, a PGE logrou obter a cassação da liminar que, em ação manejada pelo Ministério Público, havia decretado a suspensão das obras já com 90% de suas etapas concluídas.

Garantia da Eficácia dos Atos do Tribunal de Contas dos Municípios – Tem sido de incontestável significado político-institucional o papel desempenhado pela PGE na defesa da eficácia dos pareceres prévios de rejeição de contas de agentes e órgãos das prefeituras municipais, fornecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

Em Defesa do Erário, contra Escalonamento Vertical de Militares – Engenhosa alegação formulada judicialmente por policiais militares buscava ripristinar disposição já revogada da Lei de Remuneração da PM-BA, com o objetivo de restabelecer antigo sistema de escala-

mento vertical dos soldos da categoria. A PGE patrocinou com pleno êxito a defesa do Estado contra tal pretensão, evitando uma verdadeira sangria dos cofres públicos. Para se ter uma idéia da dimensão financeira dessa pretensão, basta dizer que o impacto, só em relação aos Capitães, representaria um aumento na ordem de 515%.

Em Defesa do Programa Faz Universitário – Obtenção de liminar em ação civil pública, assegurou a matrícula de cerca de 600 estudantes beneficiários do programa Faz Universitário.

Garantindo a Ação Fiscalizadora do Estado sobre Atividades Lesivas aos Consumidores – Sustentando judicialmente a legalidade da atuação da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon na defesa dos consumidores, a PGE conseguiu demonstrar, com sucesso, que as atividades das empresas seguradoras estão também submetidas à fiscalização desse órgão estadual. Recurso da SulAmérica Capitalização foi improvisado pelo Superior Tribunal de Justiça, que acolheu a argumentação desenvolvida pela Procuradoria Judicial.

Intervenção em Litígio do Município de Barreiras contra a Embasa – A firme atuação da Procuradoria Geral garantiu a continuidade da concessão dos serviços públicos de água e esgoto, feita pelo Estado da Bahia à Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, cujo contrato teve sua vigência questionada pelo município de Barreiras, que pretende assumir a prestação direta desses serviços, mediante ocupação de todos os equipamentos pertencentes à concessionária. A liminar impetrada pelo município foi cassada pelo Tribunal de Justiça, por intervenção da PGE, livrando a empresa de uma multa diária de R\$ 100 mil, bem como de um prejuízo estimado em R\$ 24 milhões/ano.

Sustentação Jurídica da Transferência da Conta Única do Estado para o Banco do Brasil – Sustentando judicialmente a plena legalidade e o atendimento do interesse público, a PGE promoveu, com êxito, a intervenção do Estado no mandado de segurança impetrado pelo Banco Brasileiro de Descontos S.A. – Bradesco, evitando a concessão de medida liminar para sustar os efeitos da contratação com o Banco do Brasil S.A.

Outras Vitórias Judiciais Relevantes:

- Embargos à execução elaborados pela Procuradoria de Controle Técnico em favor do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, resultou na eliminação de uma cobrança no montante de R\$ 49,9 milhões.

- Redução de condenações trabalhistas por atuação da Procuradoria do Interior:

- a) de R\$ 25 milhões para R\$ 100 mil (RT 0067.1992.102.05.00.0);
- b) de R\$ 906,3 mil para R\$ 523,5 mil;
- c) de R\$ 1 milhão para apenas R\$ 26,4 mil (RT 00161.1990.401.05.00-3).

PARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Na busca de incrementar a recuperação do crédito tributário, a PGE instalou em 2007, no Fórum Rui Barbosa, dois importantes centros especializados: Núcleo de Execuções Fiscais – NEF e o Núcleo do Imposto de Transmissão e Doação – ITD, cujos resultados positivos se refletiram, sensivelmente, neste exercício de 2008.

Durante este ano, 10.884 processos fiscais foram movimentados pelo NEF, o que produziu um incremento da receita na ordem de 20%, em comparação com o obtido em 2007. Considerando-se o Crédito Tributário Inscrito em Dívida Ativa – CTIDA, em 2007, foram recuperados R\$ 23,9 milhões. Em 2008, este número alcançou R\$ 30,1 milhões.

O Núcleo do ITD arrecadou, em 2008, R\$ 21,4 milhões, contra R\$ 20,1 milhões no exercício de 2007.

Como resultado do trabalho organizado por procuradores do Interior e procuradores fiscais, o imposto sobre transmissão causa mortis e doações apresentou, no 3º trimestre de 2008, um crescimento na ordem de 166,7%. A arrecadação, pela PGE, desse tributo foi de R\$ 12,2 milhões, contra R\$ 4,5 milhões, no mesmo período de 2007.

Adotando o sistema de mutirões para a agilização da cobrança administrativa, a Procuradoria Fiscal conseguiu movimentar mais de mil processos relativos a custas judiciais e 3 mil processos administrativos fiscais – PAFs.

No exercício do controle prévio, foram encaminhadas ao Conselho de Fazenda Estadual – Conseq cerca de 400 representações, objetivando o saneamento dos vícios e as ilegalidades na constituição do crédito tributário.

Também merece destaque os êxitos obtidos pela Procuradoria Fiscal – Profis em importantes demandas judiciais, a exemplos da

decisão que rechaçou pretensão de contribuinte a utilizar precatório para obtenção da extinção do crédito tributário mediante compensação; a reforma de sentenças que haviam proclamado a prescrição intercorrente de execuções fiscais; a consolidação da orientação judicial junto às empresas distribuidoras; decisão favorável ao Estado contra operadora de TV a cabo para manutenção de penhora *on-line*.

Ainda no âmbito da recuperação do crédito tributário, merece destaque a atuação da Procuradoria do Interior sob cuja responsabilidade tramitam 37.138 PAFs, num montante de R\$ 2,7 bilhões, e 27.498 processos ajuizados, representando, estes últimos, um crédito total de R\$ 2,2 bilhões.

DESEMPENHO NA ÁREA DA CONSULTORIA

Vale ressaltar o trabalho de assessoramento jurídico, empreendido pela PGE, diretamente na Secretaria da Saúde. No papel de coadjuvante das ações do Governo, a Procuradoria Geral elaborou projeto propondo a criação de um Núcleo Interdisciplinar de Assessoramento e Acompanhamento das Ações Judiciais, com o objetivo de otimizar a ação administrativa em face das pretensões de fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo. A PGE ainda propôs a criação de câmaras técnicas para a elaboração de estudos emitindo pareceres a respeito das pretensões, participando ainda, ativamente, na elaboração de um Código Sanitário Estadual de Saúde.

A PGE passou a oferecer consultoria e assessoria jurídica diretamente aos órgãos administrativos do Poder Judiciário do Estado. O serviço foi de grande importância para o resgate dos imperativos da moralidade e da probidade no trato da coisa pública, inaugurando um novo tempo de afirmação do interesse público e de observância dos princípios da Administração Pública nas três esferas do Poder.

Quanto ao volume da demanda oriunda dos diversos órgãos da administração dos poderes Executivo e Judiciário, a PGE, em 2008, recebeu, para exame e parecer, 29.807 novos processos administrativos e para ajuizamento ou defesa judicial, 21.093, como será visto nos gráficos 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Na área de licitações e contratos, através da Procuradoria de Licitações e Contratos – PLC, a PGE procurou desenvolver intensa ação preventiva, mediante treinamento de servidores das secretarias de

Estado e edição de minutas e cartilhas de orientação, sobre os diversos temas de sua alçada funcional. As ações resultaram na redução da demanda, na ordem de 16%, totalizando 4.577 consultas.

Ainda no âmbito da consultoria, percebe-se uma significativa ampliação da demanda na Procuradoria de Pessoal, ao compararmos os números de 2007, 16.701 processos recebidos, aos números de 2008, que totalizaram 18.277 novos processos para resposta, oriundos de consultas de servidores ou das secretarias de Estado.

APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Perseguindo sempre a excelência e a eficácia de sua atuação, a PGE mantém em plena atividade sua Procuradoria de Estudos que, durante o exercício de 2008, promoveu dois importantes cursos na área do Direito: um de Atualização em Direito Tributário e outro, em Direito Ambiental. Apesar de destinados precipuamente aos procuradores do Estado, os cursos foram abertos à participação de agentes públicos de toda a Administração Estadual. Além disto, foram desenvolvidas atividades de treinamento que objetivaram prover a adaptação de novos procuradores às funções do respectivo cargo. Nesta área, foi significativa a participação da Procuradoria de Estudos, Divulgação e Documentação – PEDD em atividades de capacitação de monitores e treinamento de servidores administrativos. A iniciativa



Primeira videoconferência da PGE-BA

teve a parceria da SAEB e da Universidade Corporativa do Servidor Público do Estado da Bahia – UCS.

Merece destaque, também, a atuação dessa Procuradoria na difusão de conhecimentos sobre a Ética no Serviço Público, inaugurando, inclusive, o sistema de videoconferência, que, com absoluto êxito, beneficiou o público do interior do Estado.

Ainda é mérito da PEDD o mérito da conquista da aprovação, junto ao Colegiado de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Ufba, da proposta de criação do curso de mestrado profissionalizante, destinado aos procuradores do Estado. O projeto básico está em fase de exame, para remessa à Reitoria de Pós-graduação da Ufba e, posteriormente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – Capes/Mec.

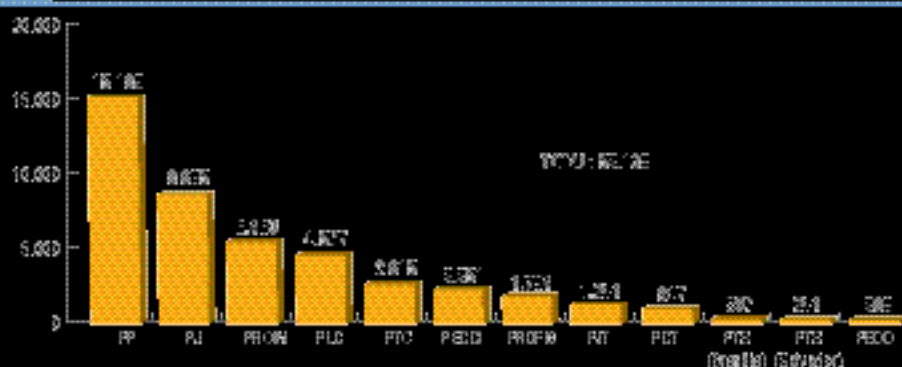
Foi ainda iniciativa da PGE/PEDD, a proposta para criação de um Curso de Especialização em Direito Ambiental, com projeto do Professor Júlio César de Sá Rocha, do Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá. O projeto será encaminhado à Reitoria de Pós-graduação da Ufba, com o início programado para 1º de setembro de 2009.



Primeira videoconferência da PGE-BA

Gráfico 3

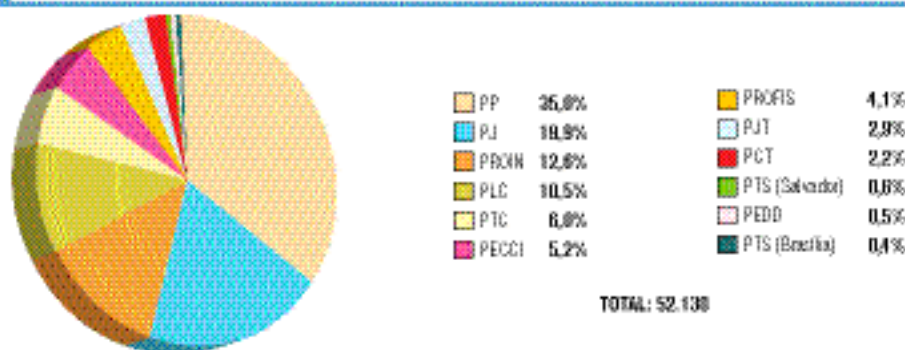
346 mil de processos, 11% de aumento em relação a 2007



Fonte: SGP

Gráfico 4

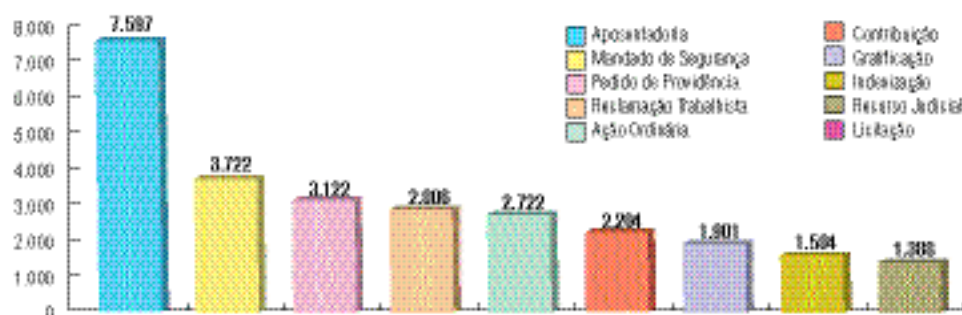
DEMANDA GERAL DE PROCESSOS – PGE POR UNIDADE
BAHIA, 2008



Fonte: SGP

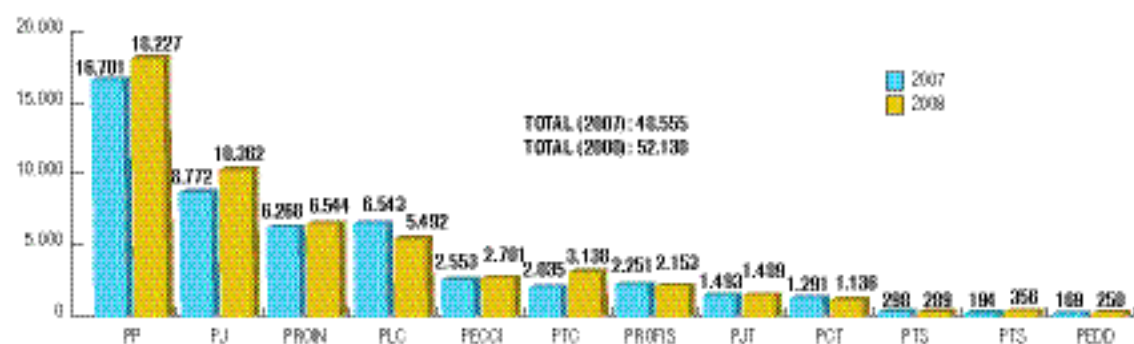
Gráfico 5

DEMANDA GERAL DE PROCESSOS – PGE POR ASSUNTO
BAHIA, 2008



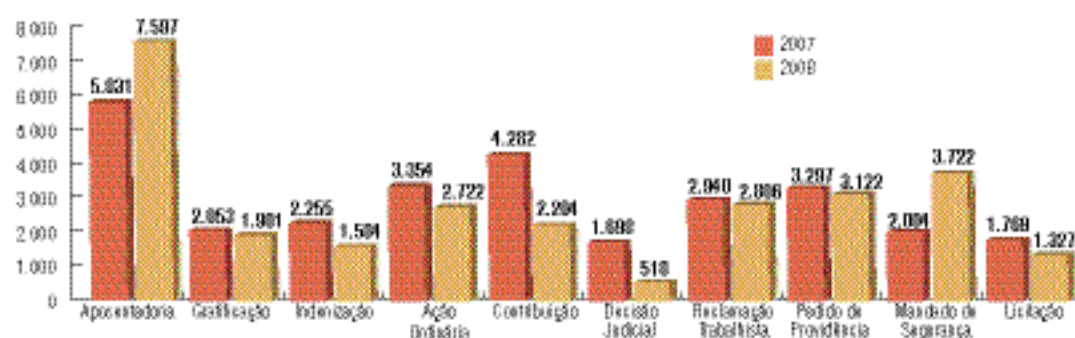
Fonte: SGP

Gráfico 6

COMPARATIVO – DEMANDA 2007/2008
BAHIA, 2008

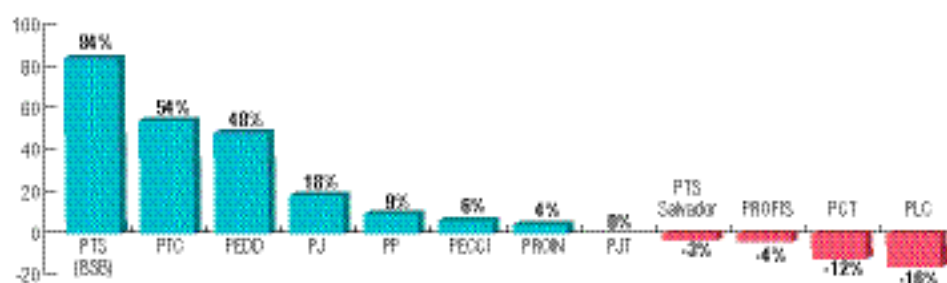
Fonte: SIOBA

Gráfico 7

COMPARATIVO – DEMANDA 2007/2008 POR ASSUNTO
BAHIA, 2008

Fonte: SIOBA

Gráfico 8

TAXA DE CRESCIMENTO DA DEMANDA 2007/2008
BAHIA, 2008

Fonte: SIOBA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO DA BAHIA

PROMOÇÃO DE ESTUDOS E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE, unidade vinculada à Secretaria do Planejamento – SEPLAN, atua em diversas ações voltadas para o planejamento do desenvolvimento do Estado e para a promoção de estudos direcionados à definição de políticas, estratégias e programas governamentais.

Ao longo de 2008, foram elaborados 26 pareceres e nove notas técnicas, para o gabinete do Governador, a Casa Civil e a SEPLAN. Estes pareceres e notas tratam desde a concessão de benefícios no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica – Desenvolve, até a avaliação de projetos a serem votados nas reuniões do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, pleitos encaminhados a Ouvidoria Geral do Estado e propostas ao Fundo Constitucional do Nordeste para 2009, entre outros.

Foi elaborado Termo de Referência e Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a SEPLAN e a Secretaria da Infra-Estrutura – SEINFRA visando a contratação de consultoria técnica especializada para elaboração do **Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia 2008–2038 e Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas de Longo Prazo**. Ambos os documentos foram aprovados pelas respectivas Secretarias e encontram-se tramitando na Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Ainda foram elaborados, Termo de Referência e Edital para a contratação de consultoria técnica para **Construção de Cenários de Referência para o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Bahia – 2008–2028**, documentos que já se encontram em tramitação na PGE. Em seguida, deve ser realizada a sistematização desses cenários para, finalmente, serem incorporados ao Plano Estratégico.

Também foi elaborada, em 2008, uma proposta de Plano de Desenvolvimento: **Agenda Estratégica de Desenvolvimento para o Nordeste**. O objetivo deste trabalho é criar uma carteira de ações prioritárias ao desenvolvimento da Região. Com isso, pretende-se garantir, não só a efetividade desses projetos, mas, também, subsidiar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento e o investimento público

e privado. Esta proposta foi apresentada pelo governador, na reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, realizada em agosto de 2008.

Os **Caminhos do Leite na Bahia: Desafios e Oportunidades** – Trabalho desenvolvido por meio de convênio entre a SEPLAN e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, mediante contratação de consultoria especializada. Já foi realizado o diagnóstico do setor onde estão propostas as diretrizes que irão nortear a formulação de políticas públicas que contribuam para tornar a Bahia auto-suficiente na produção de leite, em um horizonte de quatro anos. Também contribui para elevar a capacidade deste segmento produtivo na geração de emprego, ocupação e renda.

O lançamento do trabalho ocorreu com a realização de um workshop no Bahia Fiesta, para validação dos resultados do estudo, a partir da formação de grupos técnicos de trabalho. O evento, realizado em novembro de 2008, contou com a presença do governador, vários secretários de Estado, do Sindicato dos Produtores de Leite, da Federação da Agricultura e Pecuária, representantes da Assembleia Legislativa, técnicos do Governo e empresários do setor.

O **Plano Plurianual – PPA 2008–2011** foi aprovado pela Assembleia Legislativa, Lei 10.705, de 14 de novembro de 2007. Após sua aprovação, a equipe da SPE realizou uma análise crítica dos 105 programas finalísticos que o integram com foco nas grandes áreas temáticas: Educação; Saúde; Desenvolvimento Social; Cultura; Desenvolvimento Urbano; Promoção da Igualdade; Justiça e Direitos Humanos; Segurança Pública; Emprego e Renda; Indústria, Comércio, Serviços e Mineração; Turismo; Agricultura; Infra-Estrutura; Econômica e Logística; Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Ciência e Tecnologia – C&T; e Gestão.

Para essa análise, tomou-se por referência as informações e os documentos do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan; o PPA 2008–2011 da Bahia; Trabalho de Alinhamento Estratégico – Estratégia de Governo X Projetos Estratégicos do PPA 2008–2011, realizados também pela SPE/SEPLAN. Ao final desse estudo, foi gerado um relatório consolidado, entregue ao secretário do Planejamento e a técnicos da SEPLAN. O documento serviu de consulta e insumo para diversos outros trabalhos desenvolvidos pela própria superintendência e órgãos da SEPLAN.

A SPE realizou um estudo sobre a priorização de Projetos Estratégicos e Estruturantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na

Lei do Orçamento Anual – LOA 2009. Para tanto, foram listadas as propostas estratégicas mais importantes e que constituem compromissos do atual Governo, sendo as mesmas relacionadas com os projetos e/ou atividades do PPA 2008–2011, e executadas pelas secretarias responsáveis pelos programas finalísticos.

Além dos projetos estratégicos, foram selecionados em quantidade menor, com um nível de prioridade mais elevado, os projetos estruturantes para o Estado, que possuem efeito multiplicador do desenvolvimento econômico e social em virtude da capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas. Ainda caracterizam-se por mobilizar e articular recursos públicos, privados ou em parcerias; possibilitando que a sociedade perceba que o governante tem uma visão de futuro, e que esta vem sendo construída mediante ações concretas. Pode ser definido como um projeto com elementos que permitem um gerenciamento intensivo.

Tanto os projetos estratégicos como os estruturantes foram contemplados na LDO e na LOA de 2008 e já foram priorizados também no orçamento de 2009.

Foi realizado, também pela SPE, um levantamento dos indicadores dos macroobjetivos que, após a respectiva seleção, passaram a compor o que foi denominado de portfólio de indicadores, que compõem a cesta dos macroobjetivos. Foi construído um banco de dados com os indicadores dos macroobjetivos contendo: séries históricas, fórmula de cálculo, fonte, gráficos e informações relevantes sobre a efetividade das políticas públicas. O banco de dados serve como referência aos gestores no processo de tomada de decisão. Esses indicadores ainda estão em fase de homologação. A relação do portfólio dos indicadores dos macroobjetivos foi publicada no Resumo Executivo do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Outra ação realizada através da SPE culminou na elaboração do Resumo Executivo do Plano Estratégico do Governo, documento formulado com o objetivo de apresentar, de forma sumarizada, a Estratégia do Governo da Bahia sob uma visão sistêmica de Planejamento Estratégico, alinhada à sua gestão de longo prazo, capaz de subsidiar as políticas públicas e a administração do Estado da Bahia nos próximos anos.

A Estratégia de Desenvolvimento do Governo partiu da necessidade de apresentar um projeto de desenvolvimento sustentável, coerente

com a visão da sociedade civil, que esteve presente e participou da elaboração do Plano Plurianual 2008–2011 – PPA Participativo. O Resumo Executivo encontra-se dividido em três partes: a primeira mostra o diagnóstico da realidade, dividido em: diagnóstico político-institucional e econômico e social; na segunda parte, encontra-se o Mapa Estratégico e o seu desdobramento, caracterizando seus elementos norteadores como: Visão de Futuro, Macroobjetivos, Diretrizes Estratégicas e Bases do Desenvolvimento; e a terceira parte, trata dos principais elementos norteadores para um gerenciamento eficaz do Plano.

Buscando conhecer melhor, as experiências de Modelo de Gestão que utiliza a metodologia Balanced Scorecard – BSC, Gestão por Resultado e Contratualização de Metas na Gestão Pública, a SPE realizou um benchmarking dos modelos de Gestão Estratégica, que utilizam o BSC e a contratualização de resultados, em todos os Estados da Federação. O resultado desta pesquisa serviu para validar a importância dessa nova metodologia na instância governamental. O próximo passo do Governo do Estado será implantar, em 2009, o instrumento de contratualização de metas no âmbito das secretarias, acordando o cumprimento dos seus resultados.

IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008–2011

Em 2008, ano em que se inicia a execução do Plano Plurianual – PPA 2008–2011, a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, por intermédio da Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA, vem promovendo iniciativas associadas à implementação do modelo de gestão do PPA 2008–2011. Os princípios e conceitos deste modelo de gestão foram compartilhados e discutidos, em 2007, tanto com os representantes das secretarias como com os da sociedade, na construção do plano.

Esse modelo é composto por quatro dimensões que se vinculam e se complementam com a utilização de 11 instrumentos. Todos os instrumentos do Modelo de Gestão estão interrelacionados e, para efeito didático, estão divididos em dimensões que buscam melhorar a qualidade de vida da população, através da execução de programas e ações governamentais, previstos no PPA 2008–2011 e ancorados nos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade. O Quadro 1 sintetiza essas quatro dimensões, detalhando, ainda, os instrumentos utilizados para implementá-las e a descrição de cada um desses instrumentos.

Quadro 1

DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008–2011
BAHIA, 2008

DIMENSÃO	INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
Pessoas	Conselho de Acompanhamento do PPA	Instância de discussão pública que debate os temas indicados nas plenárias territoriais e contribui para o acompanhamento do PPA, aconselhando e sugerindo prioridades e ajustes nas ações governamentais.
	Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais	Fórum composto por servidores públicos estaduais, voltado para a interlocução dos assuntos associados à gestão do planejamento governamental.
	Comitês de Gerenciamento de Programa	Instrumento de gestão para a implementação, monitoramento, avaliação e retro-alimentação de programas, tomando como referência a transversalidade, o agrupamento de programas e a efetividade das ações governamentais.
Sociológica	Indicadores	Medida quantitativa que funciona como um "termômetro" do progresso de uma política, programa ou ação. Serão trabalhados indicadores de recursos, processos, produtos, resultados e impactos.
	Pesquisas de Opinião e Grupo Focal	Instrumentos para a coleta e tratamento de informações associadas ao grau de satisfação de usuários de bens e serviços públicos. Será aplicada com beneficiários de programas e projetos específicos.
Tecnológica	Siplan e Sicof	O Siplan é o sistema informatizado que possibilita a construção, os ajustes e o acompanhamento do PPA e da LOA; O Sicof é o sistema informatizado que automatiza o processo da execução orçamentária da receita e da despesa pública.
	Portal de Gestão	Tem como objetivo vincular o planejamento operativo ao estratégico, promovendo a gestão (monitoramento e avaliação) do PPA de forma articulada às atividades das setoriais.
Processos	Monitoramento <i>in loco</i>	Decorrente de reuniões técnicas com as Secretarias e Seccionais para a disseminação e execução do modelo de gestão do planejamento. A equipe da SEPLAN/SGA visitará as setoriais quinzenalmente.
	Relatórios de Gestão	Documentos de natureza qualitativa e quantitativa que contribuem para o monitoramento e avaliação dos programas constantes do PPA.
	Revisão do PPA	Processo de adequação do plano, às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de Programas via Projeto de Lei e resultante dos processos de monitoramento e avaliação do PPA.
	Encontro Baiano de Gestão Pública	Evento anual voltado para a discussão dos desafios e oportunidades da Gestão Estratégica do PPA 2008–2011.

Fonte: SEPLAN/SGA

Para atender ao modelo de gestão do PPA 2008–2011, dentro das dimensões propostas, a SGA vem se articulando com outras instituições, tanto no âmbito estadual quanto no federal (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no sentido de consolidar um Modelo de Gestão Participativo e por Resultado. Em 2008, no âmbito estadual, esta articulação foi priorizada com as secretarias sistêmicas: Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria da Fazenda e Secretaria da Administração.

A primeira dimensão do modelo, a de **Pessoas**, tem no Conselho de Acompanhamento do PPA 2008–2011 – Cappa, o instrumento da materialização do controle social através do exercício da democracia, da participação e do diálogo social. Para subsidiar e aconselhar o Governo do Estado da Bahia quanto à execução do PPA 2008–2011, o Cappa vem se consolidando como um dos instrumentos do Modelo de Gestão do PPA, propondo às instâncias governamentais competentes a adoção de medidas e ajustes necessários, dentro da dimensão de Pessoas.

O primeiro compromisso do Cappa, em 2008, ocorreu em Salvador, nos dias 27 e 28 de fevereiro, quando se reuniu extraordinariamente

para definir as linhas gerais da sua atuação e os prazos para a elaboração do seu Regimento Interno.

Em sua 1ª Reunião Ordinária, realizada em Salvador nos dias 6 e 7 de junho, coordenada pela SEPLAN e pela Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, o Cappa aprovou o Regimento Interno,



Conselho de Acompanhamento do PPA 2008–2011 – Cappa

Jamilé Amine

incorporando as contribuições da maioria dos seus conselheiros. Na oportunidade, a SGA, apresentou e entregou aos participantes o Relatório da Programação Anual por Território – 2008, instrumento gerencial criado para orientar os conselheiros sobre a programação e a execução física e financeira do PPA 2008–2011, com as ações e os respectivos produtos (bens ou serviços resultantes dessas ações), para o exercício de 2008, em cada Território de Identidade.

Em 30 de junho de 2008, foi publicado o Decreto nº 11.123 que dispõe sobre a criação e a composição do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008–2011, composto pelos secretários do Planejamento e de Relações Institucionais, como representantes do Governo do Estado, e pelos 52 representantes titulares (dois por Território de Identidade) da Sociedade Civil, e respectivos suplentes, cujos mandatos têm a vigência do PPA 2008–2011.

Em julho de 2008, duas portarias conjuntas SEPLAN/SERIN foram publicadas. A primeira designou os representantes dos Territórios de Identidade eleitos nas audiências públicas da elaboração do PPA 2008–2011, e a segunda aprovou o Regimento Interno do Cappa, definindo as suas atribuições e competências. O Regimento Interno estabeleceu, ainda, a estrutura organizativa do Conselho, composta pela Plenária, instância máxima do Cappa, representada pela Sociedade e pelo Poder Público; pela Coordenação, representada pelo Secretário do Planejamento e pelo Secretário de Relações Institucionais; pela Comissão Executiva, composta por cinco titulares e cinco suplentes, eleitos entre os membros titulares do Conselho; e pela Secretaria Executiva, exercida por um representante da Secretaria do Planejamento.

Concluída a etapa de formalização do Cappa, aconteceu, em 18 de junho de 2008, a primeira reunião da Comissão Executiva Provisória do Cappa, quando foram definidas as prioridades do Conselho, ainda para o ano de 2008. Dentre essas prioridades foram destacadas a realização de capacitação dos conselheiros para o acompanhamento do PPA 2008–2011 e a realização de 26 atividades informativas para a socialização do PPA e avaliação das ações executadas (seminários territoriais) nos Territórios de Identidade, dentre outras.

Em agosto de 2008, em Feira de Santana, realizou-se o 2º Seminário Estadual do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008–2011, atendendo à prioridade da capacitação de conselheiros e a realização dos seminários territoriais. Neste evento ocorreram palestras e discussões sobre o desenvolvimento territorial, a gestão e a participação social, as etapas do planejamento territorial da Bahia, as normas e os procedimentos operacionais para a construção e o acompanhamento do PPA 2008–2011 e o cronograma para a realização dos seminários territoriais. Essas atividades contaram com a presença de representantes da Coordenação Estadual dos Territórios – CET e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que apresentaram o processo de mobilização, criação e funcionamento dos Conselhos Territoriais na Bahia.

Nesse mesmo seminário, representantes das secretarias da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, de Turismo, da Cultura, de Desenvolvimento e Integração Regional, de Desenvolvimento Urbano, da Educação, de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Meio Ambiente e da Saúde, relataram sobre a execução física e financeira das suas secretarias e o seu reflexo nos Territórios de Identidade.



Comissão Executiva do Cappa

Jamile Amine/SEPLAN



Jamile Amine/SEPLAN



Seminário do Cappa – Feira de Santana

Dando continuidade ao atendimento às prioridades do Cappa para 2008, iniciou-se a realização de seminários territoriais com os seguintes objetivos:

- Ampliar o diálogo e o entendimento sobre o processo de construção do PPA Participativo 2008–2011;
- Discutir e ampliar o entendimento sobre o papel e o funcionamento do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 – Cappa;
- Possibilitar a divulgação do Cappa, promovendo o diálogo e fortalecendo a articulação de seus Conselheiros e dos colegiados territoriais; e
- Construir a agenda de ações junto aos colegiados territoriais para a ampliação do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial.

Esses seminários ocorreram entre 17 de novembro e 5 de dezembro de 2008, nos territórios de identidade Oeste Baiano, Irecê, Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Médio Rio de Contas, Vale do Jiquiriçá e Piemonte Norte do Itapicuru, contando com 130 participantes. Além dos conselheiros do Cappa representando seus respectivos territórios e dos órgãos e agentes públicos municipais, estaduais e federais com atuação territorial, os seminários contaram com a participação dos colegiados territoriais, compostos por representantes da sociedade, organizados e estruturados para propor e gerir políticas públicas em articulação com os programas governamentais, apoiados e incentivados pelas instituições públicas municipais, estaduais e federais, promotoras do desenvolvimento dos territórios.

Nos dias 19 e 20 de dezembro de 2008, realizou-se em Salvador a 2ª Reunião Ordinária do Cappa, coordenada pela SEPLAN e pela SERIN. Foi enfatizada a importância do Cappa, destacando o processo inédito de cooperação entre Governo e Sociedade para o desenvolvimento territorial e a construção de um novo paradigma de planejamento, sendo essa uma tarefa complexa, uma vez que o sentimento de identidade não se constrói por decreto ou por alocação de recursos.

Dentre os assuntos abordados, foi proferida a palestra o "Território de Identidade como Espaço para a Formulação e Implementação de Políticas Públicas" pela Professora Tânia Fischer, Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Gestão Social para o Desenvolvimento, da Universidade Federal da Bahia – Ufba. Seguiu-se com a discussão dos desafios, perspectivas e ações para 2009, com proposições para a continuidade dos Seminários Territoriais. Foi feito um balanço dos seminários territoriais, realizados em 2008, e uma síntese da atuação do Cappa nos Territórios de Identidade.

O período entre as eleições dos conselheiros do Cappa nas plenárias territoriais e o primeiro ano de vigência do PPA 2008–2011 foi marcado pela formalização do Cappa, designação legal dos seus representantes, publicação do Regimento Interno e de iniciativas de mobilização, sensibilização e capacitação dos representantes, além da realização dos seminários territoriais.

A expectativa é de que o Cappa passe a atuar de forma mais efetiva nos Territórios de Identidade a partir de 2009, desenvolvendo mecanismos de articulação com a Sociedade Civil, captando as demandas locais, estabelecendo o diálogo com o Governo do Estado, contribuindo para a divulgação e o aperfeiçoamento do PPA e consolidando, portanto, o controle social no Estado.

Ainda na dimensão de **Pessoas**, e visando criar uma Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais, foi realizado, nos dias 24 e 25 de março de 2008, um treinamento sobre Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações Governamentais, com representantes de todas as Secretarias Estaduais. Este treinamento teve como objetivo disseminar conhecimentos teóricos e práticos sobre os processos de planejamento e orçamento na Administração Pública Estadual, usando como referência as normas legais e os processos operacionais em vigência, com ênfase para o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de programas e ações governamentais. O público-alvo foi o de servidores estaduais que desempenham funções estratégicas nas áreas de acompanhamento, monitoramento e avaliação, envolvendo mais de 100 servidores vinculados à administração direta e indireta.

A Rede de Agentes de Planejamento atuou, também, como instrumento facilitador na elaboração do Relatório Anual de Governo de 2008, na medida em que estabeleceu os interlocutores entre a SEPLAN e as secretarias, o que favoreceu a articulação e o diálogo entre os órgãos. A consolidação da Rede de Agentes de Planejamento contribuirá para a implementação do modelo de gestão do PPA 2008–2011, através da participação dos gestores públicos estaduais das secretarias, envolvendo também as autarquias, fundações e empresas.

Dessa maneira, a dimensão de Pessoas vem se viabilizando através da articulação do Governo com a Sociedade, materializada no Cappa, e na articulação do Governo com o próprio Governo, com a consolidação da Rede de Agentes de Planejamento.

A segunda dimensão, denominada **Sociológica**, promove a leitura da realidade social através da perspectiva quantitativa, utilizando-se dos indicadores estabelecidos no PPA 2008–2011 e da perspectiva qualitativa, aplicando a pesquisa de opinião e o grupo focal.

Ao longo do exercício de 2008, todos os programas do PPA 2008–2011 foram acompanhados através do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan, mediante o registro dos indicadores de recursos e dos indicadores de produto. Os indicadores de recursos permitiram a análise dos recursos disponibilizados e aplicados pelos programas e ações do PPA, possibilitando a aferição da sua eficiência, e os indicadores de produto permitiram a análise da disponibilização dos bens e serviços públicos oferecidos à Sociedade, possibilitando a aferição da sua eficácia. Estas análises estão disponibilizadas nos diferentes Relatórios de Gestão produzidos pela SGA em 2008.

A terceira dimensão, a **Tecnológica**, utiliza como instrumentos o Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan, o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof e o Portal de Gestão.

Para atender a essa dimensão, em 2008, o Siplan foi adaptado no seu módulo de Acompanhamento Governamental, com a criação do campo Observação, que permite registrar as informações qualitativas mais relevantes sobre a execução dos produtos e, assim, possibilita maior celeridade na construção, nos ajustes e no acompanhamento do PPA. Ressalte-se que o Siplan permite acompanhar todas as ações e programas do PPA 2008–2011, por território e município, bem como os respectivos recursos alocados e executados e os quantitativos físicos dos bens ou serviços oferecidos à Sociedade.

Tomando por referência os relatórios trimestrais de acompanhamento do PPA 2008–2011, que analisam o desempenho do PPA, a SGA produziu o documento Programas Prioritários do PPA 2008–2011, que apresenta o perfil dos 35 programas selecionados para a prática de Monitoramento e Avaliação – M&A. Com o objetivo de sistematizar as práticas de M&A, que se realizarão em articulação direta com as Secretarias, a SGA elaborou, em 2008, o Manual de Orientações para Monitoramento e Avaliação – M&A do PPA 2008–2011. As práticas de M&A serão operacionalizadas através do Portal de Gestão, ferramenta contratada, também em 2008, pela SEPLAN.

No que se refere à última dimensão do Modelo de Gestão do PPA 2008–2011, a de **Processos**, cabe registrar que, em 2008, a SGA elaborou cinco Relatórios de Gestão e iniciou o processo de estruturação do monitoramento e avaliação dos programas governamentais.

Os Relatórios de Gestão são documentos de natureza qualitativa e quantitativa, que contribuem para o monitoramento e a avaliação dos programas constantes do PPA. O mais importante desses documentos é o **Relatório Anual de Governo**, que apresenta as realizações governamentais do exercício, tomando por referência as 15 diretrizes socioeconômicas que orientaram a construção do PPA 2008–2011, constituindo-se como um instrumento de prestação de contas à Sociedade.

Para orientar a elaboração do Relatório Anual de Governo de 2008, foram realizadas quatro reuniões com todas as secretarias do Estado, no período de 7 a 10 de outubro, envolvendo todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, inclusive os seccionais. Na ocasião, foram

evidenciadas as informações mais relevantes do Manual de Orientações para Elaboração do Relatório Anual de Governo de 2008, bem como a necessidade de se obter um produto final que reflita as realizações governamentais no ano de 2008.

Todas as atividades associadas à construção do Relatório Anual de Governo de 2008 foram realizadas em parceria com a Casa Civil, visando garantir a integração e a compatibilidade na produção dos demais Relatórios de Governo.

Em 2008, foram elaborados também dois Relatórios de Acompanhamento da Execução Física e Financeira relativos aos períodos janeiro a abril e janeiro a agosto. Estes documentos apresentam uma fotografia do desempenho da administração pública estadual a partir das informações extraídas do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan e do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SicoF.

O conteúdo destes relatórios de acompanhamento foi estruturado em cinco componentes que se complementam e se articulam: Despesas por Secretaria e por Função, tanto do ponto de vista do PPA como sob a ótica da manutenção, objetivando obter uma análise global das despesas pelos critérios institucional e funcional; Acompanhamento do PPA 2008–2011, com destaque para a execução dos programas por diretriz e para a execução das ações priorizadas pelo Governo e pela Sociedade; Acompanhamento das Diretrizes Estratégicas Territoriais estabelecidas no Mapa Estratégico; Acompanhamento das obras e o informativo sobre as Operações de Crédito Externas e Internas.

A partir da análise destes relatórios de acompanhamento, foi verificada uma inconsistência na composição de alguns programas do PPA 2008–2011, notadamente pela ausência das despesas de pessoal, que na área social são predominantes, a exemplo das áreas de educação, saúde e segurança.

Essa constatação resultou em uma proposição de ajustes no PPA 2008–2011 para a correção das distorções na programação. As alterações foram implementadas conjuntamente à Lei Orçamentária Anual de 2009, e terão reflexo pelos próximos três anos de vigência do Plano Plurianual.

Os ajustes consistiram, basicamente, na incorporação ao PPA das ações direcionadas aos grupos ocupacionais específicos das áreas de educação, saúde, segurança pública e justiça que atuam direta-

mente na prestação de serviços públicos à população, tais como professores, médicos e policiais, dentre outros.

Pelo mesmo motivo, outras ações relacionadas ao funcionamento de alguns serviços de atendimento direto à população, que vinham sendo classificadas como de manutenção, também passaram a compor as ações do PPA.

Nessa perspectiva, os ajustes propostos no PPA 2008–2011 resultaram em um redesenho no Plano Plurianual, tornando-o mais convergente com o que, de fato, o Governo do Estado vem realizando, refletindo em uma maior transparência dos esforços empreendidos pelo Governo do Estado da Bahia, notadamente na área social. Além disso, contribuirão significativamente para que os procedimentos de Monitoramento e Avaliação – M&A do PPA 2008–2011 possam ser realizados de maneira adequada e consistente.

Observe-se, portanto, que os Relatórios de Acompanhamento da Execução Física e Financeira não devem ser vistos como produtos acabados e estáticos, mas como balizadores para uma série de iniciativas que estão sendo realizadas no âmbito da SEPLAN, a exemplo dos estudos que desencadearam os ajustes no PPA 2008–2011, das análises para a definição da estrutura do monitoramento e avaliação dos programas do Plano Plurianual e do apoio às formas da participação social no acompanhamento da execução do PPA por meio do Conselho de Acompanhamento do PPA – Cappa.

Neste contexto, cabe registrar que, do ponto de vista do planejamento governamental, o ano de 2007 caracterizou-se pela construção das peças do planejamento de longo, médio e curto prazos, com destaque para o caráter participativo do PPA, na perspectiva da implementação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na Governança Solidária. O ano de 2008 caracterizou-se pela consolidação dos instrumentos do modelo de gestão do PPA 2008–2011, tanto na relação com o Governo, como na relação com a Sociedade, criando as condições efetivas para a sua plena realização em 2009.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Superintendência de Orçamento Público – SPO, órgão vinculado à estrutura da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, através do Programa "Gestão Estratégica do Planejamento Governamental", é responsável pela elaboração, edição e divulgação dos documentos

legais de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. Para tanto, vem buscando modernizar as práticas orçamentárias do Estado, associada a um modelo de gestão estratégica, sistêmica e participativa. Este mesmo esforço se revelou na formulação dos procedimentos, visando o alcance de resultados que possibilitem a racionalização da programação e da gestão orçamentária. Nessa perspectiva, o conjunto de informações, a seguir socializado, revela a sintonia pretendida por esta diretriz estratégica.

INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2009

(aprovada em 23 de julho de 2008, sob o nº 11.062)

A LDO foi elaborada no conjunto dessas modernizações, apresentando significativas inovações, a exemplo do reordenamento da estrutura da lei, criando mais capítulos e seções e fazendo o reagrupamento de artigos com temática correlata, possibilitando maior clareza e entendimento. Entre as principais inovações, cabe destacar:

- Inserção de dispositivo determinando que as ações prioritárias não poderão sofrer contingenciamento, nem anulação para financiar créditos, salvo com autorização do Secretário do Planejamento. Tais ações deverão ter prioridade na alocação dos recursos, visando garantir as condições financeiras para a sua execução.
- Capítulo específico que trata da inclusão da política de recursos humanos do Estado na LDO, destacando o significado da negociação com as entidades representativas dos servidores, empregados públicos e militares estaduais, ativos e inativos.
- Ações constantes do Plano Plurianual 2008–2011, não programadas no Orçamento 2009, poderão, durante a respectiva execução orçamentária, ser acrescidas ao orçamento estadual, através da abertura de créditos suplementares, o que permitirá maior racionalidade e agilidade na gestão orçamentária por parte das Setoriais.
- Previsão de inclusão ou alteração de categoria econômica e de grupo de despesa em projeto, atividade e operação especial, mediante a abertura de créditos suplementares, via decreto governamental. Já as mudanças decorrentes de modalidades de aplicações aprovadas na Lei Orçamentária Anual – LOA e em seus créditos adicionais, independentemente de formalização legal específica, será viabilizada através de operação intra-sistema.

Projeto de Lei Orçamentária/2009 – LOA

(aprovado em 30 de dezembro de 2008, sob nº 11.354)

Planejamento de curto prazo, elaborado anualmente, foi encaminhado à Assembleia Legislativa em 29 de setembro de 2008, em cumprimento ao prazo constitucional, tomando como referência, durante o seu processo de elaboração, as orientações estratégicas de Governo, os objetivos dos programas constantes do PPA e os compromissos assumidos com a Sociedade, refletido nas prioridades estabelecidas na LDO.

O ciclo dessa proposta compreende não apenas a elaboração do projeto, mas suas aprovação e execução, de forma que evidencie a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da Sociedade a essas informações.

Para 2009, a proposta orçamentária atingiu o montante de R\$ 22,8 bilhões, representando um incremento de 17,2%, em relação aos orçamentos aprovados em 2008. Desse total, o Orçamento Fiscal teve uma participação de 73%; o Orçamento da Seguridade Social de 25,8% e o Orçamento de Investimento das Empresas de 1,2%. As receitas administradas pelo Tesouro Estadual somaram R\$ 17,9 bilhões, enquanto as outras fontes de recursos totalizam R\$ 4,9 bilhões.

Com parcela significativa dos recursos e que irá impulsionar o desenvolvimento do Estado, os investimentos representaram 10,4% da despesa estimada, ou seja, R\$ 2,3 bilhões, com expansão de 47,5%, se comparado ao seu valor na lei orçamentária de 2008.

Dos valores alocados ao Poder Executivo, a principal prioridade está relacionada à Área Social, onde estão concentradas as maiores carências do Estado da Bahia, destinando-se 55,4% do total de recursos do orçamento para esse segmento, representados por R\$ 12,4 bilhões. A Área de Produção recebeu o aporte de R\$ 1,8 bilhão, com a participação de 7,8% do total da despesa. Para o segmento de Gestão Pública foi proposto o valor de R\$ 1,1 bilhão, correspondendo a 4,8%.

Para garantir a educação pública de qualidade, comprometida com as demandas de aprendizagem do cidadão, foram alocados R\$ 3,6 bilhões, correspondendo a 27,6% da receita líquida de impostos, superando o limite constitucional de 25%. As fontes do Tesouro contribuíram com um incremento de R\$ 854 milhões em relação ao exercício anterior.

Para o acesso integral, humanizado e de qualidade às ações e serviços de saúde, houve um aporte de recursos próprios do Tesouro, totalizando R\$ 1,6 bilhão, o que representa 12,5% da receita líquida de impostos, superando em 0,5% o limite constitucional.

Visando garantir a segurança e integridade do cidadão, o Governo do Estado aumentou em 8,5%, o aporte de recursos próprios do Tesouro nessa área, correspondendo a R\$ 146 milhões, buscando garantir a execução de programas preventivos e de repressão à violência.

A Proposta Orçamentária evidenciou os programas e ações a serem executadas no exercício financeiro de 2009, destacando-se as ações prioritárias, visando à consecução das diretrizes, objetivos e metas constantes do Plano Plurianual 2008 – 2011. Na sua elaboração foram observados, além das diretrizes orçamentárias previstas na Lei nº 11.062, de 23 de julho de 2008, os princípios e normas constitucionais pertinentes, e, em especial, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As principais inovações ocorridas referem-se às mudanças processadas na metodologia de cálculo das Cotas para 2009, que tomaram por base algumas variáveis a seguir compartilhadas:

- Os cálculos para as Despesas Obrigatórias dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública consideraram, para 2009, os mesmos parâmetros estabelecidos no art. 24 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, acrescendo os valores relativos aos créditos concedidos e a conceder, além da correção monetária, baseada na expectativa de variação do IGP-DI;

Para as despesas com a Folha de Pessoal e Administração de Pessoal sob Regime Especial de Contratação – Reda, incluindo os encargos sociais, foi estimado o valor de R\$ 6,4 bilhões, com base nas informações da SAEB, capturando os impactos das decisões do Cope, até setembro de 2008, para o exercício de 2009, possibilitando maior precisão na estimativa desse grupo de despesa.

Já as Cotas para as Despesas de Custeio, foram calculadas considerando o maior valor em relação ao executado em 2007; ou o valor orçado inicial, em 2008, por Secretaria, com ajustes pontuais; a análise dos impactos, em 2009, da expansão da ação governa-

mental em 2008; a adequação/relocação para a cota de ações finalísticas das despesas de custeio, que apresentam características de ações finalísticas feita após avaliação, em conjunto com a SGA/SEPLAN.

Para as Ações Finalísticas foram consideradas:

- Atividades com característica de custeio: optando-se pelo maior valor dentre o executado em 2007 e o orçado inicial para 2008;
- Ações prioritárias contempladas no Anexo I da LDO 2009, se forem atividades, deu-se o mesmo tratamento acima descrito;
- Atividades de publicidade: foram respeitados os valores informados pela Assessoria Geral de Comunicação Social – Agecom;
- Projetos inclusos no Anexo de Prioridades da LDO 2009: foi analisado o percentual da execução física e financeira e a perspectiva de continuidade em 2009. Nos casos de projeto de obra, verificou-se a possibilidade de financiamento pela fonte 29 – Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – Proconfis, desde que fossem obras estruturantes de impacto econômico e social.
- Demais projetos em andamento: avaliou-se o nível de execução física e financeira e a pertinência da sua continuidade à luz das prioridades de Governo;
- Ações que tinham valores de contrapartida de convênios federais: alocou-se o valor de 10% em relação ao total do convênio, avaliando a possibilidade de alocar na fonte 29;
- Alocação de recursos na fonte 01, correspondendo a 10% da receita de convênios;
- Alocação de recursos da Fonte 29 – Proconfis, exclusivo para financiar as despesas de capital e outros investimentos estruturantes de caráter econômico e social das diferentes secretarias (obras, infra-estrutura e equipamentos);
- Distribuição da Fonte 28 em conformidade com a proposta apresentada pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep;
- Distribuição das Outras Fontes do Tesouro, respeitando os percentuais aplicados em 2008, em função do saldo das ações finalísticas.

Para viabilizar as Ações do Orçamento 2009 e do PPA, teve continuidade a gestão compartilhada de receitas vinculadas às fontes: 09 (*Royalties*), 28 (Funcep) e 30 (Saúde) que podem financiar ações executadas por diferentes secretarias relacionadas ao objeto da vinculação.

Cronograma Financeiro/2009

Incluído no ciclo do planejamento governamental encontra-se o Cronograma Financeiro, a ser elaborado em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, e sob a responsabilidade do Poder Executivo, que deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso da Administração Pública Estadual.

Este Cronograma é regulamentado pelo Decreto nº 7.896, de 19 de janeiro de 2001, como instrumento de planejamento de curto prazo, que tem por objetivo ordenar a execução da programação orçamentária e financeira do Estado, em dado exercício, equilibrando a cronologia da despesa (gastos públicos) com a receita (ingresso efetivo de recursos), proporcionando o cumprimento da meta de resultado primário.

A inovação a ser destacada, em 2008, refere-se à publicação antecipada do Cronograma Financeiro que ocorreu na primeira quinzena de janeiro, possibilitando o início da execução orçamentária no primeiro mês do ano.

Este documento encontra-se em fase final de elaboração, devendo ser publicado até o dia 20 de janeiro de 2009.

OUTROS PROJETOS DESENVOLVIDOS

Manual de Orçamento Público – MOP

Tradicionalmente compartilhado com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o MOP é um documento orientador para os gestores e técnicos que integram o Sistema Estadual de Planejamento – SEP, quanto às matérias de cunho legal e técnico, relacionadas aos instrumentos de planejamento: PPA, LDO, LOA e o Cronograma Financeiro.

Na edição de 2008, o MOP apresentou inovações relevantes: uma nova estrutura com um formato acessível e atraente, conteúdo mais didático, amigável e ampliado e melhor adequado às práticas orçamentárias.

As mudanças relativas à estrutura concentraram-se no Capítulo V, destinado à LOA, mas desdobrado em duas seções: Receita Orçamentária – antes inexistente – e Despesa Orçamentária, conteúdo integrante desse Manual desde a primeira edição.

O Capítulo VI, destinado à Programação Orçamentária e Financeira, comumente denominado Cronograma Financeiro, reúne em seu conteúdo os aspectos legais e conceituais pertinentes, orientando o consulente a compreender o cronograma enquanto etapa do ciclo do planejamento governamental, além de ser um documento norteador da programação da execução orçamentária e financeira da Administração Pública Estadual.

Os Anexos passaram a desempenhar um papel relevante nesta renovada edição, facilitando não apenas a consulta, mas a compreensão dos respectivos conteúdos, considerando o cruzamento de informações. O Anexo IV – Produto – está disposto em ordem alfabética e numérica, com os respectivos códigos e descritores.

A Classificação Espacial por Território e Município – Anexo V – correlaciona os Territórios de Identidade (base geográfica de divisão espacial do PPA 2008–2011), identificando as próprias numerações com os códigos atribuídos a esses mesmos territórios no Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan. Uma outra fonte de acesso importante, neste mesmo anexo, é a reunião de dois códigos: um referente ao Território e o outro ao Município, com a respectiva descrição, incluindo os Territórios do Semi-árido.

Todos os fluxos e rotinas relacionados às Modificações Orçamentárias, decorrentes das mudanças introduzidas pelos Artigos 39 e 40 da LDO de 2008, integram o Anexo XI, orientando qualquer servidor que atue na área de orçamento a processar as modificações, acompanhando o passo a passo demonstrado no referido anexo.

O glossário, por sua vez, foi totalmente redimensionado, considerando a nova estrutura e a inserção de conteúdos inexistentes nas edições anteriores.

Outras facilidades poderão ser detectadas e avaliadas durante a utilização do MOP, no cotidiano de trabalho das equipes responsáveis pela gestão orçamentária do Estado, dando o seu *feedback* à SEPLAN/SPO, no sentido de aprimorar não apenas este instrumento, mas todos os que fazem parte da dinâmica de trabalho desta Unidade.

Ações de Capacitação

A qualificação profissional representa, hoje, condição fundamental para o desenvolvimento das pessoas que integram as organizações públicas ou privadas, visando contribuir para o seu crescimento e

aumento do nível de competitividade e assegurando resultados mais positivos, no que diz respeito à prestação de serviços à sociedade.

Coerente com tais premissas, a SPO promoveu, em 2008, dois treinamentos, tendo como público-alvo gestores e técnicos das setoriais e seccionais, e como grupo de instrutores a própria equipe desta superintendência, que sistematizou material instrucional específico para esta finalidade.

a) Treinamento sobre Modificações Orçamentárias: de 05 a 11 de março de 2008

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em 2008, nos seus artigos 39 e 40, apresentou inovações relativas às modificações orçamentárias, no sentido de aprimorar o processo de execução do orçamento, buscando maior agilidade e transparência. Assim, para efetivação das novas práticas, além da elaboração de Instrução Normativa sobre o tema, foram capacitados cerca de 130 servidores que atuam na gestão orçamentária do Estado, alinhando conceitos e procedimentos decorrentes das mudanças propostas. A medida serviu para que a operacionalização das referidas modificações pudesse acontecer com rapidez e segurança, através do Siplan.

b) Treinamento para Elaboração da Proposta Orçamentária 2009: de 07 a 09 de julho de 2008

O principal objetivo desta ação foi capacitar servidores que atuam nas Diretorias de Orçamento das Setoriais e Seccionais, visando alinhar conceitos e procedimentos relativos à elaboração da Proposta Orçamentária 2008 e respectivos lançamentos no Siplan. As estratégias metodológicas adotadas tiveram cunho teórico-prático, atendendo cerca de 170 participantes.

É importante registrar que, independentemente do objetivo de cada treinamento, tais encontros contribuem também para aproximar os grupos de trabalho dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, assim como a equipe da SPO, que é a unidade coordenadora da Gestão Orçamentária do Estado. Os encontros contribuem, ainda, para fortalecer os vínculos intra e interpessoais, fundamental para os contatos frequentes, em nível de consulta e assessoramento, que ocorrem entre as duas instâncias.

AÇÕES INTEGRADAS

Planejamento Estratégico SEPLAN – Plano de Ação SPO

As atividades de Planejamento Estratégico foram iniciadas em janeiro de 2007, com desdobramento no exercício de 2008. Sob a coordenação do secretário do Planejamento, teve a participação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, incluindo a equipe desta secretaria.

Naquela fase foi criado e sistematizado o Mapa Estratégico da Bahia, contendo a Visão de Futuro do atual Governo, seus macro-objetivos, eixos de desenvolvimento, diretrizes estratégicas socioeconômicas, territoriais e de implementação dos princípios de gestão. Esses pressupostos norteadores vêm conformando todos os projetos desenvolvidos pela Seplan, tendo como pilares de sustentação o desenvolvimento econômico sustentável e a governança solidária.

Após várias rodadas de discussão, a Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE consolidou os diversos produtos, ficando, a cargo de cada unidade da SEPLAN a elaboração do seu plano de ação. À SPO, em parceria com as demais superintendências e



Reunião de capacitação em Orçamento



Jamile Antine/SEPLAN

Diretoria Geral, coube a coordenação das atividades de redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – SEP e do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças – Fiplan. Os novos sistemas deverão substituir o atual Siplan e o Sicof

Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – SEP/Sepege

Trata-se de um projeto de grande porte, de Modernização da Gestão Pública do Estado da Bahia, através do qual, ao final desta gestão governamental, espera-se que o Sistema Estadual de Planejamento – SEP esteja redesenhado, revitalizado e cumprindo sua finalidade, que é de vital importância para a eficiência, eficácia e efetividade das ações de Governo.

Iniciado no segundo semestre de 2008, o projeto conta com a participação das superintendências e Diretoria Geral da SEPLAN e visa estabelecer as diretrizes iniciais.

Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças – Fiplan

O Governo da Bahia não tem medido esforços para a implantação de um novo sistema integrado de planejamento e finanças. Além de substituir os atuais Siplan e Sicof, o sistema, está associado à integração dos processos de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade governamental, permitindo a apresentação dos documentos constitucionais, em conformidade com a legislação em vigor e com a visão estratégica de governo. Para a SPO, seu principal objetivo é o desenvolvimento e a integração do PPA, da LDO e da LOA, e outros de natureza operacional e gerencial, incluindo a fase de aprovação pelo Poder Legislativo. O sistema também deverá estabelecer, também, os procedimentos para atualização da programação e do orçamento durante a sua execução, além do módulo de receita, que fará parte desse sistema corporativo.

A sua implantação representará uma sensível melhoria quanto aos processos informatizados, considerando-se a complexidade que envolve este tipo de atividade, o tempo de implementação, os recursos humanos, físicos e financeiros que precisam ser disponibilizados, além dos ganhos de produtividade e qualidade que a Administração Pública da Bahia deverá imprimir a esta e às futuras gestões governamentais.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Em 2008, foram realizadas algumas atividades nos Territórios, como seminários e oficinas, visando à construção dos planos de Desen-

volvimento Territorial. Para dar andamento às atividades, foram estabelecidas parcerias com alguns órgãos, conforme descrição:

- Parceria SEPLAN/Superintendência da Agricultura Familiar – Suaf/Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – Objetivando viabilizar o apoio aos Territórios para o desenvolvimento de ações referentes à gestão social, composição e reformulação do Colegiado Territorial e planejamento das atividades territoriais.
- Parceria SEPLAN/Ingá – Visando apoiar atividades de gestão e planejamento dos Territórios de Identidade da Bahia e das Bacias Hidrográficas.
- Convênio SEPLAN/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA / Banco do Nordeste – BN – Tendo como finalidade desenvolver ações de capacitação em serviço, junto aos colegiados e outras entidades territoriais, na construção dos Planos Estratégicos Participativos de Desenvolvimento Territorial, elaborando, conjuntamente com os agentes que atuam nos territórios, os Planos para os 26 territórios do Estado da Bahia.

A SEPLAN integra, através da SPE, o Comitê de Articulação Estadual do Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, compondo a sua Coordenação Executiva. Dessa forma, participou das atividades de mobilização dos colegiados territoriais, do acompanhamento da execução do Programa e da elaboração e análise de dados para auxiliar sua divulgação no Estado.

FORMULAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE CARÁTER REGIONAL

PROGRAMA TERRA DE VALOR – ETAPA NORDESTE

O Programa Terra de Valor tem como área de abrangência todo o Semi-árido baiano. Em sua primeira etapa, está atuando em 51 municípios baianos, assim distribuídos: seis municípios do Território de Itaparica; 18 municípios do Território do Nordeste II; 20 municípios do Território do Sisal; quatro municípios do Território Agreste de Alagoinhas; e três municípios do Território do Sertão do São Francisco.

A significativa importância do Semi-árido, compreendendo 265 municípios, não encontra a mesma correspondência para o conjunto do Estado, quando se trata dos indicadores sociais e econômicos. Basta ver que, em 2005, o Produto Interno Bruto – PIB do Semi-árido era apenas 26% do total do agregado do Estado, enquanto o PIB *per capita* médio correspondia a pouco menos



Lançamento do Programa "Terra de Valor"

Manu Dias/Agcom

da metade do calculado para a Bahia. O valor da produção agrícola da região, em termos monetários, representava, em 2006, 40% do realizado no Estado, ainda que a pecuária do Semi-árido alcançasse 62% do total baiano.

No que se refere aos indicadores sociais, é no Semi-árido que se encontra o maior número de analfabetos, onde a oferta de serviços de saúde, água potável, assistência social e outros serviços são mais precários. Em consequência, é nesta região que o IDH – M apresenta os resultados mais baixos.

O Programa Terra de Valor está formulado com o objetivo de articular ações governamentais que possibilitem, até 2010, a redução dos índices de pobreza e a consequente melhoria da qualidade de vida da população, com inclusão social e ampliação da cidadania.

Para que o Programa Terra de Valor alcance seu objetivo e reverta os baixos índices dos indicadores socioeconômicos do Semi-árido, deve-se partir do pressuposto de que os objetivos aqui traçados passam a compor uma política de governo, com diretrizes articuladas e orientadas para uma única direção. Para isso, está sendo promovido amplo esforço de articulação entre órgãos do Governo Estadual, a integração de ações com o Governo Federal e dos municípios, e a mobilização da Sociedade Civil organizada.

Com o objetivo de orientar os rumos do desenvolvimento da área-programa, o Programa Terra de Valor propõe eixos estratégicos, linhas de ação, projetos e subprojetos. Foram identificados quatro eixos estratégicos orientadores da construção do novo processo de desenvolvimento do Semi-árido: a) articulação das políticas públicas estruturantes; b) cidadania e desenvolvimento social; c) fortalecimento das atividades produtivas e d) ações de infra-estrutura.

Atualmente o Programa Terra de Valor está em plena atividade, embora ainda esteja na fase inicial da primeira etapa. Suas ações já se encontram em andamento, com especial destaque para as áreas de infra-estrutura, saneamento, saúde e educação.

PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVO A PROJETOS INOVADORES DE COMBATE À POBREZA – PROIN

Este programa tem como objetivo apoiar projetos em andamento, voltados para a melhoria das condições de renda e implementação de ações de fomento nas áreas produtiva, tecnológica, de gestão, comercialização, meio ambiente, energias alternativas, abastecimento de água, dentre outras.

É de competência da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, através da sua Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, a implantação e operacionalização do Proin, podendo, inclusive, captar recursos financeiros específicos para tal fim, junto à instituições nacionais e internacionais.

Está previsto o lançamento de um edital a cada semestre, com recursos não-reembolsáveis, a serem definidos pela SEDIR/CAR, da ordem de R\$ 1 milhão por semestre, contemplando, por projeto, até R\$ 200 mil. A seleção de projetos inovadores será realizada via edital.

O Programa será conduzido por uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo composto por representantes da SEDIR, da CAR da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços – Cese, do Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia e outras instituições convidadas, comprometidas com as questões temáticas e territoriais dos projetos

em análise, a exemplo de universidades federais, entidades sindicais e organizações governamentais e não-governamentais.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Este estudo tem como objetivo investigar as oportunidades de desenvolvimento de atividades produtivas não tradicionais no meio rural e urbano do Território Semi-árido Nordeste II, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população através da geração de novos empregos, incremento da renda, redução dos processos migratórios e dos índices de pobreza regional.

A importância das atividades não-agrícolas como fator de desenvolvimento regional deve-se ao seu caráter germinativo, que se expressa, sobretudo, em novas alternativas de emprego e renda para a população residente nas regiões inseridas no Semi-árido do Estado. Nessas regiões, onde os grandes empresários têm pouco ou nenhum interesse em investir, a atuação do Estado torna-se fundamental.

Em uma primeira etapa, o estudo caracterizará e delimitará as atividades produtivas não tradicionais, identificando, também, as potencialidades e as restrições ao desenvolvimento dessas atividades no território. A partir do conhecimento e análise dessa realidade regional, o trabalho deverá propor políticas públicas direcionadas para a expansão das atividades produtivas não tradicionais que possibilitem agregação de valor aos bens, capacitação de mão-de-obra local, assistência técnica, crédito e comercialização da produção. Essas políticas devem estar articuladas à valorização da cultura local como elemento de identidade, conservação ambiental e inclusão social.

De acordo com o projeto preliminar elaborado (referencial teórico-metodológico), o trabalho constará de três etapas: a primeira etapa, já concluída, corresponde ao levantamento da bibliografia e dos dados estatísticos disponíveis e a sistematização das informações; a segunda etapa, compreendendo o primeiro levantamento de campo – também já concluído, consta de entrevistas com instituições selecionadas (EBDA, IBGE, prefeituras, Ongs, cooperativas, associações e outros órgãos públicos) nos 18 municípios abrangidos pelo território Semi-árido Nordeste II, tendo como objetivo complementar as informações da primeira etapa. As informações obtidas nesta etapa servirão de insumo para a realização da terceira fase do trabalho, referente à pesquisa das unidades produtivas selecionadas.

No primeiro levantamento de campo realizado, as cadeias produtivas do mel, artesanato (bordado e palha), mandioca e caju sobressaíram como aquelas detentoras de maiores potencialidades de expansão no âmbito do território, enquanto as atividades de laticínios e confecções se apresentam como atividades importantes, mas de âmbito local.

BAHIA – DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS

Desde meados da década de 1990, a Bahia tem apresentado índices de crescimento econômico médios e, particularmente, nos últimos cinco anos, o crescimento do PIB ficou, em média, em torno dos 5% anuais. No entanto, este resultado não tem se traduzido na melhoria dos indicadores sociais e, também, não tem alterado de forma significativa a estrutura produtiva do Estado, tanto setorialmente quanto espacialmente.

Ao longo dos últimos 12 anos, a CAR vem elaborando programas de Desenvolvimento Regionais Sustentáveis – PDRSs, cujo modelo teórico-metodológico está assentado no paradigma do desenvolvimento sustentável, que invoca uma multidimensionalidade do espaço regional, permitindo uma visão integrada das várias e diferentes dimensões da realidade, freqüentemente abstraída dos enfoques que se limitam a enxergar o mercado como o mecanismo exclusivo da alocação de recursos e de definição das relações entre os atores econômicos na sociedade.

O objetivo do estudo "Bahia – Desenvolvimento e Perspectivas" é indicar políticas de desenvolvimento regional, tendo como referência os três grandes biomas existentes no Estado: Cerrado, Semi-árido e Mata Atlântica. Visa, além do crescimento, a desconcentração e distribuição mais equânime da riqueza gerada na Bahia. Este estudo está sendo desenvolvido em três etapas:

Primeira etapa – Compreendeu a realização de um diagnóstico abordando os aspectos econômicos, demográficos, sociais e ambientais, utilizando informações estatísticas e material bibliográfico sobre cada um dos temas em questão (sobretudo os PDRSs elaborados) agregados por Territórios de Identidade e por biomas.

Segunda etapa – Será feito um mapeamento dos investimentos previstos para os próximos anos no Estado. Após esses levantamentos, serão analisados os impactos desses novos investimentos e a possível modificação dessa nova estrutura (perspectivas).

Terceira etapa – Serão feitas indicações de políticas de desenvolvimento regional no sentido de tornar o crescimento do Estado mais equilibrado econômica e socialmente.

CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESENVOLVIMENTO URBANO

ESTUDO DA REDE URBANA DA BAHIA

O Estudo da Rede Urbana da Bahia será uma ferramenta ímpar para o Estado, a partir do momento em que implica repensar o desenvolvimento urbano e regional baiano; planejar um projeto de médio e longo prazos que tenha como meta a redução das desigualdades regionais e sociais, promovendo o desenvolvimento do Estado de forma mais extensiva; um melhor ordenamento do território e uma visão de estratégia geopolítica que inclua a articulação em nível regional, nacional e internacional. Com a conclusão do Termo de Referência e instrução do processo licitatório junto à Procuradoria Geral do Estado – PGE, a previsão é de que este estudo seja concluído em 2009.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – RMS

A partir da compreensão de que é necessário consolidar a identidade metropolitana e inserir na agenda dos Governos Estadual e Municipal o planejamento e a gestão metropolitana como fator imprescindível para iniciar o processo em 2008, os trabalhos foram concentrados na sensibilização e mobilização dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS e entidades do Governo Estadual. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Reuniões com o poder público dos municípios da RMS para discutir as questões que afetam a RMS, ressaltando a importância do trabalho conjunto entre os municípios e Governo Estadual;
- b) Nota Técnica Região Metropolitana de Salvador: O Papel do Governo do Estado na Governança Metropolitana, situando o debate corrente sobre as regiões metropolitanas e apresentando alternativas para a reinserção do tema metropolitano na agenda política e técnica do Governo do Estado da Bahia;
- c) Oficina Governança e Desenvolvimento da RMS, com o objetivo de ressaltar a importância de elaboração e implementação das políticas públicas e de uma governança metropolitana;

A gestão compartilhada da Região Metropolitana está em fase de construção, com a formação de um grupo preliminar de governança, que conduzirá o plano e a definição do modelo de gestão, composto por um grupo de governança estadual, um grupo municipal e um grupo da sociedade, inicialmente formado por um grupo de trabalho – GT do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades–BA, aprovado em plenária.

DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA A BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Em articulação com a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, a Câmara dos Deputados e a Sociedade Civil, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR está desenvolvendo referências e diretrizes para o uso sustentável da Baía de Todos os Santos – BTS, visando potencializar, o seu valor, ambiental, paisagístico, econômico e cultural, e orientar seu zoneamento ecológico.

Dentre as ações realizadas, pode-se destacar a elaboração de um plano de trabalho preliminar, construído após reunião com diversas Secretarias Estaduais. A partir do desdobramento desse plano de trabalho, está prevista a realização de eventos, com participação das comunidades interessadas, cujas discussões e proposições serão consolidadas num relatório final, que passará a orientar as ações a serem desenvolvidas na BTS.



Robson Mendes/Agcom



Baía de Todos os Santos



Baía de Todos os Santos

Rodrigo Mendes/Agcom

GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A Política de Desenvolvimento Urbano constitui o eixo de referência da atuação do Governo para melhoria da qualidade de vida urbana, no sentido de proporcionar mudanças positivas no padrão urbano do Estado, com a redução das desigualdades territoriais e sociais, garantindo a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Entre os produtos desta Política, destaca-se a proposição do Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano, incluindo o Fundo de Desenvolvimento Urbano, a organização institucional e a inserção dos municípios, segundo o seu grau de integração aos sistemas estadual e nacional.

Como etapa preliminar à elaboração desta Política, encontra-se em andamento a definição de indicadores que permitam o acompanhamento da efetividade da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Neste ano de 2008, os trabalhos concentraram-se na elaboração do Termo de Referência para a contratação de consultoria para o desenvolvimento da política.

Também está entre as prioridades desta Política a caracterização socioeconômica e de urbanização das comunidades quilombolas e indígenas da Bahia, com vistas ao atendimento das demandas de serviços e infra-estrutura urbana destas comunidades até então excluídas dos benefícios da urbanização.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

A Política de Desenvolvimento Urbano é marco para um novo modelo de desenvolvimento urbano com base na transparência e no processo democrático para a definição de uma estratégia de atuação do Estado, que deverá direcionar as ações e investimentos em desenvolvimento urbano. Este é um processo que exige monitoramento constante das ações realizadas, bem como a avaliação do seu impacto na política de desenvolvimento urbano.

No ano de 2008, foram realizadas reuniões com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para revisão das unidades de informações e indicadores do IBGE. A SEI também colaborou com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea para o desenvolvimento de estudos sobre a rede urbana do Brasil (Observatório das Cidades) que apontaram para a necessidade de contratação de consultoria para desenvolvimento do Sistema de Informação, monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Urbano.

GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS URBANAS DA BAHIA – INFORMS E SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEORREFERENCIADAS NOS MUNICÍPIOS

O Sistema de Informações Geográficas e Urbanas do Estado da Bahia – InformS, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, objetiva estabelecer uma infra-estrutura de dados geográficos de uso compartilhado por todos os agentes, com atuação na RMS e demais áreas urbanas do Estado da Bahia.

Dentre os objetivos específicos do Sistema, destacam-se a produção de cartografia básica em grandes escalas e a estruturação, em parceria com os municípios, dos cadastros técnicos municipais georreferenciados, unificados com base no Sistema de Numeração Métrica Linear de endereçamento de imóveis.

A formação da infra-estrutura de dados para a implementação de aplicações de geoprocessamento representa, aproximadamente, 70% dos custos. Com a consolidação do Informs como base de dados de uso comum, evita-se o desperdício de tempo e recursos para obtenção e processamento de informações geográficas básicas que subsidiem as atividades de planejamento, operação de serviços públicos e tributação, beneficiando as três esferas de Governo, empresas privadas e organizações do terceiro setor.

As unidades da SEDUR utilizam o Informs para planejar novas intervenções, a exemplo do Programa Dias Melhores, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Projeto da Via Portuária, Fundo Nacional de Habitação Interesse Social – FNHIS, Projetos de Regularização Fundiária em Áreas cedidas pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em Alagados, e nas áreas de intervenção do PAC, além de apoiar a elaboração de projetos de engenharia e a execução de obras.

Outros órgãos estaduais também já são usuários do Informs, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública – SSP, que através do Aplicativo de Monitoramento de Ocorrências Policiais, pode localizar geograficamente as ocorrências e identificar a incidência de cada tipo de delito de acordo com as áreas, períodos e horários. Também a Secretaria da Educação – SEC recebeu recentemente o cadastro georreferenciado das unidades de ensino da rede pública da RMS, que lhe permitirá localizar facilmente qualquer escola.

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, foi produzido o Atlas de Desenvolvimento Humano da RMS e promovida a capacitação dos técnicos na utilização de ferramentas do Informs.

Em 2008, foram investidos R\$ 1,8 milhão em ações nas áreas de cartografia, de cadastro técnico multifinalitário, de dados socioeconômicos e de tecnologia da informação.

OUTROS ESTUDOS E AÇÕES DE PLANEJAMENTO

Um convênio firmado entre a SEPLAN e a Fundação Pedro Calmon – FPC tem embasado a publicação da revista **Bahia de Todos os Cantos**,

cujas propostas é apresentar um panorama de todos os Territórios de Identidade do Estado, através de artigos, reportagens, matérias e entrevistas que tratem das riquezas culturais, características geográficas, conjuntura socioeconômica e peculiaridades do seu povo, traduzidas nas dimensões simbólica, social e econômica e da cultura. O projeto se constitui num meio de difusão de conhecimentos sobre os territórios, como também um espaço de debate dos vários temas em evidência e divulgação das diversas expressões culturais e artísticas presentes nos territórios.

A necessidade de realizar estudos sobre as experiências de economia solidária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, com a finalidade de propor ações e mecanismos para estruturar um sistema territorial de economia solidária, motivou a assinatura de um convênio entre a SEPLAN e a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, através do qual serão mapeados os empreendimentos socioeconômicos inspirados nos princípios da Economia Solidária. O mapeamento refletirá as potencialidades e os desafios do referido território, e gerará sugestões que orientem ações e políticas para a área.

Outro projeto desenvolvido pela SPE, denominado Observatório dos Territórios, visa conceber, montar, implantar, atualizar e gerir um banco de dados para disseminar informações sobre estudos e/ou práticas de desenvolvimento territorial. Esta ação tem como parceiros a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, a Universidade Federal da Bahia – Ufba e a Universidade Católica do Salvador – Ucsal, e pretende estabelecer parcerias interinstitucionais e intercâmbios com universidades, centros de pesquisa e organizações sociais, a fim de aperfeiçoar o sistema de informações sobre dinâmicas territoriais, especialmente na Bahia.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é outro projeto que atingirá todo o Estado e será implementado, em conjunto, pelas secretarias de Meio Ambiente – SEMA e do Planejamento – SEPLAN. Sua finalidade é otimizar o uso do espaço e as políticas públicas, visando o desenvolvimento econômico sustentável e a proteção dos recursos ambientais. Este projeto encontra-se em fase de conclusão do edital para concorrência pública.

Também em fase de conclusão de edital, estão os planos mestres para as grandes regiões do Estado. Estes planos se constituem em instrumentos de gestão, cuja finalidade é a indicação das diretrizes e a concepção de ações de desenvolvimento socioeconômico para as referidas regiões e deverão orientar a montagem dos planos diretores dos Territórios de Identidade.

Outra ação no âmbito do planejamento governamental diz respeito à Agenda 21 Bahia, que visa à elaboração de um modelo de desenvolvimento local por meio de um processo participativo, com o enfoque na conservação e manejo da biodiversidade, culminando com a elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável Agenda 21. O projeto contempla sete Territórios de Identidade, cujo critério é a presença significativa de Unidades de Conservação. Para cada um dos sete Territórios de Identidade será selecionado, de forma consensuada e participativa, um município – núcleo territorial para o desenvolvimento das ações previstas.

Participam dessa ação a SEPLAN, a SEMA, a SECULT, a SEC e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, sendo a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR.

A SEPLAN, ainda através da SPE, tem participado de outros projetos, conforme detalhamento constante no Quadro 2.

Também através da SPE, a SEPLAN tem atuado no Projeto Monitoramento das Metas do Milênio. Vale destacar que os Objetivos do Milênio se constituem em um compromisso de promover a melhoria das condições de vida das populações das regiões menos desenvolvidas do planeta. Este compromisso foi formalizado em conferência promovida pelas Nações Unidas, em Nova York, no ano 2000. Os representantes dos países-membros da ONU, que participaram das conferências, estabeleceram como meta reverter, até 2015, o quadro de extrema pobreza, fome, analfabetismo e doenças que afetam milhares de pessoas em todo o mundo.

Como resultados desta conferência e de conferências posteriores, foram estabelecidos oito objetivos, subdivididos em 18 metas, com 48 indicadores. O Projeto Monitoramento das Metas do Milênio tem

por objetivo organizar e promover, de forma contínua, o acompanhamento dos indicadores vinculados aos Objetivos do Milênio na Bahia e verificar os resultados das políticas públicas implantadas pelos diversos níveis de Governo.

No final de 2007, foi concluído o Termo de Referência desse Projeto. Nele foram definidos os objetivos, estratégia de implantação, parcerias e responsabilidade. Em 2008, realizou-se o levantamento de informações disponíveis em diversas fontes, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, Secretaria de Educação – SEC, Banco de Dados do Sistema Único de Saúde – Datasus. Os dados levantados permitiram a análise do desempenho das metas do milênio no Estado. O documento está pronto para publicação, dependendo, tão somente, da sua revisão e editoração. A partir de 2009, pretende-se estabelecer parcerias com diversas secretarias e outras entidades para a elaboração de uma edição anual, atualizando-se os dados e incorporando-os à expertise dos diversos parceiros na análise dos dados.

A Secretaria do Planejamento, por intermédio da SPE, coordenou, juntamente com a Secretaria da Educação, a elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, que deverá ser encaminhado à Casa Civil para o seu respectivo lançamento. Este projeto consiste em uma estratégia para desenvolver, naquele espaço um conjunto de ações articuladas, voltadas à promoção e inclusão socioeconômica, educacional e cultural da população da área da Cidade Baixa, do Subúrbio Ferroviário e áreas adjacentes. Com a cessão da Petrobrás, o projeto tem a coordenação da Secretaria da Educação, em parceria com as secretarias da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Ciência Tecnologia e Inovação, da Cultura, da Indústria, Comércio e Mineração.

Quadro 2

REPRESENTAÇÕES DA SEPLAN BAHIA, 2008

PROJETO/AÇÃO	OBJETIVO
Projeto Orla	O Projeto de Gestão Integrada para a Orla Marítima – Projeto Orla – constitui uma estratégia do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que oferece aos Estados e Municípios um aporte para o planejamento integrado da zona costeira, considerando os diversos instrumentos de planejamento territorial e gestão ambiental, aplicáveis nos três níveis de Governo.
Comitê de Resíduos Sólidos	Acompanhamento do processo de elaboração do Programa Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos, cujo objetivo é a erradicação dos lixões em áreas urbanas nos 417 municípios do Estado, através da otimização do gerenciamento e da redução dos resíduos gerados, com a participação de setores produtivos e da Sociedade Civil organizada.
Plano de Mobilidade para a Região Metropolitana de Salvador	Participação nas discussões referentes à elaboração do Plano, que prevê a integração de todas as modalidades de transporte coletivo. Pretende-se elaborar um plano de mobilidade que permita, não só suprir a demanda de trânsito de passageiros – priorizando o transporte público e reduzindo os gargalos de trânsito – buscando também, soluções sustentáveis.

Fonte: SEPLAN/SPE

Já funcionam no espaço as escolas de nível médio, Landolfo Alves e Hamilton Lopes, e os Centros Interdisciplinares – Cenint, que desenvolvem atividades artísticas e de inclusão digital.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC NA BAHIA

Dentre as principais atividades da Casa Civil no ano de 2008, destacaram-se o Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo e a Articulação e o Monitoramento das Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na Bahia.

No que se refere ao Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo, registram-se:

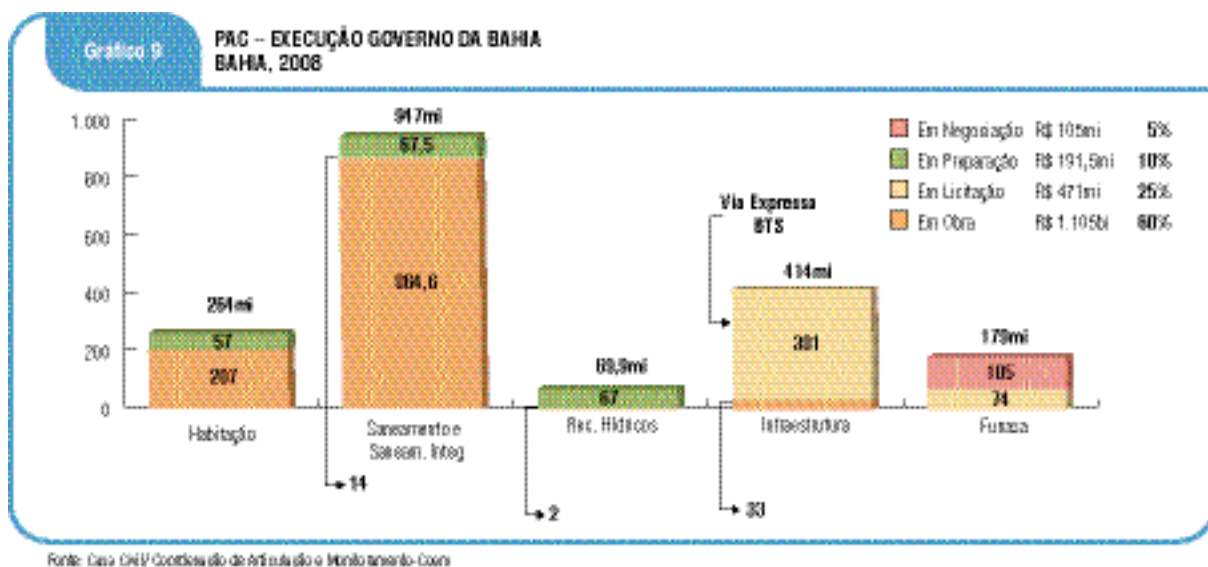
- Aperfeiçoamento da Metodologia de Acompanhamento das Ações Prioritárias, no ciclo de 16 meses de avaliação, através da definição das fichas de acompanhamento, monitoramento e consolidação das respostas;
- Apoio na elaboração de relatórios das Ações de Governo para as reuniões dos Secretários com o Governador;
- Sistematização das informações para gerar o Relatório de Ações do Governo por município;
- Sistematização do processo de elaboração e a construção dos balanços de 18 e 24 meses do Governo do Estado da Bahia;
- Confecção da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa – 2008, em conjunto com a SEPLAN;
- Elaboração conjunta com a SEPLAN e a SEFAZ, da metodologia de construção, além da realização de reuniões com a participação

de todas as Secretarias, a fim de alinhar as informações necessárias para confecção do Relatório Anual de Governo de 2008 e do Balanço de dois anos de Governo.

O monitoramento das ações do PAC na Bahia se processa através de Salas de Situação, agrupadas em cinco áreas de atuação: – Infra-estrutura, Recursos Hídricos, Saneamento, Habitação e Fundação Nacional de Saúde – Funasa e tem por objetivo garantir o cronograma de execução das obras através de processo de monitoramento e articulação, visando solucionar os entraves nas diversas áreas (questões fundiárias, licenciamento ambiental, cronogramas orçamentários e de licitação, entre outros), com os diversos órgãos executores e demais envolvidos, como Procuradoria Geral do Estado – PGE e órgãos de licenciamento (Instituto do Meio Ambiente – IMA e Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá).

Durante o ano de 2008, foram realizadas duas reuniões do Comitê Gestor do PAC – CGPAC e as reuniões semanais das Salas de Situação. Dentre os principais avanços identificados neste período do monitoramento do PAC, destacam-se o acompanhamento detalhado do andamento de todos os projetos financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF e a implantação de Metodologia de Gerenciamento de Projetos (baseada no Project Management Institute – PMI) nas obras executadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder.

Este acompanhamento garantiu uma evolução do andamento dos projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão, discriminados no Gráfico 9.



FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Os Consórcios Intermunicipais fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de integração, focada em um modelo de governança territorial que abriga a administração estadual, o Governo Federal, as prefeituras municipais, a Sociedade Civil e o terceiro setor. Trata-se de um projeto que tem por base a elaboração de uma proposta de intervenção voltada para o ordenamento, racionalização e efetividade dos investimentos públicos, sob os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

O momento pós-eleitoral será extremamente propício à realização de ações que objetivam o fortalecimento da capacidade administrativa e institucional dos municípios baianos, pelas razões já mencionadas. Pode-se considerar, também, que o processo de análise, discussão e hierarquização de demandas, que se tornará possível a partir da constituição de fóruns próprios de associações, conselhos e consórcios municipais, dará maior racionalidade e eficiência na alocação dos recursos públicos. Por outro lado, a capacitação dos técnicos e dos gestores municipais amplia a competência institucional das prefeituras, possibilitando o alcance de resultados mais efetivos e sustentáveis.

Por abranger os municípios que detem os piores índices de desenvolvimento social e econômico da Bahia, a região Nordeste do Estado passou a ser alvo de um trabalho piloto de implantação de consórcios municipais, encontrando-se em estágio mais avançado de conversações entre a SEDIR, a SEDUR e a SEPLAN, com o objetivo comum de preparação de instrumentos para sua implantação, em 2009.

As linhas de ação que estão sendo discutidas para o alcance de tais intervenções são:

- Levantamento, dentre os municípios baianos, daqueles que apresentam as características requeridas para a formação de consórcios (proximidade, identidade de interesses, relacionamento, racionalidade na implantação de projetos para uso compartilhado);
- Diagnóstico sobre o grau de organização e articulação dos municípios das diversas regiões do Estado, análise e organização das demandas municipais, por infra-estrutura e serviços que possam ser atendidas através de projetos compartilhados;

- Elaboração de Guia Prático Orientador para constituição e funcionamento de Consórcios Municipais;
- Levantamento de informações e demandas para implementação de Projeto Piloto, em 2009.

Estão sendo realizadas reuniões entre a Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE da SEPLAN e Superintendência de Desenvolvimento Urbano – SDU da SEDUR, para a definição das competências, papéis e formas de cooperação entre a SEDIR, SEPLAN, SEDUR e Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, todas envolvidas no processo de implantação dos consórcios.

CONSÓRCIO REGIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

O Consórcio Público constitui a base institucional de ação regionalizada necessária ao fortalecimento da gestão municipal, apresentando-se como a alternativa mais viável de enfrentamento das demandas de planejamento e gestão municipal, ante as dificuldades institucionais, financeiras e técnicas dos municípios.

Os Consórcios Públicos de Desenvolvimento Urbano são constituídos sob a forma de autarquia, da qual participam o Estado e municípios, com possibilidade de captação e gerenciamento de recursos a serem aplicados em municípios da região de abrangência, a partir de programação definida com aprovação de todos os partícipes, viabilizando ações conjuntas nas diversas áreas do desenvolvimento urbano, como planejamento e gestão territorial urbana, saneamento básico, mobilidade e habitação de interesse social.

A SEDUR, em 2008, firmou Termo de Compromisso, visando à formação de consórcios com 18 municípios do Território de Irecê e cinco municípios do Território de Itaparica. Para estes e outros territórios contemplados, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 1- Território Bacia do Jacuípe – saneamento;
- 2- Territórios Irecê e Médio São Francisco – resíduos sólidos e assistência técnica;
- 3- Território Sertão do São Francisco/Juazeiro – resíduos sólidos;
- 4- Território Nordeste II e Itaparica – assistência técnica e saneamento;
- 5- Território Litoral Sul – assistência técnica;
- 6- Território Chapada Diamantina – resíduos sólidos;
- 7- Território Baixo Sul – saneamento.

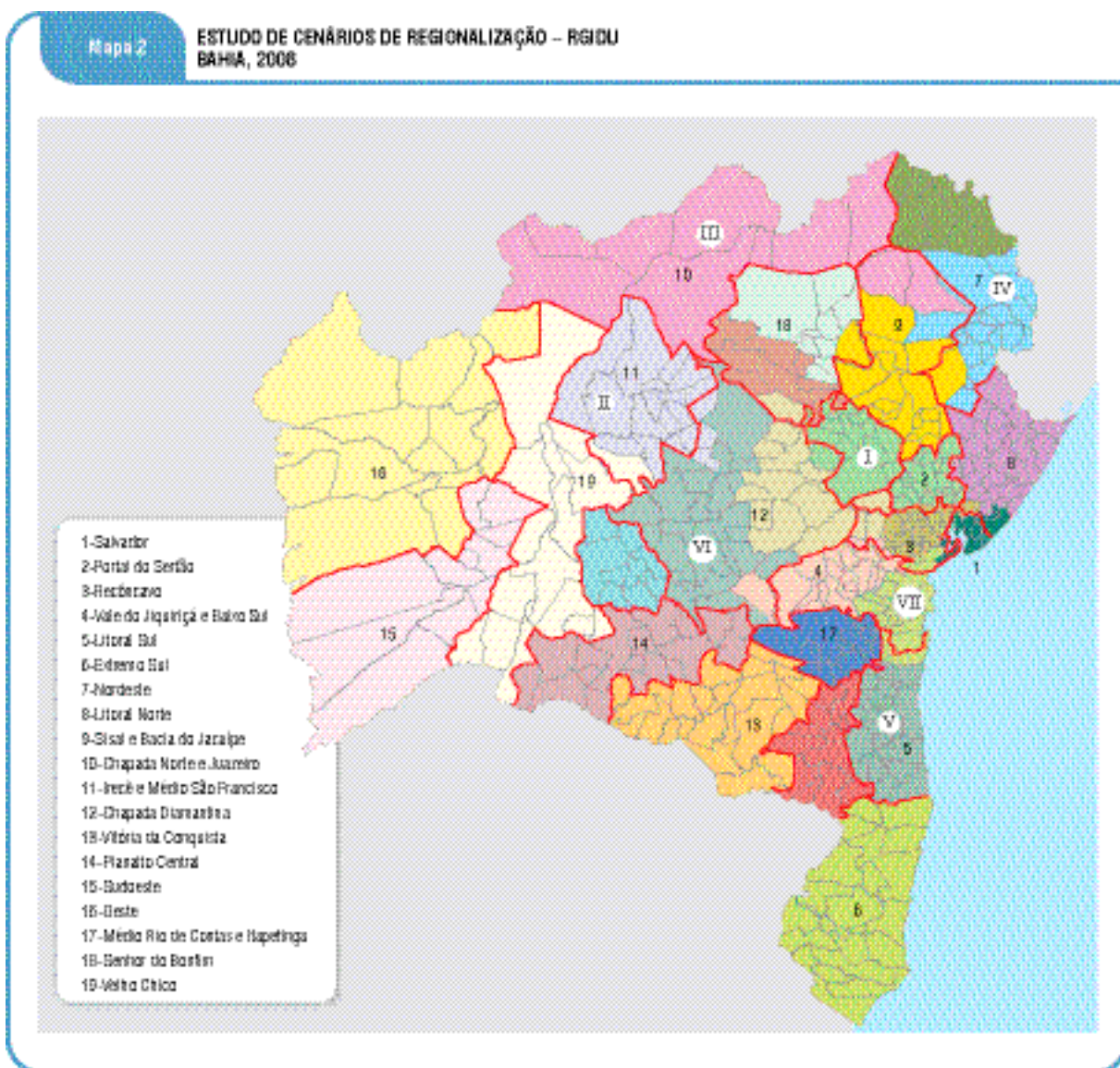
O Mapa 2 representa os Territórios de Identidade utilizados pelo Governo do Estado para as ações regionalizadas.

NÚCLEOS REGIONAIS DE CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

A SEDUR, através da parceria com o Ministério das Cidades – Mcdidades, definiu por estratégia promover o desenvolvimento e avaliação de ações descentralizadas de capacitação e assistência técnica em municípios do Estado da Bahia, contemplando os seguintes eixos de ação:

1. Capacitação de gestores e lideranças comunitárias nas áreas de gestão, planejamento urbano e regularização fundiária, além de assistência técnica a municípios na área de planejamento urbano nos Territórios de Identidade selecionados e denominados Semi-árido Nordeste II, Itaparica e Litoral Sul;
2. Campanha de regularização fundiária no Estado da Bahia.

A SEDUR se caracteriza também pela participação em ações voltadas para diversas atividades, a exemplo da participação na Comissão Interinstitucional Purifica Santo Amaro, a qual vem sendo coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e visa buscar soluções para o problema da contaminação de Santo Amaro.



Fonte: SEDUR

Ao longo de 2008, a SEDUR participou ativamente das reuniões de trabalho desta Comissão, assim como do Comitê Técnico, formado para trabalhar no Projeto de Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Santo Amaro, o qual visa remover a es-cória das principais ruas da cidade, substituindo-a por material se-guro e adequado. O projeto básico vem sendo submetido a uma análise de risco, de forma a investigar a viabilidade e a segurança do mesmo. A SEDUR também participa do planejamento dos trabalhos de comunicação e educação ambiental que será realizado no âmbito deste projeto.

ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS

O Governo da Bahia, por intermédio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento – SEPLAN, vem produzindo, de forma sistemática, informações sobre a realidade socioeconômica e ambiental do Estado, atendendo demandas do próprio Governo, bem como de outras instituições públicas, privadas e do setor não-governamen-tal, colocando sempre a informação a serviço do cidadão. Essas in-formações estão disponibilizadas no site www.sei.ba.gov.br, e através de publicações sobre diversos temas de interesse do Estado e do público em geral.

AÇÕES ESTRATÉGICAS E ESTRUTURANTES

A desatualização e a inadequação de escala da Cartografia existente (1:100.000) são incompatíveis com as atuais necessidades dos pro-jetos estruturantes nas áreas de monitoramento, infra-estrutura e gerenciamento do Estado da Bahia. Logo, a necessidade de uma Car-tografia Básica atualizada e em escala adequada ao nível de desen-volvimento do território é uma questão que preocupa a comunidade técnica, as instituições públicas, a iniciativa privada e pesquisadores.

Em consenso estabelecido entre os órgãos que compõem a Comis-são Estadual de Cartografia – Cekar, delineou-se a estratégia de

construção de uma nova Cartografia para o Estado da Bahia. Foram elaboradas, pela Diretoria de Serviços Geográficos – DSG do Exército, especificações técnicas para a contratação dos serviços a fim de que, num curto espaço de tempo, possam ser supridas as ne-cessidades de Cartografia Básica do Estado. Essas especificações visam à elaboração do mapeamento sistemático e temático do Estado da Bahia, com os seguintes produtos e serviços, conforme demons-trado no Quadro 3.

Outra ação em andamento refere-se à construção da Infra-estrutura de Dados Geoespaciais do Estado da Bahia – IDE/BA. Este projeto visa a construção de um ambiente que permita compartilhar dados, sem que haja replicação ou redundância, respeitando os processos de produção de dados inerentes à rotina de cada produtor e criando condições reais para o desenvolvimento de aplicativos que inte-grem dados de múltiplas fontes, sem a necessidade de transferên-cia ou cópia.

A implantação dos elementos tecnológicos necessários para o estabelecimento da IDE/BA está em curso, com a elaboração de Termo de Referência para a contratação de empresa responsável. A IDE/BA inclui a aquisição, fornecimento e instalação de *software* para viabilizar a descoberta, localização, avaliação e aplicação de dados espaciais disponíveis *on-line*, por parte de usuários e fornecedores de todos os níveis de Governo, setor comercial, setor não lucrativo, o mundo acadêmico e o público em geral. Todos os projetos para IDE serão financiados com recursos do Banco Inter-nacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird. Os serviços serão executados de forma a viabilizar e implantar a arquitetura desejada para a IDE-BA, conforme figura Modelo de Funciona-mento da IDE-BA.

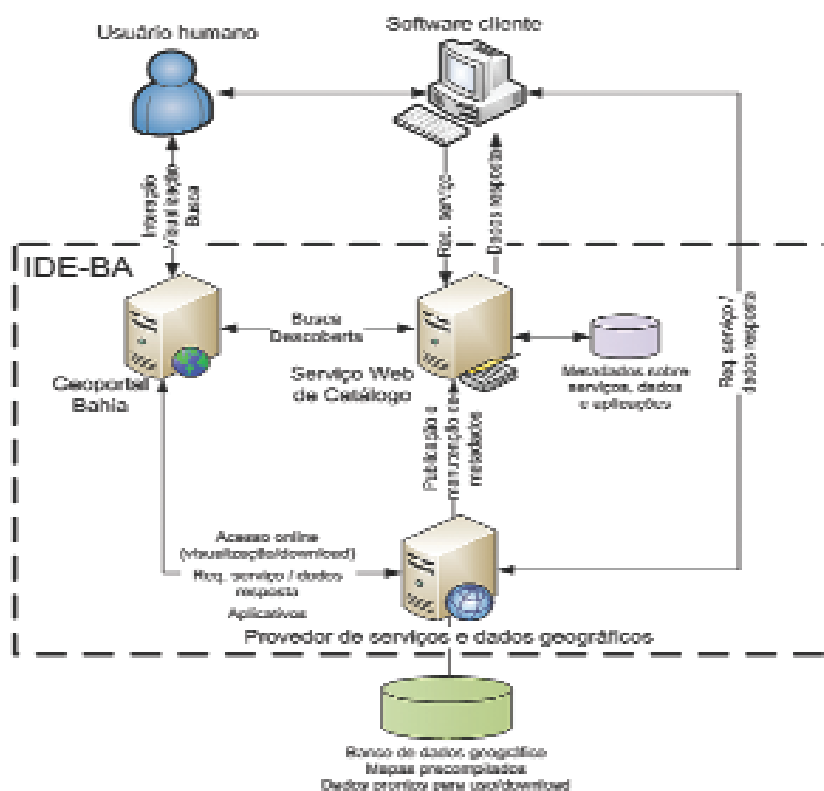
Em dezembro de 2006, o Decreto nº 10.185 instituiu o Geoportal Bahia, serviço público de informações destinado a prover con-sulta e visualizar dados e informações geoespaciais através da Internet. Este portal, gerido pela SEI, objetiva prover uma estrutura

Quadro 3

MAPEAMENTO DO ESTADO DA BAHIA BAHIA, 2008

PRODUTO/SERVIÇO	SITUAÇÃO
Imageamento	Contratado
Modelo Digital de Superfície (MDS); Ortoimagens Digitais e Curvas de Nível	Fase de análise da proposta técnica do arrematante do processo licitatório.
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Diretoria de Serviço Geográfico – DSG para execução de serviços, acompanhamento e fiscalização das etapas de elaboração dos serviços citados acima	Em análise pela Procuradoria da União

Fonte: SEPLAN/SEI



de dados e informações integradas, em conjunto com os diversos órgãos produtores e consumidores, de dados geográficos e espaciais nos diversos níveis de Governo. Visa coletar, tratar, compartilhar e disponibilizar bases espaciais de órgão e entidades do Poder Executivo Estadual e promover o intercâmbio de dados e o acesso a informações espaciais produzidos por outros poderes e esferas de Governo, por organismos não governamentais e pela iniciativa privada. Este projeto encontra-se em fase de elaboração de Termo de Referência para contratação de serviços para sua execução.

A SEI também está fomentando um processo de discussão para a formulação de uma Rede de Informações Estatísticas do Estado. Esta rede deverá ser integrada por diversas setoriais, o que possibilitará a sistematização e construção de indicadores e estatísticas dos principais órgãos estaduais, visando otimizar e facilitar o seu uso. As unidades que irão compor a rede serão, ao mesmo tempo, usuárias e fornecedoras das informações.

A idéia é criar procedimentos para a coleta, processamento e disseminação da informação estatística no Estado, pois a informação deve ser útil, atual e acessível, para propiciar aos gestores uma maior confiabilidade e segurança na tomada de decisões. Atualmente, as secretarias e órgãos detem um grande volume de dados, sobretudo pela importância crescente dos registros administrativos. Entretanto, estes dados ainda não são plenamente aproveitados. A Rede irá contribuir para evitar o desperdício de recursos públicos e otimizar o uso pleno das informações disponíveis, evitando, assim, situações como a produção isolada de dados para fins de um único órgão, a ausência de compatibilidade com outras informações existentes e a duplicação da coleta de dados por falta de coordenação e interação entre os órgãos.

A participação da SEI na representação institucional na Comissão Técnica do Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – Trilha visa ao fornecimento de insumos para a elaboração do programa. Para tanto, participou de reuniões técnicas, prestou assessoria técnica e realizou palestras sobre juventude e trabalho.



Baía de Todos os Santos

A partir de 2007, a SEI passou a integrar a diretoria técnica da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes. A Anipes, atualmente presidida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação Seade, de São Paulo, reúne os órgãos e instituições estaduais e municipais de Planejamento e Estatística.

Um acordo de cooperação técnica firmado com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea visando estabelecer redes de pesquisa em áreas temáticas de interesse comum tem se constituído importante projeto de âmbito nacional, que envolve a participação de instituições de vários estados da Federação. Um dos projetos a serem desenvolvidos no âmbito desta rede é o de Dinâmica Urbana dos Estados, cujo objetivo é caracterizar aspectos da urbanização nesses espaços, no período de 2000 a 2007, usando para tanto uma metodologia comum, que resultará

na produção de um relatório final, produzido em rede por todas as instituições envolvidas.

A SEI também tem participado do comitê técnico da Rede Internacional de Informações para a Saúde – Ripsa, buscando avaliar a base de dados e os indicadores da saúde em nível municipal. Atendendo ao convite da Organização Pan-Americana da Saúde – Opas, a SEI contribuiu tecnicamente na avaliação dos indicadores de saúde, na segunda oficina de trabalho da Ripsa, realizada em Brasília, nos dias 02 e 03 de setembro de 2008.

Outra importante ação diz respeito à modernização do parque tecnológico da SEI, por meio da aquisição de *hardwares* e *softwares*. A aquisição de equipamentos perfaz o total de R\$ 200 mil, enquanto na aquisição de *softwares* de estatística e de geoprocessamento foram gastos R\$ 150 mil.

Também com vistas à modernização do órgão, foi desenvolvido um novo *site*, construído com o uso de ferramentas de gerenciamento e publicação de conteúdo para portais. A moderna ferramenta ampliou as possibilidades de uso com a implantação de novas funcionalidades. O novo *site* permite maior controle das informações publicadas: criação de perfis de usuário; sistema de busca de informações próprio e disponibilização de metadados (por página) para melhoria do sistema de busca.

O Sistema de Dados Estatísticos Georeferenciados – Sidegeo permite ao usuário criar seu cartograma com as informações alfa-numéricas armazenadas no banco de dados estatísticos da SEI. O sistema foi desenvolvido para facilitar a análise de dados consultados, através da visualização gráfica de informações estatísticas e possui as seguintes características:

- O módulo Sidegeo permite a elaboração de cartogramas pelo usuário de consultas aos dados fornecidos pelo Sistema de Dados Estatísticos da SEI – Side;
- Os cartogramas gerados são classificados por temas;
- Existem algumas restrições sobre a consulta no que se refere aos seguintes pontos: tabelas por município, campos quantitativos com mesmas unidades, cartogramas temáticos referentes a apenas uma variável da tabela e agrupamento de dados diferentes para uma mesma variável.

O Quadro 4 descreve os estudos, pesquisas e projetos realizados em 2008.

Quadro 4

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS
BAHIA, 2008ESTUDOS, PESQUISAS E
PROJETOS REALIZADOS

DESCRIÇÃO

Projeto de Contas Regionais do Brasil	Objetiva realizar o cálculo do Produto Interno Bruto da Bahia para o período 2006–2007. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas reuniões técnicas com o IBGE nacional, para definição de soluções para os problemas enfrentados na base de dados das pesquisas. Os subprodutos já estão atualizados e disponíveis na <i>internet</i> na página da SEI.
Projeto do Produto Interno Bruto – PIB trimestral da Bahia	Mensuração do PIB trimestral da Bahia sob o enfoque da nova metodologia (ano base 2002). Até o momento já foram calculados os resultados econômicos da Bahia, por setor de atividade, para o primeiro e segundo trimestre de 2008. Os resultados evidenciam que a Bahia segue a sua trajetória de crescimento, tendo registrado no acumulado de 6 meses de 2008 uma taxa de expansão do PIB de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.
Disponibilização do PIB de outros países do mundo	Em função do aumento de demanda por informações econômicas dos principais países da América Latina, a equipe da SEI passou a disponibilizar informações econômicas dos principais países do mundo. São diversas informações do PIB, composição setorial e taxa de crescimento das atividades econômicas. As informações já atualizadas datam do período de 2002–2006.
Análise mensal sobre o desempenho econômico da Bahia	Tem como objetivo informar aos gestores públicos sobre a conjuntura econômica da Bahia e as perspectivas de curto prazo. Visa acompanhar e analisar o comportamento dos principais indicadores setoriais da economia baiana, objetivando subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos agentes econômicos, em especial o sistema estadual de planejamento. A análise inclui discussões sobre a conjuntura econômica e social do Brasil e da Bahia, bem como os impactos das políticas econômicas sobre a atividade econômica, em parceria com o Núcleo de Estudos Conjunturais da Ufba. Visa proceder a análises das tendências, de curto e médio prazos, a partir de uma série de indicadores socioeconômicos observados e das expectativas geradas pelas políticas macroeconômicas e setoriais, em nível nacional, regional e estadual, para elaborar as previsões do PIB Bahia.
Elaboração do Anuário Estatístico dos Servidores Públicos do Estado, em parceria com a Secretaria da Administração.	Esse trabalho abrange informações sobre despesa com pessoal, quantitativo, remuneração, ingressos, saídas, aposentadoria e pensão, além de dados sobre o perfil dos servidores, a exemplo de faixa etária, sexo e qualificação. Esse documento dará visibilidade aos dados de pessoal do Poder Executivo, reforçando a transparência das informações, constituindo-se num instrumento de gestão para o Governo Estadual.
Apoio técnico para elaboração do Anuário Estatístico de Feira de Santana	Esse trabalho é uma realização da Universidade Estadual de Feira de Santana, da Prefeitura Municipal da cidade e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). A SEI forneceu apoio a esse projeto, contribuindo na avaliação do conteúdo e orientações técnicas necessárias à elaboração do referido anuário.
Cálculo do PIB Municipal	Esse projeto visa calcular a estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios, através do cálculo do rateio das contas regionais pelos municípios do Estado. Os resultados são apresentados para os três grandes setores da economia, total e per capita, e são divulgados na <i>internet</i> e em publicação do IBGE para todo o país.
Produção dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Social (IDE, IDS)	Para o cálculo do IDE, o desenvolvimento econômico é definido como resultante dos níveis de infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada localmente. Já no IDS, o conceito de desenvolvimento social adotado está fundamentado no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo em que tem acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica. A metodologia adotada na estimativa dos índices é resultante de um processo contínuo de aperfeiçoamento e permite comparações entre as dimensões social e econômica entre municípios e territórios de identidade.
Acompanhamento e realização de estudos temáticos com técnicos da SEI, de diversas Secretarias de Estado e de outras instituições para elaboração de proposições para o questionário do Censo 2010, do IBGE	Esse trabalho resultou no envio, ao IBGE, de propostas de conteúdos e adequações para compor o questionário do Censo 2010.
Análise dos principais indicadores sociais baianos, disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, do IBGE.	A análise dos indicadores disponibilizados na Pnad gerou textos sobre o mercado de trabalho, o rendimento, a educação, o acesso a bens e condições de moradia. Todos os textos estão disponíveis na revista Conjuntura & Planejamento.
Análise das informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged, do Ministério do Trabalho, e elaboração de boletim.	Essa análise é realizada mensalmente, sendo produzidos boletins sobre a situação do emprego formal no Estado da Bahia.
Estudo sobre os Aspectos Gerais das Condições de Moradia na Bahia	Trata-se de estudo composto de quatro textos que versam sobre diferentes temas relacionados à moradia. Este trabalho constitui-se num esforço para a apropriação e sistematização de dados sobre o tema. Com isso, foram levantados elementos que permitem pensar sobre a questão da moradia e que, conseqüentemente, contribuem para a elaboração de políticas públicas que têm como meta a produção de moradia digna para a população da Bahia, sobretudo, para aquela parcela de menor renda, que depende do Estado.
Estudo sobre os Aspectos Sociais das Desigualdades na Bahia	Esse estudo busca ir além do debate conceitual sobre a pobreza e desigualdades econômicas, construindo um retrato da desigualdade que não fica restrito à caracterização dos pobres e excluídos, mas que traz à luz as contradições da Sociedade em seu conjunto, comparando os extremos.
Criação do Índice de Precarização para o mercado de trabalho da RMS	Além da SEI, esse projeto conta com a participação dos pesquisadores do Centro de Recursos Humanos da Ufba e do Núcleo de Estudos do Trabalho da Ucsal.
Projeto de pesquisa, Turismo e Desenvolvimento na APA do Litoral Norte (BA)	Tem por objetivo identificar os desdobramentos do turismo nas esferas econômicas e sociais, nas duas últimas décadas, nas localidades situadas na área costeira dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, que compõem a Área de Proteção Ambiental – APA do Litoral Norte da Bahia e integram a zona turística da Costa dos Coqueiros.
Criação de indicadores municipais e estaduais com base na contagem da população 2007, realizada pelo IBGE	Foram agrupados dados municipais, contemplando os seguintes aspectos: população total, distribuição da população segundo domicílio, tipologia dos domicílios, área, densidade, crescimento demográfico, distribuição etária e por sexo.
Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da Pesquisa Índice de Preços ao Consumidor – IPC	Levantamento contínuo mensal de uma cesta composta de 375 produtos e serviços, determinada através de Pesquisa de Orçamentos Familiares, que tem como principal objetivo calcular o índice de inflação das famílias soteropolitanas com rendimento mensal de 1 a 40 salários mínimos. Esse levantamento teve início em março de 1977.

Continua

Continuação do Quadro 4

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS**DESCRIÇÃO**

Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador — PED/RMS produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. A PED coleta informações mensalmente através de entrevistas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

Análise mensal dos resultados da Pesquisa Mensal do Comércio Varejista do Estado da Bahia, em parceria com o IBGE

Tem por objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho do Comércio Varejista do Estado da Bahia e de seus principais segmentos.
Últimos resultados: Em agosto de 2008, a Pesquisa Mensal de Comércio realizada em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e divulgada, em parceria, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia — SEI (autarquia da Seplan), apurou crescimento de 7,5% no Volume de Vendas do comércio varejista do Estado da Bahia, em comparação com o mesmo mês de 2007. Com relação ao período (julho/agosto de 2008) a variação foi de 2,3%.

Pesquisa com setores empresariais para identificar oportunidades de investimento na logística da macrorregião de Salvador — Feira de Santana

O estudo, financiado pelo Banco Mundial (Bird), tem como objetivo compor as bases de um programa de desenvolvimento regional para a macrorregião de Salvador/Feira de Santana, onde os componentes da logística têm destaque, em função da sua capacidade de agregação de valor e geração de emprego e renda. Nesse sentido, o estudo busca entender a lógica da produção e da circulação das mercadorias que passam pela macrorregião de Salvador/Feira de Santana, bem como reconhecer os gargalos logísticos da região por meio de uma pesquisa com os setores empresariais. Dessa forma, torna-se possível desenvolver estratégias de atração de cargas de outras regiões para serem distribuídas, a partir da macrorregião Salvador/Feira de Santana, desempenhando, assim, funções de um *hub* logístico, com articulações locais, regionais e inter-regionais, como também, de internalização da produção de algumas mercadorias na própria região.

Ordenamento territorial da macrorregião de Salvador/Feira de Santana, tendo a logística como fator de desenvolvimento regional.

Identificada a lógica da produção e da circulação das mercadorias que passam pela macrorregião de Salvador/Feira de Santana e seus grandes gargalos logísticos, torna-se necessário montar um plano de ordenamento dos elementos de infra-estrutura e da ocupação do solo, para dar suporte à atividade logística. Assim, o estudo tem como objetivo propor, conceitualmente, uma nova configuração básica para os fluxos econômicos e sua base logística para a macrorregião de Salvador/Feira de Santana, promovendo, assim, estratégias de distribuição espacial das atividades econômicas e logísticas no espaço regional.

Estudo do uso das terras — bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha.

O estudo focaliza, a ocupação, relacionada às atividades agro-silvo-pastoris, a dinâmica e as formas de apropriação do espaço, as pressões exercidas sobre os recursos naturais, principalmente do avanço da silvicultura, além de agregar outras informações relacionadas ao meio físico e aos aspectos socioeconômicos. Busca dar uma visão geral da área e se constituir em instrumento de suporte à decisão, norteador das políticas públicas com vistas a sustentabilidade ambiental.

Projeto de elaboração de bases municipais.

Esse projeto visa recortar os municípios na escala 1:100.000, gerando mapas planialtimétricos ou planimétricos para atender as demandas das Prefeituras e da Sociedade. Foram plotados 82 mapas municipais que estão disponíveis para utilização. Etapas para este ano concluídas. Atividade permanente.

Sistema de Metadados Geoespaciais.

Concepção e implantação do Sistema de Metadados Geoespaciais. O projeto abrangerá e servirá a todo o Poder Executivo do Estado da Bahia, por meio da atuação sistêmica da Secretaria do Planejamento e, em especial, aos órgãos e entidades produtores e usuários de informações geoespaciais e terá suas informações disponibilizadas a toda Sociedade, através do Geoportal Bahia.
O projeto está em fase de tramitação na PGE e sua execução se fará com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal — Pnag, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rodadas de discussão "Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Regional".

A SEI, em parceria com a SETRE, a Petrobras e a SEAGRI, buscou discutir a temática do biodiesel e suas possibilidades de desenvolvimento regional e inclusão social, como forma de contribuição e subsídio à formulação de políticas públicas para a produção de biodiesel na Bahia. Para abordar aspectos envolvidos na temática, foram convidados especialistas das mais diversas instituições.
Cabe destacar que a partir das exposições e debates foi possível visualizar os dois cenários com características distintas para o projeto do biodiesel, sobretudo no que diz respeito à efetiva participação da agricultura familiar no mesmo. Os principais pontos abordados nas Rodadas, juntamente com as exposições e suas respectivas transcrições, estão disponíveis na publicação da SEI: Rodadas de Discussão — Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Regional, através do [site www.sei.ba.gov.br/estudos/concluidos](http://www.sei.ba.gov.br/estudos/concluidos).

Rodadas de discussão — "Salvador e Região: Integração Global com Inclusão Social".

Sendo a Região Metropolitana de Salvador uma das áreas prioritárias de atuação do Governo Estadual, a SEI buscou, por meio do Projeto de Rodadas de Discussões de temas estratégicos, debater questões relativas à metrópole e região, de forma prospectiva, de modo que tornasse possível contribuir com informação para subsidiar a formulação de políticas públicas para a região. O ponto central das discussões foi o debate sobre as mudanças estruturais na economia, as oportunidades de integração competitiva da metrópole e região com inclusão social. A síntese das discussões contendo as principais propostas e recomendações para uma maior inserção da região de Salvador e entorno no mercado global, com inclusão social, está disponível na publicação: Rodadas de Discussão — "Salvador e Região: Integração Global com Inclusão Social".

Montagem de um sistema de informações para planejamento das ações de educação e saúde na Bahia.

As diretrizes do Governo da Bahia acenam para a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais no Estado, o que implica, necessariamente, em oferecer maior qualidade e efetividade nos serviços públicos à comunidade mais pobre, especialmente aqueles com grande influência na sua qualidade de vida, quais sejam, os serviços de educação e de saúde.

Este projeto está sendo realizado com apoio do Banco Mundial — Bird, em articulação com as Secretarias Estaduais. A primeira fase já teve início e é composta pela avaliação da consistência e tratamento das variáveis de educação e saúde, a serem utilizadas na segunda etapa. A segunda fase, já com licitação iniciada, consiste na criação de um sistema de informações georeferenciadas da oferta/demanda dos estabelecimentos de saúde e de educação. Esta ferramenta será de suma importância na identificação de eventuais territorialidades. A preparação para a licitação dessa etapa já foi iniciada.

Através desse projeto, espera-se aumentar o conhecimento das necessidades diferenciadas de cada região ou território, além de identificar o perfil da população no entorno das unidades. Com esta ferramenta, será possível verificar problemas ligados às áreas de educação e saúde, em nível de bairros, das maiores cidades da Bahia, e em nível de município para as restantes. Esta ferramenta permitirá, também, avaliar critérios de alocação de equipamentos, evitando concentração em alguns locais e carência em outros. O acesso a essas informações será disponibilizado através da *web* para todas as Secretarias municipais de educação e saúde e aos cidadãos baianos.

Fonte: SEPLAN/SEI

Em 2008, a SEI realizou 13 eventos, que contaram com a participação de públicos de diferentes setores do Governo, da iniciativa privada, do terceiro setor e da Sociedade Civil. Além desses eventos, também foram realizadas diversas reuniões com parceiros, a exemplo da Comissão Estadual de Cartografia e do Núcleo de Estu-

dos Conjunturais da Ufba, fortalecendo, com isso, o intercâmbio com as setoriais e com o meio acadêmico. O Gráfico 10, indica os tipos de eventos e os percentuais de suas realizações pela SEI, em 2008.

O Quadro 5 apresenta os principais eventos realizados pela SEI, com a descrição do conteúdo programático e teórico de cada um deles.



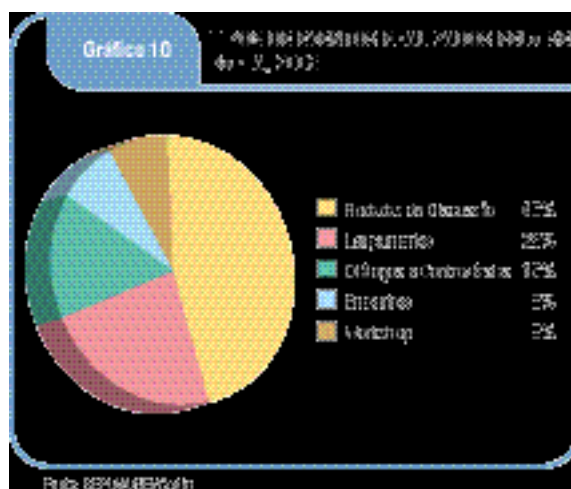
Projeções da População



Rodadas de Biodiesel

PUBLICAÇÕES

Alguns dos principais estudos e pesquisas realizadas pela SEI são publicados nos diversos canais de comunicação do Órgão. No ano de 2008, foram impressas 33 publicações, descritas nos Quadros 6,7,8,9,10 e 11.



Quadro 5

PRINCIPAIS EVENTOS REALIZADOS BAHIA, 2008

EVENTOS	DESCRIÇÃO
IV Encontro de Economia Baiana	Realizado em setembro e organizado pela equipe da SEI, Desenharia e Mestrado de Economia da Ufba. Foram apresentados trabalhos que versam sobre a economia baiana em seus múltiplos aspectos, enfocando três áreas principais: economia baiana aplicada; economia regional, e impactos para a economia baiana e o financiamento do desenvolvimento. Esse encontro reuniu cerca de 700 pessoas e já se consolidou como o evento de maior peso e abrangência na área de economia da Bahia.
Workshop – Projeções de População para o Planejamento Estratégico e Políticas Públicas – demandas, desafios e potencialidades.	Realizado em parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA, IBGE, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep e Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes, o <i>workshop</i> visou estabelecer o protocolo de intenções para a realização de projeções populacionais municipais em rede.
Rodadas de discussão Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Regional	As rodadas de discussão têm como objetivo produzir e disseminar informações e conhecimento, visando promover a reflexão sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Com esse objetivo, a SEI, em parceria com a SETRE, a Petrobrás e a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, buscou discutir a temática do biodiesel e suas possibilidades de desenvolvimento regional e inclusão social, contribuindo, assim, para subsidiar a formação de políticas públicas para a produção do biodiesel na Bahia. Para tanto, foram convidados especialistas de instituições como a Petrobrás, a OIT, o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Coppead/UFRJ, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ, além de representantes da esfera pública Federal e Estadual, para abordar os diversos aspectos da temática. A partir das exposições e debates, foi possível visualizar dois cenários com características distintas para o projeto do biodiesel, sobretudo, no que diz respeito à efetiva participação da agricultura familiar.
Rodadas de discussão – "Salvador e Região: Integração Global com Inclusão Social"	A SEI buscou, por meio das Rodadas, debater questões relativas à metrópole e à região. O ponto central foi o debate sobre as mudanças estruturais na economia, as oportunidades de integração competitiva da metrópole e região com inclusão social.

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 6

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL BAHIA EM DADOS
BAHIA, 2008

BAHIA EM DADOS

EDIÇÕES



- Anuário Estatístico 2005
- Anuário Estatístico 2006

Traz informações acerca das estatísticas econômicas, sociais e geoambientais do Estado e seus municípios.



- Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2007

Publicação que tem como objetivo fornecer informações e séries intertemporais das finanças públicas dos 417 municípios do Estado da Bahia, além de caracterizar as finanças municipais através de textos analíticos para o período 2005/2006.

Em 2008, a equipe de finanças públicas da SEI acabou com o hiato que existia na série de dados, isto é, disponibilizou para a Sociedade a informação mais atual existente na Bahia e fornecida pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Até esse momento, os dados estatísticos já estão disponibilizados e a análise qualitativa em fase final de elaboração.



- IDE/IDS 2002–2004 e IDE/IDS 2006, em CD Rom

- Estatísticas dos municípios baianos

A publicação apresenta um conjunto de informações geográficas, econômicas e sociais sobre os municípios baianos.

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 7

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS
BAHIA, 2008

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

EDIÇÕES



- SEP nº 81 – Uso Atual das terras: bacias do Extremo Sul e Rio Jequitinhonha

Nessa publicação, encontra-se um memorial descritivo, acompanhado de documento cartográfico relativo ao uso atual das terras das bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha, publicado em duas folhas, na escala 1:250.000, abrangendo todos os municípios do Extremo Sul e os inseridos na bacia do Rio Jequitinhonha, correspondendo a uma área aproximada de 31.203,98 Km².

- SEP nº 80 – Aspectos gerais das condições de moradia na Bahia

Aborda os aspectos gerais das condições de moradia na Bahia.



- SEP nº 79 – Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia 1991–2000
- SEP nº 78 – Aspectos sociais das desigualdades na Bahia

Trata dos aspectos sociais das desigualdades na Bahia.

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 8

**PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL DE BOLETINS
BAHIA, 2008**

BOLETINS

EDIÇÕES



- Pesquisa Mensal do Comércio



- Boletim Finanças Públicas 2007
- Boletim Finanças Públicas 2008 (1º trimestre e 2º trimestre)

Publicação que tem como objetivo fornecer informações de finanças públicas do Estado, União e Municípios baianos, relativas ao período de 2007 e 2008. Até o momento, foram realizados os dados de 2007, incluindo a análise financeira dos resultados das finanças públicas da Bahia, em parceria com a Secretaria da Fazenda e o balanço do primeiro trimestre de 2008.



- Jornal da SEI (03 volumes)



- Índice de Preço ao Consumidor (boletins anual e mensais)

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 9

**PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL RELATÓRIOS
BAHIA, 2008**

RELATÓRIOS

EDIÇÕES



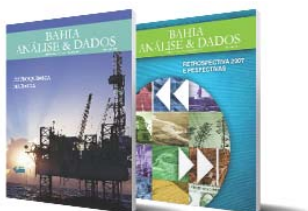
- Rodadas de Discussão – Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento regional
- Rodadas de Discussão – “Salvador e Região: integração global com Inclusão Social”

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 10

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL BAHIA EM ANÁLISE
BAHIA, 2008

BAHIA EM ANÁLISE



EDIÇÕES

■ Bahia Análise & Dados – Retrospectiva 2007 e perspectiva

Publicação que faz uma retrospectiva econômica e social do ano de 2008 e discute os impactos da crise financeira mundial sobre os vários ângulos: econômico, social, político, cultural, histórico e ambiental.

■ Bahia Análise & Dados – Retrospectiva 2008 e perspectiva

■ Bahia Análise & Dados – Políticas Sociais

Iniciativa levada a cabo em parceria com o Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Católica do Salvador. Traz abordagens teóricas e práticas das políticas sociais do Estado.



■ Bahia Análise & Dados – Semi-árido

Este número da revista conta com a participação de artigos científicos elaborados por pesquisadores, especialistas e técnicos vinculados a universidades, institutos de pesquisa e órgãos do Governo. Os textos foram agrupados em três seções, nas quais se encontram leituras de caráter mais generalista, que contemplam, sua evolução histórica, e cenário atual; recortes em âmbito regional; e uma última seção, aberta a outras formas de abordagem.

Fonte: SEPLAN/SEI

Quadro 11

PUBLICAÇÕES DA SEI NA LINHA EDITORIAL CONJUNTURA E PLANEJAMENTO
BAHIA, 2008

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



EDIÇÕES

■ Nº 158 (jan/mar)

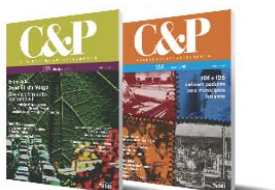
■ Nº 159 (abr/jun)

■ Nº 160 (jul/set)

■ Nº 161 (out/dez)

Essa revista se propõe a divulgação de artigos sobre a conjuntura econômica e social do Brasil e da Bahia. Contém também estatísticas sobre os principais indicadores econômicos e sociais da Bahia.

■ Conjuntura & Planejamento Especial PIB (jul/set)



A revista especial da Conjuntura & Planejamento teve como objetivo servir de registro e como meio informativo das principais modificações metodológicas do cálculo do PIB, para que se possa entender os seus rebatimentos na economia baiana. Além de análises técnicas sobre a conjuntura econômica da Bahia pela ótica do PIB, consta na publicação uma série atualizada com todos os dados estatísticos do desempenho econômico da Bahia no período 2002–2007.

Fonte: SEPLAN/SEI

GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL, PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE

O resultado fiscal apresentado pela Bahia, referente ao exercício de 2008, demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio das contas públicas, cumprindo todos os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e atendendo às metas do Programa de Ajuste Fiscal. Os princípios da transparência, seriedade e eficiência na aplicação dos recursos públicos estão sendo enfocados, assim como estão sendo desenvolvidas novas ações para a melhoria da qualidade do gasto e crescimento da arrecadação.

O portal **Transparência Bahia**, acessado via *internet* (www.sefaz.ba.gov.br), se constitui num importante instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Através deste portal, o cidadão pode ver todos os números das receitas, despesas, gastos com educação, saúde, os limites

estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Através do módulo, "Senha Aberta", o cidadão tem acesso também a todos os pagamentos feitos pelo Estado às empresas e pessoas físicas, fornecedoras ou prestadoras de serviços, além de outras possibilidades de consultas.

Em março deste ano de 2008, foi disponibilizado no portal o módulo "Convênios", que contém a legislação pertinente, bem como informações sobre a situação dos convênios e da regularidade da situação das entidades convenientes, a exemplo de prefeituras e organizações não-governamentais.

RECEITAS PÚBLICAS

As receitas realizadas no período de janeiro a dezembro de 2008 totalizaram R\$ 19,7 bilhões, tendo sido realizados 88,5% da previsão anual, da ordem de R\$ 22,2 bilhões. Este resultado representa uma variação nominal positiva de 13,7% relativamente ao realizado no ano anterior, conforme pode ser constatado na Tabela 3.

Tabela 3

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
BAHIA, 2005–2008**

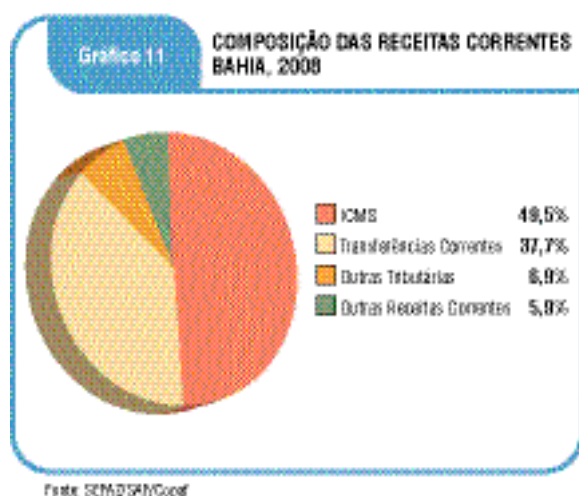
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2008	REALIZADO				Em R\$ 1.000,00	
		2008	2007	2006	2005	REALIZAÇÃO % 2008	VAR. % 2008 2007
Receitas Correntes	20.845.252	19.317.522	17.014.744	15.469.206	13.918.446	92,67	13,53
Receita Tributária	11.428.497	10.886.568	9.458.074	8.618.823	7.649.955	95,26	15,10
ICMS	10.271.916	9.558.039	8.361.537	7.691.673	6.877.127	93,05	14,31
Outras Tributárias	1.156.581	1.328.529	1.096.537	927.150	772.828	114,87	21,16
Receita de Contribuições	960.510	1.027.654	900.815	1.821.759	1.499.138	106,99	14,08
Receita Patrimonial	336.899	246.955	617.935	183.149	176.929	73,30	(60,04)
Receita Agropecuária	1.537	30	36	24	21	1,97	(15,85)
Receita Industrial	120	0	-	-	-	0,09	-
Receita de Serviços	100.349	65.345	57.601	67.244	57.336	65,12	13,44
Transferências Correntes	7.092.767	7.284.669	6.032.274	5.310.940	4.796.591	102,71	20,76
FPE	4.102.895	4.220.382	3.638.385	3.277.642	2.814.825	102,86	16,00
Outras Transferências	2.989.872	3.064.287	2.393.889	2.033.298	1.981.766	102,49	28,00
Outras Receitas Correntes	1.549.976	677.747	479.068	843.297	955.881	43,73	41,47
Conta Retificadora	(1.912.805)	(2.173.385)	(1.653.222)	(1.376.031)	(1.217.405)	113,62	31,46
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.287.402	1.301.939	1.122.162	-	-	101,13	16,02
Receitas de Capital	1.359.100	333.084	264.581	477.243	528.547	24,51	25,89
Operações de Crédito	695.841	133.329	160.416	385.865	253.844	19,16	(16,89)
Operações de Crédito Internas	185.998	82.726	94.237	146.584	134.153	44,48	(12,22)
Operações de Crédito Externas	509.843	50.603	66.179	239.281	119.691	9,93	(23,54)
Alienação de Bens	99.622	12.388	2.643	15.021	245.447	12,43	368,70
Amortização de Empréstimos	77.973	67.849	2.850	2.466	2.712	87,02	2.280,65
Transferências de Capital	485.654	118.777	98.672	73.850	26.536	24,46	20,38
Outras Receitas de Capital	10	742	-	43	8	7.420,21	-
TOTAL	22.204.352	19.650.606	17.279.325	15.946.449	14.446.993	88,50	13,72

Fonte: SEFAZ/Sicot/SAF/Copaf

RECEITAS CORRENTES

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram auferidos nesta categoria R\$ 19,3 bilhões, representando uma realização de 92,7% das receitas correntes previstas no ano e uma variação positiva de 13,5%, em relação ao exercício de 2007.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 56,4% destas e totalizaram R\$ 10,9 bilhões em 2008, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, representou 49,5% do total das Receitas Correntes, como está demonstrado no Gráfico 11.



ARRECAÇÃO DO ICMS

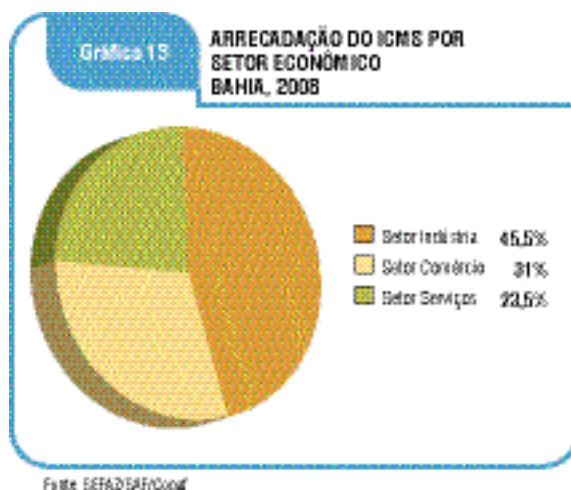
As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 87,8% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 9,56 bilhões no período, com realização de 93,1% do valor previsto para 2008, conforme está representado no Gráfico 12.

Cabe ressaltar que o ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversas atividades produtivas. O Gráfico 13 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

O **Setor Indústria** registrou elevação de arrecadação da ordem de 19,5%, no ano de 2008, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Os segmentos econômicos que determinaram este desempenho foram: Petróleo, com crescimento de 19,8%, Indústria de Bebidas, com aumento de 28,4% e Agroindústria, com crescimento de 24,3%.

O **Setor Comércio** teve um crescimento de 14,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. No Comércio Atacadista, cumpre destacar os resultados positivos obtidos com Materiais de Construção (crescimento de 39,5%), Produtos Alimentícios e Bebidas (aumento de 16,3%) e Medicamentos e Perfumaria (variação de 11,7%). No Comércio Varejista, a elevação da arrecadação foi 15,8%, em relação ao mesmo período de 2007.

No **Setor Serviços**, o destaque foi o crescimento nas áreas de Transporte (elevação de 15%) e Comunicações (aumento de 10,7%), em relação ao ano de 2007.



ARRECADAÇÃO DO IPVA

O Estado da Bahia arrecadou R\$ 437,4 milhões com esse imposto, que apresentou variação positiva de 22,2%, em relação ao mesmo período de 2007. Neste aspecto, levou-se em consideração o incremento da frota em função da facilidade de crédito para a compra de um carro novo, bem como das taxas de juros para esse segmento de mercado.

RECEITAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS – FPE

As Transferências Correntes representam cerca de 37,7% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE, que participa com 57,9% do total realizado e apresentou um crescimento de 16%, com uma arrecadação de R\$ 4,2 bilhões. No Gráfico 14, pode-se constatar a evolução das receitas originárias do FPE.

RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital referem-se às operações de crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais, às alienações de bens, amortização de empréstimos e às transferências de capital, totalizando, em 2008, R\$ 333,1 milhões.

Desse total, as operações de crédito participaram com 40%, sendo R\$ 82,7 milhões de recursos internos, e R\$ 50,6 milhões de recursos externos, conforme demonstrado no Gráfico 15.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

Para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida é a base para apuração dos limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2008, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 13,1% com relação ao ano anterior, representando um montante de R\$ 14,2 bilhões. O Gráfico 16, demonstra a evolução das receitas no período 2005–2008.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2008 foi da ordem de R\$ 22,2 bilhões, tendo sido realizado um total de R\$ 19,9 bilhões, o que representa uma realização de 89,5%. As Despesas Correntes totalizaram R\$ 17 bilhões e as

Gráfico 15

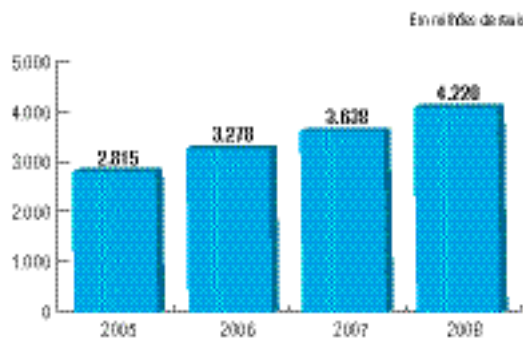
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL BAHIA, 2008



Fonte: SEFAD/BAF/Copaf

Gráfico 14

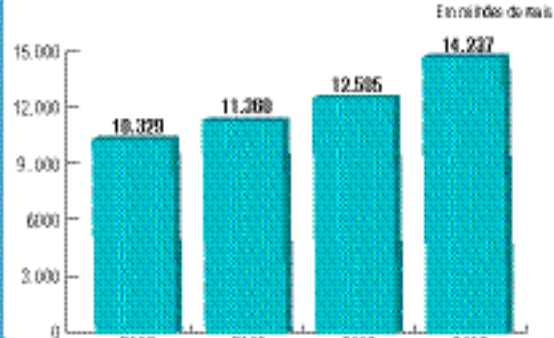
EVOLUÇÃO DO FPE – VALORES NOMINAIS BAHIA, 2005 – 2008



Fonte: SEFAD/BAF/Copaf

Gráfico 16

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA BAHIA, 2005 – 2008



Fonte: SEFAD/BAF/Copaf

Despesas de Capital R\$ 2,9 bilhões. A Tabela 4 apresenta o comportamento das Despesas Correntes e de Capital no período 2005–2008.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. Englobam gastos com a manutenção e o funcionamento das diversas entidades da Administração Pública, bem como pagamento de pessoal, despesas com juros e encargos da Dívida Pública, além das Transferências Constitucionais aos Municípios, dentre outras. Em termos percentuais, elas representaram 85,5% do total gasto pelo Estado em 2008.

As Despesas de Capital, que representaram 14,5% do total das despesas, são aquelas que contribuem diretamente para formação ou aquisição de bens de capital, englobando Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

No Gráfico 17 está discriminada, em percentuais, a composição das Despesas Correntes e de Capital relativas a 2008.

PESSOAL E ENCARGOS

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 9,4 bilhões em 2008, correspondendo a uma realização de 97,5% da previsão anual. Fazendo-se os devidos ajustes de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tais despesas representaram 53% da Receita Corrente Líquida – RCL, atendendo aos limites estabelecidos na LRF, conforme está demonstrado na Tabela 5.

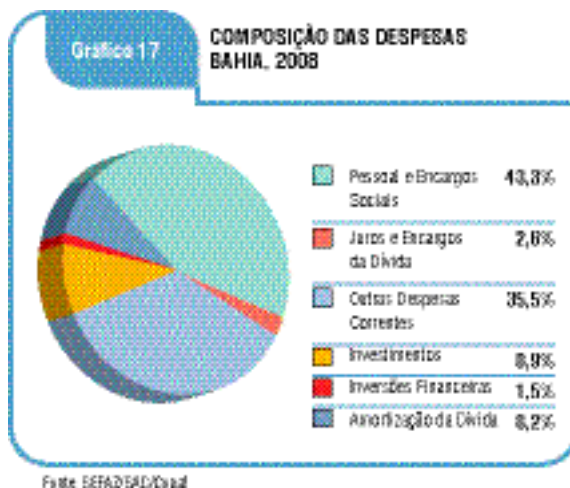


Tabela 4

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA BAHIA, 2005–2008

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2008	REALIZADO				REALIZAÇÃO %	
						2008	2008 2007
		2008	2007	2006	2005		
Despesas Correntes	18.064.823	17.002.090	14.779.486	13.658.719	12.385.059	94,1	15,0
Pessoal e Encargos Sociais	9.617.726	9.380.190	8.102.808	7.321.067	6.300.491	97,5	15,8
Juros e Encargos da Dívida	571.560	565.027	572.758	594.463	598.150	98,9	(1,3)
Outras Despesas Correntes	7.875.537	7.056.872	6.103.920	5.743.189	5.486.418	89,6	15,6
Transf. Const. aos Municípios	2.776.455	2.750.143	2.407.160	2.287.269	2.090.197	99,1	14,2
Demais Despesas Correntes	5.099.083	4.306.729	3.696.759	3.455.920	3.396.221	84,5	16,5
Despesas de Capital	4.139.530	2.872.939	2.150.893	2.194.869	1.963.084	69,4	33,6
Investimentos	1.981.392	1.217.185	825.136	1.046.320	1.009.579	61,4	47,5
Inversões Financeiras	329.321	198.000	93.098	82.785	94.084	60,1	112,7
Amortização da Dívida	1.828.817	1.457.755	1.232.659	1.065.764	859.421	79,7	18,3
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	0,0
TOTAL DAS DESPESAS	22.204.353	19.875.029	16.930.379	15.853.588	14.348.143	89,5	31,2

Fonte: SEFAZ/Sicot/SAF/Copaf

Tabela 5

DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA BAHIA, 2005 - 2008

PODER	% LIMITE PRUDENCIAL	% LIMITE MÁXIMO	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA/RCL			
			2008	2007	2006	2005
Executivo e Defensoria	46,2	48,6	43,1	42,7	42,3	40,3
Legislativo	3,2	3,4	2,6	2,5	2,3	2,0
Judiciário	5,7	6,0	5,7	5,5	5,6	4,9
Ministério Público	1,9	2,0	1,6	1,8	1,8	1,5
TOTAL	57,0	60,0	53,0	52,5	52,0	48,7

Fonte: SEFAZ/Sicot/SAF/Copaf
RCL 2008 = R\$ 14.237.786 mil

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

O Governo do Estado, cumprindo o limite legal mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais, aplicou, em 2008, em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino na Bahia, R\$ 3,4 bilhões, o que equivale a 27,7% do total dessas Receitas, como está demonstrado na Tabela 6.

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Em 2008, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1,6 bilhão, da Receita Líquida de Impostos e Transferências, o que representa, em termos percentuais, 12,8% da receita total, ou seja, valor superior ao estabelecido pela Emenda Constitucional no 29, de 12%.

No contexto das despesas com ações e serviços públicos de saúde, fazem parte aquelas despesas relativas a pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde. Os dados referentes a estes recursos constam da Tabela 7.

DÍVIDA PÚBLICA

Visando sempre assegurar o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem mantendo o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela LRF.



Aristeu Chagas/Agcom

Reforma do Hospital Ana Nery

Tabela 6

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BAHIA, 2005–2008

DESCRIÇÃO	REALIZADO				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2008	2007	2006	2005	
Receita Líquida de Impostos	12.247.925	10.642.092	9.694.826	8.531.091	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	3.392.056	2.879.428	2.807.672	2.597.242	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	27,7%	27,1%	29,0%	30,4%	25,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Tabela 7

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE BAHIA, 2005–2008

DESCRIÇÃO	REALIZADO				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2008	2007	2006	2005	
Receita Líquida de Impostos	12.247.925	10.642.092	9.694.826	8.531.091	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.572.385	1.352.936	1.179.483	1.036.372	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,8%	12,7%	12,2%	12,2%	12,0%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida – RCL, correspondeu a 0,7, em 2008. Esse quociente é bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal, de duas vezes a RCL. Observa-se, também, a redução significativa do índice, quando comparado com aquele obtido ao final dos exercícios anteriores, conforme demonstrado na Tabela 8.

No exercício de 2008, observa-se redução no prazo médio da dívida pública para 12,8 anos e da taxa média de juros para 5,3% a.a., conforme dados constantes da Tabela 9.

RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2008, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 1,4 bilhão. Este valor é superior à meta estabelecida no orçamento, que é de R\$ 1,3 bilhão. Na Tabela 10 estão

discriminadas as receitas e despesas fiscais e os resultados primários do período 2005–2008.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Precatório é uma determinação da Justiça para que um órgão público pague uma indenização devida. Durante o exercício de 2008, o

Tabela 8

RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RCL BAHIA, 2005–2008

ANO	DÍVIDA/RCL
2005	1,2
2006	1,0
2007	0,8
2008	0,7

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

Tabela 9

EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS BAHIA, 2001–2008

DÍVIDA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DÍVIDA EXTERNA								
Prazo Médio	13,2	12,6	11,8	11,1	11,7	11,2	10,5	9,9
Juros Médios	5,8%	5,0%	4,7%	4,2%	4,4%	4,7%	4,5%	4,0%
DÍVIDA INTERNA								
Prazo Médio	17,2	16,8	16,7	16,4	15,7	14,8	14,2	13,5
Juros Médios	6,0%	5,8%	5,7%	5,9%	6,0%	6,0%	5,8%	5,6%
DÍVIDA TOTAL								
Prazo Médio	16,6	15,9	15,8	15,5	15,1	14,3	13,6	12,8
Juros Médios	6,0%	5,6%	5,5%	5,6%	5,7%	5,8%	5,6%	5,3%

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepub

OBS: (1) Critério adotado através das médias ponderadas dos saldos devedores.

(2) Prazo em anos e taxa de juros anual.

(3) Período de 2001 a 2008, cujo mês base de referência é dezembro.

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO BAHIA, 2005–2008

Em R\$ 1.000,00				
RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS FISCAIS	2008	2007	2006	2005
Receitas Fiscais Correntes	19.106.671	16.906.148	15.312.326	13.760.196
Receitas Fiscais de Capital	119.519	98.672	73.892	26.544
Receitas Fiscais	19.226.190	17.004.820	15.386.218	13.786.740
DESPESAS LIQUIDADAS				
DESPESAS FISCAIS	2008	2007	2006	2005
Despesas Fiscais Correntes	16.437.063	14.206.728	13.064.256	11.786.909
Despesas Fiscais de Capital	1.351.782	918.234	1.129.105	1.103.663
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	17.788.844	15.124.962	14.193.361	12.890.572
RESULTADO PRIMÁRIO	1.437.346	1.879.858	1.192.857	896.168

Fonte: SEFAZ/Sico/SAF/Copaf

Meta do Resultado Primário para o ano de 2008 = R\$ 1.342.402 mil

Estado empreendeu gestões junto aos Tribunais da Justiça e do Trabalho, visando dar continuidade ao processo de conciliação (negociação com o credor), fato este que possibilitou a negociação com êxito dos acordos constantes nas Tabelas 11 e 12.

Em 2009, a SEFAZ, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado – PGE continuará as negociações para regularização dos débitos judiciais recepcionados sob a forma de precatórios.

Assim sendo, o Governo da Bahia demonstra sua preocupação e compromisso com a gestão responsável dos recursos do Estado e no zelo pelos princípios básicos da administração pública.

MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO E ATENDIMENTO COM QUALIDADE

Algumas das principais ações desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda referentes ao seu desenvolvimento, no âmbito da Gestão e do Atendimento ao Cidadão são, a seguir, relacionadas e comentadas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A SEFAZ concluiu o processo do Planejamento Estratégico para o período 2008–2011, realizando um encontro com os servidores para divulgar o resultado final dos trabalhos. Como as ações serão mo-

nitoradas através de indicadores, está em elaboração um edital para aquisição de *software* específico que acompanhará a execução do planejamento estratégico.

RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Por intermédio do Promosefaz II, a SEFAZ adquiriu 127 novos veículos que foram destinados ao apoio das diversas atividades desempenhadas pela Secretaria, com destaque para a área tributária, objetivando a melhoria da arrecadação. Novos veículos foram também designados à Procuradoria Fiscal – Profis, e ao Tribunal de Justiça – TJ, no intuito de dar maior agilidade às atividades de cobrança do crédito tributário.



Frota de veículos novos

Tabela 11

RELAÇÃO DE PRECATÓRIOS NEGOCIADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA BAHIA, 2008

ENTIDADE	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	DESÁGIO	QUANTIDADE DE CREDORES	Em R\$ 1,00 CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
Derba Alimentício	37.920.242,19	14.782.490,04	61%	8	12 trimestres
Uesc Alimentício	70.917,00	44.188,00	37,7%	1	1 parcela

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepro

Tabela 12

RELAÇÃO DE PRECATÓRIOS NEGOCIADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT BAHIA, 2008

ENTIDADE	VALOR NEGOCIADO	VALOR CONCILIADO	DESÁGIO	QUANTIDADE DE CREDORES	Em R\$ 1,00 CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
Uesc Alimentício	150.000,00	90.000,00	40%	1	2 semestres
Sudic Alimentício	4.559.300,00	2.625.300,00	42%	42	2 trimestres
Adm. Direta (I)*	45.301.068,14	24.915.385,51	55%	65	5 anos
Adm. Direta (II)	96.232.200,00	48.116.100,00	50%	521	12 trimestres
Venc. até 2006					
Adm. Direta (III) Venc.2007	5.604.690,57	2.744.354,98	51,0	9	3 anos

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Gepro
*Entidades extintas

No ano de 2008, a SEFAZ adquiriu 650 novos computadores, tendo ainda recebido 170 máquinas oriundas do convênio firmado com o Ministério da Fazenda para o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica. Esses 820 equipamentos permitiram a atualização tecnológica de 35% do parque de microcomputadores da Secretaria, criando, assim, melhores condições para o desempenho das ações fazendárias.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO

Pela quarta vez consecutiva, a SEFAZ conquistou o prêmio "Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente", realizado pela revista Consumidor Moderno, publicação especializada no atendimento de demandas e necessidades dos consumidores. Os critérios de escolha dos vencedores foram os níveis do atendimento e transparência das ações com os clientes. A SEFAZ venceu na categoria "Serviço Público Estadual", tendo sido analisados determinados indicadores, como por exemplo, a missão corporativa, a satisfação dos clientes externos e internos e a aferição da eficiência dos serviços oferecidos, no que tange à celeridade, clareza e qualidade das respostas.

SEFAZ ON LINE

Através do Portal Transparência Bahia, acessado via internet, foi disponibilizada a consulta a débitos inscritos em Dívida Ativa na Fazenda Estadual. Essa consulta possibilita a obtenção dos valores devidos e a identificação dos devedores, objetivando tornar mais transparente o processo de cobrança à Sociedade.

A emissão obrigatória da Nota Fiscal Eletrônica – NFe foi iniciada em abril desse ano. A Bahia é o Estado responsável pela coordenação técnica e executiva do projeto, que visa implementar, na prática, um fisco *on line*, integrado ao processo de faturamento dos grandes contribuintes. A NFe é um documento emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços ocorrida entre contribuintes. Sua validade jurídica é garantida através da assinatura digital entre as duas partes. Em 2008, foram autorizados no Estado, 2.619.770 documentos eletrônicos.

Em junho, a Bahia lançou seu Projeto Piloto de Escrituração Fiscal Digital – EFD, que representa mais um passo na informatização da relação entre o fisco e o contribuinte. Em seu primeiro módulo, o arquivo eletrônico da EFD irá substituir os livros fiscais de registro de entradas, saídas, inventário, apuração do IPI e ICMS. A integração e

o compartilhamento de informações têm o objetivo de, racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de ajudar no fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias (da União, dos Estados e dos Municípios). Esse projeto integra o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC 2007–2010, sendo que a obrigatoriedade de participação dos contribuintes deverá começar no ano de 2009.

Por meio do Projeto Inspetoria Virtual, foram disponibilizados no *site* da SEFAZ os serviços de emissão de Nota Fiscal Avulsa e o parcelamento de débitos tributários. O primeiro serviço permite a emissão de documentos fiscais, via internet, pelo contribuinte, enquanto o segundo possibilita a solicitação de parcelamento de débitos, também de uma forma automatizada e dispensando a apresentação de documentos à Sefaz. Essas novas funções dão continuidade ao conjunto de ações implementadas, visando ampliar as opções de acesso do contribuinte, que hoje tem à sua disposição 108 serviços através do *site* www.sefaz.ba.gov.br.

O Licenciamento Integrado, projeto da SEFAZ em parceria com o Detran e a Prodeb, está em fase final de homologação. Já foram publicadas as normas legais necessárias para a orientação do processo de arrecadação *on line* dos valores relativos ao licenciamento dos veículos cadastrados no Estado da Bahia. Esse serviço possibilitará a ampliação da rede de arrecadação das receitas do licenciamento (IPVA, taxas, multas e DPVAT) trazendo mais comodidade ao cidadão.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Dentre as ações empreendidas em 2008, merecem destaque o reinício das ações de capacitação da área financeira do Estado e os cursos à distância oferecidos aos funcionários dos Centros Digitais de Cidadania, responsáveis pela orientação aos contribuintes na utilização dos serviços disponíveis no *site* da SEFAZ. Ao todo, a Universidade Corporativa do Serviço Público – Unidade Fazenda, treinou 5.519 servidores.

MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ARRECADAÇÃO

Em 2008, a SEFAZ ampliou a rede de arrecadação de tributos, incluindo o Banco Popular do Brasil (Correspondentes Bancários do BB),

com 347 novos pontos de atendimento, e o Lemon Bank, com 336 pontos de atendimento, trazendo maior comodidade ao contribuinte no cumprimento de suas obrigações tributárias.

Foi efetuado, também em 2008, o processo de harmonização dos sistemas de arrecadação e distribuição de receitas da SEFAZ e do Banco do Brasil, a fim de propiciar a migração das atividades de centralização e repasse de receitas pelo novo banco centralizador. Tal adaptação também permitiu a realização de algumas alterações nos sistemas e procedimentos que resultaram em maior segurança e eficiência do sistema de arrecadação.

O Sistema de Arrecadação da SEFAZ, a partir de 2008, passou a efetuar o controle de receitas do Funprev e Baprev. Essa ação, realizada em conjunto com a SAEB, trará maior controle e transparência sobre as receitas previdenciárias.

Outra medida de modernização do processo de arrecadação importante realizada, em 2008, pela SEFAZ, refere-se à disponibilização do acesso ao Sistema de Arrecadação para outras Secretarias do Estado. A consulta é restrita às taxas de poder de polícia e prestação de serviços de cada Secretaria, e visa tornar mais transparente o processo de arrecadação de receitas tributárias, bem como oferecer mais informações para o controle do cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

O Estado da Bahia firmou protocolo com o Estado de Minas Gerais dispondo sobre o compartilhamento de posto de fiscalização de divisa interestadual. O Posto Fiscal objeto do protocolo fica localizado na BR-418, km 17, município de Nanuque/MG, no Extremo Sul do Estado, região considerada estratégica para a Fiscalização da Bahia no controle da circulação de mercadorias. O compartilhamento, além de proporcionar a atuação conjunta dos dois Fiscos no combate à sonegação fiscal, irá diminuir o tempo de parada do transportador nos postos de fiscalização.

Com o apoio da Polícia Militar, a SEFAZ realizou, no período de junho a outubro deste ano, a maior ação fiscal já planejada para controlar o escoamento da safra de grãos e a entrada e saída de mercadorias na Região Oeste da Bahia. A operação Mimoso do Oeste, realizada em Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Guanambi, teve como resultado a lavratura de 835 autos de infração no valor total de R\$ 2,6 milhões, na sua maioria em virtude de documentação irregular apresentada

pelos contribuintes. Durante a ação, obteve-se também uma arrecadação espontânea em torno de R\$ 7 milhões, o que representa um crescimento de 108,4% em comparação com o mesmo período de 2007.

Outra ação realizada foi a Operação Camaleão, responsável pela desarticulação de quadrilha que praticava crime de estelionato contra contribuintes que possuíam dívidas com a SEFAZ e, cuja investigação durou cerca de dois anos. Essa operação foi fruto do convênio de cooperação técnica firmado entre o Governo do Estado, através da SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública – SSP, a Procuradoria Geral do Estado – PGE, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça, visando o combate aos crimes fiscais.

A Inspeção de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Região Metropolitana – IFMT realizou uma operação especial durante o período de outubro a dezembro de 2008, objetivando intensificar a fiscalização sobre a venda e circulação de mercadorias na Grande Salvador. Essa programação, denominada operação Metropolitana, resultou na lavratura de 492 autos de infração, com crédito reclamado na ordem de R\$ 1,4 milhão.

BENEFÍCIOS FISCAIS

Seguindo a lógica da importância da concessão de benefícios fiscais para a sociedade, a SEFAZ aderiu a diversos convênios nacionais de ICMS e implementou alterações na legislação tributária estadual, considerando as questões estratégicas no processo de desenvolvimento socioeconômico da Bahia. Foram concedidas, em 2008, isenções ou reduções de ICMS para determinadas situações, a exemplo das seguintes:

- **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador – APAE** – na aquisição de veículos, reduzindo cerca de 12% do valor total do automóvel a ser adquirido, sendo esta quantia aplicada no atendimento às crianças;
- **Grupo de Apoio à Criança com Câncer da Bahia – GACC** – na venda de sanduíches durante campanha efetuada em parceria com uma rede de lanchonetes. Esses recursos são revertidos em benefício de crianças e adolescentes portadores de câncer atendidos pela instituição;
- **Copa do Mundo de 2014** – na aquisição de bens para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios a serem utilizados nas partidas de futebol;

- **Forças Armadas** – na aquisição de armas e munições;
- **Metrô de Salvador** – na aquisição de máquinas, equipamentos e aparelhos destinados à implantação do sistema de trens metropolitanos de Salvador, objetivando a melhoria do sistema de transporte de massa na Capital;
- **Polo de Informática** – foi alterada a carga tributária sobre os produtos de informática, de forma a estimular a aquisição desses produtos no mercado interno, gerando competitividade ao Polo da Bahia em relação aos demais polos situados em outras unidades da federação;
- **Programa Acelera Bahia** – foram concedidos diversos benefícios fiscais a segmentos diferenciados:
 - Etapa I – **Pólo Petroquímico** – concessão de incentivo visando melhorar a competitividade das empresas e estancar a acumulação de créditos fiscais; Biodiesel – incentivar a produção no Semi-árido baiano; Álcool – estimular a produção local, visando a auto-suficiência baiana e exportações; Termoelétricas – estimular a instalação no Estado, a fim de garantir o fornecimento de energia elétrica em períodos críticos; Construção Naval – estimular a implantação de um Polo Naval no Recôncavo Baiano; Polo de Informática – ampliação do prazo de fruição e aumento de competitividade das empresas.
 - Etapa II – **Simples Nacional** – estímulo às micro e pequenas empresas industriais baianas, para aumento de competitividade. Incentivos à produção interna de massas e biscoitos, de castanha de caju, de laticínios e derivados, e palmito em conserva.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA – PET-BAHIA

Com o objetivo de conscientizar o indivíduo acerca da função socioeconômica dos tributos, contribuindo assim para a formação de sua cidadania, foi criado, no ano de 1999, o PET-Bahia, baseado nas diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Desse programa resultaram quatro projetos: Educação Fiscal nas Escolas, Sua Nota é um *Show*, Sua Nota é um *Show* de Solidariedade e o Faz Universitário, que até o momento tem sido mantidos, dada sua importância e impacto na social.

Projeto Educação Fiscal nas Escolas – Pefe

Educar a população sobre questões relacionadas à administração e recursos públicos é algo lento e desafiador. Trata-se de criar alicerces para uma sólida formação de cidadania para, assim, construir a consciência dos direitos e deveres de cada um.

Em 2008, o PET realizou cursos à distância, no ambiente virtual da Escola de Administração Fazendária – Esaf, para capacitar mais 47 tutores e 900 disseminadores sobre o conteúdo de Educação Fiscal, sendo todos os participantes desses cursos, professores do sistema público estadual e municipal de educação e servidores públicos estaduais e federais, o que possibilitou a ampliação do número de municípios atingidos pelo objetivo proposto, de criar núcleos de educação fiscal em toda a Bahia.

Projeto Sua Nota é Um *Show* – SNS

Através de eventos culturais e esportivos, esse projeto visa incentivar no cidadão o hábito de exigir a nota ou cupom fiscal no momento de suas compras. Para tanto, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Cultura e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, trabalham conjuntamente, engajando a própria população no esforço de promover o recolhimento dos impostos para os cofres públicos, permitindo, assim, que o Estado possa cumprir suas funções essenciais.

Além de promover a consciência tributária, o Projeto SNS também atua como impulsionador das atividades artísticas, culturais e esportivas no Estado. Em 2008, foram realizados pelo Projeto Sua Nota é um *Show* quatro *shows* musicais, dois espetáculos de dança, dois espetáculos teatrais e a exibição de três filmes, envolvendo um público de cerca de 23 mil pessoas. Os eventos são frutos de parceria com a Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb, vinculada à Secretaria de Cultura – SECULT, e ocorreram nas dependências do Teatro Castro Alves (Concha Acústica, Sala do Coro e Sala Principal).

Em relação às atividades esportivas, o Governo do Estado, através da SEFAZ, firmou contrato com a Federação Bahiana de Futebol – FBF, apoiando o Campeonato Baiano da 1ª divisão, versão 2008. Ao todo, foram realizados 104 jogos para um público de 466.576 espectadores, que trocaram notas e cupons fiscais por ingressos, proporcionando uma arrecadação de 4.665.760 documentos fiscais. O Projeto SNS também apoiou quatro jogos do Campeonato Brasileiro, Série C, envolvendo um público de 3.006 espectadores e uma arrecadação de 30.060 notas e cupons fiscais.

Projeto Sua Nota é Um *Show* de Solidariedade – SNSS

Sendo mais um Projeto do PET-Bahia, o SNSS foi criado em 1999, com o objetivo de promover a consciência do cidadão sobre a importância dos tributos para a Sociedade e, simultaneamente,

apoiar as instituições não-governamentais da área social e da saúde. Através da distribuição de prêmios a partir dos resultados da captação de notas e cupons fiscais doados pelos cidadãos, as instituições cadastradas passaram a receber recursos do Estado para exercer suas ações filantrópicas. Assim, num trabalho conjunto entre a SEFAZ, a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES e a Secretaria da Saúde – SESAB, este projeto permite a melhoria da infraestrutura dessas instituições, localizadas na capital e no interior, através da aquisição de equipamentos e materiais permanentes, realização de obras, reformas e ampliações de instalações, além da compras de bens duráveis e de consumo compatíveis com as suas atividades.

Em 2008, foram contempladas, na 16ª etapa de apuração (maio a agosto), 568 instituições das áreas de saúde e social, em 178 municípios, sendo distribuídos R\$ 2,8 milhões em recursos públicos para investimentos sociais.

Desde o início do projeto até 2008, a população tem participado das ações através de doações de documentos fiscais, tendo sido arrecadadas mais de 1,3 bilhão de notas e/ou cupons fiscais, em 27 etapas de apuração. Foram beneficiadas mais de 1,2 mil instituições, dos 178 municípios participantes. Tudo isso resultou num investimento total de R\$ 72 milhões e representa, de fato, uma melhoria da qualidade de vida de milhares de baianos e a maior parceria entre o Governo do Estado e a sociedade.

Faz Universitário

Para facilitar o acesso de alunos oriundos da rede pública de ensino a cursos de formação superior, foi criado o Projeto Faz Universitário, numa parceria entre a SEFAZ, a SEC e empresas do setor privado. Contribuindo para promover a inserção social de jovens num contexto de trabalho cada vez mais competitivo e globalizado, desde sua criação, em 2002, esse projeto já concedeu 4.334 bolsas de estudo integrais em faculdades particulares da Bahia. Como o projeto está sendo avaliado, em 2008, não foram concedidas novas bolsas de estudo, sendo mantidos os contratos referentes aos anos anteriores.

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL

A conformação de uma Sociedade Civil organizada e participativa, assim como o reforço ao municipalismo se constituem em ações republicanas, que se contrapõem ao favoritismo e ao clientelismo históricos nas práticas políticas da Bahia.

As conquistas dos movimentos sociais inscritas no atual Governo apontam para um contexto importante da vida democrática e republicana da Bahia. O Governo do Estado tem focado a ampliação de processos de consulta, participação e negociação dos diversos setores interessados em colaborar com a formulação de políticas e ampliação dos espaços democráticos. Essa situação, de certo modo acabou ampliando as instâncias de atuação de diferentes grupos sociais, que se concretizaram através do PPA Participativo, das Conferências, Conselhos, Mesa Central de Negociação e Mesas Setoriais.

A Secretaria de Relações Institucionais – SERIN tem a tarefa de coordenar e articular as relações políticas do Governo com os diferentes segmentos da Sociedade Civil, bem como propor a criação e promover e acompanhar a implementação de instrumentos de consulta e participação social de interesse do Poder Executivo.

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

O Conselho Estadual das Cidades da Bahia tem como finalidade debater, formular e deliberar a política estadual de desenvolvimento urbano, bem como monitorar e avaliar a sua execução e a de programas e projetos afins, exercendo a função de integração e de controle social das políticas específicas de planejamento e gestão territorial, habitação de interesse social, gestão fundiária, saneamento básico e de mobilidade urbana.

O Conselho Estadual das Cidades da Bahia compreende quatro Câmaras Técnicas: Planejamento e Gestão Territorial Urbana, Saneamento Básico e Ambiental, Mobilidade Urbana e Habitação de Interesse Social e, de acordo com o anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, administrará o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social.

Merecem destaque as deliberações do Conselho Estadual das Cidades da Bahia, que institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual de Interesse Social e seu Conselho Gestor e sobre o Projeto de Lei da Política Estadual de Saneamento Básico.

Durante 2008, o setor de mobilidade urbana da SEDUR participou ativamente dos trabalhos da Câmara Técnica de Mobilidade do ConCidades. Dentre os temas de maior relevância discutidos, destacam-se:

- Projeto de lei de regulamentação do transporte complementar de passageiros no Estado da Bahia, elaborado e apresentado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba;
- Projeto da Agerba que define princípios e diretrizes gerais do projeto de lei de regulamentação do transporte hidroviário de passageiros no Estado da Bahia;
- Projeto da Agerba que define princípios e diretrizes gerais da Gestão Integrada Metropolitana de Transporte;
- Debate sobre o processo de municipalização do trânsito nos municípios do Estado da Bahia.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

A grande interface do saneamento básico com os recursos hídricos coloca a SEDUR numa relação obrigatória com as instâncias de participação e gestão daquele setor. Isto se torna efetivo na participação da SEDUR no Conselho Estadual de Recursos Hídricos no Estado da Bahia – Conerh, que acaba de completar dez anos de existência, e na sua Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos.

Além de corroborar e participar dos processos de implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas, discussão da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos e da atualização da regionalização para a gestão das águas, se torna destaque a aprovação de instruções normativas para viabilizar a outorga de uso de águas e lançamento de efluentes de estações de tratamento de esgotos de obras do PAC, enquanto se aguarda o enquadramento dos rios estaduais.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA – CEPAM

Ao longo do ano de 2008, a SEDUR participou ativamente das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia – Cepam, nas quais foram analisados e deliberados processos importantes, tanto referentes ao licenciamento ambiental como referentes a algumas medidas punitivas direcionadas para empreendimentos que desrespeitaram a legislação ambiental.

As reuniões também atuam como espaços de socialização, disseminação e discussão de assuntos importantes relacionados com a questão ambiental. Alguns assuntos discutidos, em 2008: o processo de Zoneamento Ecológico Econômico, que vem sendo conduzido pelo Governo do Estado; a utilização de novas matrizes energéticas, com ênfase na instalação de usinas eólicas; os trabalhos realizados

pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA; o processo de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC do Estado; o Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens; a definição da Zona de Proteção Visual no Litoral Norte; o Projeto de Mineração e de Desenvolvimento do Estado da Bahia, o qual inclui a criação de um grande conjunto de equipamentos logísticos e de infra-estrutura, destacando-se a Ferrovia Bahia Oeste-Leste, o novo Aeroporto de Ilhéus, a modernização portuária, entre outros.

Destacou-se, neste ano de 2008, o planejamento e a realização das comemorações dos 35 anos do Cepam, que incluíram uma série de seminários, além de reuniões compartilhadas com outros Conselhos e Comissões, a exemplo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea.

Entre os processos importantes de licenciamento que foram conduzidos ao longo de 2008, pode-se citar: reforma e ampliação do Estádio Roberto Santos (Estádio de Pituáçu), do Hospital do Subúrbio, do Hospital da Criança, além de diversas obras de esgotamento sanitário realizadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa.

O Governo do Estado tem desenvolvido uma política de fortalecimento das conferências, conselhos, fóruns, entendendo que a participação e o controle social se materializam mediante essas instâncias, que se constituem em mecanismos fomentadores da organização social e do fortalecimento dos direitos da cidadania. A SERIN, através da Coordenação de Articulação Social – Coas, se fez presente na articulação e acompanhamento de várias dessas ações, a exemplo do Conselho de Direito da Pessoa com Deficiência – Coede; Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN e do Conselho de Acompanhamento do PPA – Cappa. Neste último Conselho, a intervenção da Coas tem se realizado através da participação em seminários para possibilitar a divulgação do Cappa e da capacitação continuada de seus integrantes, no que tange aos instrumentos de acompanhamento do PPA.

Além disso, a SERIN vem contribuindo com a promoção do diálogo, fomentando a interação e a discussão entre as Secretarias e os representantes dos Territórios, procurando, dessa forma, fortalecer a articulação de seus conselheiros no âmbito dos Territórios de Identidade. Ainda nessa perspectiva, a Secretaria tem exercido seu papel de articuladora na criação do Território Metropolitano de Salvador e implementado a discussão sobre os Planos de Desenvolvimento Territoriais.

CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE – CEJUVE

Com a criação do Cejuve, Governo, sociedade e a juventude baiana passam a ter um canal institucional de diálogo.

Sendo composto por 1/3 de representantes do Governo e 2/3 da Sociedade Civil, o Conselho torna-se o principal interlocutor da juventude baiana com o poder público estadual. Além disso, caberá ao Cejuve elaborar estudos e pesquisas sobre a temática juvenil, articular-se com outros conselhos, acompanhar e avaliar a implementação de programas voltados para a população jovem e, também, formular novas propostas que visem assegurar os direitos dos jovens.

Como fez o Governo Lula com o Conselho Nacional, o primeiro mandato será composto através de convites. As representações juvenis (entidades, movimentos e redes) convidadas para compor o Cejuve passarão por um processo de diálogo estreito, pautado pelo espírito democrático, amplo e plural, no sentido de garantir a participação da diversidade das "juventudes" da Bahia.

A constituição do Conselho Estadual de Juventude é um marco histórico na consolidação dos direitos da juventude baiana.

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Em agosto de 2008, foi realizada reunião ordinária do Conselho de Políticas de Inclusão Social, tendo como pauta a apreciação dos seguintes documentos: a prestação de contas do Funcep do exercício de 2007, plano de aplicação dos recursos para 2008 e proposta de aplicação de recursos para 2009. O Conselho, presidido pelo Governador do Estado, apreciou e aprovou os documentos por unanimidade.

Foram feitos encaminhamentos no que tange à sistematização das informações sobre os projetos e o amadurecimento das discussões sobre a focalização das ações financiadas pelo Funcep.

CONFERÊNCIAS, FÓRUNS E OUTROS

Como forma de consolidar o processo de estreitamento de relações com os movimentos sociais, foi dispensada atenção especial aos conselhos de Direitos vinculados à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, que promoveram processos de consulta popular através de conferências estaduais, em sintonia com as conferências nacionais, programadas para o ano de 2008.

Assim, foi realizada a I Conferência Estadual dos Direitos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, que reuniu cerca de 260 pessoas. Por meio do Conselho Estadual do Idoso – CEI, foi realizada a II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, que contou com a participação de 400 pessoas, disseminando, em todo o Estado, o debate sobre as questões relacionadas ao envelhecimento da população. Essas duas conferências foram precedidas por 17 conferências territoriais.

Por sua vez, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Coede, o Governo do Estado realizou a II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que contou com cerca de 500 participantes, e apoiou a realização das 17 conferências territoriais, levando para o interior do Estado o debate sobre inclusão, participação e desenvolvimento para este segmento.

Do mesmo modo, a SJCDH, em articulação com o Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos – CEPDH, realizou a II Conferência Estadual dos Direitos Humanos, com a presença de aproximadamente 400 pessoas. A SJCDH também deu suporte à realização das 12 primeiras conferências territoriais nesta área, o que proporcionou maior legitimidade ao processo de consulta popular no âmbito estadual, além de disseminar o debate sobre democracia, desenvolvimento e direitos humanos, como meios para superar as desigualdades.

CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE DA BAHIA

Como se afirmou anteriormente, o Governo ouviu a Sociedade Civil organizada e muitas questões auscultadas estão em processo de materialização. Outras, já materializadas, se desdobraram, a exemplo da Conferência de Juventude da Bahia.



II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Artisley Chagas/Agecom

Entre os meses de fevereiro e março deste ano, o Governo do Estado promoveu um amplo processo de diálogo com a juventude baiana através da Conferência de Juventude da Bahia. Coube à SERIN a responsabilidade de coordenar esse importante evento, em parceria com várias Secretarias que colaboraram na realização de 22 Conferências Territoriais. A última etapa aconteceu em Salvador e contou com 2.000 delegados eleitos nas etapas territoriais. A Conferência mobilizou mais de 50 mil jovens dos 26 Territórios de Identidade e consagrou os temas **Educação e Trabalho** como agendas prioritárias para a elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude.

Como consequência desse evento, o Governo, através do Decreto no 10.987, de 28 de março de 2008, criou o Grupo de Trabalho de Juventude, composto por seis secretarias de Estado, uma representação da Assembleia Legislativa e uma representação de especialista convidado. O Grupo de Trabalho sempre focalizou seus esforços no sentido de oferecer ao Governador do Estado, ao conjunto das instituições governamentais e à sociedade baiana como um todo, elementos concretos para a construção de uma Política Estadual de Juventude. Nesse sentido, a coordenação executiva teve como principais objetivos:

- Proceder ao levantamento dos programas e ações desenvolvidas pelo Estado que tenham como foco o público jovem;
- Sistematizar e avaliar as ações do Estado, voltadas à juventude;

- Produzir relatórios sobre as intervenções necessárias para a constituição da política estadual de juventude;
- Identificar as responsabilidades para cada ação, prazos, recursos orçamentários, metas de execução e mecanismos de acompanhamento;
- Articular parcerias com instituições, do Poder Público e Sociedade Civil, para viabilizar a proposta de constituição do Conselho Estadual de Juventude;
- Identificar, sistematizar e apresentar, em forma de relatório, as propostas elaboradas pela Conferência de Juventude da Bahia, com vistas à construção do Plano Estadual de Juventude a ser enviado à Assembleia Legislativa na forma de projeto de lei;
- Garantir ampla divulgação dos resultados do trabalho.

O GT desencadeou, ainda, uma série de reuniões bilaterais que objetivaram aprimorar sua elaboração e novamente apostar na parceria entre o poder público e a Sociedade Civil, na construção de alternativas para o jovem baiano. Nesse processo foram consultadas todas as secretarias de Estado, membros do Conselho Nacional de Juventude e importantes entidades, instituições, associações, partidos políticos, movimentos sociais e organizações da juventude no Estado.

Como saldo desse esforço, destaca-se do Relatório Final do GT Juventude (entregue ao governador em 16 de julho), a proposta de



Conferência da Juventude



criação da Coordenação de Juventude, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais, como organismo responsável pela articulação das ações e programas do Governo da Bahia; do Conselho Estadual de Juventude – Cejuve, também ligado à SERIN – como espaço institucional de diálogo entre o Governo do Estado, a Sociedade Civil e a Juventude Baiana; e, em especial, a proposta do Plano Estadual de Juventude – que ordena e apresenta as principais resoluções da Conferência da Juventude na forma de Projeto de Lei, estabelecendo metas e objetivos para a ação estatal para os próximos dez anos.

Tais recomendações foram acolhidas pelo Governo e já passaram a compor a agenda de ações governamentais, com o lançamento do Trilha, criação do Conselho e adesão ao Pacto pela Juventude.

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL

Como parte do fortalecimento da participação do diálogo social no processo de construção das políticas públicas de combate à pobreza, o Funcep se fez presente nos seguintes eventos: Reunião do Fórum de Acompanhamento do Plano Plurianual 2008–2011; Processo de Consertação das Ações da Superintendência de Economia Solidária – Sesol/Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, realizado em diversos municípios; Encontro com Movimentos Sociais em Santa Terezinha; reuniões da Câmara da Juventude na Agenda do Trabalho Decente; Oficina do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, promovido pela Corregedoria Geral da União – CGU; reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia – Consea-BA, como membro conselheiro; participação na Comissão Estadual de Sementes, entre outros.

NOVA RELAÇÃO FEDERATIVA

Compreendendo a importância dos gestores municipais, o Governo atual tem procurado fortalecer o pacto federativo. As questões federativas envolvem algumas noções-chave, como: autonomia, cooperação, equilíbrio estrutural e coordenação. Esses elementos estão vinculados ao sistema federal através do princípio da cooperação, sem o qual não há governança e sustentabilidade para o referido sistema, entendendo-se, neste caso, governança como a capacidade que um Governo tem de planejar, formular e implementar as suas políticas, cumprindo as metas estabelecidas por um programa de Governo e legitimadas pelas urnas.

Nesse sentido, cabe especial atenção à "cooperação" das ações entre os entes federados. Uma cooperação não somente horizontal, pac-

tuada entre as unidades federadas, mas, também, a cooperação vertical, para atender os interesses da União, do Estado e dos municípios, naquilo que diz respeito à satisfação das demandas sociais e ao equilíbrio econômico.

Portanto, a qualificação do relacionamento institucional com o Comitê Nacional e de Articulação Estadual, junto ao Colegiado Territorial da Cidadania e, ainda, com as Associações Regionais de Prefeitos do Estado da Bahia, consórcios municipais e gestores municipais, possibilita a oferta de informações institucionais e orientações técnicas, relativas à formalização de programas e projetos e na identificação e acompanhamento das demandas dos municípios nas diversas secretarias.

A nossa estratégia de atuação requer o estabelecimento de um canal permanente e contínuo de proximidade e de informação, junto aos municípios e outros setores das esferas de Governo. Compreendendo a importância da integração entre União, estados e municípios, o Governo atual tem procurado fortalecer o pacto federativo, privilegiando as ações relacionadas a seguir:

- Orientar e capacitar os municípios para otimizar o acesso às políticas e aos programas dos Governos Federal e Estadual;
- Assessorar quanto à formalização, monitoramento e acompanhamento dos trâmites cartoriais, visando sempre o melhor resultado em termos da eficiência da ação entre as esferas federativas;
- Participar do comitê gestor do Programa Território de Cidadania, com a responsabilidade de realizar a articulação junto aos Comitês Nacional e Estadual; ao Colegiado Territorial e às Prefeituras do Território da Cidadania;
- Mapear o perfil político e institucional dos municípios;
- Implementar o Fórum Estadual de Associações Municipais de Prefeituras;
- Às ações qualitativas descritas, associam-se as quantitativas, numa demonstração da importância do trabalho executado, visando o fortalecimento de um novo pacto federativo. Assim sendo, a SERIN realizou 21 reuniões com os Prefeitos dos Territórios de Identidade onde aconteceram as Conferências de Juventude; dez reuniões com as associações municipais de prefeituras; quatro reuniões com os Prefeitos dos Territórios da Cidadania; um total de 1.580 acompanhamentos das demandas do Poder Legislativo; acompanhamento das demandas do Executivo Municipal e de Organizações não-governamentais, em 362 municípios baianos; realização do cadastro de 2.962 demandas do Executivo Municipal nos 362 municípios citados e assessoramento a 417 prefeituras.

Nesse momento de importante renovação geopolítica, com a eleição de novos gestores públicos municipais, a SERIN realizou o encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos – "Por uma Nova Relação Federativa". Este encontro foi uma iniciativa ímpar, marco de uma nova relação federativa verdadeiramente republicana, que está sendo construída entre o Governo do Estado e os 417 municípios baianos.

Pretende-se consolidar uma mudança de cultura no relacionamento entre os gestores estadual e municipal que, por razões histórico-culturais, mantinha-se diferenciada com os opositores do Governo. O evento contou com a presença de 364 prefeitas e prefeitos eleitos e reeleitos; 243 primeiras-damas e 345 assessores.

Com a presença do Governador do Estado, foram apresentadas aos gestores municipais as ações e programas governamentais que podem ser realizados em parceria com as prefeituras. Foram dadas informações, também, sobre as linhas de crédito disponíveis em agências financiadoras importantes, a exemplo do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Desenhahia.

O Encontro ainda reuniu as primeiras-damas municipais e assessores, que participaram de reunião das Voluntárias Sociais da Bahia com a primeira-dama do Estado, além das apresentações realizadas pelas diversas secretarias, órgãos estaduais e parceiros institucionais.

Este encontro obteve uma repercussão positiva junto à mídia especializada. Parte desse sucesso se deveu às impressões e comen-

tários emitidos pelos prefeitos, primeiras-damas, assessores e demais autoridades presentes.

Todas essas iniciativas evidenciaram o compromisso do Governo do Estado em materializar os mais legítimos valores republicanos, a exemplo da transparência e da seriedade no trato da coisa pública, do respeito à autonomia entre os poderes e à diversidade de pensamento. São estes os princípios fundamentais que orientam essa nova relação federativa que, de maneira cooperativa e solidária, começa a ser construída na Bahia. Uma relação de diálogo, de soma de esforços e inteligências para a construção de uma Bahia cada vez mais inclusiva.

SISTEMA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Ainda na oportunidade, foi lançado oficialmente o Sistema de Relacionamento Institucional – SRI, que representa uma tecnologia pioneira, que tem como objetivo tornar ágil, transparente e integrado o relacionamento entre as esferas institucionais – Governo, parlamentares, prefeitos e Sociedade Civil.

Essa ação visa colocar à disposição de toda população um sistema que permitirá o registro e acompanhamento das demandas do Poder Legislativo, do Executivo, municipal e de organizações da Sociedade Civil, possibilitando ao pleiteante acompanhar a tramitação de seus pleitos de forma mais eficiente e eficaz. A ferramenta será de fácil manuseio e acessível via internet.

A criação do SRI representa, portanto, um avanço considerável na forma de relacionamento e operacionalização das políticas

ALGUNS DADOS RELATIVOS ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS QUE SE FIZERAM PRESENTES NO ENCONTRO DE PREFEITAS E PREFEITOS ELEITOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO 2009–2012

- 364 Prefeitos;
- 243 Primeiras-Damas Municipais;
- 364 Assessores das Prefeituras Municipais;
- 65 Convidados (Deputados Federais e Estaduais, Representantes das Agências Financeiras, Secretários de Estado e Dirigentes de Órgãos);
- 33 Executivos Representantes das Esferas do Governo Federal e Estadual;
- 32 *Stands* – sendo 21 das Secretarias Estaduais; sete de parceiros institucionais – Banco do Brasil; Caixa Econômica; Banco do Nordeste; Desenhahia; Sebrae; União das Prefeituras da Bahia; e Voluntárias Sociais da Bahia; e cinco de programas do Governo do Estado da Bahia;
- 92 Expositores;
- 49 Staffs (Assessores de Deputados, Presidentes de Partidos, dentre outros);
- 15 Coordenadores (Equipe da SERIN).

públicas do Governo do Estado e os entes federados. É uma ferramenta indispensável para o fortalecimento de parcerias institucionais e para a sustentabilidade de políticas de integração territorial.

MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PNAGE

O Governo do Estado da Bahia, por meio do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage, financiado com recursos do BID, sendo 34% a contrapartida do Estado, vem sendo executado, desde 2006, com o desenvolvimento de ações na Secretaria do Planejamento – SEPLAN, e na Secretaria da Administração – SAEB, buscando obter uma visão transparente, transversal e integrada do ciclo de gestão pública: planejamento, orçamento, gestão e controle.

O programa objetiva melhorar a efetividade, a transparência institucional e a modernização da administração pública, através de ações voltadas para a transformação das necessidades e demandas sociais em serviços públicos cada vez mais eficientes.

Em 2008, devido às alterações cambiais, foi solicitada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG a realização de uma revisão no Pnage-BA, reduzindo o montante de R\$ 27,4 milhões para R\$ 15,1 milhões. Em função disso, o Programa passou a ser

composto por 30 produtos, que juntos formavam os seguintes componentes de intervenção: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, Gestão de Recursos Humanos, Estruturas Organizacionais e Processos Administrativos, Transparência Administrativa e de Comunicação e Gestão da Informação e Integração dos Sistemas de Tecnologia de Informação.

Na Bahia, neste exercício de 2008, foram realizadas as seguintes ações:

- Conclusão da consultoria para capacitação em Planejamento Estratégico Situacional, beneficiando os servidores de diversas Secretarias do Estado, com investimento total da ordem de R\$ 225 mil, sendo que apenas R\$ 10,5 mil foi pago neste exercício;
- implantação do Sistema Informatizado de Gestão do Planejamento Governamental, que desenvolverá o Portal e facilitará o acompanhamento e monitoramento das ações do PPA. Com valor total de R\$ 2,3 milhões, sendo R\$ 1,7 milhão, financiados com recursos de contrapartida do Pnage e, aproximadamente, R\$ 600 mil com recursos do Governo do Estado.

Neste exercício, já foram executados R\$ 717 mil, sendo R\$ 516 mil com recursos de contrapartida do Pnage, e R\$ 201,6 mil com fonte do Tesouro.

Outras importantes ações, descritas abaixo, encontram-se em andamento, em fase de elaboração dos Termos de Referência e prevista.

Em andamento:

- implantação de Modelo de Gestão para a Função Planejamento, que foi renomeado para, Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica, cujo Termo de Referência encontra-se em elaboração.
- implantação de Infra-estrutura Informacional para Banco de Dados Geoespaciais, através da contratação de consultoria para Concepção e Implantação do Sistema de Metadados Geoespaciais para atender a SEI, com Termos de Referência já concluído.

Prevista:

- Capacitação de servidores nos processos do Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica.



AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS, EM ANDAMENTO E PREVISTOS

AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS

- Oficinas para formulação da macropolítica de Gestão e das políticas de Recursos Humanos, Logística de Suprimento e Patrimônio e Transparência Administrativa e Participação Social;
- Definição das premissas e diretrizes necessárias à formulação das políticas de Gestão;
- Capacitação em metodologia para elaboração, discussão e validação da macropolítica de Gestão e das Políticas de Recursos Humanos, Logística de Suprimento e Patrimônio e Transparência Administrativa e Participação Social.
- Capacitação em metodologia de desenho dos macroprocessos de: Gestão de Recursos Humanos; Logística de Suprimento e Patrimônio; Transparência Administrativa e Participação Social; e Gestão da Unidade Estadual de Coordenação do Pnape.
- Seminário: "O Pnape-BA e seus produtos nos novos desafios para a gestão pública"
- Capacitação para elaboração do modelo e do programa de capacitação para o Desenvolvimento de Lideranças;
- Implantação do Sistema Informatizado de Gestão do Planejamento Governamental, para facilitar o acompanhamento e monitoramento das ações do PPA.

AÇÕES EM ANDAMENTO

- Elaboração de Macropolítica, das Políticas de Gestão Pública, e nos Macroprocessos, alcançando toda a área sistêmica;
- Melhorias nos processos, estabelecimento de métodos quantitativos de aferição, além do fortalecimento da cultura de Monitoramento e Avaliação;
- Construção da Sala de Servidores para criação de ambiente físico e tecnológico para a SAEB e SETRE, prezando por adequação dos recursos de hospedagem dos ativos de infra-estrutura, além de criar sala de operação e treinamento;
- Implantação do Sistema E-car;
- Apresentação do Sistema E-org.

AÇÕES FUTURAS

- Desenvolvimento de modelo de compras governamentais, com ênfase nas micros e pequenas empresas centradas na promoção do consumo e produção sustentáveis;
- Reestruturação do Sistema Estadual de Administração – SEA;
- Desenvolvimento de Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho;
- Elaboração de Modelo de Certificação de Unidades de Atendimento ao Cidadão (Selo SAC);
- Implementação de Sistema de Avaliação de Desempenho Institucional – Sadi;
- Desenvolvimento de Sistema Informatizado de Gestão do Atendimento na plataforma *WEB*, utilizando a tecnologia *Net*;
- Desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação, com base nos conceitos das melhores práticas Cobit e ITIL e utilizando o modelo BSC para gerenciamento estratégico.

PLANO DIRETOR DE GESTÃO DO ESTADO DA BAHIA

Com o objetivo de modernizar a Administração Pública, o Governo do Estado, implementou, em 2007, o Plano Diretor de Gestão – PDG, que tem como esteio metodológico o Modelo de Excelência em Gestão Pública, e a subsequente disseminação de tecnologias de

gestão. Visa promover a eficientização dos recursos, a eficácia das ações e contribuir para melhoria dos serviços públicos oferecidos pelo Poder Executivo Estadual. As primeiras unidades a aderirem, foram: a SAEB, gestora da iniciativa, SEC, Departamento Estadual de Trânsito – Detran e Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb.

Em 2008, foram iniciados os trabalhos de implantação na: Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, Instituto do Meio Ambiente – IMA, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs e Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Outras oito unidades encontram-se em negociação no sentido de utilizar os princípios de excelência gerencial para promover saltos qualitativos nos seus sistemas de gestão.



COMPROMISSO BAHIA

O Programa Compromisso Bahia foi instituído com o objetivo de romper os antigos paradigmas da Administração Pública, como a vinculação de estratégias de economia a cortes lineares de custeio e pessoal de forma pontual e pouco planejada. O foco é a racionalização do gasto público, sendo a redução do desperdício a chave para ampliar a efetividade das ações.

A implantação e a disseminação de práticas voltadas para a melhoria da gestão da qualidade do gasto público e o desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento das despesas de custeio, folha de pagamento e procedimentos licitatórios constituem-se em mecanismos utilizados para a obtenção do objetivo geral do programa que é conferir qualidade ao gasto.



Esse objetivo será alcançado também através do desenvolvimento de uma cultura de responsabilização dos servidores em relação à gestão pública; orientação sobre a necessidade de reestruturação e aperfeiçoamento dos processos; divulgação para o público em geral de informações quantitativas e qualitativas acerca do gasto público; e criação de um ambiente que estimule a necessidade de inovação organizacional e tecnológica.

O Programa, que possui o Protocolo de Intenções como instrumento de adesão, tem arquitetura flexível e gradativa, sendo composto por um rol de ações consolidadas que contém rotinas que serão pactuadas e que acabarão atingindo todo o ciclo do gasto público.

Escritório da Qualidade do Gasto Público – O grupo de trabalho denominado Escritório da Qualidade do Gasto Público – EQGP, tem como objetivo gerir o Programa Compromisso Bahia, através da coleta, processamento e distribuição das informações sobre o gasto público. Cabe ao EQGP a gestão do Programa, sendo sistêmica a sua atuação no âmbito estadual, funcionando como núcleo de uma estrutura que congrega uma rede de unidades da administração direta e indireta, representada por interlocutores devidamente instituídos.

O EQGP possui os seguintes objetivos:

- Acompanhar as ações pactuadas através dos protocolos de ações firmados entre a SAEB e as demais unidades do Poder Executivo, através dos Relatórios Situacionais;
- monitorar e avaliar os gastos públicos realizados pelas unidades, utilizando indicadores;
- divulgar informações sobre o monitoramento, a análise e as boas práticas de gestão do gasto público.

Adesão ao Programa – A adesão pelas unidades ao Compromisso Bahia teve início em abril de 2008. Para o primeiro ano de atuação do Programa estava previsto apenas o ingresso das 25 unidades diretas, ficando as indiretas, também em número de 25, para 2009. Não havia previsão da inclusão de empresas, pelo fato de serem desobrigadas de utilizar os sistemas corporativos do Estado, de onde as informações são extraídas para a apuração dos indicadores.

Entretanto, seis unidades indiretas, sendo duas empresas e quatro autarquias, manifestaram interesse em ingressar no Programa, assinando o Protocolo de Intenções. O Quadro 12 demonstra as 28 unidades que aderiram ao programa em 2008.

Ações Sistêmicas Desenvolvidas pela SAEB – Ao longo de 2008, a SAEB desenvolveu ações sistêmicas voltadas à racionalização e qualidade do gasto público nas áreas de Gestão de Pessoas, Licitações e Custeio:

Gestão de Pessoas – Foram desenvolvidos programas e projetos voltados ao controle sistêmico da folha de pagamento, envolvendo ações, a exemplo da exclusão de servidores e empregados falecidos, validação do quadro de servidores ativos, recadastramento de servidores ativos, inativos e empregados públicos, identificação de servidores e empregados em situação de acúmulo, com carga horária excedendo o limite permitido por lei e de acúmulo ilegal de cargos, assim como a identificação e regularização de vantagens pagas indevidamente.

Outras ações voltadas ao controle das licenças médicas concedidas aos servidores, com adoção de medidas que visam reforçar os controles administrativos, como aplicação rigorosa dos critérios

Quadro 12

**COMPROMISSO BAHIA –
UNIDADES ADESAS AO PROGRAMA
BAHIA, 2008**

UNIDADES DIRETAS

CASA CIVIL
SECTI
SERIN
SETUR
SETRE
SEDUR
SEDIR
SEAGRI
CASA MILITAR
SAEB
SESAB
SEPLAN
SJCDH
SEINFRA
SEPROMI
SEDES
Gabinete do Governador
Vice Governadoria
SECULT
SEMA
SICM
PGE

UNIDADES INDIRETAS

Prodeb
Sucab
SEI
Bahia Pesca
Detran
IMA

TOTAL: 28 UNIDADES (22 DIRETAS E SEIS INDIRETAS)

Fonte: SAEB/EQGP

médicos e legais relativos à avaliação e concessão dos benefícios previstos no estatuto do servidor; a readaptação funcional de servidores ativos; e a revisão da base legal relativa à concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Processos Licitatórios – Dentre as mudanças introduzidas nos processos licitatórios e que resultaram em economia, destaca-se a nova metodologia de contratação dos serviços de limpeza, por metro quadrado limpo, privilegiando a contratação do serviço, e não da mão-de-obra, passando a ter maior relevância a qualidade do serviço prestado.

Outra mudança relevante foi a eliminação do critério da exequibilidade de preços, substituída por uma nova metodologia de avaliação das propostas através de planilha de composição de custos do serviço.

A utilização do Pregão Eletrônico, modalidade, até então pouco utilizada, passou a ser estimulada pelo fato de ampliar a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos Estados, na medida em que dispensa a presença dos concorrentes, tornando o processo licitatório mais barato.

Custeio – Foi realizada a contratação da Universidade Federal da Bahia – Ufba, com objetivo de elaborar diagnóstico referente ao uso da água em 14 prédios públicos instalados no CAB, um hospital, uma escola e o prédio do Instituto do Meio Ambiente – IMA. O relatório com análises das características gerais dos prédios e definição dos indicadores de desempenho que irão comparar as unidades e traçar metas de redução de consumo já foi entregue, mas somente após as intervenções sugeridas é que os resultados com os gastos de água/esgoto serão conhecidos.

Ao longo do ano de 2008, o prédio sede da Embasa, localizado no Centro Administrativo da Bahia – CAB, vem sendo utilizado como projeto piloto, de forma a torná-lo referencial de excelência no consumo de água no CAB.

As intervenções já realizadas são tanto de caráter físico/hidráulico (identificação e correção de vazamentos, manutenção de equipamentos hidráulicos, substituição de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores de água, etc), como intervenções sociais (realização de seminários, campanhas sensibilizadoras, exposições de painéis com temas sobre o uso racional da água, dentre outros).

Com o objetivo de reduzir os gastos com energia, foi realizada revisão das demandas contratadas e da estrutura tarifária de 298 contratos de alta tensão. As unidades consumidoras foram agrupadas por órgão/entidade, o que acarretou a diminuição do número de contratos para 35. Como resultado desta ação, vem se obtendo uma economia média mensal, no segundo semestre de 2008, de R\$ 856 mil, em relação ao mesmo período de 2007.

O Sistema de Registro de Preços – RP passou também a ser utilizado em larga escala pela SAEB, trazendo economia significativa nas compras até então realizadas através de outras formas de contratação. O RP consiste em um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens de uso comum para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão.

Economia Apurada – Ao longo de 2008 o programa empreendeu diversas ações nas suas três áreas de atuação, possibilitando uma economia da ordem de R\$ 212,5 milhões, base novembro, equivalente a 43,1% do montante de R\$ 492,5 milhões previstos para o período 2007–2010, conforme Tabela 13. O Gráfico 18 ilustra a participação de cada área no total economizado.

Qualificação do Gasto – A economia apurada no período, obtida com a racionalização do gasto com as áreas de gestão de pessoas, processos licitatórios e custeio, está sendo utilizada na correção do desvio de função, contratação de servidores para a Polícia Civil e adequação ao mercado dos preços praticados pelo Planserv para consultas e diárias.

- **Serviço Auxiliar Administrativo na Polícia Militar** – substituição dos PMs que atualmente servem administrativamente por prestadores

de serviços temporários, liberando os servidores que foram formados para exercer o policiamento ostensivo nas ruas, para essa atividade.

- **Contratação para os cargos de agente e escrivão para a Polícia Civil** – a convocação dos aprovados no concurso realizado em 1997, para os cargos de agente e escrivão de polícia da Polícia Civil, resolveu um impasse surgido há dez anos.
- **Correção de desvio de função** – através desse instrumento, contratos de prestação de serviço terceirizado de limpeza traziam como anomalia à contratação de servidores para outros postos de trabalho. A economia gerada foi destinada a novas contratações da SEC, a exemplo de serviços de copa, apoio administrativo, recepção, dentre outros, proporcionando uma redução na contratação através do Regime Especial de Direito Administrativo – Reda e Prestação de Serviço Temporário – PST.

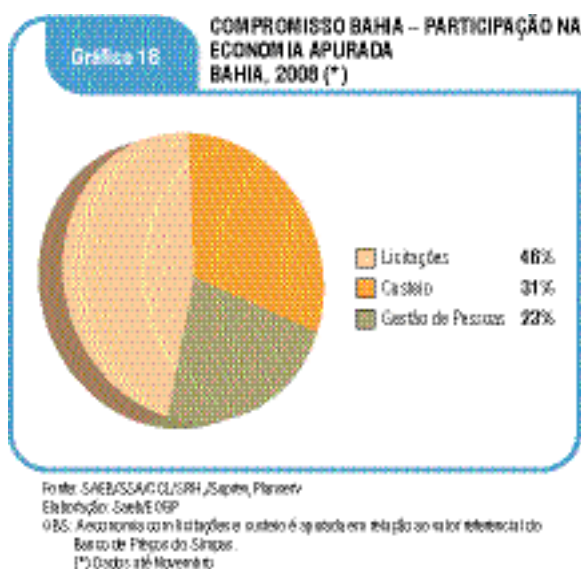


Tabela 13

COMPROMISSO BAHIA – ECONOMIA APURADA BAHIA, 2007/2008(*)

ÁREA DE ATUAÇÃO	EM R\$ 1.000,00				%	
	PREVISTO	REALIZADO				
	2007-2010	2007	JAN-NOV/2008	TOTAL	REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Gestão de Pessoas	122.461	22.409	26.264	48.673	9,9	22,9
Licitações	220.000	45.758	52.912	98.670	20,0	46,4
Custeio	150.000	11.600	53.524	65.124	13,2	30,7
TOTAL	492.461	79.767	132.700	212.467	43,1	100,0

Fonte: SAEB (SSA, CCL, SRH, Suprev, Planserv)

Elaboração: Saeb/EQGP

OBS: A economia com licitações e custeio é apurada em relação ao valor referencial do Banco de Preços do Simpas

(*) Dados até novembro/2008

- **Complementação do Quadro de Pessoal** – a economia gerada proporcionou um aumento na contratação de pessoal terceirizado para unidades escolares que apresentavam déficit, e a criação de novos postos para aquelas que até então não dispunham do serviço.
- **Reajuste no preço dos serviços prestados ao Planserv** – a economia foi aplicada na melhoria do acesso e qualidade dos serviços prestados aos beneficiários, devido ao reajuste no valor das consultas e diárias de internação, assegurando aos servidores a prestação de serviços públicos de qualidade.

Capacitação – O Compromisso Bahia tem como um dos principais objetivos a substituição da cultura do descompromisso com o gasto público, notadamente àqueles relativos às contas de consumo, por uma cultura de qualidade, comprometida com a eliminação do desperdício e o direcionamento das economias para gastos que atendam às demandas e necessidades da população.

Para atingir esse objetivo foi criado o Projeto Atitude Positiva, vertente encarregada da capacitação dos servidores, verdadeiros responsáveis pela sustentabilidade de uma nova cultura gerencial, através de um processo de aprendizagem e instrumentalização de conhecimentos técnicos para a profissionalização da gestão do gasto público. Em 2008, foram realizados 117 eventos de capacitação que atenderam a 13.316 treinandos, como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14

COMPROMISSO BAHIA – CAPACITAÇÃO BAHIA, 2008

ÁREAS DA SAEB	EVENTOS	TREINANDOS
Coordenação Central de Licitações – CCL	15	2.466
Superintendência de Serviços Administrativos – SSA	27	3.332
Diretoria de Desenvolvimento – DDE	75	7.518
TOTAL	117	13.316

Fonte: SAEB/SSA/CCL/DDE

As ações de capacitação nas áreas de processos licitatórios, custeio e gestão de pessoas, são desenvolvidas, na SAEB, pela Coordenação Central de Licitações – CCL, pela Superintendência de Serviços Administrativos – SSA e pela Superintendência de Recursos Humanos – SRH. O monitoramento dessas ações é realizado mensalmente pelo EQGP através de relatórios encaminhados por cada área.

CENTRO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E INTERCÂMBIO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CIIAP

Iniciativas como a disseminação de ferramentas de avaliação de políticas sociais, as experiências de redesenho do aparelho estatal e a implementação de políticas de intercâmbio e inovação, culminaram com a proposição de uma nova agenda da reforma da Administração Pública. A nova agenda foi apresentada através da Carta Ibero-americana da Função Pública, datada de 28 de julho de 2003 e ratificada pela Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2003.

Nesse contexto, a efetiva implementação do Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – Ciiap, coaduna-se com as propostas definidas na Carta Ibero-americana da Função Pública, principalmente através de seu modelo de gestão transparente, participativo, eficiente e inovador. O Ciiap foi criado a partir de uma parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a ONU, tendo como foco principal o intercâmbio de inovações e tecnologias em Administração Pública entre os países da cooperação Sul-Sul.

O Centro atua como veículo de divulgação da Carta Ibero-americana, através da capacitação de agentes públicos para a sua implementação e o alcance dos objetivos nela propostos. É indispensável, para tanto, a concentração de todos os esforços no desenho de novas estratégias de atuação, baseadas, sobretudo, no



Compromisso Bahia



Jamile Antine/SEPLAN

intercâmbio de experiências, práticas bem sucedidas e atuações nos processos regionais de reforma.

Nessa linha, o Ciiap atua preferencialmente na América Latina, mas a sua abrangência pode ser ampliada em outras direções, contribuindo para o aprofundamento do processo de diálogo que se evidencia em iniciativas como a da criação do G-20, do qual fazem parte nove países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Em 2008, o Ciiap definiu como objetivo a promoção de intercâmbio de inovações em práticas bem sucedidas, voltadas para a melhoria da gestão pública, com focos na qualidade do gasto, na excelência em gestão e em mecanismos para financiar a adoção de ferramentas de modernização em países em desenvolvimento. Em pauta, ainda, a promoção da boa governança, através de atividades coletivas para realçar o profissionalismo, os valores éticos e os padrões de qualidade do serviço público, em linha com o que preconiza a Carta Ibero-americana da Função Pública.

Missões Técnicas – As missões técnicas fortalecem o objetivo do Ciiap de atuar em rede, com a troca permanente de informações e experiências que possam melhorar as práticas de gestão num contexto internacional. Neste sentido, foram recepcionadas as missões técnicas dos governos boliviano e canadense, para apresentação das inovações do SAC, políticas de recursos humanos e constituição de novas diretrizes de cooperação técnica.

Missão do Governo da Bolívia – A delegação do Governo boliviano teve o objetivo de conhecer o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, sistema que integra diversos serviços públicos num mesmo espaço físico, proporcionando economia de tempo e redução de custos aos usuários. Na oportunidade, os visitantes conheceram também a estratégia adotada pelo programa Compromisso Bahia, cuja meta é a redução de até meio bilhão de reais em gastos com custeio e corte de desperdício na máquina pública, até 2010.

Missão do Governo do Canadá (Service Canadá) – Para discutir novas possibilidades de cooperação na área de recursos humanos e atendimento ao cidadão, o diretor geral do Service Canada College, liderou missão técnica ao Brasil, onde conheceu o modelo SAC, o primeiro *shopping* de serviços públicos do Brasil, que já foi replicado em 23 estados e em países como Portugal e Colômbia.

Através de um projeto de cooperação técnica fomentado pela SAEB, o Governo do Estado pretende fazer da Universidade Corporativa do

Servidor Público da Bahia – UCS um pólo irradiador das políticas de gestão pública no Nordeste, juntamente com a Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco.

A metodologia canadense já foi transferida para a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, e deverá ser utilizada em outras escolas de governo brasileiras, a exemplo da UCS baiana, que poderá transformar-se na sexta escola de formação do país a adotar a metodologia da Canada School of Public Service. O projeto de cooperação com a escola canadense deverá englobar o intercâmbio de cursos, o compartilhamento de metodologias e tecnologias, além da profissionalização e valorização de servidores.

Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – Clad 2009 – O Governo do Estado, através da SAEB, tem ampliado a interação com organismos internacionais e fortalecido as relações institucionais com outros países, a partir da consolidação de parcerias, assinatura de acordos de cooperação, e viabilização de missões técnicas, sempre buscando a melhoria da gestão pública estadual e aprimorando a qualidade dos serviços e das relações com a Sociedade.



Neste sentido, o Governo baiano, juntamente com a União, conseguiu trazer para o Estado o XIV Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento – Clad, a realizar-se em 2009, com a presença de representantes de governos dos países da América Latina e estudiosos da Administração Pública.

O primeiro congresso do Clad aconteceu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1996. A partir daí, o sucesso do evento vem ampliando sua capilaridade, trazendo discussões de alto nível e fortalecendo o intercâmbio de experiências exitosas. A expectativa é reunir, em Salvador, mais de dois mil participantes, colocando o Estado no centro dos debates em torno das inovações em Administração Pública.

Portal – Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – Ciiap – Lançado em outubro de 2008, o portal Ciiap funciona como um canal de divulgação e difusão de conhecimentos na área da Administração Pública, catalogando experiências inovadoras, instituições, especialistas, notícias e

eventos, atuando como um *site* de relacionamento direcionado, de acesso público e gratuito.

Em atuação nas vertentes: Gasto Público, Gestão, Governo Eletrônico, Atendimento ao Cidadão e Participação, o portal busca fomentar discussões sobre a administração pública e suas inovações. Neste sentido, são disponibilizados textos e informações voltadas para fins de conhecimento, pesquisa e ensino, sempre respeitando o direito dos autores, que não recebem qualquer tipo de remuneração por sua divulgação.

Dentre os conteúdos disponíveis no portal, estão: artigos, estudos, e relatos de iniciativas bem sucedidas em Administração Pública, com o objetivo de difundir experiências inovadoras para dirigentes, servidores públicos, professores e estudiosos.



ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A gestão por organizações sociais introduz na gestão pública um mecanismo de governança que incentiva a flexibilização administrativa e a ampliação do poder decisório dos dirigentes. Através de regras de contratualização e indicadores estabelecidos com foco nos resultados, pretende-se alcançar um desempenho diferenciado em relação ao modelo tradicional de gestão, demonstrando que a gestão de atividade não exclusivas do Estado pode ser feita pelo setor público não estatal, mantendo-se, inclusive, o custeio dessas atividades pelo Estado.

Em 2008, a SAEB firmou mais um contrato de gestão para atender o Hospital Eurídice Santana, localizado no município de Santa Rita de Cássia. Atualmente, conforme demonstrado no Quadro 13, o Programa conta com nove contratos nas áreas de Educação Profissional, Saúde, Agricultura e Indústria e Comércio.



Quadro 13

UNIDADES PUBLICIZADAS BAHIA, 2008

ÁREA	UNIDADE PUBLICIZADA	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia — Ceteb	Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia — Asceteb	Feira de Santana
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia — Ceteb	Associação Tecnológica e Educacional de Camaçari — Atec	Camaçari
AGRICULTURA	Biofábrica de Cacau	Instituto Biofábrica de Cacau	Ilhéus
SAÚDE	Hospital Santa Tereza	Fundação José Silveira — FJS	Ribeira do Pombal
SAÚDE	Maternidade de Referência Prof. José Maria de Magalhães Netto	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	Salvador
SAÚDE	Hospital Dantas Bião	Monte Tabor	Alagoinhas
SAÚDE	Hospital do Oeste	Associação Obras Sociais Irmã Dulce — Osid	Barreiras
SAÚDE	Hospital Dep. Luís Eduardo Magalhães	Monte Tabor	Porto Seguro
SAÚDE	Hospital Eurídice Santana	Associação Obras Sociais Irmã Dulce — Osid	Santa Rita de Cássia

Fonte: SAEB/SGP

Objetivando acompanhar e avaliar a capacidade de gestão das organizações sociais que possuem contrato com o Executivo, a SAEB utiliza uma metodologia de avaliação construída em parceria com a Universidade Federal da Bahia – Ufba. Definida como tendo a faculdade de decidir com autonomia, flexibilidade e transparência, mobilizando recursos e construindo a sustentabilidade dos resultados de gestão, a metodologia de Avaliação da Capacidade de Gestão das Organizações Sociais foca, principalmente em: identificar problemas, selecionar alternativas de solução, corrigir rumos, melhorar as atividades em curso, otimizar recursos disponíveis e aumentar a racionalidade na tomada de decisões.

Em razão da necessidade de adequar a legislação de Organizações Sociais à operacionalização do Programa, foi elaborada proposta de alteração da Lei Estadual n.º 8.647/03. A revisão se faz necessária em função de fragilidades de ordem operacional que dificultam o Monitoramento e Avaliação dos contratos e, conseqüentemente, controle efetivo dos resultados. A proposta será validada e encaminhada à Assembléia Legislativa em 2009.

EXPRESSO.BA

O Expresso.Ba oferece um único ambiente corporativo, através de uma ferramenta que agrega comunicação, gestão, agilidade em processos, tramitação de informação e documentos.

Com a aquisição de licença para uso, o Estado gasta R\$ 12 milhões. A implantação total do aplicativo, que funciona em *software* livre, resultará numa economia de R\$ 2,3 milhões. Em 2008, foram realizadas melhorias significativas, a exemplo de compartilhamento do catálogo pessoal; possibilidade da criação e administração de contas institucionais; implantação do servidor de listas; implantação do serviço de armazenamento local de mensagem; implantação dos serviços de agenda e catálogo de endereços para dispositivos móveis, como no caso de celular e palm.

Em 2008, foram implantadas 8.406 contas de usuários Expresso.Ba, em 20 parceiros-clientes.

SISTEMAS CORPORATIVOS

O Governo do Estado, através da SAEB, a fim de dar suporte e atendimento às novas demandas por recursos tecnológicos, deu continuidade, em 2008, aos avanços no sentido de desenvolver os sistemas que atendem corporativamente ao Estado, promovendo a

PRINCIPAIS SISTEMAS

Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas – Gerencia os processos de aquisição, catalogação, distribuição e controle de material, serviços e bens patrimoniais.

Sistema de Compras Eletrônicas – Comprasnet – Portal criado para facilitar o acesso às informações sobre as licitações e compras realizadas pelo Estado, levando ao conhecimento da Sociedade o processo das Cotações Eletrônicas e Licitações Homologadas, também disponibiliza: a legislação vigente, publicações, informações para o cadastramento dos fornecedores, consultas de avisos e do andamento das licitações, pesquisas ao Registro de Preços e ao Catálogo Geral de Materiais e Serviços.

Sistema de Administração de Patrimônio – Siap – Sistema em ambiente *web*, que consolida informações, permitindo gerenciamento físico e financeiro dos bens permanentes das unidades administrativas do Estado.

Sistema de Controle de Bens Imóveis – Simov – Gerencia os bens imóveis do Estado, próprios ou alugados, controla os custos com depreciação e reformas, permite uma melhor gestão de contratos (aluguel, seguro, e termos de cessão), além de manter sempre atualizada a situação contábil.

Olap SRHG – Disponibiliza informações que possibilitam a análise e o controle operacional da folha de pagamento dos servidores, que representa atualmente o maior gasto da Administração. Em 2008, foram desenvolvidos vários relatórios gerenciais que permitem uma melhor gestão dessa despesa.

Olap Gastos – Emite relatórios das despesas efetuadas pela Administração, proporcionando ao gestor maior facilidade no controle das informações dos gastos com licitação em todo o Estado.

Sistema de Controle de Custo – SCC – Foi totalmente implantado em 2008, o sistema para controle das contas de consumo do Estado, que objetiva aperfeiçoar a gestão das despesas com água, energia elétrica e telefone, contribuindo decisivamente para a racionalização do uso e a diminuição dos desperdícios.

integração, realizando um trabalho de melhoria de performance, elaborando estudos e implementações nas aplicações e nos bancos de dados, visando a disponibilização de ferramentas de informática em versões cada vez mais modernas.

FORMALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE TIC DO GOVERNO DO ESTADO

Com a edição da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, foi estruturado o Sistema de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, com a criação e instalação do Conselho de Informática Governamental – Cigov. Este órgão colegiado presidido pelo governador estabelece políticas e diretrizes de Tecnologias da Informação e Comunicação para a Administração Pública Estadual. Também colaborou com a estruturação do sistema de gestão, a criação da Assessoria de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação – Agetic, unidade integrante da estrutura da Casa Civil, que propõe e submete ao Cigov as políticas de TIC para o Estado, que se estruturam em quatro eixos básicos: processos internos da administração, política industrial, governo eletrônico e inclusão digital.

Já o Sistema de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado da Bahia – SGTIC, foi instituído através do Decreto nº 11.206, de 12 de setembro de 2008. É composto pelos responsáveis por TIC nos órgãos e entidades do Governo, tendo por finalidade articular, definir, planejar, coordenar e executar as atividades governamentais de TIC.

Neste contexto, foi criado o Comitê dos Gestores de Tecnologias de Informação e Comunicação do Estado da Bahia – Fortic, como instância de assessoramento do SGTIC, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas e firmar pareceres em TIC no âmbito do executivo estadual.

FORTIC – Grupos Técnicos – GT e suas realizações:

- GT Bahia na Internet (coordenação da Agecom) – informações, comunicação e serviços públicos na Internet – algumas recomendações técnicas já publicadas;
- GT *Software* Livre (coordenação da SECTI) – em discussão, políticas e diretrizes para a utilização e disseminação do uso de *software* livre pela administração pública estadual;
- GT Política de Segurança da Informação (coordenação da SSP) – concluída uma proposta de Política de Segurança da Informação para o Estado;
- GT Qualificação do Gestor Público de TIC (coordenação da SAEB) – encaminhada à SAEB proposta de capacitação do gestor público de TIC a partir de um currículo mínimo definido pelo GT e aprovado pelo Fortic;

- GT Informações Geoespaciais (coordenação da SEPLAN) – unificação de metadados e uso comum de produtos resultantes de projetos na área de informações georreferenciadas – proposta de infraestrutura de dados espaciais (IDE – Bahia) e do Geoportal-Bahia;
- GT Unificação do Protocolo do Estado (coordenação da SAEB) – interoperação entre sistemas e oferta de sistema único – projeto em andamento, cuja conclusão está prevista para fevereiro/2009;
- GT Contratação em TIC (coordenação da SEFAZ) – recomendações sobre a contratação em TIC;
- Definidos os serviços de TIC (tipos, métricas para contratação, critérios de aceitabilidade), considerados comuns e que poderão ser licitados na modalidade de pregão (objeto de instrução normativa da SAEB);
- Em discussão, uma resolução a ser submetida ao Cigov, que estabelece diretrizes e procedimentos para aquisição de produtos e serviços de TIC, por órgãos e entidades da administração pública estadual.

SOLUÇÕES DE TIC PARA GESTÃO DE UNIDADES DE SERVIÇO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

A Agetic desenvolveu ações de apoio às secretarias de Estado, na transferência de metodologia e assessoria técnica na definição de requisitos, avaliação e seleção de soluções de TIC para gestão de unidades prestadoras de serviço e atendimento ao cidadão, visando à possibilidade futura de que o relacionamento entre o Governo e o cidadão se implemente através de uma identificação única para cada cidadão e que esses visualizem o Governo, também, como uma instituição única e de maneira uniforme.

Para a SESAB, foram sugeridas opções viáveis de solução para os seguintes segmentos:

- Atenção Primária, Pronto-Atendimento, Pronto-Socorro, e Atendimento Hospitalar;
- Regulação;
- Exames Laboratoriais de Análises Clínicas e Vigilância à Saúde;
- Administrativo Financeiro;
- Telessaúde;
- Business Intelligence – B. I.

Para a SEC:

- Gestão Escolar;
- Portal e Produção e Distribuição de Conteúdo Pedagógico;
- Apontamento e Comunicação.

CATÁLOGO TI

Foi finalizado, em 2008, o sistema que disponibiliza, na *web*, um catálogo que retrate o acervo de *softwares* aplicativos do Governo da Bahia, selecionado e classificado mediante indicadores. O catálogo favorecerá o compartilhamento e a reutilização das melhores aplicações disponíveis pelos órgãos e entidades interessadas.

MIGRAÇÃO PARA SOFTWARE LIVRE

Com o objetivo de criar um projeto de referência na Administração Estadual, a SAEB, em 2008, iniciou um processo voltado para promover uma mudança cultural na organização, através da migração para o *software* livre, visando, assim, alcançar uma economia significativa na aquisição de licenças. Já está sendo utilizada uma média de 20 *softwares* livres na Secretaria, dentre esses, os correspondentes ao pacote *Office*, navegador de *internet*, compactador e ferramentas de aplicações gráficas.

CALL CENTER UNIFICADO

Em 2008, foi elaborado um estudo comparativo entre as alternativas para a atividade de *call center* de todo o Poder Executivo. Foram analisadas as possibilidades de criação de uma estrutura própria para atender a todas as unidades da Administração, e comparada a uma contratação do serviço de terceiros de forma individualizada por cada órgão e entidade. Como resultado, foi identificado, que a melhor alternativa seria híbrida, realizando uma contratação de empresa especializada, para todos os órgãos conjuntamente. Neste sentido, foi elaborada a especificação do projeto, contemplando também a experiência acumulada na operação das centrais de atendimento já existentes. Com início previsto para 2009, essa iniciativa trará uma economia significativa, na medida em que uniformiza os processos de gestão e gera um ganho de escala nos custos.

BASE DE DADOS CORPORATIVA DO ESTADO – BDCE

A fim de integrar as bases de dados das diversas unidades governamentais, que permitirá o compartilhamento das informações entre os órgãos e entidades integrantes de sua estrutura, foi desenvolvida a Base de Dados Corporativa do Estado – BDCE. Os módulos prioritários (Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Calendário) já estão disponíveis para receber as cargas iniciais que estão sendo realizadas pelos sistemas-clientes principais. O sistema para gestão da

BDCE encontra-se em desenvolvimento e os módulos complementares (Endereçamento, Municípios/Bancos/Agências, Indicadores Econômicos) serão criados e implantados em 2009.

SOLUÇÃO DE PROTOCOLO

Tem como objetivo substituir o atual sistema de protocolo e tramitação de documentos oficiais para todo o Estado, por uma ferramenta que permita a integração de todos os sistemas de protocolo e tramitação de documentos coexistentes com a solução oficial, para que seja possível ter uma visão única dos protocolos no Estado. Em 2008, foi apresentada e escolhida uma nova solução, fazendo assim, com que fossem desenvolvidas as regras de negócio. Atualmente, este sistema encontra-se em desenvolvimento, com implantação prevista para o primeiro semestre de 2009.

VALIDAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Com o objetivo de comprovar o efetivo exercício do cargo público, além de prestar declarações e informações elucidativas acerca da lotação e exercício funcional, foram publicadas notificações para validação do quadro, contemplando 62 órgãos/entidades.

Ao final de 2008, 138 servidores ativos que não fizeram a validação tiveram seus pagamentos suspensos, gerando uma economia estimada de R\$ 160 mil. Em dezembro retornaram à folha de pagamento, 417 servidores que comprovaram a lotação e sua respectiva frequência. Com a iniciativa, o total de servidores validados atingiu um percentual de 99,3%, aproximadamente.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Objetivando atualizar a base de dados do Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIRH, foi instituído o programa de recadastramento dos servidores e empregados públicos dos órgãos da administração direta e indireta, das autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual e dos pensionistas.

Resultante do não-comparecimento de servidores ativos e inativos para atualização dos dados cadastrais, ao final do ano de 2008, permaneciam sem recadastramento 16 servidores ativos e 428 inativos, correspondendo a uma economia mensal de R\$ 8,1 mil e R\$ 422,3 mil, respectivamente. A partir de 2009, será disponibilizada uma rotina automática para que o servidor atualize seus dados no mês de seu aniversário.

CONTROLE SISTÊMICO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A fim de realizar sistematicamente um controle na folha de pagamento do Poder Executivo, formou-se uma equipe de auditoria, que identificou, em 2008, o pagamento indevido de R\$ 343 mil, conforme detalhado na Tabela 15, os quais estão sendo ressarcidos ao Erário com base no art. 58 da Lei nº 6.677/94.

Tabela 15

PAGAMENTOS INDEVIDOS BAHIA, 2007/2008

DESCRIÇÃO	Em R\$ 1,00	
	2007	2008
Valor do símbolo ou função	106.767	25.738
Vantagens incompatíveis e/ou indevidas	78.735	292.375
Remuneração básica incompatível	3.239	—
Cargo comissionado com opção de remuneração pela diferença	—	12.701
Diferença da Gratificação de Produtividade	—	12.754
TOTAL	188.741	343.569

Fonte: SAEB/SRH

Obs.: Decorrente do aumento concedido pela Lei nº 10.962 de 16/04/08

A continuidade dos trabalhos foi realizada em parceria com a Auditoria Geral do Estado – AGE. Com base nos fatos levantados, foi apresentado um relatório de recomendações, que foi confrontado com os pontos identificados pela equipe da SAEB, conforme demonstrado na Tabela 16.

Outra parceria firmada com a AGE permitiu o desenvolvimento do Projeto Monitoramento de Folha, em fase de implantação na SAEB. Este projeto consiste na disponibilização de uma ferramenta que permitirá o monitoramento, em tempo real, do SIRH e das transações efetuadas. Em setembro, o ambiente de teste e o acesso ao Sistema foram disponibilizados, o que possibilitou a realização de simulações que deram origem à primeira especificação de alerta.

COMPRAS PÚBLICAS

Durante o ano de 2008, deu-se continuidade à priorização da utilização do Pregão Eletrônico como forma de dar mais agilidade e maior transparência aos processos licitatórios. Com essa medida, 84% das

Tabela 16

AUDITORIA AGE/SAEB BAHIA, 2008

TÓPICO ANALISADO	CASOS APURADOS		SITUAÇÃO
	AGE	SAEB	
Falecidos recebendo remuneração ou com cadastro no Planserv	3.938	189	2.257 servidores encontram-se vivos, sendo que 88 correspondem a falecimento de cônjuge, genitor ou titular da pensão judicial e 2.169 encontram-se em atividade e/ou recadastrados; 40 servidores com pagamento suspenso há mais de cinco anos; 438 servidores falecidos, sendo que apenas 189 constavam em folha de pagamento, tendo seus pagamentos imediatamente suspensos; 23 aposentados pelo INSS; oito servidores exonerados/demitidos; 1.070 servidores sem recadastramento na época da análise; 102 refere-se a outros casos.
Acumulação com carga horária excedendo o limite permitido por lei e outros casos de acumulação indevida	288	109	Identificação de 19 casos para regularização no SIRH e de 90 casos de acumulação indevida; Encaminhamento à PGE para a obtenção de Parecer Unificado; Criação de restrição sistêmica a partir de agosto de 2007 a fim de evitar novas ocorrências;
Militares reformados ou na reserva recebendo auxílio fardamento indevido	30	30	Extinção e/ou suspensão de pagamento a 27 servidores que apresentavam acumulação ilegal de cargos. Encaminhamento à Polícia Militar – PM/BA para as providências cabíveis. Ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente.
Militares reformados ou na reserva recebendo Gratificação de Atividade Policial indevida	176	0	Nenhuma apuração de irregularidade nos casos apontados pela AGE; Encaminhamento à Polícia Militar PM/BA que cancelou a inexistência de irregularidades. Nenhuma apuração de irregularidade nos casos apontados pela AGE, os quais correspondem a:
Exonerações sem retirada de folha e servidores exonerados e nomeados para cargos inferiores recebendo cargo anterior	87	0	82 servidores que ainda se encontram em folha por possuírem as seguintes situações: quadro permanente, nomeação para cargos comissionados, inativos, pensionistas; Um servidor sem registro no SIRH das datas apontadas pelo referido relatório; Três servidores exonerados em maio de 2007; Um servidor exonerado que já efetuou a respectiva indenização ao Erário.
TOTAL	4.519	328	

Fonte: SAEB/SRH

licitações realizadas na modalidade pregão, referem-se ao tipo eletrônico, obtendo um crescimento de 146%, em relação ao ano de 2007.

Conforme demonstrado na Tabela 17, foi obtida uma economia de R\$ 34,5 milhões nos procedimentos licitatórios com pregão eletrônico, e R\$ 3 milhões com pregão presencial, totalizando, em 2008, R\$ 37,5 milhões de economia em relação ao valor contratado.

No mesmo período, foram realizadas 128 licitações, envolvendo todas as modalidades, este quantitativo é superior ao realizado em 2007, quando registrou-se 91 licitações.

Para uma maior profissionalização das pessoas envolvidas na área de compras públicas, em 2008, foram capacitados 2.466 servidores nos cursos de Licitações e Noções de Contratos, Formação de Pregoeiros, Fiscais de Documentação e Execução, Oficinas de Pregão e Licitações, Noções de Contratos e Pregão, Oficinas de Serviços Terceirizados.

Foram atualizadas algumas normas que resultaram na Instrução Normativa nº 12/2008, responsável por disciplinar a contratação

dos serviços terceirizados comuns. Também foi instituída a Portaria nº 497/2008, que fixa os preços máximos admissíveis para contratação de serviços comuns. Com efeito, foi possível contemplar novos postos de serviços – maqueiro e lavador de roupa hospitalar para a área de Saúde – e atualizar os valores máximos para a contratação, "congelados", desde 2006.

No sentido de apoiar as comissões de licitação e pregoeiros, foram realizadas várias ações, conforme o Quadro 14.

Em setembro de 2008, a SAEB realizou o Encontro com Fornecedores do Estado da Bahia, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, a Comissão de Dirigentes Lojistas – CDL, Banco do Brasil e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – Fieb. O evento contou com a participação de 571 fornecedores e promoveu o debate no que concerne às compras públicas. O encontro serviu para ampliar o canal de comunicação entre a Administração Pública Estadual e os potenciais fornecedores de produtos e serviços, aprimorando, assim, a prestação de serviços ao Estado.

Tabela 17

ECONOMIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS COM PREGÃO BAHIA, 2007/2008

PREGÃO	ANO	QUANTIDADE	VALOR		ECONOMIA	%
			REFERENCIAL	CONTRATADO		
Eletrônico	2007	44	80.303.629	56.667.883	23.635.746	29
	2008	108	149.509.818	115.029.442	34.480.376	23
Presencial	2007	31	71.117.229	57.608.032	13.509.197	19
	2008	20	78.949.427	75.901.993	3.047.434	4

Fonte: SAEB/CCL

Obs.: Percentual de economia - Pregões homologados

Quadro 14

AÇÕES DE SUPORTE ÀS COMISSÕES BAHIA, 2008

AÇÕES	OBJETIVOS
Atualização do Guia do Pregoeiro	Disponibilizar as principais mudanças decorrentes da edição da Lei Complementar nº 123/05, que determinou o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, bem como informações sobre o Registro de Preços.
Elaboração do manual de serviços terceirizados	Auxiliar os gestores e fiscais de contratos do Estado, no que tange à contratação de serviços terceirizados.
Apresentação da minuta do projeto de lei que institui o pagamento de <i>jeton</i> aos servidores públicos que exercem a função de pregoeiro, membro de equipe de apoio, presidente ou membro de comissão em processos licitatórios do Governo do Estado da Bahia.	Estimular e fortalecer o exercício destas atividades.
Impressão da 3ª edição da Lei Estadual nº 9.433/2005, contendo o índice remissivo.	Auxiliar, sobremaneira, os pregoeiros, as comissões de licitação e demais servidores que a utilizam.
Promoção de cerca de 130 atendimentos por mês.	Tratar dos mais diversos assuntos como: dúvidas envolvendo o procedimento do pregão, recursos administrativos interpostos pelos licitantes, impugnações ao edital.

Fonte: SAEB/CCL

GESTÃO DAS CONTAS DE CONSUMO

Com o objetivo de desenvolver um acompanhamento centralizado dos gastos com energia elétrica, água e telefonia, foi estabelecida uma parceria com as concessionárias e, a partir de março de 2008, as unidades gestoras passaram a receber seus respectivos relatórios de despesas mensais para análise.

Na área de energia elétrica, 35 contratos de alta tensão que representam 298 unidades gestoras, passaram por revisão das demandas contratadas e da estrutura tarifária. Como resultado, já foi alcançada, em 2008, uma economia de cerca de R\$ 7,7 milhões, em relação ao ano de 2007.

Em maio de 2008, foi firmado contrato com a Universidade Federal da Bahia – Ufba, objetivando o desenvolvimento de pesquisa cooperativa para a primeira etapa de Eficientização dos Gastos de Água e Energia Elétrica. Esta etapa consistiu na elaboração de um documento referencial para a proposição da implantação de Programa de Racionalização do Uso de Recursos Hídricos e Energéticos em Edificações Estaduais. No período da pesquisa, foram diagnosticados 14 prédios públicos instalados no CAB, um hospital, uma escola e o prédio do Instituto do Meio Ambiente – IMA.

Visando uma mudança na cultura de utilização dos recursos e do acompanhamento e análise dos dados, foi formado um grupo, denominado Ecotime, composto por profissionais indicados pelos gestores dos órgãos e entidades envolvidas no projeto. Esses profissionais participaram de um encontro para sensibilização e conhecimento do projeto, foram capacitados pela universidade para utilização do Programa Águapura e instruídos sobre o Sistema Tarifário de Energia Elétrica.

Como primeiro resultado dessa ação foram adotadas diversas "atitudes positivas", oriundas das unidades envolvidas no projeto, que identificaram e iniciaram as correções dos vazamentos, incluindo troca de equipamentos hidráulicos e elétricos, que caracterizavam um alto consumo de energia. A iniciativa resultou numa economia de R\$ 106 mil, em 2008.

Em parceria com a Coelba, para o aprimoramento da Gestão do Catálogo de Material foram realizadas análise de conformidade técnica nos itens de material que implicam em consumo de energia elétrica, além da capacitação de 326 servidores em eficiência energética.

A SAEB, com a interveniência da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, firmou convênios de efficientização energética para três

prédios públicos: Departamento de Estradas e Rodagens – Derba, Secretaria de Saúde – SESAB e SAEB/Secretaria do Trabalho – SETRE. Esses convênios têm como objeto a implementação de ações nas instalações dos prédios, mediante análise do perfil de consumo, demanda de energia e adoção de medidas para racionalizar seu uso, tais como, substituição dos condicionadores de ar e luminárias por equipamentos mais eficientes.

GESTÃO DE VIAGEM

O Governo da Bahia foi impulsionado a conhecer as práticas e ferramentas de gestão de viagem adotadas por outros estados, a partir da identificação de um conjunto de fatores, a exemplo de diversos contratos com agências de viagens, ausência de procedimentos e despesa elevada.

Alicerçado pelo princípio da economicidade, o desenvolvimento e implantação de novo modelo de gestão de viagem, tem como objetivo geral padronizar e implantar procedimentos de aquisição de passagens aérea e terrestre, diárias e deslocamento de viagens, mediante contratação diretamente com as companhias aéreas.

Nesse sentido, foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Estado do Paraná, que disponibilizou, em julho de 2008, o sistema de informação corporativo utilizado para acompanhamento e controle dos gastos com viagem, bem como toda a sistemática de gestão do negócio.

Considerando que a base de testes do Sistema de Gestão de Viagem – SGV ainda não foi implantada, e visando suprir as necessidades, foram executados, paralelamente, testes em outro aplicativo: o Sistema de Passagens Aéreas e Diárias do Estado do Espírito Santo – Sipad, já disponível para implantação, com a ressalva de que o procedimento de aquisição de passagem continuará sendo descentralizado. Em 2008, as novas licitações utilizaram a sistemática do maior desconto ofertado pelas agências de viagem.

No início do ano de 2009, está prevista a implantação do projeto-piloto da Central de Viagem, em cinco secretarias: SAEB, SEFAZ, SEINFRA, SETRE e Secretaria do Turismo – SETUR. As aquisições serão realizadas mediante cartão de pagamento, sem a intermediação das agências de viagem. Após a implantação do sistema, o Governo do Estado terá como benefícios: a consolidação e detalhamento das informações de viagem, racionalização no processo e efetividade na gestão das despesas com proposta de redução de 20%, em relação à despesa realizada no exercício de 2006.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Considerando a necessidade de um acompanhamento mais eficaz dos contratos de serviços terceirizados firmados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, já foi dado início à capacitação de 200 gestores e 900 fiscais de contrato.

O público-alvo é aquele que decide sobre a gestão do negócio, a exemplo de: avaliação das prorrogações contratuais, aplicabilidade de penalidades, reajustes e repactuações de preço, e os profissionais que atuam gerando informações para o gestor, como: realização de medições dos serviços, verificação do correto cálculo e recolhimento das parcelas trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

Essa medida proporcionará ao Estado ganho de produtividade, modernização dos procedimentos, desoneração das compras governamentais e geração de benefícios para a Sociedade.

FROTA DE VEÍCULOS

Abastecimento de Frota de Veículos do Estado da Bahia – A necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento e o controle dos gastos com combustível da frota de veículos no interior do Estado da Bahia motivou o Governo a ampliar o modelo de contratação centralizada de serviço de abastecimento, atualmente já consolidado na Capital.

Em 2008, a despesa com combustível no interior apresentou um incremento de 22%, em comparação a 2007. Com o objetivo de ampliar a concorrência, e atender 70% dos 2,9 mil veículos localizados no interior, foi realizada uma licitação, com a expectativa de redução nos gastos na ordem de R\$ 2,8 milhões, no primeiro ano de funcionamento.

Na Região Metropolitana de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro, onde se utiliza a tecnologia de Controle Total de Frota – CTF, houve um aumento de 7,0% no consumo de combustíveis em relação a 2007, como pode ser observado, na Tabela 18.

Manutenção de Veículos – Considerando a necessidade de padronizar a contratação dos serviços de manutenção, e disponibilizar para a Administração uma ferramenta que permita o acompanhamento dos serviços de manutenção dos veículos oficiais, além de preços referenciais das peças e dos tempos padrão de execução desses serviços, encontra-se em andamento a elaboração de edital padrão, como também, a implantação do Sistema de Manutenção de Frota – SMV.

O SMV é um aplicativo *web*, desenvolvido para auxiliar o gerenciamento da manutenção da frota de veículos automotores e outros meios de transporte do Estado através da participação dos órgãos e oficinas contratadas. Permite o cadastro e pesquisa das solicitações de manutenção (histórico dos veículos), bem como o acompanhamento do trâmite até a finalização do serviço.

O sistema foi implantado como projeto-piloto na SAEB, Secretaria da Fazenda – SEFAZ e Procuradoria Geral do Estado – PGE. Em 2009, será expandido para outras secretarias que possuem as principais frotas do Governo.

Plano de Renovação da Frota – Com o objetivo de eliminar o desperdício e a ociosidade, assim como melhorar o desempenho dos veículos e, consequentemente, aumentar a confiança dos usuários da frota, foi elaborado, em 2008, o Plano de Renovação da Frota de Veículos do Executivo. Esse plano tem como escopo a vida útil do veículo, associada à sua utilização, finalidade e ao planejamento orçamentário. Neste sentido, foram introduzidos controles voltados

Tabela 18

ABASTECIMENTO DA FROTA BAHIA, 2007/2008

COMBUSTÍVEL	2007		2008		DIFERENÇA (%) 2007/2008
	MÉDIA DE VEÍCULOS ABASTECIDOS/MÊS	VALOR	MÉDIA DE VEÍCULOS ABASTECIDOS/MÊS	VALOR	
Álcool	2.314	819.849	2.441	1.670.462	103,8
Diesel		3.360.438		3.388.574	0,8
Gasolina		12.640.681		12.945.857	2,4
TOTAL		16.820.968		18.004.893	7,0

Fonte: SAEB/SSA/CTF

OBS: Área de cobertura: Região Metropolitana de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro.

para evitar o envelhecimento da frota, evitando, com isso, descon-tinuidade dos serviços oferecidos ao cidadão.

Compra Centralizada de Veículos – Em junho de 2008, foi disponibilizado Plano de Compra Centralizada de Veículos, destinado à aquisição de veículos voltados para as atividades de Re-presentação, Administrativa, de Carga e de Fiscalização. O plano busca padronizar os procedimentos, obter economia em escala, eliminar esforços duplicados, reduzir os custos operacionais e melhorar os níveis de eficácia nas compras públicas. Como resul-tado, com base no valor referencial do Simpas, foi gerada uma economia de R\$ 1,5 milhão na aquisição de 186 veículos, para 21 unidades.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

O Governo da Bahia, preocupado com o desenvolvimento susten-tável, elegeu entre os seus macroobjetivos o crescimento econômico, o crescimento dos pequenos empreendimentos, a gera-ção de emprego e distribuição de renda e a distribuição socioterritorial. Nesse contexto, surge a proposta do Programa de Compras Governamentais, baseado na premissa de que a articulação do poder de compra do Estado pode contribuir com o desenvolvimento so-cioeconômico, se dirigida de forma estruturada, em benefício das organizações e empreendimentos do próprio Estado.

A proposta é atuar mais estrategicamente, de forma a identificar o perfil qualitativo do fornecedor, assim como atrair fornecedores po-tencialmente aptos a atender exigências de qualificação pré-esta-belecidas, de acordo com o ramo de atividade empresarial e peculiaridades regionais, com ênfase para micro e pequenas empre-sas do Estado da Bahia.

Em 2008, foram desenvolvidas ações como: simplificação do processo de inclusão no Cadastro Unificado de Fornecedores; im-plantar o novo modelo do Serviço de Atendimento ao Fornece-dor em dois postos SAF; Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Geral nº 123/06, a ser submetido à Assembléia Legislativa; Contratação de 50 portadores de deficiência física, através da Associação Baiana de Deficientes Físicos – Abadef, para atendimento nos postos SACs e SAFs.

Foram realizados encontros com fornecedores no interior do Estado, em parceria com a Secretaria de Educação e Sebrae, visando à ampliação do cadastro com fornecedores locais e, também, na

preparação para participação do registro de preço de merenda escolar. Os eventos contaram com a participação de 350 repre-sentantes de empresas locais, dos municípios de Juazeiro, Jacobina, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Ribeira do Pombal, Serrinha e Itaberaba.

Em setembro foi realizado, em Salvador, o Encontro com Fornece-dores, que contou com a participação de 400 fornecedores e poten-ciais fornecedores do Estado. O evento, em parceria com o Sebrae, Fieb, CDL e Banco do Brasil, visou apresentar ao empresariado local os mecanismos de compras governamentais, buscando ampliar e qualificar sua participação nesse processo.

Com estas ações, obtêm-se agilidade no processo de inclusão e atualização cadastral para os fornecedores, melhoria da qualidade das contratações, desenvolvimento sustentável regional, contribuição para fomento da implantação e ampliação de pequenos empreendi-mentos, mercados regionais, com foco para a otimização dos gas-tos públicos com aquisição de bens e serviços.

FORNECEDORES DO ESTADO

No intuito de evitar que o fornecedor tenha seu certificado cance-lado, criou-se um acompanhamento individual de cada empresa, mantendo um número de fornecedores satisfatório para atender às necessidades da Administração. A partir de junho, foi introduzida a rotina de aviso diretamente aos fornecedores, com prazo de ante-cedência de 60 dias, sobre a data do vencimento do seu registro cadastral, a fim de evitar interrupção na sua participação em cer-tames. Em 2008, foram efetuadas 1.651 novas inscrições e 1.451 renovações, totalizando 4.038 fornecedores em condições de fornecer bens e serviços.

RECOLHIMENTO E LEILÃO DE BENS DESATIVADOS

Esta atividade de caráter continuado, também abrange veículos apreendidos e embarcações. Tem como objetivo a desocupação dos imóveis públicos que são utilizados indevidamente como depósitos de bens em desuso. Em 2008, foram ampliados os pontos de rece-bimento de bens desativados no interior, incluindo os batalhões da PM de Porto Seguro e Euclides da Cunha, totalizando, em dez bases de recebimento, além do almoxarifado central. Como pode ser ob-servado nos Gráficos 19 e 20, em 2008, com a realização de três leilões de bens móveis pertencentes ao Estado, foram arrecadados R\$ 3,9 milhões, o maior montante, desde 2003.

REGISTRO DE PREÇOS

Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de materiais e prestação de serviços, que tenham consumo relevante e freqüente, onde são selecionadas as propostas mais vantajosas para futura e eventual contratação pela Administração. As principais vantagens dessa sistemática de compra são: redução de custos processuais com publicação, otimização e agilidade na contratação, transparência, flexibilidade no planejamento, contratação de serviços a preço médio de mercado e redução de custos com armazenamento e distribuição de bens.

O Registro de Preços do Estado iniciou o exercício de 2008 com 485 itens ativos de materiais. Atualmente, contempla 1.253 itens, o que representa um incremento de 158%, selecionados dentre aqueles que possuem maior freqüência e relevância nas compras públicas.

No que se refere aos serviços, no final de 2007, representavam 41

itens. Atualmente, são disponibilizados 256 itens ativos. O montante contratado, em 2008, através de Registro de Preços, foi de R\$ 28 milhões, representando uma economia de R\$ 11 milhões, ou seja, 28,1%, em relação ao valor referencial do banco de preços do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas.

No intuito de aperfeiçoar o gerenciamento das compras, foram intensificadas as inspeções, priorizando as aquisições realizadas via registro de preços, objetivando verificar a conformidade dos materiais recebidos; assim, realiza-se, também, o acompanhamento das contratações. Foram inspecionados 631 itens, com reprovação de 21 itens ou 3,3% do total, que foram objeto de substituição por parte dos fornecedores.

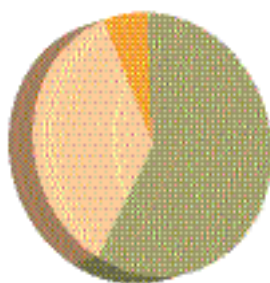
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O Governo do Estado vem realizando esforços para otimização do controle do patrimônio imobiliário, com o objetivo de aperfeiçoar o controle dos bens imóveis e promover a melhor utilização, defesa, manutenção e conservação do patrimônio público.

Vistoria – Desenvolvido em 2008, o Relatório de Vistoria Padrão foi disponibilizado para todas as unidades da Administração que detêm essa responsabilidade, a fim de orientar, padronizar e otimizar as informações necessárias e comuns a todas as vistorias. Este relatório permitirá conhecer, dentre outras, a situação de ocupação dos imóveis, identificando os ocupantes e verificando se os mesmos estão sendo utilizados conforme a destinação e o estado de conservação. A SAEB realizou 400 vistorias, objetivando a atualização dos dados cadastrais dos imóveis, bem como a sua legalização, quando necessário.

Gráfico 19

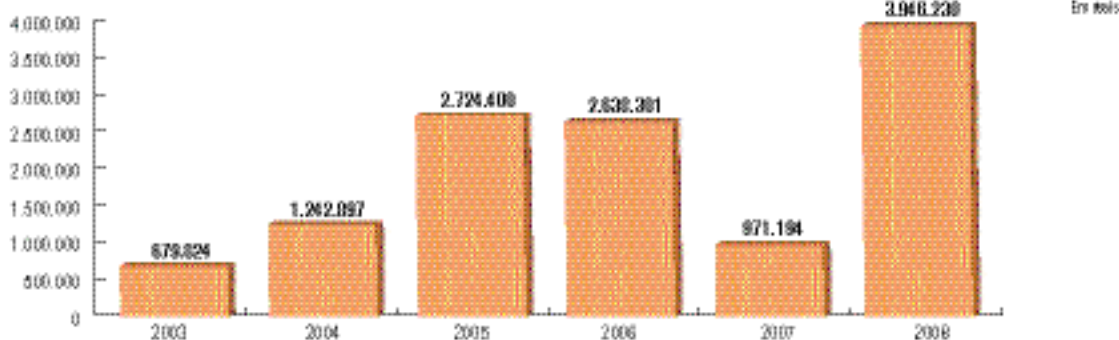
ARRECAÇÃO DOS LEILÕES – 2008 BAHIA, 2008



Fonte: SAEB/SSA

Gráfico 20

ARRECAÇÃO DOS LEILÕES BAHIA, 2003–2008



Fonte: SAEB/SSA

Alienação – Com o objetivo de administrar os bens catalogados como inservíveis, dando-lhes a destinação firmada em Lei, vem sendo realizada a avaliação, levantamento e análise dos imóveis sem utilidade prática. Em 2008, 44 imóveis estavam aptos à alienação.

Regularização Patrimonial – Objetivando a regularização do patrimônio imobiliário estadual, ensejando, quando couber, a regularização fundiária, o Governo pretende levantar a situação de ocupação e especificidades físicas e sociais de cada comunidade, viabilizando posterior tomada de decisão e elaboração de políticas públicas. Em 2008, foram realizados os serviços topográficos do Parque de Exposições, CAB, Fazenda Areia Preta (Ondina), Brotas e de um imóvel situado na BR-116. Esses serviços têm como finalidade demarcar, indubitavelmente, a área de propriedade do Estado e promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes a sua proteção.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O exercício de 2008 marcou a continuidade das ações de modernização e racionalização da máquina administrativa, na qual a SAEB desenvolveu ações com vistas à otimização de processos, modificações nas estruturas organizacionais e de cargos em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Neste sentido, e em estreita articulação com as secretarias envolvidas no processo, foram realizadas iniciativas integradas de reordenamento, que diagnosticaram e conduziram a necessidade de alterações estruturais e funcionais, descritas nos atos institucionais constitutivos/regulamentares.

Destaca-se que a reestruturação da SESAB foi concebida com o objetivo de compatibilizar a estrutura organizacional com as atuais necessidades de saúde do Estado, visando o fortalecimento das

ações governamentais e possibilitando a melhoria da execução da política pública de saúde.

SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema Estadual de Administração – SEA tem por finalidade básica a definição, planejamento, coordenação e a execução das ações de administração, nos segmentos de recursos humanos, material, patrimônio, serviços, modernização administrativa e licitação, no âmbito da Administração Pública Estadual, de forma sistêmica e integrada, através das unidades que o compõem.

A partir de amplo diagnóstico realizado, onde foram identificadas algumas fragilidades, a SAEB, órgão central do Sistema, definiu como uma das suas ações prioritárias, o redesenho dos processos de gestão, nos segmentos integrantes do SEA, configurando-se como uma possibilidade para o aperfeiçoamento dos níveis de efetividade da gestão pública do Estado, nas atividades-meio, sob sua responsabilidade.

Foram mapeados, através de oficinas, os Macroprocessos de Gestão de Recursos Humanos, Logística, Suprimentos e Patrimônio, Desenvolvimento de Lideranças e de Transparência Administrativa, Ética e Participação Social, identificando 104 processos como prioritários, bem como a definição dos postos de trabalho, oportunidades de melhorias e indicadores de desempenho.

Em 2009, será realizada a identificação de todos os processos que compõem o SEA, para análise dos fluxos atuais e das condições que os influenciam, além da identificação dos entraves e possíveis soluções para sua melhoria. Outra medida será a definição da remodelagem institucional das estruturas organizacionais que compõem o Sistema, visando alcançar a gestão integrada dos seus processos de forma ágil, transparente e segura, contribuindo para o sucesso das políticas e diretrizes traçadas.

AJUSTES ORGANIZACIONAIS

- Criação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
- Alteração da denominação, finalidade e estrutura organizacional da Secretaria do Meio Ambiente e das entidades da Administração Indireta;
- Alteração da estrutura organizacional da Secretaria da Saúde;
- Criação do Comitê dos Gestores de Tecnologias da Informação e Comunicação do Estado da Bahia, e instituição do Sistema de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação.

PROGRAMA MAIS FUTURO

Disponibilizar a formação técnico-profissional e abrir as portas do mercado de trabalho para jovens de baixa renda é o objetivo do Mais Futuro, programa de aprendizagem e capacitação, desenvolvido pela SAEB e lançado em setembro. O Mais Futuro visa disponibilizar as ferramentas necessárias para o ingresso qualificado de jovens carentes na vida profissional.

Como resultado, o programa contribui para o aumento da auto-estima do jovem baiano e promove redistribuição de renda, aumentando sua capacidade de consumo. O contrato de aprendizagem não ultrapassará dois anos e terão prioridade, jovens entre 14 e 24 anos, estudantes de escolas públicas estaduais e em situação de vulnerabilidade social, sendo que, a cada grupo de dez jovens, deverá ser inserido um aprendiz com deficiência – para o qual não há limite de idade.

Além da vivência prática no mundo do trabalho, o treinamento teórico está dividido em módulos que incluem disciplinas como: qualidade no atendimento, administração pública, informática e noções de empreendedorismo. O aprendiz terá carteira assinada e receberá uma bolsa no valor de R\$ 450, para uma carga horária de seis horas diárias de trabalho. O quantitativo máximo de aprendizes do Executivo é de até 15% do número de servidores públicos da unidade.

As diretrizes do Programa são estabelecidas pelo Decreto nº 11.139/2008, que regulamenta a contratação de jovens conforme as determinações da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e prevê assinatura de convênio entre o Estado e entidades sem fins

lucrativos. As Voluntárias Sociais realizaram, em outubro, a primeira seleção para a contratação de 150 jovens que irão trabalhar na SAC.

CONCESSÃO DE ESTÁGIO

Com o advento da Lei Federal nº 11.788/08, o Estado da Bahia publicou decreto promovendo alterações para a concessão de estágios no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

As principais mudanças incorporadas pelo novo decreto foram:

- Inclusão do estágio para estudantes do curso de educação profissional técnico de nível médio;
- celebração de termo de cooperação técnico-financeira entre órgãos e entidades especializadas em intermediação de estagiários;
- alinhamento com a legislação federal pertinente, com destaque para a inclusão do estágio no projeto político-pedagógico das instituições de ensino;
- definição quanto aos valores mínimo e máximo da bolsa estágio, ficando as autarquias e fundações obrigadas apenas a observância do limite mínimo, enquanto os valores superiores poderão ser pagos quando custeados por contribuições ou auxílios de órgãos e entidades federais ou por fundos internacionais, voltados para a execução de programas ou projetos específicos;
- parceria com a SETRE viabilizando o cadastramento dos estudantes no SineBahia ao final de estágio e seu encaminhamento a Oficinas de Orientação Profissional.

INFOVIA CAB

Este projeto é o resultado da fusão de dois outros projetos anteriores, denominados: Expansão da Infovia CAB e Ampliação da Acessibilidade da Infovia do CAB. Em função das características e dos aspectos tecnológicos comuns herdados dos dois anteriores, o propósito da unificação traz benefícios de total compatibilidade com as tecnologias atuais e futuras. Atinge, também, uma maior eficiência de operação, de gestão, de manutenção e de economia, durante e após a sua implantação. Possuindo duas frentes de ação, que foram objeto de estudos tecnológicos e de custos de implementação, este projeto é baseado no funcionamento atual e real da Infovia. A Tabela 19 apresenta o cronograma de expansão da Infovia e a Figura anexa mostra a topologia do projeto.





Infovia CAB

SISTEMA DE CORREIÇÃO

Com a finalidade de fiscalizar e controlar a atuação funcional e a conduta dos servidores, como também uniformizar os procedimentos nas apurações de irregularidades e malversação dos recursos públicos, facilitando a integração das ações de correção com as ações de fiscalização e auditoria desenvolvidas pelo Sistema de Correção do Poder Executivo Estadual, foi criada a Corregedoria Geral do Estado – CGR.

Dentre as atividades, estão a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes às atividades de

correção, no âmbito da Administração, a proposição de medidas de inibição às práticas de irregularidades, e a instauração de processos administrativos e sindicâncias.

A CGR coordenará as atividades do Sistema Correicional do Estado, que contará com uma rede formada por outras instâncias sediadas nos diversos órgãos públicos estaduais. A sua atuação acontece por meio do recebimento de denúncias e representações que são encaminhadas por cidadãos, parlamentares, membros do Ministério Público, autoridades em geral, e outros. Atua também com ofício, inclusive a partir de notícias divulgadas na imprensa, em que se apontem indícios ou provas da prática de ilícitos administrativos, civis ou penais.

O Sistema de Correção do Executivo é responsável pelas atividades de instauração e condução de procedimentos correcionais no âmbito da administração direta e indireta estadual. Integra o Sistema: a CGR, com a função de órgão central; as unidades específicas que atuam junto às Secretarias (corregedorias setoriais); e as unidades de correção nos órgãos que compõem as estruturas das Secretarias, bem como suas autarquias e fundações (instâncias correcionais).

Capacitação – Um dos principais motivos para a não averiguação da conduta dos agentes públicos que cometeram irregularidades no serviço público estadual era a inexistência de servidores capacitados para a realização desses procedimentos. Assim, foi desen-

Tabela 19

EXPANSÃO E AMPLIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DA INFOVIA DO CAB BAHIA, 2009–2011

		Em R\$ 1.000,00
ETAPAS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
A	Garantia da acessibilidade dos órgãos localizados no CAB - dar-se-á através da solução de contingência com a utilização de <i>links</i> de rádio, cujo projeto contemplará a instalação de uma estação fixa na Prodeb, cobrindo a área do CAB e instalações de rádios móveis, nas pontas remotas (órgãos instalados no CAB) fechando um enlace provisório de contingência em atendimento às eventuais interrupções dos <i>links</i> ópticos da Infovia CAB. Status Atual: Concluídos os estudos da solução Próximos Passos: Licitação desta etapa prevista para o 1º Trimestre/2009.	300
B	Instalação do <i>CORE</i> e implantação de 10 Pontos de Presença – PPPs, dos 54 Pontos previstos, utilizando 2 pares de fibras ópticas, apagadas, do projeto Remessa (Rede Metropolitana de SSA) coordenado pela RNP – Ufba. A Prodeb, adotando a tecnologia de Rede <i>MetroEthernet</i> em Gigabit, facilitará as expansões dos 54 PPPs através de conexões <i>Wi-Fi</i> , possibilitando ampliação da capilaridade de atendimentos dos órgãos públicos via Prodeb. Status Atual: Concluído os estudos da solução. Próximos Passos: Licitação desta etapa prevista para o segundo trimestre/2009.	1.500
C	Implantação de 22 Pontos de Presença. Próximos Passos: Licitação desta etapa prevista para 2010.	750
D	Implantação de 22 Pontos de Presença. Próximos Passos: Licitação desta etapa prevista para 2011.	750
TOTAL		3.300

Fonte: SAEB/Prodeb

volvido um Programa de Capacitação, que teve como objetivo oferecer conhecimentos específicos, teóricos e práticos, necessários à habilitação de servidores para participar de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, inspeção correicional, utilização de ferramenta de extração de banco de dados e conhecimentos de conduta ética no serviço público. Foram capacitados 1.945 servidores, organizando um cadastro de agentes treinados, ao qual podem recorrer os órgãos públicos, no momento da instauração desses procedimentos.

Principais resultados – Em 2008, a Corregedoria inspecionou 31.375 servidores. Desses, 2.025 foram convocados para esclarecimentos sobre local de trabalho e atividades desenvolvidas. A verificação abrangeu, 349 unidades administrativas nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista e Alagoinhas. Como resultado, foram exonerados 48 servidores, abertos 22 processos administrativos disciplinares e recomendação para abertura de mais 150 relacionados a servidores atuantes na área de saúde e de educação, onde se constatou, também, 601 casos de multiplicidade de vínculos, inclusive com outros Estados brasileiros. Também é importante ressaltar que já foram efetivadas 2.237 regularizações do quadro de pessoal, após as recomendações da CGR.

Atuando na atividade de validação do quadro de pessoal, a CGR convocou, através do Diário Oficial do Estado – DOE, os servidores que não foram validados nos locais de trabalho de origem, além daqueles que não efetuaram o recadastramento de seus dados junto ao Sistema Integrado de Recursos Humanos – SIRH. Em 2008, 562 servidores dos 1.945 convocados, não responderam a convocação, acarretando a suspensão preventiva dos vencimentos. A economia obtida com os atos de exoneração atingiu o montante de R\$ 1,7 milhão, e estima-se que até o final

da apuração das irregularidades poderá atingir a cifra de R\$ 5,7 milhões, caso fique configurada a ausência continuada desses servidores.

Simultaneamente, a Corregedoria vem atuando de forma preventiva na elaboração do Código de Ética para o Servidor Público Estadual, como um instrumento de melhoria para a conduta disciplinar e aperfeiçoamento dos serviços prestados à Sociedade. O código vem sendo elaborado a partir de estudos de atos normativos de outras unidades federativas e, principalmente, a partir da realização de eventos e capacitação, de caráter participativo, abordando a temática Ética e o Serviço Público.

A CGR já iniciou a elaboração do planejamento estratégico consolidado do Sistema Correicional Estadual. Resultante do processo de planejamento de todas as instâncias correicionais do Estado, o sistema apresentará macro-objetivos, objetivos estratégicos, metas e ações para o período 2009–2010, que nortearão os planos táticos e operacionais das diversas corregedorias estaduais. Ressalta-se, que a construção participativa deste processo é a primeira experiência de comprometimento conjunto. Neste sentido, vislumbra oferecer maior organicidade e sinergia entre as ações das corregedorias do Estado, mantendo-se, contudo, a independência de implementação e de atuação das áreas envolvidas.

PARQUE PREDIAL ADMINISTRATIVO – CAB

O Projeto de Fortalecimento Institucional, aliado à adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GeSPública e ao Plano Diretor de Gestão – PDG tem evidenciado a preocupação do órgão com a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

INSPEÇÕES ESPECIAIS

- Operação Dois de Julho – realizada em dez unidades hospitalares na cidade de Salvador, abrangendo um universo de 1.052 profissionais, constatando a ausência de 151 servidores nos seus locais de trabalho no dia 2 de julho de 2008.
- Operação Planserv – objetiva a verificação da regularidade dos beneficiários, dependentes e agregados; iniciada em novembro, já inspecionou 418 prontuários.
- Operação Junta Médica – verificação e monitoramento da regularidade e prazos das licenças e aposentadorias concedidas. Foram inspecionados 3.024 licenças médicas, identificando 169 casos com fragilidade de instrução processual.

Com uma postura inovadora, o Estado investiu, em 2008, R\$ 14 milhões no beneficiamento do seu parque administrativo, apresentando a seguinte caracterização resumida de investimentos, conforme Tabela 20.

Dentre as obras programadas, foram iniciadas em 2008: adaptação de unidades da Bahiapescas; recuperação da rede de energia elétrica na sede da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH; adaptação da sede da PGE; ampliação da sede do Instituto do Meio Ambiente – IMA; recuperação da sede da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; construção da sede da Coordenação de Apoio ao CAB; recuperação da sede da Secretaria da Educação – SEC, Plataforma II; construção de anexo na sede da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA; recuperação de unidades da SAEB; construção de anexo na sede da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab; adaptação da sede da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM; e, recuperação da rede elétrica das edificações do CAB.

O projeto de atualização do Plano Diretor do CAB, também previsto, foi intensamente discutido durante o ano e passou a ser denominado Plano Estratégico do CAB. Envolverá o direcionamento urbanístico da área e o sistema administrativo a ser adotado,

vislumbrando a modernização, a conservação e a segurança do Centro Administrativo. Encontra-se, no momento, em contratação por Dispensa de Licitação a elaboração do Termo de Referência para a Licitação.

TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA

GOVERNADORIA

SITE OFICIAL DO GOVERNADOR DA BAHIA

O *site* Oficial do Governador do Estado é um instrumento democrático e de participação popular, com informações sobre o Governador e seu Gabinete, além de informações do Governo da Bahia, inclusive com uma Galeria Histórica de ex-governadores e um resumo da História da Bahia. O *site* disponibiliza as informações em português, inglês e espanhol. Além disso, é um meio direto de comunicação entre o cidadão e o Governador, facilitando o encaminhamento de pleitos, sugestões, críticas e elogios.

Toda comunicação realizada por meio do *site* é respondida ou encaminhada para alguma secretaria ou órgão para que as providências cabíveis sejam tomadas.

Tabela 20

RECURSOS APLICADOS POR SECRETARIA BAHIA, 2008

SECRETARIAS/TIPOS DE BENEFICIAMENTO						Em R\$ 1.000,00
	C	A	R/R	R	P/ST	RECURSOS APLICADOS
SEMA					90	90
SEAGRI				39	75	0
SETUR				34		34
MINISTÉRIO PÚBLICO					336	336
SECULT				9		9
SJCDH				4	18	22
SEDES				17		17
SEC				34		34
PGE			352			352
SEINFRA			248	327	53	628
SEPLAN			38	48		86
SICM		184			17	201
DPE			242	59	95	396
CASA CIVIL				39		39
SAEB	602		665	1.451	705	3.423
SESAB			403			403
SEDUR/Sucab (Obras em edifícios públicos/recuperação de edifícios públicos)	325		932	543	6.117	7.917
TOTAL	927	184	2.880	2.604	7.506	14.101

Fonte: SEDUR/Sucab/Secretarias

Legenda: C = CONSTRUÇÃO - A = AMPLIAÇÃO - R/R = RECUPERAÇÃO OU REFORMA - R = REPARAÇÃO - P/ST = PROJETO OU SERV. TÉCNICO

ACESSOS AO SITE OFICIAL DO GOVERNADOR

Em 2008, o *site* oficial do Governador recebeu a visita de 47.795 pessoas distintas. A contabilização destes acessos exclui os visitantes repetidos em cada mês. O Gráfico 21, detalha o número de visitantes que mensalmente acessa o *site* oficial.

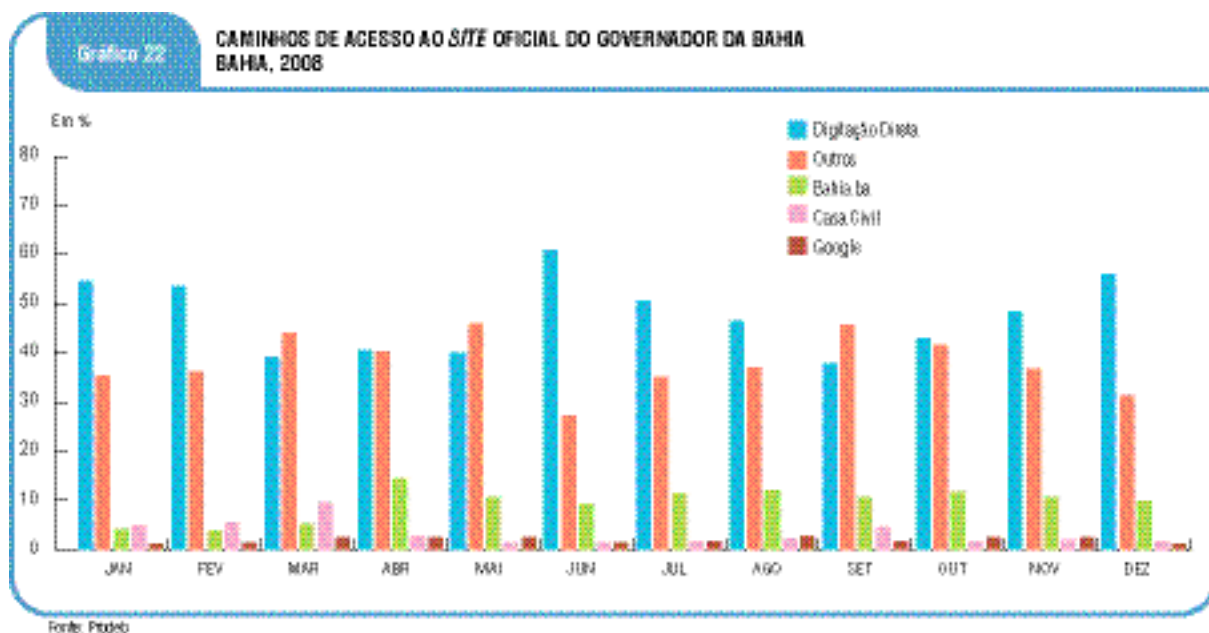
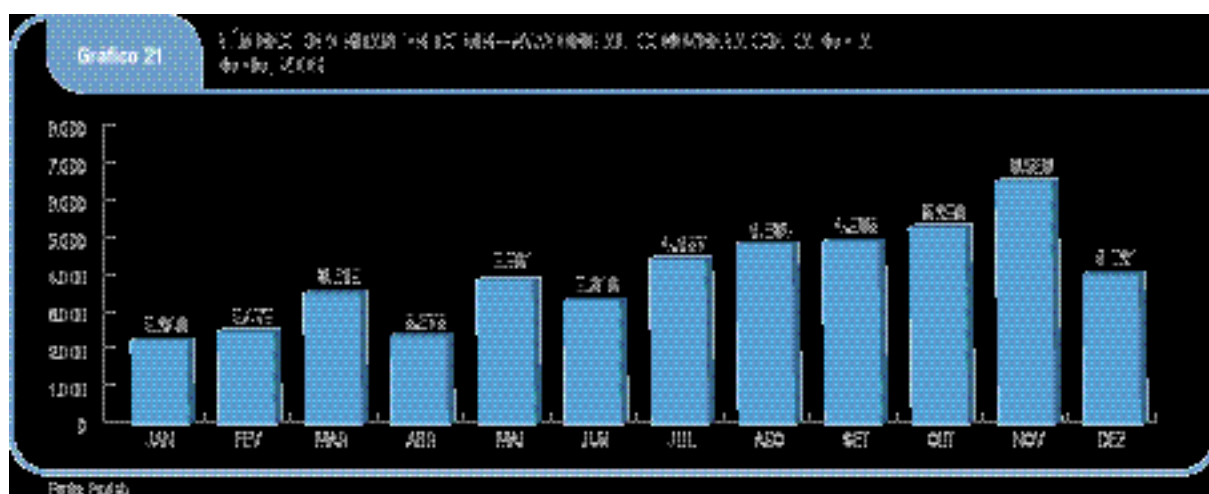
Neste mesmo ano de 2008, os acessos ao *site* oficial do Governador se deram a partir de distintos caminhos. A maioria das pessoas, em média, cerca de 50% a cada mês, acessa o *site* digitando o endereço em seus programas de navegação de internet. Outro meio de acesso mais comum, é através de *sites* diversos que redirecionam para a página do Governador. O portal oficial do Governo da Bahia é respon-

sável por, em média, 11% dos acessos, seguido pelo *site* da Casa Civil e o buscador Google, conforme demonstrado no Gráfico 22.

OUVIDORIA

A Bahia de Todos Nós se constrói com a opinião de todos. Por isso, o Governo da Bahia vem modernizando a Ouvidoria Geral do Estado – OGE para efetivar e aperfeiçoar o diálogo com os cidadãos baianos.

A Ouvidoria Geral é um canal aberto entre o cidadão e o Governo. A sua finalidade é receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, denúncias e elogios dos cidadãos referentes aos serviços



públicos estaduais, de forma humanizada e eficiente. A Ouvidoria atua nos indicadores dos serviços prestados pelo Estado, com isenção e transparência, além de ser um instrumento essencial para a gestão pública.

Na Bahia, o serviço de ouvidoria funciona em rede. São 86 ouvidorias especializadas vinculadas a cada secretaria/órgão do Governo, coordenadas tecnicamente pela OGE.

Além disso, a Bahia possui a única Rede de Ouvidorias Públicas do país, que interligará as Ouvidorias dos três poderes públicos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), facilitando o acesso do cidadão ao Governo do Estado, aumentando a resolubilidade das manifestações e potencializando a atuação das ouvidorias.

INTERIORIZAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL

Com o objetivo de tornar a nova administração pública cada vez mais participativa e democrática, a OGE firmou uma série de parcerias visando ampliar o diálogo com o cidadão, sobre os serviços públicos prestados.

SAC Móvel – A parceria, firmada em fevereiro de 2007, entre a Ouvidoria Geral do Estado e o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, da Secretaria de Administração – SAEB, facilitou o acesso, principalmente do cidadão do interior da Bahia, à OGE.

A OGE ocupa lugar de destaque no ranking dos serviços do SAC Móvel, contabilizando 42.630 atendimentos, em visitas a 352 municípios baianos, de fevereiro de 2007 a dezembro de 2008. Além de receber denúncias, elogios, reclamações, solicitações, informações e sugestões sobre os serviços públicos prestados pelo Governo do Estado, o SAC Móvel oferece também serviços de emissão de

certidão de nascimento, carteira de identidade, recadastramento de pensionistas do Estado e antecedentes criminais.

Para dar suporte às necessidades do cidadão, a coordenação de atendimento da OGE disponibiliza dois atendentes, um em cada roteiro do SAC Móvel, aumentando a capacidade de recepção das demandas nas localidades visitadas.

Centros Digitais de Cidadania – CDCs – Interiorizou a Ouvidoria e ampliou o acesso do cidadão aos serviços públicos, fortalecendo a democracia e a participação popular na administração pública. Os CDCs estão instalados em 327 municípios baianos e em cada uma das suas cidades sedes a OGE está presente, através do projeto "Agentes Multiplicadores dos Serviços de Ouvidoria do Estado", uma parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e a Universidade do Estado da Bahia – Uneb. O "Agentes Multiplicadores dos Serviços de Ouvidoria do Estado" tem como objetivo capacitar os articuladores sociais e gestores que trabalham nos Centros Digitais de Cidadania – CDCs para orientarem a população sobre o serviço de ouvidoria. No total, foram capacitados 450 monitores para atuarem nos CDCs em todo o Estado da Bahia.

Parceria com Prefeituras, Câmaras de Vereadores e outros Órgãos – Para dinamizar o atendimento ao cidadão, a OGE tem firmado parcerias com prefeituras e câmaras de vereadores nos municípios



Em parceria com o SAC Móvel, a OGE levou a Ouvidoria ao interior do Estado

Roberto Viana/Agcom



Centro Digital de Cidadania

Ascom/SAEB



Agentes Multiplicadores dos Serviços de Ouvidoria do Estado, atuam em CDCs

Roberto Mendes/Agcom

onde o Sistema de Ouvidoria e de Gestão Pública – TAG é disponibilizado gratuitamente para as instituições públicas, mediante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.

Desta forma, o TAG deixa de ser exclusivo da Ouvidoria Geral, e torna-se uma ferramenta para gestão dos poderes públicos, possibilitando aos gestores públicos terem conhecimento dos problemas e queixas da população. Já assinaram o Termo de Cooperação Técnica com a OGE, as prefeituras de Vitória da Conquista, Camaçari, Alagoinhas, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso e Ouriçangas; as câmaras de vereadores de Camaçari, Brumado e Vitória da Conquista e as secretarias municipais de Saúde de Dias D'Ávila e Juazeiro.

Além dessas, a Ouvidoria Geral do Estado e o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, tem compartilhado experiências com outros estados, prefeituras, órgãos estaduais e federais. Entre os governos estaduais, estão: Alagoas e Minas Gerais; com prefeitura de outros estados: Belo Horizonte (MG); com órgãos estaduais e federais: Tribunal de Justiça da Bahia, Tribunal de Contas do Estado (BA), Ministério Público (BA), Assembléia Legislativa da Bahia e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea.

A OGE, além dos parceiros citados, foi contactada pelos seguintes estados: Piauí; Sergipe; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Goiás e Mato Grosso; com Prefeituras de outros Estados: Petrolina (PE); Santarém (PA) e Ouro Preto (MG); estando em fase de análise para a implantação do sistema TAG.

REDE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS DA BAHIA

Oficializada em 4 de junho de 2008, durante o I Fórum de Ouvidorias Públicas do Estado da Bahia, a Rede de Ouvidorias Públicas da Bahia traduz a nova filosofia do atual momento político que vive a Bahia, priorizando o respeito ao cidadão, a transparência e a democratização do Estado, assim como a relação democrática e independente de todas as esferas públicas.

A Rede de Ouvidorias interliga as ouvidorias dos três poderes públicos do Estado, facilitando o acesso do cidadão às esferas públicas, aumentando a resolubilidade das manifestações e potencializando a atuação das Ouvidorias.

A iniciativa é pioneira no Brasil e referência no que tange à implementação e funcionamento de Ouvidoria em todo território nacional, sendo a única Rede de Ouvidorias existente no país.

A Rede de Ouvidorias Públicas da Bahia representa um grande avanço na forma de atuação das ouvidorias públicas da Bahia e no Brasil. Com a sua criação, a OGE e suas 86 ouvidorias especializadas, além das ouvidorias do Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, da Assembléia Legislativa, de oito prefeituras, de três câmaras de vereadores e duas secretarias municipais, atuam em rede. Desse modo, a partir do contato com qualquer uma das ouvidorias, a manifestação poderá ser encaminhada para qualquer um dos poderes públicos baianos.



Rede de Ouvidorias Públicas da Bahia é a única do Brasil

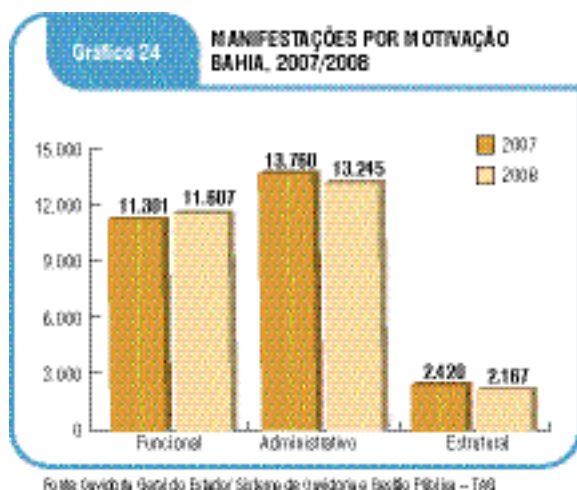
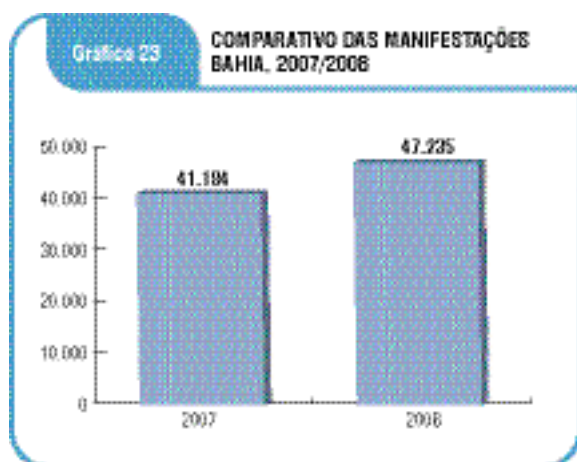
Ascom/OGE

Tal iniciativa reforça a relação democrática e independente dos poderes, tanto na esfera estadual quanto municipal, assim como estabelece a cooperação mútua visando sempre o melhor atendimento ao cidadão baiano.

OUVIDORIA EM NÚMEROS

Manifestações Registradas

A análise comparativa dos anos de 2007 e 2008 evidencia o aumento do diálogo entre a Ouvidoria Geral do Estado da Bahia e o cidadão. A OGE firmou uma série de parcerias que potencializou o diálogo com a Sociedade em relação à avaliação da qualidade dos serviços públicos estaduais prestados ao cidadão. Dentre elas, a interiorização do serviço de Ouvidoria foi a mais importante. Em 2007, foram contabilizadas 41.184 e em 2008, um total de 47.235 manifestações, conforme demonstrado no Gráfico 23.



No que se refere à motivação dos registros das manifestações pelos cidadãos, constatou-se a maior incidência de assuntos relacionados à área administrativa, conforme pode ser visualizado no Gráfico 24.

Quanto à situação das manifestações, que indicam a sua tramitação (em andamento ou encerrada) observa-se o aumento da agilidade na resposta e finalização das demandas dos cidadãos, conforme Gráfico 25. Neste gráfico, também estão computadas manifestações que iniciaram em um determinado ano anterior a 2007, mas que foram encerradas no ano de 2007 ou 2008, sendo contabilizadas no ano de encerramento, o que justifica a soma total das manifestações encerradas, presentes no gráfico, ser superior ao número total de manifestações recebidas no período dos dois últimos anos juntos.

MEIO DE CONTATO

As manifestações oriundas da internet e pelo telefone representaram os meios de contato com maior índice de utilização, no ano de 2008, sendo 65,3% e 17,3%, respectivamente. A articulação com as secretarias estaduais e órgãos/entidades parceiras ampliaram o uso da internet, uma vez que banners foram incluídos nas home pages da rede governamental e organizações parceiras. Outro fator que potencializou a internet como canal de comunicação com o cidadão foi o Projeto Agentes Multiplicadores dos Serviços de Ouvidoria do Estado. No total, foram capacitados 450 monitores para atuarem em todo o Estado.

O crescimento nos registros oriundos por telefone, passando de terceiro para o segundo lugar, é resultante da divulgação do número do Centro de Atendimento da Ouvidoria Geral (0800-284-0011), junto às Ouvidorias especializadas, através do material de propaganda.



Cabe ressaltar que o 0800 foi incluso na divulgação pelas novas ouvidorias das prefeituras e câmaras de vereadores, que integraram a Rede de Ouvidorias Públicas da Bahia.

Já o atendimento presencial – que figura na terceira posição, após a parceria com o SAC nas unidades móveis, a participação da Ouvidoria Geral em datas comemorativa, como carnaval e micaretas – aproximou a OGE dos cidadãos, oferecendo a oportunidade do esclarecimento de dúvidas sobre os serviços públicos prestados pelo Estado. Em parceria com o SAC Móvel, a OGE visitou 174 municípios, no ano de 2008.

O Gráfico 26 apresenta o comparativo das manifestações por meio de contato, entre 2007 e 2008.

As manifestações classificadas como mídia representam os assuntos abordados pelos meios de comunicação audiovisual no Estado da Bahia.

TIPOLOGIA

No que tange à tipologia das manifestações recebidas em 2008, 41,4% dos casos dizem respeito à Reclamação. A reclamação é identificada quando um serviço prestado não está condizente com a maneira ideal e é um registro essencial para solucionar determinadas inadequações ou irregularidades apontadas pelo cidadão.

As manifestações classificadas como **Informação** registraram 22,1% e são definidas como um pedido de orientação, pelo cidadão, sobre os serviços prestados pela administração pública.

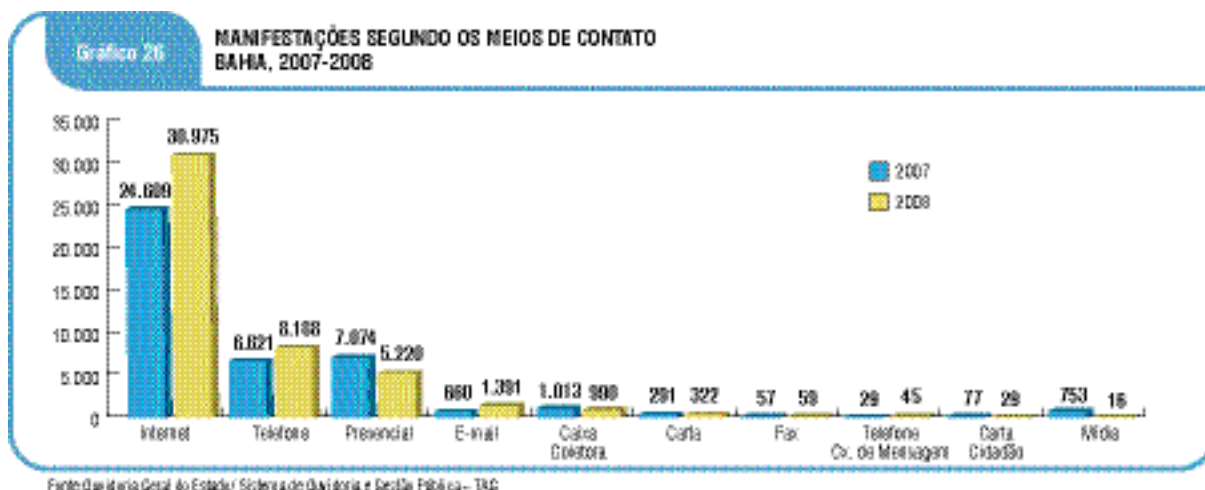
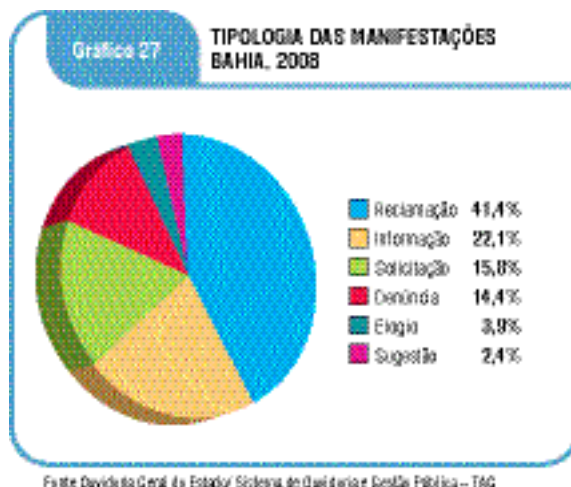
A tipologia **Solicitação** carrega sempre um anseio a ser solucionado e/ou requerimento do cidadão, e obteve 16,1% dos registros, das manifestações recebidas.

As **Denúncias**, com 14,4% do total, atingiram a marca de 6.789 registros. Eles expressam acusações contra os preceitos legais, o descumprimento de normas e princípios éticos estabelecidos pela administração pública.

Os **Elogios**, que expressam o reconhecimento e a satisfação pelo atendimento ou serviço prestado pelo Estado, alcançaram 4,9% do total.

Propostas de Melhorias dos Serviços Públicos Estaduais, que equivalem ao quesito **Sugestão**, contabilizaram 1.156 manifestações, 2,5% do total dos registros. Para melhor visualização do item Tipologia, foi construído o Gráfico 27.

A comparação entre 2007 e 2008 revela um comportamento semelhante na tipologia das manifestações. Reclamação, Informação,



Solicitação e Denúncia predominaram no período analisado, como pode ser avaliado no Gráfico 28.

Em relação à **Resolubilidade** por tipologia, foram destacados, para efeito de comparação, o total de registros realizados e de registros encerrados e, em percentual, o grau de resolubilidade entre os dois momentos, como pode ser observado no Gráfico 29.

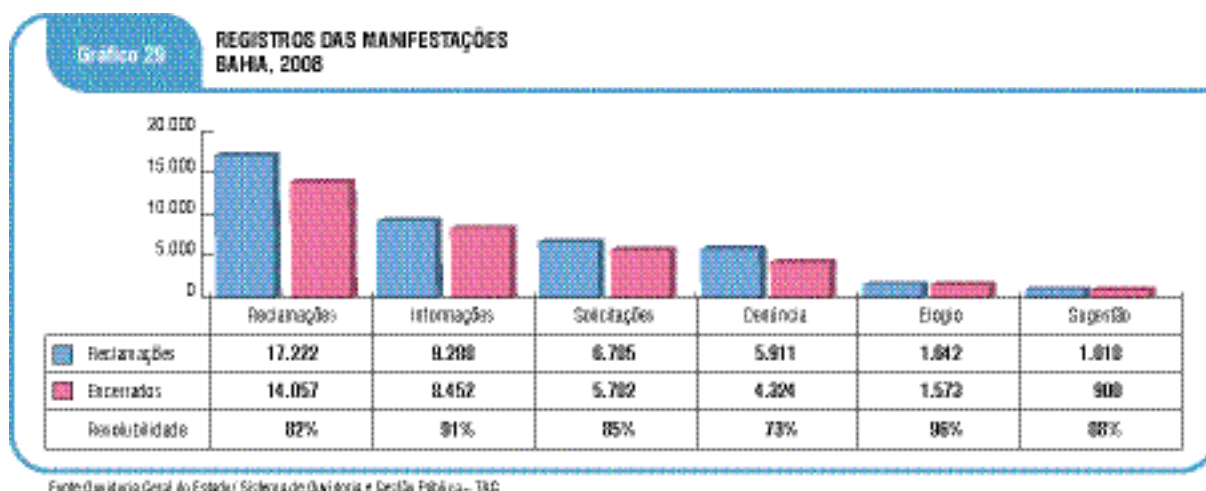
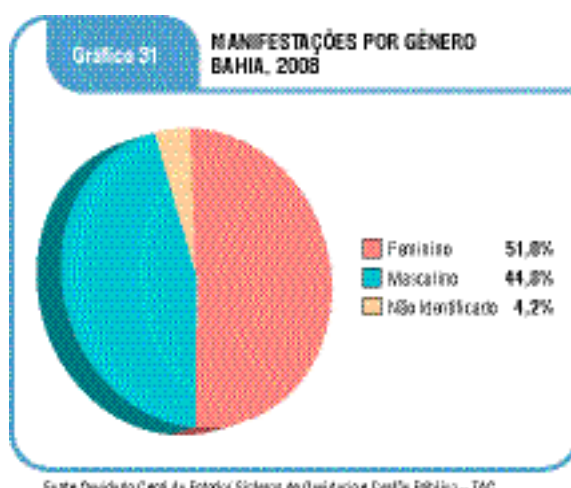
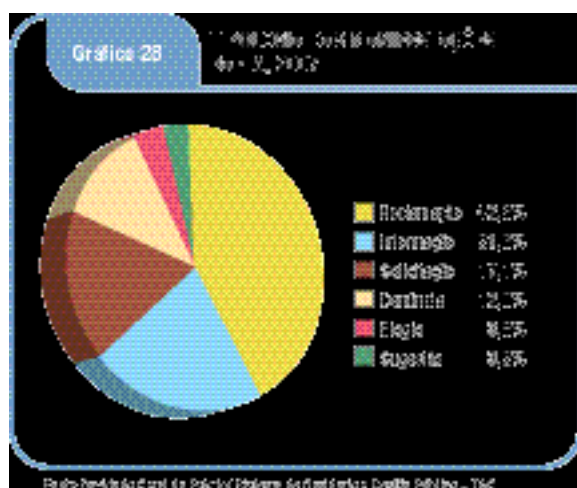
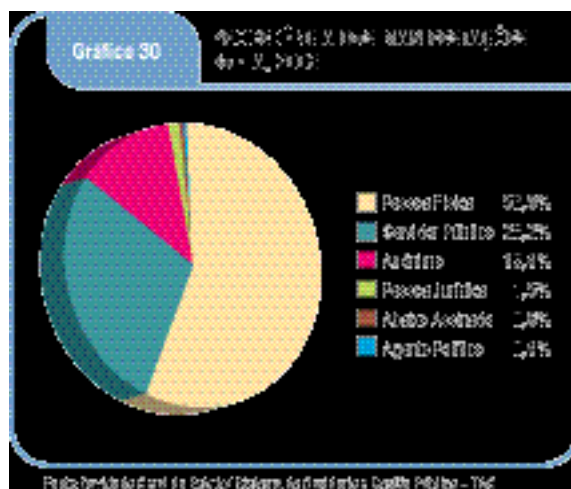
PROCEDÊNCIA

A participação do cidadão é ratificada quando analisada a procedência dos registros. No período em análise, a pessoa física lidera a quantidade referente à origem das manifestações, conforme demonstrado no Gráfico 30.

Cabe destacar que a questão do **Anonimato**, que figura em terceiro lugar no *ranking* da procedência, aponta para a confiança e credibilidade dos poderes públicos em apurá-los. Em 2007, contabilizou 10,2% dos registros. No presente ano, este dado contabiliza 5.847 registros, o que

representa 12,4% do valor total das manifestações. Os registros Anônimos geralmente dizem respeito às Reclamações e/ou Denúncias.

Por fim, as manifestações classificadas por Gênero, em 2008, apresentaram os seguintes dados, conforme consta no Gráfico 31.



OUVIDORIAS MAIS DEMANDADAS

As Ouvidorias mais demandadas são as responsáveis pelos assuntos mais frequentes nos registros da OGE. Em 2008, a Ouvidoria da Secretaria da Educação – SEC foi a mais acionada, seguida pelas Ouvidorias da Secretaria da Administração – SAEB e Secretaria de Segurança Pública – SSP. O Gráfico 32 detalha os registros feitos nas diversas Secretarias do Estado.

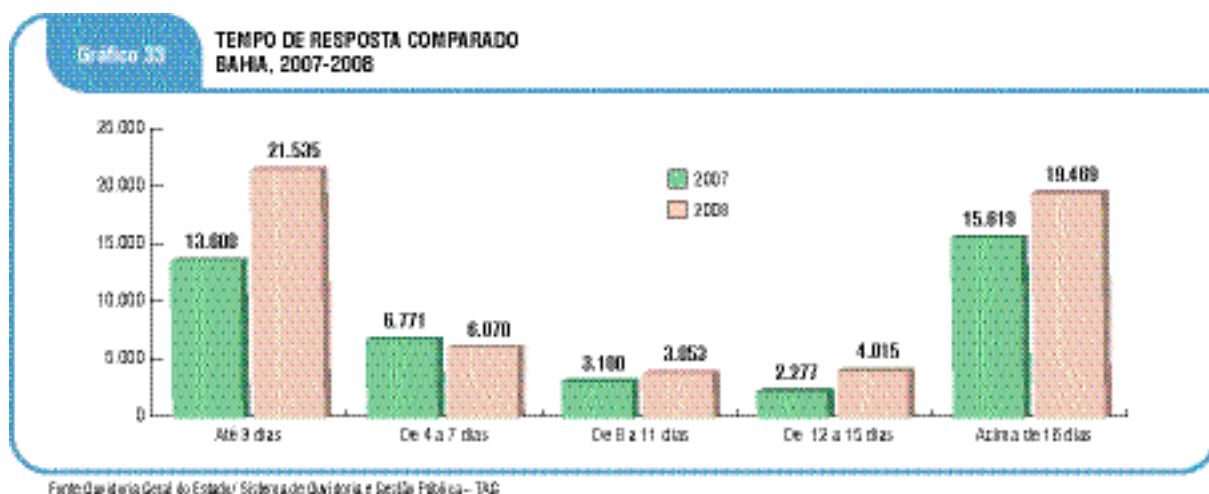
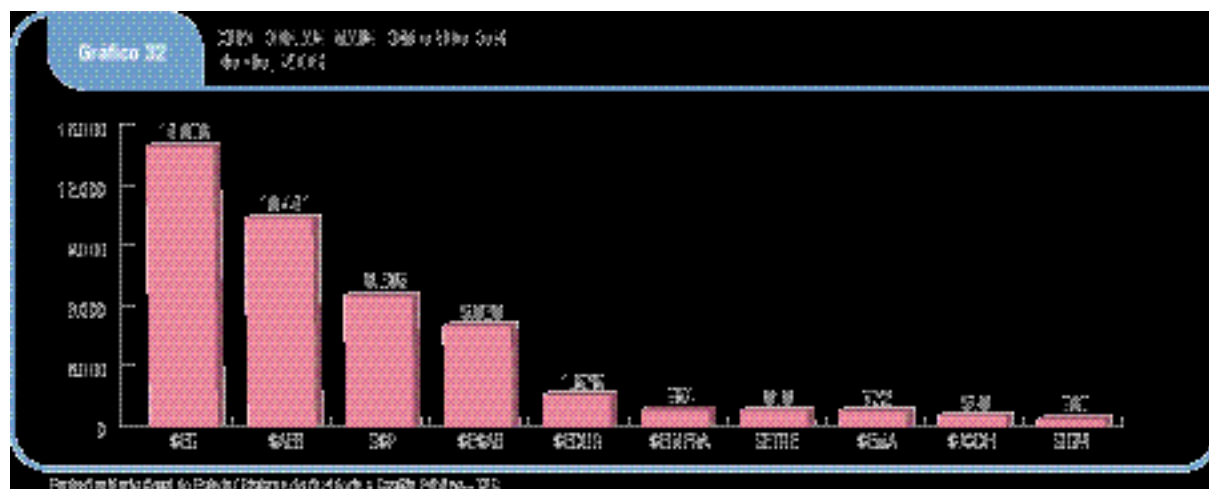
RESOLUBILIDADE

A Resolubilidade é aferida pela quantidade de manifestações finalizadas dentre as recebidas pela OGE. O índice de resolubilidade indica o grau de eficácia da atuação das Ouvidorias. O resultado é obtido através do comparativo entre os registros realizados e finalizados, derivando, desta equação, o percentual de resolubilidade.

Em 2008, a Ouvidoria Geral recebeu 47.235 registros, em uma média mensal de 3.936 manifestações. O Índice de Eficácia consolidado neste período equivale a 95%, registrando um incremento quando comparado com o ano de 2007, que apresentou um índice de 85%.

No que se refere ao tempo de resposta, o ano de 2008 apresenta a melhor eficiência no encerramento dos registros, comparativamente a 2007. O Gráfico 33 registra o tempo gasto para dar respostas às manifestações realizadas, além de poder comparar-se as situações entre 2007 e 2008.

Em 2007, 49% dos registros foram respondidos em até sete dias. O índice de eficiência teve um aumento em 2008, onde 50% das respostas foram dadas em até sete dias. As respostas que ultrapassam 16 dias estão relacionadas a procedimentos de apuração/parecer interno dos órgãos aos quais as manifestações estão relacionadas. No que tange à resolubilidade das ouvidorias mais demandadas,



constatou-se que há um grau de eficácia alto em praticamente todas as ouvidorias, conforme detalhamento explicitado no Gráfico 34.

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO

A política pública de comunicação social do Governo da Bahia tem sido orientada pela compreensão de que a divulgação e a publicização dos atos, ações, programas e serviços prestados pelas Secretarias, empresas e órgãos governamentais, fazem parte, também, da promoção de um direito: o direito à comunicação. Assim como a saúde, a educação, a habitação e o transporte, são direitos da sociedade, a comunicação social também é um requisito básico para a realização da cidadania.

Consciente da importância de promover políticas públicas de comunicação em consonância com a Sociedade Baiana, reforçando o preceito democrático de participação e inclusão social, marca da gestão atual, a Assessoria Geral de Comunicação Social do Estado – Agecom, adicionou ao âmbito das suas responsabilidades a missão de formular diretrizes que possibilitem a democratização do acesso e da produção de conteúdos. Essa iniciativa busca o fortalecimento dos laços com os veículos comerciais, públicos e comunitários, com todas as instituições e entidades públicas e privadas e, principalmente, com o povo baiano que é o destinatário principal da informação produzida pelo Governo da Bahia.

1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA

A democratização dos meios de comunicação, através da garantia do acesso à informação, produção e veiculação, é direito fundamental do ser humano e deve ser assegurado pelo Estado. Pautado nesse reconhe-

cimento, e com o intuito de garantir a participação e o diálogo social, estabelecendo uma co-responsabilidade entre o poder público e todos os segmentos da Sociedade Civil organizada, o Governo do Estado realizou a 1ª Conferência de Comunicação Social do Estado da Bahia.

Através do Decreto no 10.592, de 22 de novembro de 2007, foi instituído o GT Comunicação, composto por representações dos setores organizados em torno da temática, para definir, acompanhar e sistematizar as discussões da citada Conferência, conforme detalhamento apresentado no Quadro 15.

Quadro 15

REPRESENTAÇÃO DOS SETORES ORGANIZADOS NO GT DE COMUNICAÇÃO BAHIA, 2008

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação Brasileira de Imprensa — Seção Bahia — ABI
Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária — Abraço
Cipó - Comunicação Interativa
Central Única dos Trabalhadores — CUT
Faculdade de Comunicação — Facom/Ufba
Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social
Sindicato das Escolas Particulares da Bahia — Sinep
Sindicato dos Jornalistas da Bahia — Sinjorba
Sindicato dos Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade da Bahia — Sinterp

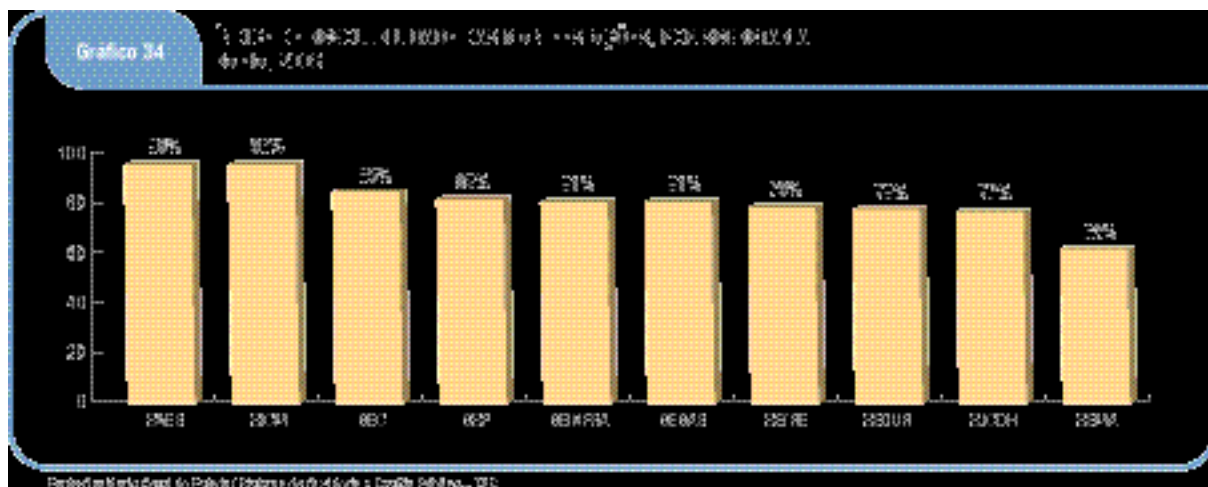
REPRESENTANTES DO GOVERNO

Empresa Gráfica da Bahia — Egba
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia — Irdeb
Universidade Estaduais : Uneb, Uefs, Uesc e Uesb
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação — SECTI
Secretaria da Educação — SEC
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte — SETRE
Secretaria da Saúde — SESAB
Secretaria de Desenvolvimento Urbano — SEDUR
Secretaria da Fazenda — SEFAZ

SECRETARIAS PARCEIRAS

Secretaria da Administração — SAEB

Fonte: Agecom



Foram realizadas oito plenárias preparatórias, envolvendo todos os Territórios de Identidade da Bahia, onde os participantes discutiram a questão da democratização da comunicação social a partir de quatro eixos temáticos: a) comunicação e desenvolvimento territorial; b) comunicação e educação; c) políticas públicas de comunicação e d) cidadania e novas tecnologias de informação e comunicação, além de eleger as propostas prioritárias e os representantes para a plenária estadual, conforme demonstrado na Tabela 21.

Para o Governo, a formulação de políticas públicas de comunicação é essencial para a formação da cidadania e o desenvolvimento local; sua ausência gera desinformação e fragiliza os laços que fortalecem as identidades e valores de cada Território de Identidade.

A 1ª Conferência Estadual de Comunicação Social da Bahia foi uma oportunidade ímpar para iniciar os debates sobre as diretrizes para as políticas públicas de comunicação como fator de inclusão social e cidadania, através da reflexão sobre os eixos temáticos de comunicação e educação, democratização dos meios técnicos, novas mídias, sistemas digitais e internet, regionalização e produção cultural, TV, rádios comunitárias, dentre outros.

A partir das discussões entre os diversos atores que participaram do evento, foram eleitas propostas que reivindicam o acesso e a democratização da comunicação em todo o Estado. Estas propostas culminaram na elaboração das resoluções, tendo como principais demandas, a formação dos profissionais e dos comunicadores comunitários e a institucionalização da Secretaria de Comunicação Social no Estado. Também propôs a necessidade da criação de uma

rede formada pelos comunicadores profissionais e comunitários para possibilitar a ampliação dos diálogos com as experiências oficiais e não-oficiais de comunicação no Estado.



Alberto Coutinho/Agcom



Aristeu Chagas/Agcom

1ª Conferência de Comunicação

Tabela 21

PLENÁRIAS PREPARATÓRIAS REALIZADAS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAHIA, 2008

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	SEDE	DATA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	REPRESENTANTES ELEITOS (*)	LOCAL
Extremo Sul	Eunápolis	07/jun	153	21	Colégio Modelo
Litoral Sul, Baixo Sul e Médio Rio de Contas	Ilhéus/Itabuna	08/jun	195	19	Uesc
Vitória da Conquista, Bacia de Paramirim, Sertão Produtivo e Itapetinga	Vitória da Conquista	14/jun	224	15	Uesb
Oeste Baiano, Bacia do Rio Corrente e Velho Chico	Barreiras	05/jul	105	15	Ufba
Irecê, Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina	Irecê	12/jul	242	15	Uneb
Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Itaparica e Semi-árido Nordeste II	Juazeiro	19/jul	124	35	Colégio Modelo
Portal do Sertão, Sisal, Bacia do Jacuipe, Piemonte do Paraguaçu, Vale do Jiquiriçá, Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	Feira de Santana	27/jul	400	42	Uesf
Metropolitano de Salvador e Recôncavo	Salvador	02/ago	662	73	Escola Parque
TOTAL			2.105	235	

Fonte: Agcom

(*) apenas titulares

PORTAL DE COMUNICAÇÃO NA INTERNET

Após a reformulação do portal da Agecom para Portal da Comunicação do Governo, realizada em agosto de 2007, os esforços foram direcionados para a melhoria da performance, do acesso ao conteúdo e da navegabilidade. A partir dessa reformulação interna que incluiu a reconfiguração do ambiente de hospedagem e a melhoria do código, o número de acessos, que estava reprimido pelo baixo desempenho da ferramenta, aumentou para mais de 50 mil/mês. Da mesma forma, a taxa de rejeição ao *site* diminuiu.

Além disso, foi criado o ambiente de fotos "Eu e o Governador", onde o público se vê fotografado nos eventos. Foi realizado, em 2008, novo processo licitatório para desenvolvimento de uma versão 2.0 do Portal, que inclui novas melhorias e com previsão de entrega para 2009.

Foi constatado, através da ferramenta de análise de acessos, que melhorou o aproveitamento dos conteúdos multimídia do *site*: noticiário, foto, vídeo, rádio.

PROGRAMA CONVERSA COM O GOVERNADOR

O programa de rádio Conversa com o Governador, lançado em 2007, conseguiu ampliar a sua cobertura no Estado. Atualmente, a produção é veiculada por 80 emissoras de rádio do interior e da capital, sendo também aproveitado por *sites*, *blogs* e jornais. Seu conteúdo migrou do meio de origem, rádio, para o universo virtual e fechou o ano com mais de 25 mil acessos por meio do Portal de Comunicação do Governo. O programa tornou-se referência, por informar o ouvinte ou internauta quanto às ações de Governo.

O núcleo de rádio da Agecom ampliou, ainda em 2008, a produção dos noticiários diários, agora com duas edições, fechando este ano com mais de 80 mil acessos pelo Portal, sendo aproveitado, na integralidade ou em parte, o seu conteúdo por profissionais de rádio, em seus programas, ou de outros meios, como *sites* e *blogs*.

PUBLICAÇÕES IMPRESSAS – REVISTA BAHIA, TERRA DE TODOS NÓS E JORNAL DE TODOS NÓS

Com o intuito de prestar contas das ações empreendidas pelo Governo, a Agecom, em 2008, editou publicações impressas nas formas de revista e jornal. A Revista Bahia, Terra de Todos Nós compatibilizou as ações do exercício 2007, e o Jornal de Todos Nós, por sua vez, pretendeu dar visibilidade aos resultados alcançados no

primeiro semestre de 2008. As publicações buscam prestar esse serviço à sociedade, primando pela linguagem jornalística, escrita de forma clara e acessível.

Revista Bahia, Terra de Todos Nós – A publicação teve como base o Relatório Anual do Governo do Estado e reúne matérias das diversas áreas de atuação do Governo. Em sua primeira edição, com tiragem de 150 mil exemplares, foi distribuída gratuitamente para todo o Estado, através de órgãos governamentais.

Jornal de Todos Nós – O jornal tem um projeto gráfico atraente, todo impresso em policromia e com tiragem de 120 mil exemplares por edição. Sua linha editorial privilegia projetos e resultados das mais diversas Secretarias e Órgãos de Governo.

CADERNO NOTICIÁRIO DO DIÁRIO OFICIAL

A Agecom é responsável pela cobertura, apuração, produção, além da editoração e revisão de matérias sobre as ações, atividades e projetos realizados por diversos órgãos estaduais para publicação no Caderno Noticiário do Diário Oficial do Estado, principal produto de informação e prestação de contas do Governo.

Desde 1925, o Diário Oficial do Estado publica notas sobre saúde, educação, crédito rural e fomento agrícola, além dos atos e normas do Governo. Na sua história, o Caderno Noticiário do Diário Oficial vem evoluindo e se modernizando. No início de 2007, teve o seu projeto gráfico reformulado para torná-lo mais leve e atrativo, além da ampliação do número de oito para 12 páginas.

Em 2008, foram produzidas cinco edições por semana, totalizando cerca de 260 edições, para levar à sociedade todas as informações sobre o funcionamento, as realizações e os planos do Governo Estadual.

CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

Atendendo ao princípio constitucional da transparência, a administração pública tem a responsabilidade de dar publicidade aos atos e fatos do Governo, mantendo os cidadãos informados sobre suas ações.

Neste contexto, a Agecom tem, entre suas atividades, a coordenação e o assessoramento de todas as Secretarias e órgãos para a concepção e o planejamento das campanhas de publicidade divulgadas nos veículos de comunicação.

A definição técnica dos meios, dos veículos, da abrangência, da duração e demais critérios técnicos, assim como a linha criativa e a abordagem do tema para cada campanha, é decidida em conjunto, entre a Agecom e a Secretaria ou Órgão Governamental, a partir das indicações de prioridade de cada ação e dos recursos disponíveis para aplicação.

Dentre as principais campanhas veiculadas no ano de 2008, destacaram-se:

- **Acelera Bahia Desenvolvimento com Democracia e Inclusão Social** – divulgando as principais ações do Governo;
- **1 ano do Programa Água para Todos** – divulgando o atendimento de 1 milhão de beneficiados;
- **1 ano do Programa Todos pela Alfabetização – TOPA** – divulgando mais 170 mil alfabetizados;
- **Compromisso Bahia** – divulgando as economias nas licitações e controle dos gastos públicos, revertidas em melhoria para a população;
- **A Bahia é muito Mais Verão e Carnaval 2008** – divulgando e promovendo a Bahia para a atração de turistas no Brasil e exterior; São João da Bahia, divulgando e lançando um novo produto turístico da Bahia no Brasil e exterior, além das;
- **Campanhas de utilidade pública:** prevenção à Aids, Combate à Dengue, vacinação contra a Rubéola e Febre Amarela, vacinação dos rebanhos contra a Febre Aftosa e o incentivo à doação de sangue.

Os Quadros 16 e 17 contemplam outras importantes campanhas veiculadas durante o ano de 2008.

IMPRENSA OFICIAL – MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

No contexto da gestão pública moderna e transparente que é implementada pelo Governo do Estado, a Empresa Gráfica da Bahia – Egba desenvolveu suas atividades, em 2008, buscando modernizar-se para atuar numa nova concepção do mundo digital e oferecer novos produtos, através de iniciativas que resultaram nas seguintes ações:

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DIGITAL

Para ampliar seu rol de serviços gráficos, a Egba investiu na compra e modernização de equipamentos digitais em cores para atender as encomendas de pequenas tiragens do Governo e do setor privado.

Quadro 16

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS VEICULADAS BAHIA, 2008

CAMPANHA INSTITUCIONAL
Acelera Bahia
Acelera Ciência e Tecnologia
Acelera Cultura
Acelera Educação
Acelera Habitação
Acelera Justiça
Acelera Saúde
Acelera Sedes
Acelera Seinfra
Acelera Turismo
Ações SSP
Água e Saneamento
Água para Todos
Bahia Jovem
Compromisso Bahia
Conferências e Fóruns
Editais de Cultura
Entrega dos Trens do Metrô
Floresta Bahia Global
Homenagem – Pequim
Internação Domiciliar
Novembro Negro – SEPROMI
Novos serviços gráficos (Egba)
PAC do Cacao
Parceria Bahia Brasil
São João na Bahia – (veiculada fora da Bahia)
Sine Bahia
Sua Nota é um Show
Todos Pela Alfabetização – Topa
Transparência Bahia
Via Expressa e Sistema Viário 2 de Julho

Fonte: Agecom

Quadro 17

CAMPANHAS DE UTILIDADE PÚBLICA E MERCADOLÓGICAS BAHIA, 2008

CAMPANHA DE UTILIDADE PÚBLICA
Combate à violência contra a mulher
Doação de sangue
Festas populares (orientação e prevenção)
Matrícula Escolar 2008
Prevenção à dengue, rubéola, febre amarela
Prevenção à febre aftosa
CAMPANHA MERCADOLÓGICA
Carnaval 2008 (veiculada fora da Bahia)
Cesta do Povo – promoções (Ebal)

Fonte: Agecom

Os equipamentos adquiridos compõem um sistema de impressão digital com módulo de acabamento que permite a produção de livros e revistas em linha. Essa atualização permite atender a um maior

número de encomendas de pequenas tiragens. Trata-se de uma tecnologia complementar ao sistema *off-set*, com qualidade e capacidade de produção similar, que convive, perfeitamente, de forma integrada, com o sistema digital preto e branco.

SERVIÇOS DE CLIPAGEM DE NOTÍCIAS

A Egba iniciou a prestação de serviços de clipagem de notícias, que consiste na seleção de notícias diárias de alguns jornais locais, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília, bem como de revistas de circulação nacional, que é consolidada em uma publicação impressa e encadernada com características editoriais de revista.

O *clipping* é editado sob o critério temático e organizado por seções, permitindo uma leitura rápida do panorama das notícias. O objetivo foi o de suprir o gestor público com as principais informações do dia, logo nas primeiras horas da manhã.

SISTEMA EGBA.NET

O sistema Egba.Net de encaminhamento de publicações oficiais passou, em 2008, a ser utilizado plenamente por todos os órgãos do Executivo Estadual, possibilitando a publicação de matérias legais por meio digital. A informatização permitiu à Egba editar eletronicamente o conteúdo do jornal, padronizando o formato e fonte do texto.

O sistema da Egba facilitou a publicação para os órgãos do Governo ao dispensar o ofício de validação e eliminar a confirmação, por telefone, do recebimento das matérias e a conferência da chegada correta da publicação ao seu destino, sem contar com a possibilidade de acompanhamento de todos os expedientes encaminhados com maior segurança, controle e transparência.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO ON-LINE

A Egba continuou a disponibilizar a nova concepção digital do Diário Oficial *On-line* e o sistema de busca através do recurso Virtual *Pager*, implantados no ano de 2007, possibilitando aos usuários navegar pelas páginas do jornal, desde janeiro do mesmo ano.

Dessa forma, foi permitido ao público realizar, gratuitamente, através da *Internet*, pesquisa de conteúdo das matérias desejadas, em todos os cadernos.

DIGITALIZAÇÃO E GUARDA DE DOCUMENTOS

O trabalho de microfilmagem, realizado pela Egba desde o final da década de 1980, foi agregado ao de Digitalização e ao de Guarda de Documentos; estes serviços representam, hoje, um nicho de mercado para a Egba, responsável pelo arquivamento de atos do Governo.

O investimento na área de Digitalização e Guarda de Documentos é um exemplo da capacidade de inovação de serviços que uma imprensa oficial pode apresentar para o seu público, além de suprir a demanda do Estado e a demanda do setor privado. A implantação desse serviço, tão diverso do serviço gráfico, contribui para aumentar a receita da empresa. Hoje, estão sob a guarda da Egba cerca de 102 mil caixas de documentos do Estado da Bahia.

AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO EM ANDAMENTO

Certificação Digital

O Decreto nº 10.473, de 27/09/2007, determinou que a instituição e operacionalização da Certificação Digital, no âmbito da Administração Pública Estadual, sejam efetuadas pela Egba, sob a coordenação e acompanhamento da Casa Civil, com parceria do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro.

A empresa desempenhará os papéis de Autoridade Certificadora – AC e de Autoridade de Registro – AR, e credenciará outros órgãos e entidades estaduais, fornecendo serviços relacionados à área de atuação.

Protocolo de Intenções Egba/Prodeb

Será firmada com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, parceria de cooperação técnica de gestão e de ações para implementação de programas, projetos, produtos e atividades nas áreas de *software* livre (*open source*), impressão, certificação digital, editoração eletrônica e prestação de serviços de tecnologia de informação. A parceria proporcionará novos negócios para as empresas e economia de recursos para o Estado.

Publicação Legal

O serviço de Publicação Legal em veículos de grande circulação está em fase de normatização. A previsão é de que, em 2009, todo o setor

público estadual faça as publicações dos avisos de editais nos jornais, através da Egba, como determina o Decreto nº 11.027, publicado no Diário Oficial de 29 de abril de 2008. Esse serviço será realizado através de convênio a ser celebrado com todas as Secretarias de Governo, autarquias e empresas públicas.

Essa nova atribuição, similar a de uma agência de publicidade, reforça a postura da empresa de ampliar novos serviços e recursos tecnológicos para continuar atendendo à finalidade principal da Egba, que é a de publicar os atos do Governo.

Portal da Egba

Continua em estudo o projeto de contratação dos serviços de elaboração do Portal Institucional da Egba, cujo processo será desmembrado em dois editais, dos quais, um será dirigido para aquisição de ferramentas para gestão de conteúdo, e o outro para o desenvolvimento de *softwares*.

Os sistemas integrados que deverão fazer parte do Portal da Egba são os seguintes: comércio eletrônico; gestão de conteúdo; assinaturas; expedição de jornais com base em *pageflip*; mineração; indexação e busca de dados nos diários oficiais com certificação digital de conteúdo; disponibilização e implantação de solução de *Content Management* com certificação digital; recebimento de matérias para publicação impressa e digital; biblioteca virtual; disponibilização de *softwares* do GED e *Workflow* com certificação digital; organização e modelagem de processos e negócios; e, desenvolvimento de soluções sistêmicas sob demanda.

Obras e Reformas

Através da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, conforme Convênio nº 02/2008, foram iniciadas as obras de reforma geral de instalações físicas da Egba, incluindo ampliação da portaria, construção do estacionamento para visitantes, adequação dos acessos de pessoas, através de catracas e cancelas eletrônicas, adequação de sala para refeitório, redimensionamento do sistema de drenagem de águas pluviais e a preparação de sala de impressão eletrônica no parque gráfico, para instalação da impressora digital.

Foi aprovado o projeto de arquitetura e de engenharia para a construção, na área da Agba, de dois prédios com aproxima-

damente 3 mil m², para guarda de documentos e arquivo de segurança, objetivando atender as novas demandas do Governo do Estado.

ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PROJETOS DE LEI E OUTROS

Cabe à Casa Civil, através da Coordenação de Assuntos Administrativos – Coasa, analisar e elaborar, de modo conclusivo, os atos administrativos, projetos de lei, processos e demais documentos de caráter geral submetidos ao Governador, observando os fundamentos jurídicos, a constitucionalidade, a legalidade, o conteúdo e a forma desses atos, bem como a sintonia com as ações prioritárias e eixos da política de Governo, buscando maior segurança para as decisões governamentais.

Ao desempenhar essa atribuição, a Coasa presta assistência, também, aos diversos órgãos e entidades do Governo na elaboração de atos, essencialmente no que tange às diretrizes dos textos destinados à publicação no Diário Oficial do Estado assim como quanto ao encaminhamento de orientações de Governo (qualificação junto aos órgãos de atos normativos referentes às ações do Governo) e séquito das proposições legislativas.

Objetivando promover maior qualidade às análises efetuadas, buscou-se aperfeiçoar a padronização dos documentos técnicos (observando os fundamentos jurídicos, a constitucionalidade e a legalidade), proporcionando, assim, maior segurança e agilidade ao trabalho produzido.

Os processos e outros documentos foram examinados com base em novas atribuições e diretrizes de trabalho, focadas na análise aprofundada do conteúdo, no controle e melhoria dos procedimentos, na correta instrução dos autos e na qualificação dos atos produzidos, propiciando melhor fundamentação às decisões do dirigente da pasta e do Governador.

Na execução desse trabalho, em termos quantitativos, foram analisados 1.685 processos, classificados em três tipos. Comparando o período entre o ano de 2007 e de 2008, observa-se uma elevação de 53,5% no total de processos analisados, o que corresponde a um acréscimo de, aproximadamente, 49 documentos analisados a cada mês, atestando, assim, a melhoria

continua dos procedimentos adotados, conforme detalhamento apresentado na Tabela 22.

Ainda em termos quantitativos, em 2008, foram conferidos 10.037 Atos do Poder Executivo, como pode ser visualizado na Tabela 23, onde consta o total dos Atos do Poder Executivo, divididos em dez grupos, passando por conferência técnica e jurídica antes da publicação no Diário Oficial do Estado – DOE. Vale informar que o procedimento de Conferência de Atos permite uma maior segurança na divulgação das decisões tomadas, sendo adotado para todas as publicações no DOE que demandam a assinatura do Secretário da Pasta ou do Governador.

Dentre os atos publicados, é importante destacar o empenho do Governo na rápida publicação de decretos, visando auxiliar os municípios em situações calamitosas. Em 2008, os atos de Situação de Emergência somaram 242 decretos, sendo relacionados aos problemas decorrentes das secas e estiagens, queimadas e ao excesso de chuvas.

Um importante destaque qualitativo é a redução do índice de retificações no DOE, o que atesta o correto e eficiente tratamento das publicações do Governo. Comparando o ano de 2007 ao ano de 2008, percebe-se a redução de 17,4% no número de retificações dos Atos do Poder Executivo, conforme demonstrado na Tabela 23 já referida.

A Tabela 24, além de expressar a modificação do índice de retificações, permite apreender a variação percentual dos Atos do Poder Executivo analisados pela Coasa, em comparação ao total dos atos publicados no DOE, compreendida entre o ano de 2007 e o ano de 2008.

Conforme já evidenciado na Tabela 24 a Coasa analisou 53,5% a mais, de Atos do Poder Executivo no período acima mencionado, o que representa 16,8% do total dos atos publicados. Quanto ao índice de retificações, constata-se uma queda de 0,2%, passando de 1,5%

Tabela 23

**CONFERÊNCIA DE ATOS DO PODER EXECUTIVO
BAHIA, 2007/2008**

ATOS DO PODER EXECUTIVO	2007	2008	VARIAÇÃO
Leis	406	398	-2,0%
Decretos Numerados	584	601	2,9%
Decretos Financeiros	404	372	-7,9%
Decretos Simples	7.676	7.203	-6,2%
Despachos do Governador(*)	848	1150	35,6%
Despachos da Secretária	9	8	-11,1%
Portarias da Casa Civil	93	98	5,4%
Portarias do Gabinete do Governador	36	54	50,0%
Republicações(**)	-	30	-
Retificações no DOE	149	123	-17,4%
TOTAL	10.205	10.037	-1,6%

Fonte: Casa Civil - Publicação de Atos

(*) Não considerados os decretos referentes à suplementação de crédito orçamentário

(**) Dados não contabilizados no ano de 2007

Tabela 22

**PROCESSOS ANALISADOS POR TIPO DE DOCUMENTO
BAHIA, 2007/2008**

PROCESSOS ANALISADOS	MÉDIA MENSAL				
	2007	2008	VARIAÇÃO	2007	2008
Anteprojetos de Lei	110	172	56,4%	9,2	14,3
Convênios	59	80	35,6%	4,9	6,7
Atos Administrativos	929	1.433	54,3%	77,4	119,4
TOTAL	1.098	1.685	53,5%	91,5	140,4

Fonte: Casa Civil - Sistema Condoc

Tabela 24

**ATOS CONFERIDOS, ANALISADOS E RETIFICADOS PELO PODER EXECUTIVO
BAHIA, 2007/2008**

ANO	ATOS CONFERIDOS	ATOS ANALISADOS	ÍNDICE DE ATOS ANALISADOS	ATOS RETIFICADOS	ÍNDICE DE RETIFICAÇÕES DOS ATOS
2007	10.205	1.098	10,8%	149	1,5%
2008	10.037	1.685	16,8%	123	1,2%
COMPARATIVO	-168	587	6,0%	-26	0,2%
VARIAÇÃO	-1,6%	53,5%	56,0%	-17,4%	-16,1%

Fonte: Casa Civil - Publicação de Atos e Sistema Condoc

em 2007, para 1,2% em 2008, o que representa uma variação negativa de 16,1% no índice de retificações e quantifica os bons resultados decorrentes do aperfeiçoamento da qualidade do trabalho técnico do Governo.

Com referência à produção técnica da Coasa, ligada ao tratamento direto dos processos analisados (atos administrativos, anteprojetos de lei, convênios e termos de cooperação), verifica-se, por meio da Tabela 25, que no ano de 2008 foram elaboradas 1.010 Notas Técnicas e 163 Notas Informativas, representando uma elevação de 66,4% no total de documentos técnicos produzidos.

Outro aspecto relevante refere-se à intensificação dos relacionamentos com os órgãos e entidades da Administração Estadual, quanto a ajustes e melhorias nos Atos encaminhados para serem submetidos à assinatura do Governador, devido a gestões feitas diretamente com os interessados, provocando uma redução significativa nos processos de diligência.

Cabe especial destaque ao fortalecimento da relação com as secretarias do Estado e com a Procuradoria Geral do Estado – PGE, através do Gabinete do Procurador Geral e sua assessoria, na construção de anteprojetos e decretos mediante reuniões e correspondências eletrônicas, garantindo celeridade, harmonização com os interesses de Governo e sintonia na interpretação entre os órgãos.

Como resultado desse esforço, merece especial relevo o trabalho de mediação na construção de importantes projetos e programas de Governo, dentre os quais destacam-se:

- A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, visando o estímulo da atividade cooperativista no Estado;
- O Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, que dispõe sobre os serviços de transporte realizados entre pontos terminais, considerados início e fim, transpondo limites de um ou mais municípios, com itinerários, seções, tarifas e horários definidos, realizados por estradas federais, estaduais ou municipais,

pais, abrangendo o transporte de passageiros, suas bagagens e encomendas de terceiros;

- A Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, com a regulamentação das principais leis ambientais do Estado;
- A Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos, que trata da regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras públicas devolutas do Estado da Bahia ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;
- O projeto que autoriza a criação do Programa Estadual de Apoio Financeiro às Escolas Família Agrícola – EFA, voltado ao suporte orçamentário às atividades de formação educacional e técnica nas escolas agrícolas;
- A implementação dos Colegiados Escolares e do novo processo eletivo dos dirigentes escolares, nas instituições públicas da educação básica pertencentes ao sistema estadual de ensino;
- A regulamentação do Programa Federal Luz Para Todos no Estado da Bahia;
- A construção do regimento de novos Órgãos e Secretarias, dentre os quais, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; o Instituto do Meio Ambiente – IMA e o Instituto de Gestão das Águas e Climas – Ingá, além da alteração da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e da finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder;
- O Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia – Pete/BA;
- A criação da Fundação Baiana de Medicamentos – Bahiafarma;
- A instituição do programa Bolsa Esporte;
- O projeto que institui a eleição direta para os dirigentes das escolas públicas estaduais.

GESTÃO DE PESSOAS

MESA DE NEGOCIAÇÃO

Em 2008, a Mesa de Negociação Permanente, espaço em que Governo e sindicatos dialogam e decidem sobre os reajustes salariais e outras reivindicações, celebrou acordos com os grupos: Justiça, Fisco, Educação, Saúde, e profissionais do Departamento de Estradas e Rodagens – Derba. Em média, o reajuste efetivo foi de 5,5% para servidores de nível médio e 9,5% para os de nível superior, a partir de composição que considera o reajuste linear de 4,5%. Somado a isso, as discussões resultaram em propostas de reestruturação das carreiras de nível superior. Foi assegurada também a percepção das gratificações específicas de cada carreira

Tabela 25

PRODUÇÃO TÉCNICA DA COASA BAHIA, 2007/2008

PRODUÇÃO TÉCNICA	2007	2008	VARIAÇÃO
Notas Técnicas	705	1010	43,3%
Notas Informativas	-	163	-
TOTAL	705	1.173	66,4%

Fonte: Casa Civil – Controle Interno da Coasa

a ser recebida pelos servidores afastados para representação sindical, conforme acordo da Mesa Central de Negociação. A Tabela 26 apresenta o valor dos reajustes por grupos ocupacionais firmados.

Além dos reajustes, foi concedida a ampliação do valor do auxílio-alimentação de R\$ 5 para R\$ 7 a um contingente de 12 mil policiais militares que residem em cidades com população a partir de 50 mil habitantes e a professores do Ensino Fundamental e Médio. O impacto desse benefício no orçamento foi de R\$ 33 milhões.

No âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, o Sistema Estadual de Negociação Permanente – Senp, realizou assessoria na elaboração dos Acordos Coletivos com definição, orientação e controle das negociações, com a finalidade de limitar as despesas com pessoal, bem como evitar o acúmulo de passivos trabalhistas.

PESQUISA SALARIAL

Buscando subsídios para que o Estado, por meio de seu corpo técnico, tenha parâmetros e argumentos nas negociações salariais, a SAEB realizou, em 2008, pesquisa com o intuito de definir as prioridades para reestruturação e fortalecimento das carreiras voltadas para a formulação, controle e avaliação de políticas públicas, bem como aquelas exclusivas de Estado, e implantação de política salarial com reajustes específicos para cada categoria.

Como resultado, foram obtidas informações gerenciais sobre a política remuneratória praticada em várias unidades da Federação, visando uma melhor definição e performance da política de remuneração exercida na Bahia, mantendo, assim, um canal aberto de comunicação por meios eletrônicos, com uma troca contínua de informações sobre vencimentos e gratificações praticados nos estados envolvidos.

GESTÃO DE CARREIRAS

O Governo da Bahia e as representações dos servidores públicos estaduais fecharam um quantitativo elevado de acordos coletivos em 2008. Os grupos ocupacionais com representação na Mesa Central de Negociação assinaram acordos que contemplam avanços nas estruturas e remuneração nas carreiras do funcionalismo do Estado. O entendimento resultou em nove projetos de lei, enviados à Assembléia Legislativa.

A última remessa, encaminhada à Assembléia Legislativa, contemplou propostas para as carreiras de delegado e agente penitenciário, defensor público, professor universitário e professor do Ensino Fundamental e Médio, além do grupo ocupacional de técnico administrativo, que engloba profissionais de nível superior. Já haviam sido enviados também os projetos que contemplam as carreiras da saúde no Estado, os especialistas em políticas públicas e gestão governamental – EPPGG, e procuradores do Estado, além da Lei Orgânica da Polícia Civil e a lei que reestrutura a Polícia Militar na Bahia.

Aliado às propostas de reforma, o Estado garante a manutenção do piso salarial mínimo para os servidores estaduais, conquista assegurada em 2007.

Dentre as diretrizes observadas nos projetos de Lei encaminhados à Assembléia Legislativa, destaca-se o reposicionamento da remuneração das carreiras de Estado, tendo como parâmetros as remunerações de outras unidades da Federação e, quando possível, o setor privado, além da implantação de política salarial com reajustes específicos para cada categoria. Também serão ampliados os valores das classes iniciais das carreiras, sobretudo onde não houver ocupantes, visando atrair candidatos capacitados no momento da realização de concursos públicos.

A reestruturação das carreiras do serviço público contempla dois fatores essenciais: remuneração e realinhamento salarial para todos os servidores do Estado. O objetivo é reorientar as políticas de remuneração sustentadas em gratificações e partir para

Tabela 26

MESA DE NEGOCIAÇÃO
BAHIA, 2008

DISCRIMINAÇÃO	REAJUSTE %
Segurança Pública	
Polícia Civil	5,3 a 25,4
Polícia Militar	4,5 a 17,8
Agentes Penitenciários	13,1 a 16,4
Educação	
Fundamental e Médio	4,1 a 5,9
Magistério Superior	7,6 a 8,3
Técnico Administrativo	
Auxiliar Administrativo	5,3
Técnico Administrativo	
Analista Técnico	5,3
Serviços Públicos de Saúde	
Carreiras Auxiliares	5,5
Carreiras Técnicas	6,4
Carreiras de Nível Superior	9,2

Fonte: SAEB/SRH

Obs.: Esses reajustes, em 2008, geraram um impacto na Despesa de Pessoal de R\$ 388 milhões.

ações voltadas à efetiva valorização do funcionalismo e à modernização da máquina pública.

O conjunto de propostas pretende alçar o servidor público ao posto de principal força motriz da máquina administrativa estadual. Para isso, o Governo está preparando as bases para a profissionalização de seu funcionalismo, a partir de uma reestruturação das carreiras pautada no mérito.

O cerne da reforma está na implementação de um sistema de remuneração capaz de estimular a excelência no desempenho da função pública e, consequentemente, resultar em serviços públicos cada vez melhores.

Como pode ser observada na Tabela 27, em 2008, foram nomeados, através de concurso público, 5.142 candidatos.

Tabela 27

**PROVIMENTO DE PESSOAL
BAHIA, 2005–2008**

SECRETARIA/ÓRGÃO	CARGO	NOMEAÇÃO			
		2005	2006	2007	2008
ADAB	Especialista em Fiscalização	7	-	-	-
CRA	Especialista em Fiscalização	1	-	-	-
DERBA	Especialista em Obras Públicas	26	-	-	-
DESENBHIA	Advogado	1	-	-	-
	Analista de Desenvolvimento	4	16	9	3
EGBA	Téc. em Informática	3	-	3	6
	Téc. em Editoração Eletrônica	1	-	-	-
	Téc. em Imp. Gráfica	-	-	-	2
	Téc. em Org. Gráfico	-	-	-	2
	Operador de Microfilmagem	6	1	-	8
	Montador de Filme	1	-	-	-
	Impressor	1	-	-	5
	Gravador	1	-	-	-
	Encadernador	1	-	-	10
	Cortador	1	-	-	-
	Técnico de Nível Superior	1	-	-	-
	Bibliotecário	-	-	-	1
PGE	Procurador do Estado	17	12	7	-
PM	Aluno Soldado	1.450	46	-	3.623
	Aluno Oficial	139	60	83	120
SAEB	Especialista em Polít. Púb. e Gest. Governamental	35	60	-	-
	Assistente Social	1	-	-	-
SEC	Professor Nível III	207	471	3.074	127
SESAB	Regulador da Assistência em Saúde	-	53	-	-
	Sanitarista - Vigilância Epidemiológica	-	38	49	-
	Sanitarista - Vigilância Sanitária e Ambiental	-	19	14	-
	Sanitarista - Saúde do Trabalhador	-	5	6	-
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Médico	-	11	16	9
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Enfermeiro	-	5	13	-
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Odontólogo	-	6	-	2
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Financeiro	-	14	16	4
	Auditor em Saúde Pública – Auditor Farmacêutico	-	2	4	2
	Farmacêutico – Assistência Farmacêutica	-	40	64	-
	Farmacêutico – Bioquímico	-	40	34	-
	Psicólogo	-	30	39	36
	Fisioterapeuta	-	64	71	108
	Terapeuta Ocupacional	-	13	16	-
	Assistente Social	-	51	114	80
	Nutricionista	-	23	30	28
	Enfermeiro	-	301	111	-
	Técnico em Radiologia	-	43	31	90
	Técnico em Patologia Clínica	-	53	50	19
	Auxiliar de Enfermagem	-	360	691	250
	Técnico em Enfermagem	-	659	41	361
SEMA	Especialista em Fiscalização	1	-	-	-

Continua

Continuação da Tabela 27

SECRETARIA/ÓRGÃO	CARGO	NOMEAÇÃO			
		2005	2006	2007	2008
SSP	Agente de Polícia / Investigador	7	138	-	94
	Escrivão de Polícia	1	38	-	67
	Delegado de Polícia	8	35	-	-
	Perito Médico-Legal	-	62	13	-
	Perito Odonto-Legal	-	12	10	-
	Perito Criminalístico	-	91	21	-
	Perito Técnico de Polícia	-	193	73	-
SUCAB	Especialista em Obras Públicas	20	-	-	-
UEFS	Professor Assistente	12	22	14	-
	Professor Auxiliar	4	14	15	-
	Professor Adjunto	13	-	1	-
	Técnico Universitário	99	1	-	2
	Auxiliar Administrativo	5	-	-	1
UESB	Analista Universitário	18	-	-	4
	Professor Adjunto	10	8	8	4
	Professor Assistente	29	16	26	9
	Professor Auxiliar	56	11	21	7
	Técnico Universitário	-	-	-	1
UESC	Analista Universitário	-	-	-	1
	Professor Adjunto	16	20	14	4
	Professor Assistente	30	28	28	19
UNEB	Professor Auxiliar	24	4	1	3
	Professor Adjunto	33	3	2	1
	Professor Assistente	55	7	2	-
SEFAZ	Auditor Fiscal	111	63	23	29
SRH	Especialista em Fiscalização	59	-	-	-
TOTAL		2.517	3.262	4.858	5.142

Fonte: SAEB/SRH

A estimativa é que o Governo do Estado, até 2011, realize concursos públicos para a contratação de cerca de oito mil profissionais nas mais diversas áreas, como pode ser observado na Tabela 28.

Tabela 28

**VAGAS AUTORIZADAS POR ANO
BAHIA, 2009–2011**

GRUPO OCUPACIONAL	VAGAS			
	2009	2010	2011	TOTAL
Fiscalização e Regulação	320	234	0	554
Obras Públicas	0	35	0	35
Serviços Penitenciários	0	50	0	50
Segurança Pública	3.200	0	0	3.200
Cargos Novos	90	0	0	90
Serviços Públicos de Saúde	70	0	0	70
Gestão Pública	0	40	40	80
SESAB/Hemoba	850	0	0	850
SESAB/SJCDH	120	0	0	120
Técnico Jurídico	60	0	0	60
Educação Básica	1.400	700	500	2.600
TOTAL	6.110	1.059	540	7.709

Fonte: SAEB/SRH

Obs.: Dados projetados

AGENDA BAHIA DO TRABALHO DECENTE

Em 2007, o Governo do Estado lançou a Agenda Bahia do Trabalho Decente, com o Relatório-Diagnóstico, as Diretrizes e o Guia do Trabalho Decente. A partir de 2008, foram desdobradas em linhas de ação, gerando os planos de trabalho. A Agenda visa implantar uma política de valorização, profissionalização e melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos, adotando, com a implementação de programas e ações, um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

Para início dos trabalhos, realizou-se uma reunião da Câmara Temática do Setor Público, onde foi estruturado o plano de ação. Nesse sentido, foi articulada uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, com a promoção de dois eventos do Gênero, Raça, Pobreza e Emprego – GRPE, em parceria com a SETRE e SEPROMI. Com a participação de 120 pessoas, estes eventos visaram o fortalecimento institucional para igualdade de gênero e raça, erradicação da pobreza e geração de emprego, como também a capacitação de servidores públicos responsáveis pela formulação e gestão de políticas públicas.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Ao lado do fenômeno das Organizações que Aprendem, surge um novo conceito de administração, como aquela que compreende os problemas e os soluciona por meio de práticas exercidas de forma competente. Como estratégia de fortalecimento das ações descentralizadas, foi reformulado o decreto de constituição do Comitê de Educação Corporativa – CEC, ampliando a composição e estendendo a participação a todas as secretarias e aos poderes Legislativo e Judiciário.

Um novo comitê com 70 membros-participantes foi estruturado em grupos operativos para trabalhar em três linhas: ensino, pesquisa e extensão. Durante o ano de 2008, foram realizados 46 encontros, constituindo o grupo em um espaço de aprendizagem, desenvolvimento de competências, compartilhamento de recursos, decisões e realizações.

No campo da Educação Corporativa, a primeira iniciativa consistiu em avaliar e rever o modelo expresso no sistema UCS. Dessa análise, foi verificada a necessidade de garantir o alinhamento das ações descentralizadas específicas, como também de viabilizar a capacidade executiva das ações sistêmicas.

Neste sentido, foi trabalhado um novo desenho organizacional capaz de oferecer um contorno mais preciso da relação entre o Sistema UCS, o Sistema Estadual de Administração – SEA, e as unidades setoriais de desenvolvimento de pessoas, através da proposta de

criação da Escola de Governança da Administração Pública – Egap. A Egap integra o Sistema UCS como unidade executiva de aprendizagem organizacional, educação corporativa e responsabilidade social, diferenciando-se das demais escolas por atuar no campo das competências sistêmicas de gestão pública, comuns a todas as Secretarias e Órgãos do Executivo Estadual.

Para implementação do Programa de Educação Corporativa, foram adotadas duas grandes premissas: a valorização dos talentos internos do serviço público e a orientação especial para contratação de serviços de capacitação. Com isso, desde 2007, foi implantado o Programa de Formação de Instrutores Internos, iniciando o processo de formação do quadro de instrutores, com 240 servidores já preparados para esta função.

Para viabilizar a execução de ações integrantes desse Programa, foi elaborado e aprovado o decreto, que regulamenta a Lei de Instrutoria Interna. Com a utilização desse recurso, foram geradas, em 2008, 14.914 oportunidades, totalizando 4.912 horas de ações de capacitação e desenvolvimento, em 359 eventos. A economia obtida com a implementação da Instrutoria já corresponde a, aproximadamente, R\$ 1 milhão.

Por outro lado, foi dada continuidade ao fortalecimento da área de recursos humanos compreendendo: Ciclo de Videoconferências – Fala RH, dirigido às coordenações de RH – CRHs do Executivo, através do qual se busca apresentar uma visão integrada das funções de RH. A iniciativa se divide em duas linhas de formação: funcionalidades de RH e elaboração de programas e logística de capacitação. Estas linhas são destinadas aos servidores das unidades setoriais e seccionais de recursos humanos e aos que atuam na área de desenvolvimento de pessoas.

A SAEB firmou dois acordos de cooperação técnica com a Escola Nacional de Administração Pública: o Programa de Parceria e o Projeto Desenvolvimento da Capacidade de Governança.

O Programa de Parceria configura-se numa oportunidade de ampliar e potencializar esforços, através do intercâmbio de conhecimentos e experiências, desenvolvendo ações de capacitação que propiciem uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo servidor ao cidadão – cliente dos serviços públicos. Essa parceria posiciona o Sistema UCS como pólo irradiador de novas tecnologias de capacitação e desenvolvimento de servidores para a excelência das políticas de gestão pública.

Como resultado, foi elaborado um projeto para a implantação de Educação à Distância – EAD e presencial, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Foram disponibilizados, em 2008, diversos cursos, atingindo um total de 592 participantes, conforme demonstrado na Tabela 29.

O Projeto Desenvolvimento da Capacidade de Governança é uma extensão da parceria já existente entre a Enap e a Escola de Serviço Público do Canadá – CSPS, e tem como objetivo desenvolver a capacidade de governança da Administração Pública. Nesse projeto, a UCS e a Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, atuarão como pólos irradiadores de novas tecnologias de capacitação e desenvolvimento de gestores públicos, para a formulação e condução de políticas públicas. Pretende-se a inserção do tema transversal "equidade" nos programas de capacitação para o aprimoramento da gestão de políticas públicas descentralizadas.

SAÚDE OCUPACIONAL

As iniciativas do Governo visam à institucionalização de Política Pública de gestão de pessoas, especificamente voltada para a valorização e profissionalização do servidor e do serviço público esta-

dual, através do desenvolvimento de ações sistêmicas e de caráter estruturante, que gerem no quadro de servidores, uma postura de prevenção, melhor qualidade de vida e conforto no trabalho, resultando em elevação da qualidade e da dignidade no trabalho.

Este processo de valorização tem como base a identificação dos pontos de convergência das ações, que visa assegurar o respeito às especificidades de cada atividade desempenhada pelos servidores nas diversas Secretarias.

Como ações pioneiras para a preservação de saúde e promoção da qualidade de vida dos servidores públicos do Estado da Bahia, destacam-se a prestação de atendimento pré-hospitalar móvel de emergências médicas e remoção para unidades referenciadas, aos servidores do Poder Executivo do Estado da Bahia, na área do Centro Administrativo da Bahia, beneficiando cerca de dez mil servidores, além da população que estiver no perímetro do CAB.

Outra ação é o Programa Estadual de Saúde Ocupacional – Bem Viver, componente que visa encorajar e apoiar hábitos e estilos de vida que promovam saúde e bem-estar entre todos os servidores e famílias durante toda a sua vida profissional. Esta peça gera estratégias com o intuito de promover um ambiente que estimule e dê suporte ao indivíduo e ao serviço público, conscientizando-o sobre como sua saúde está diretamente relacionada à sua qualidade e produtividade, através das seguintes linhas de ação:

Intervenções de caráter informativo – Atividades abordando assuntos relacionados à saúde em caráter mais abrangente, que coadjuvem na construção de uma cultura organizacional mais humana e saudável, trabalhados por meio de ações pontuais como palestras, seminários, feiras, exposições e videoconferências, tais como: Relações interpessoais no trabalho, prevenção do câncer de mama e DST/AIDS.

Ações de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho – Têm como objetivo a humanização organizacional, o desenvolvimento, a valorização pessoal dos servidores como fator impulsionador da produtividade e, maior participação nos processos, implementada através de programas e ações relacionados à questão da cidadania corporativa. Compreende um largo espectro de iniciativas, dentre as quais:

- Atividades culturais, a exemplo do Coral dos Servidores Públicos;
- atividades esportivas, tanto complementares às ações de reabilitação quanto recreativas;

Tabela 29

CAPACITAÇÕES BAHIA, 2008

ÁREAS DA SAEB	Nº DE EVENTOS	Nº DE PARTICIPANTES
À distância		
Atendimento ao Cidadão	3	306
Análise e Melhoria de Processos	1	7
Orçamento Público – Elaboração e Execução	1	13
Ética e Serviço Público	1	30
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	1	64
Rumo à Aprendizagem Virtual	1	21
SUBTOTAL	8	441
Presencial		
Didática para Facilitadores de Aprendizagem	1	28
Melhoria da Gerência Pública	1	16
Gestão por Competência	1	20
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	1	29
Estilos de Gerenciamento – Lidando com Tarefas e Pessoas	1	28
Oficina de Metodologia de Mapeamento de Competências	1	20
Tendências em Gestão de Pessoas no Serviço Público	1	20
SUBTOTAL	7	161
TOTAL	15	602

Fonte: SAEB/SRH

- Tratamento através de terapias alternativas;
- Serviço de informação ao servidor: prestação de informações aos servidores públicos sobre os seus direitos e deveres, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento para as diversas instâncias de assistência e benefícios oferecidos ao servidor;
- Posto de atendimento do Planserv.

AUTOMAÇÃO DA JUNTA MÉDICA

A Junta Médica do Estado tem atribuição de controlar e executar a concessão de benefícios não previdenciários (atividades relativas a exames médicos periciais e inspeções de saúde). Até 2006, a Junta disponibilizava 140 vagas diárias para atendimento. Esse número não era alcançado em razão de deficiências administrativas e operacionais, tendo como consequência a insatisfação dos usuários do serviço.

A partir de 2007, foi dado início a uma série de mudanças objetivando proporcionar mais conforto aos servidores. A Junta passou a funcionar em novas instalações, em local de fácil acesso e foi implantado o atendimento corrido das 7 às 19h, aumentando a sua capacidade para 240 atendimentos por dia. Em 2008, foram emitidos 29.469 laudos, o que representa uma média de 2.455 por mês, além de 15.892 licenças médicas.

Atualmente, está em fase final o processo de reestruturação da Junta, através do projeto de automação, iniciado com a aquisição de uma ferramenta de TI que está sendo customizada e adaptada à realidade da sistemática operacional da instituição. Esta ferramenta denomina-se Sistema de Perícias Médicas – SPM, e permite o cruzamento de grande volume de informações e, consequentemente, o aperfeiçoamento dos controles da Junta Médica e racionalização dos gastos do Estado.

A previsão é que no primeiro semestre de 2009, será implantada a versão *web* deste *software*, que viabilizará a descentralização da atuação da Junta Médica nos seguintes pólos regionais: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Barreiras, Teixeira de Freitas e Juazeiro.

A implementação do SPM integrará a Junta Médica com o Sistema de Recursos Humanos – SIRH, o Plano de Assistência dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Coordenação Geral de Saúde Ocupacional – CGSO e a Corregedoria. Também gerará relatórios gerenciais e estatísticos e permi-

tirá o levantamento de dados epidemiológicos das diversas patologias que acometem os servidores, inclusive as relacionadas ao trabalho.

LICENÇAS MÉDICAS

A Junta Médica do Estado emitiu quase 30 mil laudos médicos periciais em 2008, destes, 15 mil foram referentes a pedidos de licenças médicas. O número é 20% menor do que o verificado em 2006, quando foram emitidas 19 mil licenças médicas. Com a redução das concessões, foram economizados cerca de R\$ 7 milhões nos últimos 12 meses. Apoiada na legislação, o trabalho de auditoria conseguiu aumentar o controle nas licenças médicas concedidas e readaptar servidores afastados indevidamente de seus locais de trabalho.

As perícias realizadas na Junta Médica destinam-se à admissão de novos servidores, concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade, aposentadoria por invalidez, licença para tratamento de saúde, readaptação funcional, isenção do Imposto de Renda por doença grave, dentre outras avaliações.

PRÊMIO SERVIDOR CIDADÃO

**Prêmio
Servidor
Cidadão**



O Prêmio, celebrado anualmente por ocasião das comemorações do Dia do Servidor Público, encontra-se na sua sexta edição. Após prospecção de possíveis causas para o decréscimo do quantitativo das ações voluntárias no decorrer dos últimos anos, foi realizada uma revisão introduzindo algumas melhorias e inovações, objetivando dar maior celeridade ao processo de seleção e conferir maior objetividade ao julgamento das ações voluntárias.

Dentre as principais ações de melhorias, pode-se destacar: alteração de dispositivos que gerou a consequente revisão e alteração do regulamento; ampliação da composição da Comissão Especial de Seleção e Julgamento; criação de uma secretaria executiva para o Prêmio, e elaboração de uma Matriz de Avaliação Pontuada, com critérios objetivos e pesos definidos.

O prêmio tem como objetivo estimular as ações de solidariedade dos servidores públicos, além de valorizar e estimular a cultura do voluntariado nas organizações públicas. A professora aposentada Alzerina Ramos, de 67 anos, foi a grande vencedora de 2008 do Prêmio Servidor Cidadão, promovido pela SAEB.

Há 31 anos, na localidade de Acupe, no município de Santo Amaro da Purificação, ela retira das ruas e do trabalho infantil, crianças sem perspectivas e as leva para a sala de aula. Atualmente são assistidas, em tempo integral, 273 crianças com idade entre dois e sete anos, que estudam e recebem três refeições diárias.

O Prêmio Servidor Cidadão distribuiu, ao todo, R\$ 42 mil (entre homenagens e menções honrosas). Na edição deste ano se inscreveram 82 servidores; Tia Zezé, a primeira colocada, recebeu R\$ 10 mil, pelo melhor projeto social.



Ascom/SAEB



Prêmio Servidor Cidadão

PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS

O Prêmio de Boas Práticas de Trabalho no serviço público é mais uma iniciativa do Governo da Bahia, com vistas à valorização do servidor e ao aprimoramento do serviço público, mediante o reconhecimento e disseminação de exemplos de boas práticas de trabalho, identificadas e evidenciadas no âmbito do Serviço Público Estadual.

A concessão dos prêmios contemplará os servidores públicos, que individualmente ou em equipe de no máximo dez servidores, desenvolvam ações que promovam um ambiente de trabalho decente, o estímulo à criatividade, à produtividade, à eficiência, à economicidade e à melhoria da qualidade do serviço público.

O decreto foi revisto objetivando desvincular a premiação dos eventos de comemoração do dia do servidor e ampliar as possibilidades de premiação. O lançamento está previsto para 2009, nas comemorações do dia do Trabalho.

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é uma ação de caráter voluntário, que pretende induzir a adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho, através do uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos.

A SAEB adota a A3P, não somente como dispositivo de inserção de critérios socioeconômico-ambientais no comportamento administrativo, mas também como estratégia de gestão de pessoas, no sentido de provocar a nova ambiência do trabalho decente no âmbito do Executivo Estadual, aguçando a percepção sobre aspectos do desenvolvimento humano, dentro de um constante aprimoramento da qualidade de vida do trabalhador, sua saúde, segurança e satisfação, num contexto de produtividade e empreendedorismo.

Em 2008, foram realizados laboratórios internos, além da elaboração de projeto para implantação nos demais órgãos do Governo Estadual. A capacitação para sua efetiva implementação e sustentação, está sendo realizada por meio dos Ciclos de Geração de Valor Público através das pessoas do Projeto Atitude Positiva.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR

Patrimônio dos servidores públicos estaduais baianos, que ao lado de seus dependentes e agregados, formam um contingente de 433 mil beneficiários, o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, considerado o maior plano de assistência do Norte/Nordeste, encerra 2008 com todas as contas em dia, além de dispor de uma reserva técnica financeira compatível com as mais rigorosas exigências aplicáveis às operadoras privadas.

Os resultados da economia alcançada com o aperfeiçoamento da gestão do Planserv, tais como a determinação do faturamento de medicamentos genéricos e a implantação de controles de uso de materiais hospitalares, foram reinvestidos em melhoria do atendimento aos servidores públicos e seus dependentes. Destaca-se a ampliação da Rede de serviços de emergência, incorporando grandes e tradicionais hospitais e a implantação de programas para atendimento a beneficiários que precisam de acompanhamento especial.

Em média, são realizadas, através do Planserv, 146 mil consultas e 759 mil exames por mês, números que o coloca no mesmo patamar de atendimento dos melhores sistemas de assistência do país e demonstram a importância do Plano para seus milhares de usuários.

ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO

Em 2008, os beneficiários tiveram à sua disposição um volume de serviços maior do que o disponibilizado em 2007, conforme demonstrado na Tabela 30. Esses números confirmam a tendência de deslocamento do Planserv em direção a resultados compatíveis aos alcançados pelos melhores planos de saúde do país, com quatro consultas em média, por beneficiário por ano.

Outra ação importante para a melhoria da qualidade da assistência foi a completa retirada do agendamento para procedimentos, cuja autorização antes obedecia a uma lenta fila. Estes procedimentos passaram a ser liberados, imediatamente, ampliando o acesso a exames e internações. Este trabalho foi iniciado em 2007, com a



Assistência à saúde do servidor – Planserv

redução de 55 procedimentos da lista e concluído em 2008, com o fim do agendamento.

Os valores pagos à Rede de prestadores de serviços estavam abaixo dos praticados no mercado, tendo como consequência a redução na oferta e qualidade do atendimento, provocando insatisfação dos beneficiários. Em função das ações empreendidas no sentido de racionalizar os gastos, a exemplo da utilização de medicamentos genéricos, em pelo menos 80% dos casos em que a substituição do produto de marca é possível, foram criadas as condições para promover o reajuste de alguns serviços prestados, tais como, o valor das consultas médicas, que aumentou de R\$ 20 para R\$ 30, conforme pode ser observado no Gráfico 35.



Tabela 30

PROCEDIMENTOS REALIZADOS BAHIA, 2007/2008

PROCEDIMENTOS	2007	MÉDIA MENSAL 2007	2008	MÉDIA MENSAL 2008	VARIÇÃO % 2008/2007
Consultas	1.683.833	140.319	1.762.860	146.905	4,7
Exames	7.949.942	662.495	9.113.136	759.428	14,6

Fonte: SAEB/Planserv

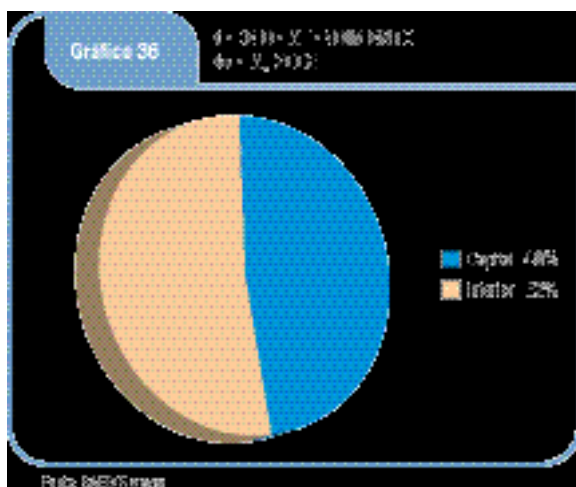
EXPANSÃO DA REDE

A Rede de prestadores do Planserv ganhou 11 novas unidades de saúde em 2008, mas o maior destaque deve ser dado a dois hospitais que já integravam o plano, mas não ofereciam, aos seus beneficiários, atendimento de urgência e emergência: Hospital Português e Hospital Santa Izabel. A partir de julho, os usuários do Planserv passaram a contar com os serviços das unidades de pronto-socorro destes dois hospitais, tendo, desta forma, opções de reconhecida capacidade técnica para atendimentos de alta complexidade. O Gráfico 36 demonstra como estão distribuídos os 925 prestadores da Rede do Planserv.

Atualmente os prestadores estão passando pelo processo de credenciamento, também aberto àqueles que não fazem parte da Rede. Por meio deste processo, todos os que preenchem os requisitos técnicos, fiscais e financeiros são credenciados, sem qualquer tipo de discriminação ou avaliação subjetiva. Em 2008, 273 contratos já foram assinados nesta modalidade de credenciamento.

NOVOS SERVIÇOS

Programa de Endocrinopatias – No Planserv, assim como em outros planos de saúde, a marcação de consultas é feita diretamente pelos beneficiários. Porém, especificamente no caso de endocrinologia, por existir poucos especialistas no Estado, dificultando aos beneficiários o agendamento das consultas, foi criado um programa especial de atendimento que envolve 20 clínicas e hospitais. Atuam no programa cinco médicos de clínica geral, que fazem a triagem, e 22 endocrinologistas, realizando, aproximadamente, 890 consultas por mês.



Centro de Acompanhamento da Síndrome Metabólica – Em 2008, foi montada, em Salvador, uma unidade própria exclusiva para acompanhamento de portadores de diabetes, onde, aproximadamente 300 beneficiários passaram a ser atendidos com atenção e conforto, recebendo orientação e cuidados que evitam complicações decorrentes da doença. Visando ampliar o alcance do programa, e triplicar a capacidade de atendimento do Centro, está em curso o processo de reforma e adequação de uma nova unidade.

Cirurgia Bariátrica – A partir de 2008, antes de autorizar ou não uma cirurgia de redução de estômago, o Planserv analisa o caso com base em critérios objetivos que foram estabelecidos em parceria técnica com o Centro de Diabetes e Endocrinologia da Bahia – Cedeiba. Trata-se de um avanço técnico que protege o próprio beneficiário, já que antes de se submeter a uma cirurgia desse porte, qualquer pessoa deve passar pelo chamado tratamento conservador – dietas, psicoterapia e atividades físicas – com acompanhamento médico, exceituando-se casos em que a obesidade gere risco iminente para a vida.

RELAÇÃO COM O BENEFICIÁRIO

Em 2008 foram enviadas, em média, 38 mil mensagens eletrônicas por mês para beneficiários, que receberam informações sobre as despesas que geraram. Também foram encaminhadas correspondências pelos Correios, divulgando alterações na rede credenciada e orientações sobre a correta utilização do Plano.

Com o objetivo de aproximar ainda mais o Planserv de seus beneficiários residentes no interior do Estado, foram realizados encontros nos municípios de Feira de Santana, Juazeiro, Barreiras, Irecê, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista, para apresentar as ações desempenhadas e aquelas que estão em andamento, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Ouvidoria nº 1 – Em 2008, o Planserv recebeu, da Ouvidoria Geral, o título de Ouvidoria nº 1, sendo considerado o mais eficiente de todo o Sistema de Ouvidoria do Estado, com 99% de respostas conclusivas, fornecidas em menos de 48 horas.

Nível de Satisfação – Medido, principalmente, por meio da quantificação e análise de queixas recebidas, o nível de satisfação dos usuários do Planserv aumentou, em 2008, ano em que as queixas continuaram diminuindo. As queixas chegaram ao seu menor nível em agosto, quando apenas um de seus mais de 430 mil beneficiários recorreu à mídia para registrar uma demanda não atendida. Este

resultado é visto como reflexo da diminuição nos prazos para emissão de autorizações de serviços e da eficiência da orientação, prestada via telefone, acionada, em média, 46 mil vezes por mês.

SUSTENTABILIDADE DO PLANO

O sistema de pagamentos do Planserv, em 2008, funcionou rigorosamente em dia, consolidando a imagem que havia sido construída no ano anterior. Todos os serviços prestados em um determinado mês foram quitados no mês seguinte, dando aos prestadores a segurança necessária. Isso só foi possível em virtude de iniciativas de cunho gerencial que estão sendo implantadas com vistas a assegurar a sustentabilidade do Plano e, consequentemente, atender mais e melhor os seus beneficiários.

Auditoria – Em 2008, o Planserv identificou, com apoio da Auditoria Geral do Estado – AGE, e regularizou a situação de nove mil beneficiários que acumulavam mais de um cargo na estrutura administrativa do Estado e só contribuía sobre um, tendo como impacto positivo dessa medida o ingresso de R\$ 500 mil por mês na receita do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev. Outra medida foi a regularização da contribuição de 1,2 mil servidores cadastrados como dependentes ou agregados de outros servidores que possuíam condições de serem titulares, situação vedada pela legislação que atualmente rege o Plano.

No ano de 2008, o trabalho dos auditores do Planserv passou a ser auxiliado por um *software* de extração de dados. Esta medida, associada ao controle eletrônico de preços de materiais e medicamentos, permitiu aumentar o rigor na análise de contas, e assim, 7% do faturamento contra o Planserv foi glosado, ou seja, rejeitado por falta de conformidade com as regras do Plano. Trata-se de uma evolução, haja vista que, em 2006, esse percentual era inferior a 2% e, em 2007, foi de pouco mais de 4%.

Valores Referenciais – Seguindo a trajetória de uniformização e racionalização de tabelas, novos valores referenciais foram estabelecidos para os seguintes procedimentos: parto, endocrinopatias, endoscopia digestiva alta, colonoscopia, angioplastia coronariana, revascularização miocárdica, troca válvula cardíaca, curetagem pós-abortamento, histeroscopia, histerectomia e correção de incontinência urinária.

O Planserv avança na definição de valores referenciais, também chamados de "pacotes de procedimentos", eliminando distorções,

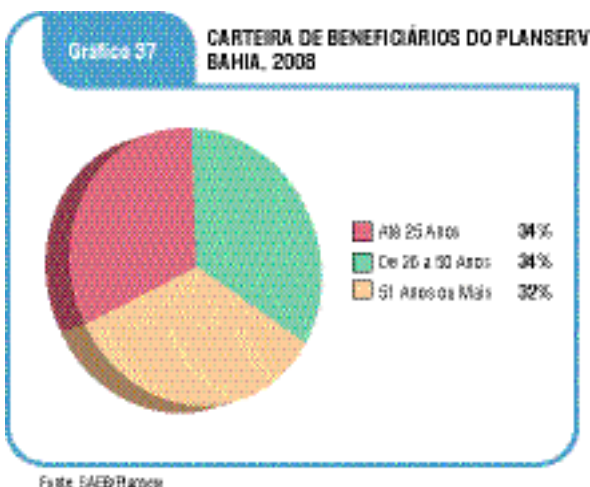
porque reavalia preços de materiais, medicamentos, diárias, taxas e honorários médicos, e estabelece quantias uniformes e razoáveis para pagamento de todos os prestadores de serviços.

Nova Tabela para Materiais – Seguindo a estratégia traçada em 2007 para reduzir a participação de medicamentos e materiais nas contas hospitalares e remunerar melhor os serviços efetivamente prestados, foi criada, em 2008, uma nova tabela para 47,4 mil itens, que passaram a ser controlados eletronicamente, gerando uma economia mensal de R\$ 1,5 milhão.

Em 2007, o Planserv aplicou 42% do seu orçamento em medicamentos e materiais hospitalares. Já em 2008, essa participação caiu para 36%, demonstrando o acerto das medidas adotadas.

Alteração na Legislação – O Planserv concluiu e apresentou, em 2008, uma proposta de alteração da lei que rege o Plano, visando possibilitar aos titulares incluir, na condição de beneficiários agregados, seus netos menores de 35 anos. A medida contempla reinvidicação dos servidores, ao mesmo tempo em que tende a diminuir a média de idade de beneficiários do Sistema de Assistência, tornando-o mais equilibrado. Como pode ser observado no Gráfico 37, a carteira de beneficiários do Planserv está dividida por faixa etária, em três grupos de representatividade similar.

O Planserv busca, com essa medida, ampliar a participação percentual de jovens em sua carteira, haja vista que beneficiários de até 35 anos, considerando a atual tabela de contribuição de agregados, formam um grupo cuja receita gerada é maior que a despesa, favorecendo o equilíbrio financeiro do Plano. Trata-se, portanto, de medida positiva, ao mesmo tempo, para os servidores públicos e para o Plano.



Reserva Técnica – Superando a meta estabelecida no início do exercício, o Planserv vai encerrar 2008, com uma reserva técnica financeira superior ao montante gasto durante dois meses, garantindo a normalidade dos serviços. Trata-se de um processo que coloca o Planserv, do ponto de vista financeiro, em situação confortável mesmo se confrontado com as mais rigorosas exigências aplicáveis às operadoras privadas, e reflete a responsabilidade que norteia cada medida adotada por seus dirigentes.

Manual Técnico de Assistência Domiciliar – Construído por uma equipe de médicos e enfermeiros do Planserv, o Manual Técnico de Assistência Domiciliar padroniza critérios de elegibilidade para inclusão de pacientes no programa, definindo coberturas e planos terapêuticos. É um avanço significativo numa área que tende a crescer, na medida em que seus custos, quando bem controlados, são inferiores àqueles assumidos quando há necessidade de internação.

Classificação Hospitalar – Em 2008, foi concluído e apresentado, aos prestadores de serviços, o estudo do Planserv para implantação de um sistema de classificação hospitalar transparente e objetivo, de forma conjugada com uma tabela sintética de diárias e taxas, compatível com o porte e os custos de cada estabelecimento. É essa classificação que embasa o edital de credenciamento hospitalar que será lançado no primeiro quadrimestre de 2009.

Identificação Biométrica – A biometria é a forma pela qual se identifica alguma característica física única e mensurável de uma pessoa, que pode ser realizada pela impressão digital, íris, geometria da mão, entre outras. O Planserv optou por adotar a tecnologia de impressão digital, tendo em vista que por meio dessa será possível, em poucos segundos, assegurar se aquela pessoa que se apresenta para atendimento na Rede de serviços é de fato beneficiário do Plano.

Em 2008, o Planserv deu início ao estudo que se destina a introduzir a identificação biométrica em todos os seus prestadores de serviços. A partir da implantação desta nova tecnologia, que lê e identifica impressões digitais, todo e qualquer atendimento só será efetivado após confirmação da identidade de quem se apresenta como beneficiário.

O custo estimado do investimento é de R\$ 400 mil e envolve instalação de *software* em todos os prestadores de serviços e na sede

do Plano. Com esta iniciativa, espera-se inibir procedimentos irregulares, identificar fraudes e, conseqüentemente, reduzir despesas. A previsão é de que, só em consultas, serão realizadas 1,7 milhão de identificações por ano. O processo encontra-se na fase de elaboração de edital para contratação dos serviços.

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

UNIFICAÇÃO DA GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

Com o advento da Lei nº 10.955/07, vigente a partir de janeiro de 2008, foi criada a Superintendência de Previdência – Suprev, na estrutura da SAEB, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – RPPS, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Até então, a Previdência no Estado funcionava de forma descentralizada, no âmbito das secretarias da Administração e da Fazenda, responsáveis pela concessão dos benefícios, e pela gestão dos recursos, respectivamente. A criação da unidade gestora única propiciou maior controle gerencial sobre os benefícios concedidos, atendendo ainda às regras empreendidas a partir da Reforma da Previdência do Governo Federal. O RPPS pagou cerca de 89,1 mil benefícios em 2008, sendo responsável por uma folha de pagamento mensal da ordem de R\$ 168,3 milhões.

POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA E DE INVESTIMENTOS

Em 2008, foram iniciados estudos para a elaboração da Política Previdenciária, como parte integrante da Política de Recursos Humanos do Estado. Em paralelo, e buscando apresentar proposta de equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o Governo do Estado adotou medidas saneadoras do déficit, evidenciado logo após a criação do Funprev em 1998.

Assim, a Lei nº 10.955/07 previu também a segregação da massa de segurados em dois Fundos – Baprev e Funprev – gerido o primeiro (Fundo Previdenciário) sob a forma de capitalização e o segundo (Fundo Financeiro) sob o regime de caixa. Os servidores efetivos ingressos no serviço público a partir de janeiro de 2008 estão obrigatoriamente vinculados ao novo Fundo Baprev, sendo que os demais permanecem vinculados ao Funprev. Ao final de

2008, o Baprev apresentou 10.509 segurados, conforme evolução apresentada na Tabela 31.

Além dessa medida, criou-se ainda uma conta capitalizada para o Funprev, cuja receita é constituída de 2% da contribuição dos órgãos e entidades da Administração Pública e pelos valores decorrentes da compensação previdenciária entre os regimes. Esses recursos, não obstante integrarem o Fundo Financeiro, somente poderão ser utilizados após decorridos dez anos, ou seja, a partir de 2018, e desde que haja autorização expressa do Conselho Previdenciário do Estado – Conprev.

A compensação previdenciária entre regimes já garantiu recursos de R\$ 162,6 milhões. Em obediência à Lei nº 10.955/07, a partir de 1º de janeiro de 2008, os recursos creditados pelo RGPS, a esse título, encontram-se integralmente aplicados no Banco do Brasil S/A, conta Funprev Capitalizada. O aporte de recurso recebido em 2008, a título de compensação previdenciária, alcançou o montante de R\$ 31,7 milhões.

A Política de Investimentos do RPPS baiano para 2008 foi aprovada pela Resolução nº 002/2008 do Conprev, estabelecendo que os recursos da Previdência permaneçam aplicados integralmente em ativos de renda fixa, através de operações compromissadas lastreadas 100% em títulos públicos federais, buscando com isso garantir o alcance da meta definida pelo cálculo atuarial.

A posição, em 31 de dezembro de 2008, das contas capitalizáveis de ambos os Fundos, apresentou R\$ 68,9 milhões em reservas, aplicadas no mercado financeiro, conforme demonstrada na Tabela 32.

CERTIFICAÇÃO DOS GESTORES DE INVESTIMENTO

De acordo com a Portaria nº 155 do Ministério da Previdência Social, os responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social da União, dos Estados e do Distrito Federal têm até 31 de dezembro de 2008 para serem certificados por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

Em virtude disso, os servidores que atuam na área de investimentos do RPPS foram submetidos e aprovados na Certificação Profissional Anbid – Série 10, realizada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento, destinada a certificar profissionais que desempenham atividades de comercialização e distribuição de produtos de investimento diretamente junto ao público investidor, em agências bancárias e em centrais de atendimento.

APOSENTADORIA E FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Com a unificação dos benefícios previdenciários, foi iniciada, em 2008, a absorção gradual dos processos de aposentadoria do Executivo pela Suprev, de acordo com o cronograma de migração, aprovado através da Resolução nº 001/2008, do Conprev.

Assim, já foram encaminhados para a nova unidade de previdência do Estado, 2.081 processos dessa natureza, conforme apresentado na Tabela 33.

Tabela 31

EVOLUÇÃO DOS SEGURADOS DO BAPREV BAHIA, 2008

PODER	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Executivo	-	74	139	214	423	649	1.331	4.500	4.699	4.781	4.856	9.729
TCM	-	-	-	-	-	-	1	3	10	15	18	19
TCE	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	4	4
Judiciário	51	51	51	143	198	401	498	536	561	613	673	757
TOTAL	51	125	190	357	621	1.050	1.830	5.043	5.274	5.413	5.551	10.509

Fonte: SAEB/Suprev

Tabela 32

POSIÇÃO DAS CONTAS CAPITALIZÁVEIS DOS FUNDOS BAHIA, 2008

Em R\$ 1,00	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Baprev	15.569.931
Funprev Capitalizável	53.308.809
TOTAL	68.878.740

Fonte: Diget/Suprev

Tabela 33

PROCESSOS DE APOSENTADORIA BAHIA, 2008

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Voluntárias	512
Compulsórias	80
Invalidez Simples	228
Invalidez Qualificada	97
Revisão	24
Demandas Diversas	1.140
TOTAL	2.081

Fonte: SAEB/Suprev

A partir da edição da Portaria nº 154/08 do Ministério da Previdência Social – MPS, que trouxe novas regras para a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC pelos RPPS, inclusive com a exigência de numeração única no ente federado, foram homologadas 117 certidões pela Suprev.

Para dar suporte a essa ação, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Controle e Emissão de Certidões de Tempo de Contribuição – SISC, visando, a um só tempo, dinamizar a emissão e homologação das certidões e atender aos critérios para sua validação, impostos pelo MPS.

PENSÃO: REQUERIMENTOS E REVISÃO

Em 2008, foram analisados 1.296 requerimentos de pensão previdenciária por morte, resultando em 1.120 benefícios deferidos e 148 indeferidos, com a exclusão de 28 pensionistas do rol de beneficiários do RPPS, uma vez constatada a perda da qualidade de dependente.

O trabalho de levantamento das parcelas que compõem as pensões, iniciado em 2005 em parceria com as unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidades de origem dos ex-servidores, já possui 11.327 processos concluídos, que correspondem a aproximadamente 85% do total. Esse trabalho tem a finalidade de revisar os valores das pensões pagas aos dependentes de ex-servidores dos Poderes do Estado, atualizando também seus dados cadastrais e funcionais, ante a existência de inúmeras demandas judiciais e administrativas nesse sentido. Ao fim dos trabalhos, identificar-se-á o montante global da defasagem, assim como o impacto financeiro que as atualizações trarão para o orçamento do Funprev.

CONTROLE INTERNO E RECADASTRAMENTO

O Projeto denominado "Controle Interno Permanente", objetiva verificar a manutenção da condição de dependente dos atuais pensionistas do Estado, excluindo do rol de beneficiários aqueles que não mais preencham os critérios exigidos por lei. Antes, ações dessa natureza estavam restritas ao momento da concessão do benefício ou do cadastramento – realizado uma vez por ano, com base em declarações prestadas pelo próprio beneficiário.

Na primeira fase dos trabalhos, estão sendo reavaliados os pensionistas que integram as categorias de maior risco, ou seja, aquelas

mais susceptíveis de alteração nas condições que ensejaram a concessão do benefício, a exemplo dos inválidos e das filhas e irmãs solteiras carentes de recursos. Para tanto, serão feitas novas perícias médicas e realizadas visitas domiciliares, para verificação *in loco* da situação individual de cada beneficiário, com vistas à suspensão dos benefícios comprovadamente indevidos.

O processo de cadastramento, por seu turno, é uma blindagem do sistema previdenciário do Estado. O principal objetivo é a construção de uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema público estadual, visando à preservação dos Fundos através da identificação de óbitos ou outras situações jurídicas que impeçam a continuidade do pagamento do benefício.

Para orientar as unidades do Executivo, quanto aos procedimentos exigidos para o cadastramento dos seus servidores ativos e inativos, empregados públicos e pensionistas, foi instituída, pela SAEB, a Instrução nº 006/08. Desde a regulamentação já foram convocados todos os inativos do Executivo e pensionistas do Estado. A sistemática do cadastramento dos inativos foi estendida aos demais Poderes após a aprovação da Recomendação nº 001/08 do Conprev.

Dentre as ações de controle, pode-se citar também a implantação da rotina automática de cruzamento de dados com o Sistema de Óbitos da Previdência Social – Sisob, responsável pela suspensão de 157 beneficiários. Com as ações de cadastramento e a rotina Sisob, foram suspensos um total de 1.072 pensionistas, resultando numa retenção acumulada, desde 2007, de cerca de R\$ 5 milhões.

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES CEPREV

Visando implementar um atendimento humanizado e de qualidade, foi dada continuidade à política de expansão e interiorização do atendimento previdenciário no Estado, que tem como meta facilitar o acesso aos serviços prestados pela Previdência, aproximando-a dos aposentados, pensionistas e demais usuários do sistema.

Em 2008, foram computados 60 mil registros junto aos Centros de Atendimento Previdenciário – Ceprev, situados nas unidades SAC da capital e do interior. Atualmente existem 18 unidades Ceprev, que abrangem 90% do território do Estado.

MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO PREVIDENCIÁRIO

O Arquivo Previdenciário possui um acervo de cerca de 100 mil processos, entre requerimentos de pensão, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, revisão de benefícios e cadastramento, e apresentava dificuldades no gerenciamento documental e de informações, em face da escassez de recursos tecnológicos que auxiliassem na organização e localização dos processos.

Visando melhorar o atendimento aos segurados e demais usuários do sistema, além de dar celeridade à localização dos processos, deu-se início ao trabalho de cadastramento no Sistema de Gerenciamento de Processos – Sicaj, com a informação do local de armazenamento. Em 2008, foram cadastrados 49 mil processos, equivalente a 49% do total existente no Arquivo Previdenciário.

DIFUSÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

Visando disseminar a cultura previdenciária no Estado, o Governo vem realizando diversos eventos de capacitação dos seus servidores e dos demais atores envolvidos na instrução dos processos na área previdenciária. Em maio de 2008, foi realizado o Seminário "Previdência em Foco", voltado para os segurados e demais usuários, abordando a reestruturação da Previdência Estadual, o conteúdo da Lei nº 10.955/07, as reformas constitucionais na área previdenciária no âmbito dos regimes próprios, além das diretrizes e políticas emanadas do Ministério da Previdência Social.

Em face da nova atribuição do Conprev, no tocante à análise e aprovação da Política de Investimentos do RPPS, foi realizada, em abril de 2008, capacitação específica sobre o tema, voltada para os Conselheiros e para os servidores da Suprev, ministrada por representante do Ministério da Previdência Social. Para a divulgação das novas atribuições e das alterações nos procedimentos relativos à previdência, foram realizados encontros da série "O Dia-a-Dia da Previdência", que trataram sobre: alterações no fluxo dos processos de aposentadoria, emissão de CTC e aposentadorias e reformas por invalidez.

Os temas foram debatidos juntamente com as unidades de gestão de pessoas de todo o Estado, incluindo seus Poderes, ante a interface existente na prestação de informações relativas à vida funcional do servidor e na instrução dos processos de concessão dos benefícios, com vistas a propiciar uma comunicação ágil entre os

agentes institucionais envolvidos, contribuindo para soluções de questões referentes a trâmites considerados de alta complexidade pelo público-alvo.

"PREPARE-SE" – PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DO SERVIDOR PARA A APOSENTADORIA



Em consonância com a diretriz do Governo de valorização do servidor público e atendendo às disposições contidas no Estatuto do Idoso, que atribui ao Poder Público o dever de criar e estimular programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, esclarecendo-os sobre os direitos sociais e de cidadania, foi lançado o "Prepare-se" – Programa de Preparação do Servidor para a Aposentadoria.

Dirigido aos servidores em vias de se aposentar e a seus familiares, com o propósito de minimizar os reflexos decorrentes da transição na vida funcional, o Programa visa incentivar a integração intergeracional, o trabalho social e voluntário, além de outras atividades que permitam uma vida saudável e o desestímulo ao sedentarismo. Através de encontros trimestrais, com previsão de 150 participantes em cada encontro (incluindo pré-aposentados e seus familiares), serão realizados palestras, oficinas, debates, exposições e ofertas de serviços, com foco nos aspectos legal, psicossocial e de benefícios e parcerias.

Além de diversas unidades da administração pública estadual, o "Prepare-se" contará, também, com a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. O objetivo é que o Estado promova ações que possibilitem, nesse momento decisivo na vida dos servidores que estão prestes a se aposentar, uma transição tranquila e a construção de um novo projeto de vida. A primeira edição do "Prepare-se" aconteceu em novembro de 2008, com a presença de 193 pessoas.